

MÁRCIO DE PAIVA DELGADO

A Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. João Pinto Furtado

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais
27 de setembro de 2013

981.063
D352f
2013

Delgado, Márcio de Paiva

A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968) [manuscrito] / Márcio de Paiva Delgado. - 2013.

77 p.

Orientador: João Pinto Furtado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Lacerda, Carlos, 1914-1922. 2. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. 3.Goulart, João, 1918-1976. 4.História - Teses. 5.Ditadura e ditadores – Teses. 6. Oposição (Ciência política)- Teses 7.Brasil – História – 1966-1968. I. Furtado, João Furtado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS-GRADUAÇÃO
historiaufmg

Tese intitulada: "A Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)", defendida pelo aluno **Marcio de Paiva Delgado** em 27 de setembro de 2013 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. **João Pinto Furtado** – Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. **Luis Eduardo de Oliveira** *UFSE/desto MG*
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - MG

Prof. Dr. **Ignácio José Godinho Delgado**
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. **Alcides Freire Ramos**
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. **Douglas Attila Marcelino**
Universidade Federal de Minas Gerais



TABELIONATO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS	
Av. Barão do Rio Branco, 2380 - Centro - Juiz de Fora - MG - Tel.: 3215-3118	
Declaro ser autêntica a presente fotocópia cujo original me foi apresentado no dia 30/09/2013 às 11:31 em Juiz de Fora - MG.	
Em testemunho da verdade	
FERNANDO A. MAIA - TABELIAO	
SUBSTITUOS	
LUIZA D. R. MARTINS - MARCELO R. DE ANDRADE	
CARLOS A. DE ALMEIDA - ARTILDES MACEDO	
JULIANA C. CAMPOS	

Este trabalho é dedicado à memória de João
Goulart, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda
e Wilson Fadul.

AGRADECIMENTOS

Apresentam-se aqui os resultados da pesquisa historiográfica que desenvolvi entre os anos de 2009 e 2013, tendo como objetivo a obtenção do título de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, e aqui gostaria de expressar os seguintes agradecimentos.

Primeiramente gostaria de agradecer a própria UFMG, em especial a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), que abriu suas portas para o meu ingresso no programa, me oferecendo ótimas condições, acadêmicas e humanas, para realizar esse trabalho. Aos professores, funcionários e colegas, registro aqui o meu muito obrigado.

Em relação ao acesso às fontes primárias e secundárias, seguem as instituições às quais gostaria de registrar meus agradecimentos: a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sobretudo a seção de periódicos e ao seu *website* “Hemeroteca Digital”; a Universidade de Brasília, principalmente em relação ao “Fundo Carlos Lacerda”, localizado em sua Biblioteca Central; ao Memorial JK em Brasília, referente ao “Inventário JK” e seu arquivo; a Fundação Getúlio Vargas, em especial o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pelo acesso ao “Arquivo João Goulart” e ao seu banco de entrevistas; a Escola de Comando do Estado Maior do Exército, sobretudo o Arquivo Castelo Branco, localizado na Praia Vermelha, Rio de Janeiro; o Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela digitalização e divulgação online de todo acervo referente ao jornal *Última Hora*; a Câmara dos Deputados Federais em Brasília, pelo arquivo de “Discursos Parlamentares”, digitalizados e com acesso livre pela internet; e, finalmente, a empresa Google Inc., também pela divulgação online, de forma totalmente gratuita, de todo o acervo do *Jornal do Brasil* através do site *Google News*. A todos os funcionários envolvidos nesse excelente trabalho de preservação e divulgação da nossa memória e patrimônio histórico, meus sinceros e efusivos agradecimentos.

Em relação aos entrevistados, gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Dr. Wilson Fadul, à Professora Sandra Cavalcanti, à Sra. Maristela Kubitschek Lopes, ao Dr. Célio Borja e ao jornalista Hélio Fernandez. Foi uma grande honra passar algumas horas extremamente agradáveis e informativas em entrevistas que, a prejuízo da metodologia (por minha culpa), foram prazerosos “bate-papos” entre mestres e seu aluno. Registro meus eternos e respeitosos agradecimentos, sobretudo ao Dr. Wilson Fadul, que infelizmente

faleceu poucas semanas após me receber em sua casa, por duas vezes, com todo carinho e entusiasmo.

No meio acadêmico, agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFMG, sobretudo aos professores Rodrigo Patto Sá Motta, Priscila Brandão e Eliana Dutra pelos substanciais comentários, críticas (algumas severas, todas construtivas) e orientações que foram de primordial ajuda para a realização do texto final.

Ao meu orientador, mestre e amigo, Prof. João Pinto Furtado, dedico os mais sinceros agradecimentos pela confiança em minha capacidade, principalmente nos momentos mais difíceis e de desânimo de minha parte. Aos membros da banca examinadora, registro minha gratidão pelos comentários, correções e sugestões que enriqueceram este trabalho.

Registro também o agradecimento aos professores Dr. Tiago Gil, Regina Salomão, Laura Assis e à Livia Reis de Souza pelo apoio, suporte e amizade.

Aos outros, embora não mencionados, mas que de alguma maneira ajudaram-me na realização deste trabalho, *Manifesto* minha eterna gratidão.

As qualidades desse texto são divididas com todos aqueles que me ajudaram a elaborá-lo. Mas acredito que seja importante dizer que a responsabilidade por quaisquer equívocos e erros na redação do texto deve ser atribuída exclusivamente a mim.

De ordem pessoal, sou grato toda a minha família que sempre me estimulou a continuar estudando e acreditar na profissão de professor. Agradeço especialmente à Ana Paula, minha vida e meu norte, que entre carinhos e puxões de orelha, sempre esteve ao meu lado.

RESUMO

Nos anos seguintes ao Golpe Civil-Militar de 1964, boa parte dos principais líderes políticos formados no período da Experiência Democrática (1945-1964) ou estavam exilados (João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes) ou cassados (Juscelino Kubitschek, Luis Carlos Prestes, Henrique Teixeira Lott, Adhemar de Barros e Jânio Quadros). Apenas Carlos Lacerda, ex-aliado golpista de primeira hora e maior liderança civil da UDN naquele momento, se destacava como a principal liderança civil oposicionista nos primeiros anos de governo Castelo Branco, sobretudo após a prorrogação do mandato presidencial e, finalmente, após a decretação do AI-2. Enquanto trabalhistas, comunistas e juscelinistas iniciavam conversações a fim de organizar um movimento de oposição a ditadura, a partir de meados de 1966, Lacerda e Kubitschek, através de emissários, iniciam entendimentos em busca de um movimento voltado para a redemocratização do país. A partir deste momento, lacerdistas, juscelinistas, trabalhistas e alguns comunistas ligados a Luis Carlos Prestes buscaram efetivar uma “frente de oposição”, que nasce oficialmente no *Manifesto* da Frente Ampla em outubro de 1966. Em novembro, Lacerda e Kubitschek selam acordo ao divulgar a *Declaração de Lisboa*. No ano seguinte, Lacerda e Goulart formalizam a polêmica aliança com a divulgação do *Pacto de Montevideu* em setembro de 1967. Apesar de heterogênea, a Frente Ampla apresentava-se sem viés antirevolucionário, distante da oposição guerrilheira ou estudantil. Com a entrada de Goulart, a partir de inícios de 1968, a Frente Ampla passa a um período de maior mobilização, com comícios e atos públicos, entrementes a radicalização, sobretudo com o movimento estudantil pelo país. Contudo, a cinco de abril de 1968, o Ministro da Justiça emite a Portaria nº177 proibindo a Frente Ampla e considerando ilegal qualquer manifestação em seu nome. Os meses seguintes conheceriam o fechamento total do Regime até o AI-5 e a cassação de praticamente todos os membros da Frente Ampla, dentre eles Carlos Lacerda. Apresentaremos a trajetória histórica da Frente Ampla, de forma narrativa, sob a perspectiva das Culturas Políticas presentes no período, destacando o gradual processo de fechamento do Regime Militar e o baixo comprometimento da sociedade brasileira – tanto direita quanto a “nova esquerda” – com a democracia representativa existente no pré-1964.

Palavras-chave: Frente Ampla, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Ditadura, Oposição, Culturas Políticas.

ABSTRACT

In the years after the 1964 Civil-Military Coup, many of the most important political leaders formed in the period known as Democratic Experience (1945-1964) either were exiled (João Goulart, Leonel Brizola and Miguel Arraes) or annulled (Juscelino Kubitschek, Luis Carlos Prestes, Henrique Teixeira Lott, Adhemar de Barros and Jânio Quadros). It was only Carlos Lacerda, ex-partner on the Coup and the main current civil leader of UDN (National Democratic Union), who raised as an opposing civil leader in the early years of Castello Branco's government, especially after the prorogation of the Presidential term and the AI-2 enactment. While the working-class, the communists and the Juscelino's political group started the conversations to organize an opposition to the dictatorship during the 1960s, Lacerda and Kubitschek, through his dealers, worked on agreements towards the process to redemocratize the country. From this moment on, Lacerda's and Juscelino's groups, some working-class members and some communists sided to Luis Carlos Prestes tried to carry out an "opposing front", which was officially born in the *Manifest of the Broad Front*, on October 1966. In November, Lacerda and Kubitschek set an alliance and unveiled the *Lisbon Declaration*. In the following year, Lacerda and Goulart were connected in a polemic alliance as it was unveiled the Montevideo Pact on September 1967. Even though it was quite heterogeneous, the Broad Front had no antirevolutionary bias and it was very distant the opposing forces of the guerilla party or the student body. Along with Goulart's term beginning and from the early 1968, the Broad Front stimulated a period of higher mobilization, with political rally and public acts, strengthened by a radicalization on the street movements, mainly the students' ones. However, on April 5th 1968, in the midst of protests against the death of the student Edson Luis, the Minister of Justice published the administrative rule number 177, which prohibited the Broad Front actions and which considered illegal any manifestation under its name. The following months would reveal the total closure up to the AI-5 settlement and the annulment of all members of the Broad Front, including Carlos Lacerda. In this work, it will be show the historical trajectory of the Broad Front, in a narrative mood, under the perspective of the Political Cultures from this period, pointing out the gradual process of the Military system closure and the low engagement of Brazilian society – both in its right and in its "new left" flag – with the representative democracy in the pre-1964 era.

Key-words: Broad Front, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Dictatorship, Opposition, Political Cultures

A revolução é como Saturno, que devora os seus próprios filhos.

Georg Büchner, em *A morte de Danton* (1835)

Depois que matam a onça, não falta quem lhe cheire o couro.

Antigo ditado popular mineiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A FRENTE AMPLA, DITADURA E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL	23
1.1 CULTURAS POLÍTICAS E DEMOCRACIA NO BRASIL	23
1.2. DITADURA E MEMÓRIA	36
1.3. IMPRENSA, ESFERA PÚBLICA E OPINIÃO HISTÓRIA	41
CAPÍTULO 2: OS LÍDERES DA FRENTE AMPLA	47
2.1 DE QUANDO ERAM ADVERSÁRIOS	47
2.2 O INÍCIO DE SUAS VIDAS PÚBLICAS E OS PARTIDOS QUE REPRESENTAVAM	51
2.3 O JORNALISTA LACERDA, O OPOSITOR DO LEGADO GETULISTA DE KUBITSCHEK E GOULART	57
2.4 O DEPUTADO FEDERAL LACERDA <i>VERSUS</i> O GOVERNO KUBITSCHEK-GOULART	64
2.5 DA RENÚNCIA AO GOLPE: AS CRISES DE 1961 E 1964	67
CAPÍTULO 3: DO GOLPE AO AI-2	76
3.1 OS FILHOS DA REVOLUÇÃO	76
3.2 A RELAÇÃO ENTRE MILITARES E CIVIS NO PÓS-GOLPE	80
3.3 A LEGALIDADE GOLPISTA	89
3.4 CARLOS LACERDA E O PROCESSO DE AFASTAMENTO DO GOVERNO CASTELO BRANCO	100
3.4.1. A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DE CASTELO BRANCO	101
3.4.2. AS CRÍTICAS DE LACERDA AO PLANO DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG)	104
3.4.3. A CONVENÇÃO DA UDN DE NOVEMBRO DE 1964 E O CASO TIME-LIFE	109

3.4.4. AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1965 E A RENÚNCIA DA CANDIDATURA DE LACERDA	112
3.5 O ROMPIMENTO DEFINITIVO DE LACERDA COM OS MILITARES	116
CAPÍTULO 4: A UNIÃO DOS CONTRÁRIOS	125
4.1 OS CONTRÁRIOS	125
4.2 TRABALHISTAS, JUSCELINISTAS, MILITARES E COMUNISTAS EM “AMPLA FRENTE” CONTRA CASTELO	126
4.3 UM TANGO NO <i>EL MOROCCO</i> . JUCELINISTAS E LACERDISTAS INICIAM OS ENTENDIMENTOS	138
4.4 AS PRIMEIRAS REUNIÕES DA FRENTE AMPLA	142
4.5 O <i>MANIFESTO</i> DA FRENTE AMPLA E A DECLARAÇÃO DE LISBOA	148
4.5.1. O CONTEÚDO DO <i>MANIFESTO</i>	155
4.6 A FRENTE AMPLA E O INÍCIO DO GOVERNO COSTA E SILVA	164
4.7 O PACTO DE MONTEVIDÉU	174
CAPÍTULO 5: O FIM DA FRENTE AMPLA E A ESCALADA DA REPRESSÃO ..	188
5.1 AUMENTO DA VIGILÂNCIA MILITAR E AS MOBILIZAÇÕES POPULARES DA FRENTE AMPLA	188
5.2 A RADICALIZAÇÃO DAS RUAS E O FIM DA FRENTE AMPLA	199
EPÍLOGO – OS MEMBROS E SIMPATIZANTES DA FRENTE AMPLA	210
CONCLUSÃO	219
CRONOLOGIA COMENTADA DA FRENTE AMPLA E DA DITADURA	223
FONTES	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
ANEXOS	239

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AC – Ato Complementar

AI – Ato Institucional

AIB – Ação Integralista Nacional

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CC – Comitê Central (do Partido Comunista Brasileiro)

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ONU)

CIE – Centro de Informações do Exército

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONATEL – Conselho Nacional de Telecomunicações

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

EME – Estado Maior do Exército

ESG – Escola Superior de Guerra

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBADE – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IPÊS – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

MEC-USAID – Ministério da Educação e *United States Agency for International Development*

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informações

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

A FRENTE AMPLA DE OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR (1966-1968)

INTRODUÇÃO

Queremos que a nação reúna a experiência dos conservadores, a prudência dos moderadores, a esperança dos inconformados e a audácia dos reformadores¹.

O Golpe Civil-Militar de 1964 inaugura o período republicano mais longo de ditadura e repressão vivido no Brasil. Contudo, nos seus quase 21 anos, não faltaram inúmeros movimentos de oposição, das mais diversas origens e ideologias. Um desses movimentos, nascido nos primeiros anos pós-golpe, ficou batizado – segundo seus membros – pela imprensa como “Frente Ampla”. Este tratou-se de uma espécie de “movimento civilista” de lideranças políticas contra o processo de militarização do governo em marcha desde o golpe de 31 de março de 1964. Tal movimento, como foi apresentado para a opinião pública, passou a ser discutido pelos seus organizadores abertamente entre meados dos anos de 1966 até o início de abril de 1968 quando houve a sua proibição pelo governo Costa e Silva que, por meio de uma portaria do Ministério da Justiça, considerou a Frente Ampla um movimento ilegal.

Essa frente política congregou três dos principais líderes políticos de projeção nacional forjados durante a Experiência Democrática nas décadas de 40 e 60 do século XX: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, além de aliados, correligionários e simpatizantes e alguns membros do histórico partido comunista brasileiro, o PCB. É importante destacar que se tratavam de políticos de partidos, ideologias e perfis bastante diferentes, para não dizer adversários, quando considerada a relação de Carlos Lacerda a Kubitschek e a Goulart. Apesar de suas trajetórias anteriores, essas três lideranças convergiram (não ao mesmo tempo) para a meta em comum de formar um movimento

¹ Trecho do Manifesto da Frente Ampla. Tribuna da Imprensa, 28 out. 1966, p. 2.

político tendo como objetivo, *grosso modo*, o fim do governo militar e a volta das eleições diretas em todas as suas formas e da legislação partidária anterior ao AI-2. Analisar os motivos e a forma com que tais líderes se convergiram para essa união, considerada esdrúxula na época e até hoje pouco comentada na historiografia², é um dos objetivos dessa pesquisa.

As três principais lideranças representavam, virtualmente, enorme parcela do eleitorado e da opinião pública brasileira, pois suas biografias políticas confundiam-se com a trajetória seus partidos na Experiência Democrática (1945-1964): UDN, PSD e PTB. No senso comum, eram personagens que representavam ideologicamente aspectos da esquerda (Jango), do centro (Kubitschek) e da direita (Lacerda).

Nosso objetivo será estudar o processo de aproximação, articulação, efetivação e derrocada da Frente Ampla e contextualizá-la no processo de fechamento do regime militar até 1968. Mas é importante que se diga desde já que este trabalho não se trata apenas de uma narrativa histórica da Frente Ampla. Além de oferecer e organizar tal narrativa, que consideramos ser importante e necessária, buscamos identificar os anos anteriores ao AI-5 como um período de fechamento gradual de um regime que sempre foi autoritário. Não advogamos que o processo tenha sido linear ou mesmo premeditado, pois estaríamos ignorando toda a dinâmica das relações históricas dos grupos políticos, econômicos e ideológicos envolvidos na disputa pelo controle das instâncias decisórias nacionais, mas afirmamos que tal processo foi representado por uma escalada de repressão e arbítrio. Não há, em momento algum, do AI ao AI-5, qualquer ponto de distensão em relação ao período anterior. Às cassações, demissões e aposentadorias compulsórias, seguiram-se prorrogações de mandatos, fechamentos de partidos políticos, inelegibilidades casuísticas, eleições indiretas impostas, decretos do executivo direcionando votos de parlamentares, uma nova Constituição sem tempo hábil para o debate e espaço para o contraditório, leis de “segurança” que ameaçaram liberdades individuais, fechamento por atos de força de instituições, movimentos políticos e de sindicatos, além de torturas, violências e censuras sob a convivência das instituições públicas. Tudo isso ocorre antes mesmo do AI-5.

Dizemos isso porque não compartilhamos da noção relativamente vulgarizada, sobretudo na imprensa brasileira, de que os ditos “Anos de Chumbo” começariam apenas com

² Em 2006, a Fundação Getúlio Vargas lançou o livro *João Goulart, entre a memória e a História*. O objetivo da coletânea de artigos, segundo a organizadora Marieta de Moraes Ferreira, era conhecer melhor o “Jango histórico” e confrontá-lo com o “Jango da memória”. O artigo de Célia Maria Leite Costa, que aborda a Frente Ampla, aponta logo no início que este ainda é um assunto “pouquíssimo estudado” pela academia, assinalando a dificuldade em se encontrar trabalhos sobre o tema, pela ausência de “balizas teóricas (...) para a análise”. COSTA, Célia Maria Leite. “A Frente Ampla de oposição ao regime militar”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart, entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 177.

o AI-5. Decerto, o ato institucional de 1968 é um evento de grande significado para o aumento da repressão a toda e qualquer forma de contestação ao regime militar, mas entendemos que este é apenas mais um capítulo de um processo de militarização do regime que se iniciou a 31 de março de 1964.

Identificar a Frente Ampla como parte da oposição à ditadura naqueles anos iniciais tem, a nosso ver, a mesma importância de se estudar o papel das artes, dos intelectuais, dos estudantes, da guerrilha e do MDB, uma vez que esta foi formada em um contexto de severas limitações aos direitos individuais, de repressão e autoritarismo significativamente maiores do que aqueles registrados nos governos posteriores ao Estado Novo. Nesse novo período republicano, parte da elite política brasileira foi sendo paulatinamente alijada das esferas decisórias de Poder com o movimento golpista de 1964, inclusive aqueles que o apoiaram, como é o caso de Carlos Lacerda, considerado por muitos como o principal “líder civil da Revolução”.

A Frente Ampla, diferentemente das outras formas de oposição ao regime militar, foi um movimento de lideranças políticas tradicionais forjadas entre 1945 e 1964 que buscavam, por meio de seu capital político previamente acumulado, movimentar a opinião pública a fim de pressionar os rumos do governo “Revolucionário”. Seu principal canal de comunicação junto à sociedade civil era a imprensa e contava com a adesão de políticos e lideranças. As reportagens, entrevistas, declarações e artigos políticos publicados nos principais jornais de circulação nacional durante o período mostram claramente que a Frente Ampla não era uma conspiração, como lembra o ex-deputado Marcio Moreira Alves³. A despeito de adotar um discurso claramente nacionalista e de contar com elementos comunistas e trabalhistas em suas fileiras, não era de forma alguma um movimento de esquerda e muito menos socialista. Conservadora, ela não advogava qualquer punição aos golpistas (apenas o regresso dos militares aos quartéis), não apresentava qualquer projeto de transformações das estruturas sociais e econômicas do país. Por ser “ampla”, ela buscava os pontos em comum defendidos pelas suas lideranças e evitava propor projetos de transformação estrutural da sociedade. Sob certos aspectos, a Frente Ampla poderia ser considerada restauradora, pois seu principal objetivo era parar o projeto “revolucionário”, anistiar os punidos pela “revolução” e provocar a volta da ordem político-eleitoral pré-64 com algumas reformas pontuais.

Por ser um movimento de cúpula, a Frente Ampla inicialmente não contava com penetração nos movimentos sociais. Estes, ou estavam desorganizados e dispersos pela

³ ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 132.

repressão ou não se identificavam com as demandas do movimento. Como veremos mais adiante, boa parte da “nova esquerda”⁴ preferia uma revolução socialista à conciliação. A “velha esquerda” estava exilada, desarticulada, presa ou se adaptando ao novo regime através de uma oposição consentida junto ao MDB no pós-AI-2. Essa suposta “inconsistência ideológica” para um período de franca radicalização foi expressa na época por Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* ao falar de Lacerda: “Um homem de direita, que já foi de esquerda, une-se a um homem de esquerda, para fins de direita”⁵.

Portanto, a maior parte da articulação da Frente Ampla é feita no meio político por meio de lideranças – inclusive cassadas ou sem mandatos – e da imprensa para atingir a opinião pública. Quando a Frente Ampla passa a organizar comícios no começo de 1968 e a buscar contatos com outros grupos sociais, é fechada por um ato de força do governo Costa e Silva. Meses depois, com a decretação do AI-5, praticamente todos os seus membros que ainda não haviam sido cassados finalmente o são.

Para que não haja equívoco, explicitamos desde já que este trabalho é, sobretudo, uma obra de narrativa histórica. Desprovido de qualquer constrangimento no que se refere às pertinentes e justas críticas aos trabalhos historiográficos narrativos tradicionais, o objetivo principal deste trabalho é procurar preencher uma lacuna ao narrar, cronologicamente, os fatos históricos que permearam a gestação, a criação, a atuação e o fim da Frente Ampla durante a ditadura civil-militar brasileira nos anos 60, centrado, sobretudo na atuação de seu principal articulador, Carlos Lacerda.

Entretanto, a despeito do caráter narrativo de nosso trabalho, no primeiro capítulo, apresentaremos brevemente o nosso tema principal, a Frente Ampla, lançando mão de algumas ferramentas teórico-metodológicas que consideramos úteis para fundamentar nosso argumento central: a Frente Ampla não atingiu seus objetivos porque tanto o governo golpista – dito “revolucionário” – quanto as oposições de esquerda não tinham como principal compromisso a restauração do projeto de democracia liberal burguesa existente no Brasil no pré-1964, pelo menos em curto prazo, o que era exatamente o objetivo do movimento⁶. É importante também deixar claro que, assim que a Frente Ampla finalmente conseguiu se estruturar e passou a ganhar maior mobilização política e visibilidade para além de uma

⁴ Trataremos dessa classificação posteriormente em nosso texto.

⁵ *Apud* NETO, Lira. *Castelo – a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 390.

⁶ É necessário fazermos um pequeno aparte ao caso do MDB que, ao se organizar como o partido de oposição ao regime militar no pós AI-2, agremiando aqueles que aceitaram participar da “institucionalização revolucionária”, também tinha como objetivo a volta da ordem institucional pré-golpe. Frente Ampla e MDB, a despeito de uma esperada aliança por conta deste objetivo e do adversário comum, ao invés de lutarem por espaço, acabaram por disputar o pouco que era admitido pelo governo autoritário.

simples agremiação de cúpula, o governo Costa e Silva a fechou através de um expediente autoritário.

Tal ferramenta teórica que apresentaremos é a categoria de análise “cultura política”, que julgamos importante para entender quais são as “culturas políticas brasileiras” naquele contexto histórico e buscar entender porque a democracia representativa burguesa não era um valor compartilhado por nenhuma das “grandes famílias políticas tradicionais”, tanto da nossa elite dirigente quanto da população em geral.

Em seguida, abordaremos o conceito de memória. Na nossa busca pelo enquadramento da Frente Ampla no cabedal afetivo da memória política brasileira, consideramos que o movimento é geralmente “esquecido” pela memória do período militar porque não criou bases sociais suficientes para a sua perpetuação na nossa memória coletiva. O motivo disso seria o fato de que ela não se apresentou alinhada a nenhum dos dois grandes grupos político-ideológicos que disputaram – e ainda disputam – a memória nacional sobre a ditadura: governo militar e oposição ou, ideologicamente simplificado, direita e esquerda. A Frente Ampla, por ser um movimento que buscou reunir “culturas políticas” conflitantes sob um contexto de radicalização ideológica e de autoritarismo, não conquistou seu lugar na memória de nenhuma das “famílias políticas” brasileiras.

De posse do conceito de memória, será considerada a relevância das fontes orais para a sua construção e reconstrução, pois compartilhamos da perspectiva de que as fontes orais nos falam mais sobre a memória do que sobre a escrita da história. Portanto, ainda no primeiro capítulo, faremos uma breve discussão teórica sobre a questão da história oral. Destacamos desde já que este trabalho não é, de forma alguma, uma pesquisa de história oral. Nossas principais fontes serão a mídia impressa, as publicações de seus membros, seus arquivos pessoais, suas correspondências e apontamentos que julgarmos importantes. Contudo, durante a pesquisa, realizamos algumas entrevistas com pessoas que participaram direta ou indiretamente do processo de criação da Frente Ampla. Os entrevistados, por ordem alfabética, foram:

1. Célio Borja, udenista, ex-Secretário de Estado da Guanabara no governo Lacerda, posteriormente deputado arenista, rompe com Lacerda quando este passa a oposição ao governo militar.
2. Hélio Fernandes: jornalista, proprietário do jornal “Tribuna da Imprensa” e também Lacerdista histórico, foi membro ativo e divulgador da Frente Ampla.

3. Maria Estela Kubitschek, filha de Juscelino Kubitschek.
4. Rondon Pacheco (por telefone), ex-Chefe do Gabinete Civil do governo Costa e Silva. Por telefone, de maneira breve, a pedido do entrevistado.
5. Sandra Cavalcanti, ex-deputada arenista e lacerdista histórica, uma das articuladoras iniciais da Frente Ampla.
6. Wilson Fadul, ex-Ministro da Saúde do governo João Goulart, foi um dos primeiros a participar das reuniões dos “frentistas” e um dos emissários de Jango na ponte Rio-Montevideú.

Infelizmente, a maioria dos envolvidos na Frente Ampla já faleceu. Daqueles ainda vivos, tentamos selecionar aqueles que, além da disponibilidade em nos receber, tinham uma proximidade política importante com as três principais lideranças. Buscamos selecionar pelo menos um depoente próximo a cada um dos três líderes envolvidos.

As entrevistas, que transcorreram – a pedido dos entrevistados – de maneira informal e sem a metodologia necessária para um criterioso trabalho de história oral, foram suficientes não apenas para conhecer detalhes até então não totalmente descritos em bibliografias por nós levantadas, mas, principalmente, por registrarem as impressões e angústias destes atores à luz da memória sobre fatos acontecidos décadas atrás. Percebemos, na maioria dos casos, um sentimento de “frustração” pelo fato da Frente Ampla ter sido relegada a um papel secundário na historiografia e nas crônicas posteriores. Foram constantes, inclusive, referências ao fato dela ter tido um caráter civil e pacífico, além de aberto e franco, sem apresentar qualquer traço de conspiração ou advogar uma reação violenta ao governo militar.

Os depoentes alegavam, a partir de impressões particulares, que só por essas características a Frente Ampla deveria ser alvo de destaque na memória nacional, pois interpretam, partindo dos acontecimentos posteriores, que a “aventura guerrilheira” havia sido um “mal não necessário”, tanto na questão “tática” (não seria possível vencer o inimigo no campo dele), como destacou Wilson Fadul, ou como na argumentação puramente pacifista, como no caso de Sandra Cavalcanti e Maria Estela, que refutavam qualquer ato violento.

Ainda sobre fontes orais, também utilizamos as transcrições das entrevistas de diversas personalidades disponibilizadas pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas tanto em seu site como em seus arquivos disponíveis em sua sede, no Rio de Janeiro⁷.

⁷ A lista das fontes completas se encontra no final deste trabalho.

Ao final do primeiro capítulo, faremos uma breve justificativa teórica da utilização da imprensa como uma de nossas principais fontes de pesquisa histórica. Utilizamos os conceitos de “hegemonia”, “intelectuais” e “sociedade civil” sob a ótica de Antonio Gramsci e Noberto Bobbio, para entender de que forma essa “luta de posições” acontece no chamado “bloco histórico”. Na sequência, recorreremos aos conceitos Frankurtianos de “meios de comunicação de massas”, mas sob a perspectiva revisada de Jürgen Habermas, utilizando seus conceitos de “espera pública” e “opinião pública”.

No segundo capítulo, procuraremos reavaliar o papel histórico dos três principais membros da Frente Ampla – Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart – no contexto imediatamente anterior ao Golpe de 1964. Acreditamos ser de extrema utilidade essa análise para facilitar o entendimento das dificuldades e contradições apresentadas tanto pelos próprios líderes, como pelos seus correligionários, quando da criação da Frente Ampla. Não temos dúvida de que parte do fracasso da Frente Ampla decorre – além das diferenças de projetos e modos políticos – do passado de conflito e beligerância entre seus líderes.

No terceiro capítulo, iremos identificar o lugar de cada um dos líderes da Frente Ampla no contexto imediatamente posterior ao golpe de 1964. A fuga e exílio de João Goulart no Uruguai, a anuência “envergonhada” ao golpe e a cassação de Juscelino Kubitschek, cujos direitos políticos foram suspensos em junho de 1964, se contrastam com o clima de vitória e euforia de Carlos Lacerda, aclamado popularmente como um “dos líderes civis da revolução”. Essa identificação dos personagens nos momentos iniciais do novo regime corrobora a importância da análise do contexto pré-golpe.

Em seguida, no mesmo capítulo, estudaremos o processo de rompimento de Carlos Lacerda com a “revolução”. A posição de Lacerda como candidato à presidência da República pela UDN nas eleições de 1965 coloca seu nome no centro das questões nacionais. As disputas dentro do regime militar entre os castelistas e os militares da linha dura pelo controle do “processo revolucionário” atingem diretamente as pretensões eleitorais de Lacerda. Buscamos, portanto, avaliar o processo de rompimento de Lacerda com o governo Castelo Branco e com a própria UDN, sua posterior aproximação com a linha dura e, finalmente, seu rompimento total com os militares. Dentro desse contexto de gradual isolamento e perda de prestígio político, abordaremos a recusa de Lacerda em participar do novo sistema partidário e a sua tentativa frustrada de fundar um partido à parte, o PAREDE. Nossa pesquisa é centrada, principalmente, na atuação de Carlos Lacerda pelo fato dele ter sido, dentre os três líderes, o

único a permanecer de posse de seus direitos políticos até a decretação do AI-5 e o seu maior entusiasta e propagandista.

No quarto capítulo, analisamos o processo de formação da Frente Ampla. O início difuso entre grupos até então totalmente antagônicos, como comunistas e lacerdistas, as conversações entre seus dirigentes e lideranças, a identificação destes grupos que buscaram a efetivação da Frente e que aceitaram fazer parte dela, e o posicionamento de alguns correligionários dos líderes contrários à sua formação. Também abordaremos a participação de cada um dos três líderes na articulação da Frente, a divulgação dos *Manifestos*, sua penetração no meio político e, finalmente, suas críticas e propostas para o contexto político e econômico nacional.

No último capítulo e na conclusão, uma de nossas intenções foi verificar a repercussão da Frente Ampla junto à base governista e aos militares, através das ações tomadas a fim de finalmente proibi-la, em inícios de 1968. Também abordamos os efeitos da Frente Ampla junto aos demais setores de oposição, como o movimento estudantil e, principalmente, o MDB, pois este fazia parte da institucionalização partidária e eleitoral forjada pelo governo militar a partir do golpe e, sobretudo, após o AI-2. O MDB apresentou durante todo o período uma relação dúbia em face à Frente Ampla, pois esta se colocava não apenas como aliada contra a ARENA e ao governo militar, mas também se apresentava como concorrente na luta pelo – pouco e limitado – espaço disponível para possível oposição. Além disso, observamos a repercussão da Frente Ampla junto aos órgãos da grande mídia, sobretudo a imprensa escrita, pois se trata de fator histórico importante na sustentação do regime autoritário e na construção e perpetuação de uma cultura política antidemocrática e elitista no Brasil. Ao final, contextualizamos a proibição da Frente Ampla pelo governo com as manifestações estudantis de rua, que acreditamos fazer parte de uma escalada de militarização que culminaria com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968.

Nossas principais fontes serão periódicos (jornais e revistas) de grande circulação nacional no período, correspondências entre os envolvidos e documentos preservados em fundos arquivísticos e disponíveis ao público. Mas, como um dos objetivos dessa pesquisa é também realizar uma reunião do saber já produzido sobre a Frente Ampla, realizamos um extenso levantamento bibliográfico acadêmico e memorialista sobre o tema, e tentamos realizar uma síntese desse conhecimento.

Por fim, indicamos que o nosso recorte cronológico começa a partir do golpe de 1964, recorrendo a referências históricas anteriores quando da biografia dos envolvidos, e termina

em fevereiro de 1969, quando são divulgadas as últimas listas de cassações do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, nas quais se observa que praticamente todos os membros ou simpatizantes da Frente Ampla são cassados.

CAPÍTULO 1: A FRENTE AMPLA, DITADURA E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL

*Contar a história da Frente Ampla é rever um pouco o quadro político do Brasil no período*⁸.

1.1 CULTURAS POLÍTICAS E DEMOCRACIA NO BRASIL

Naquilo que se propôs efetivamente, a Frente Ampla foi um fracasso. As eleições diretas e a liberdade de organização partidária pré-AI-2 não voltariam tão cedo ao Brasil. Suas principais lideranças, a despeito de todo capital político e eleitoral acumulado nas décadas anteriores, não conseguiram mover corações e mentes de parte significativa da sociedade brasileira a ponto de fomentar um movimento de opinião pública sobre o governo, para que suas propostas fossem discutidas na esfera pública civil e nos meios decisórios oficiais. Os cassados não conseguiram sua anistia e a maior parte dos não-cassados no momento da criação e organização da Frente Ampla o foram na sequência dos acontecimentos provenientes da decretação do AI-5 em finais de 1968. A maior parte dos adversários declarados da ditadura militar não se comoveu, não confiou nas intenções da Frente ou, simplesmente, não almejava o seu projeto. Alguns optaram pela luta política nos espaços institucionais ainda existentes, mesmo que subjugados, como o partidário através do MDB (ora encarando a Frente Ampla como aliada, ora como adversária na luta pelo papel de oposição) e o Poder Judiciário (que lhes rendia algumas vitórias e alentos nos primeiros anos da ditadura). A já citada “nova esquerda”, como chamou Daniel Aarão Reis⁹, apresentando-se como alternativa ao “velho” PCB, queria não apenas derrubar a ditadura, mas construir uma sociedade socialista. Isso não lhes parecia plausível de ser conseguido através de alguém como Carlos Lacerda.

A Frente Ampla contou na sua formação elementos trabalhistas, lacerdistas, juscelinistas, militares cassados, comunistas fiéis ao “frentismo” reformista do PCB e outros ligados a lideranças cassadas e personalistas como Jânio Quadros e Adhemar de Barros. Tal

⁸ ARCHER, Renato. *Diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007, p. 293.

⁹ REIS, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 15.

movimento de cúpula não obteve sucesso em alcançar suas bases populares por diversos motivos que iremos tratar mais adiante no decorrer do trabalho.

Esse virtual isolamento naquele contexto talvez ajude a explicar um pouco a forma como a sociedade brasileira encarava questões como democracia, representação partidária e as instituições políticas. Esse desinteresse – ou descrença – pelo discurso frentista pode ser entendido através da análise de como aquele povo se relacionava com a Política nas suas práticas cotidianas, nas suas relações sociais corriqueiras e na sua visão de mundo. E como não concordamos que tais aspectos são internalizados apenas por meio da escolha racional do indivíduo, acreditamos que parte significativa dessas questões possa ser respondida através das características culturais dessa sociedade em face aos fenômenos políticos.

Portanto, este é um trabalho tributário da renovação da História Política e da Narrativa Histórica praticada, nas últimas três décadas, a partir de novas abordagens e da sua interação com as ciências sociais, tanto teóricas quanto metodológicas. Posicionamo-nos como críticos da historiografia positivista, factual tão criticada pelo movimento dos *Annales*, apesar de não abirmos mão do rigor cronológico e factual, pois o consideramos também necessário.

Essa “nova” História Política definiu-se por apresentar diferentes enfoques de estudo sobre os fenômenos políticos. O francês René Remond que, desde os anos 60, coordena estudos de História Política, destaca a historicidade da disciplina ao percebê-la como parte do próprio processo histórico, reavaliando suas deficiências e apresentando suas readaptações ao contexto¹⁰. O relativo abandono da História Política pelos *Annales* e a sua volta, a partir dos anos 70, é fruto da própria transformação e aspirações da sociedade, o que nos dá uma lição que vai além da discussão da validade ou não do Político, como mola propulsora da história. Segundo Remond:

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultados tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem¹¹.

Mais adiante em seu texto, Remond destaca a importância da pluridisciplinaridade para o renascimento e a renovação da História Política, sobretudo com outras ciências sociais, em destaque a Ciência Política, dando novos significados e dimensões para os fenômenos políticos, além de novos arcabouços teóricos.

¹⁰ RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998/2003, p.13-36.

¹¹ Idem, ibidem, p. 22.

A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado¹².

Remond, assim, evidencia um aprofundamento da noção de Político no processo histórico. Não preso mais às análises factuais e expressões formais e institucionais de Poder, o político liga-se as outras dimensões da vida coletiva e dos vários aspectos da existência social. “O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”¹³.

Concluindo a defesa feita por Remond, a partir dessa nova concepção do Político “não há razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação”¹⁴. Tal retorno ao Político se deve em virtude do alargamento do campo historiográfico com a interdisciplinaridade defendida anteriormente pelos próprios *Annales* e pelas novas abordagens advindas da História das Mentalidades e da História Cultural dos anos 70.

Em texto de 1974, Jacques Julliard já apontava a “volta do político” na historiografia francesa através do reconhecimento de que a autonomia dos fenômenos políticos era visível em “problemas políticos que resistem às modificações da infraestrutura e que não se confundem com os dados culturais que prevalecem num momento dado”¹⁵. Mas a despeito de sua crítica à tradição dos *Annales*, Julliard é tributário de sua herança quando defende a interdisciplinaridade (sobretudo à Ciência Política) e a longa duração, levando o historiador a analisar o político também sobre o ângulo das permanências e não apenas nas mudanças.¹⁶ Isso proporcionou outras perspectivas no estudo da participação da sociedade civil na política e desta sobre o todo social¹⁷.

A partir da década 1970, com a crise do estruturalismo e descrédito das análises totalizantes da sociedade¹⁸, ocorre aquilo que Peter Burke chamou de “virada cultural”, ou

¹² Idem, ibidem, p. 29-31.

¹³ Idem, ibidem, p. 35-36.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 36.

¹⁵ JULLIARD, Jacques. A Política. In: *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 182.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 184-186.

¹⁷ JEANNENEY, Jean-Noël. “A mídia”. In: RÊMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, p. 213-230.

¹⁸ A partir das críticas ao modelo marxista dito ortodoxo, autores chamados “heterodoxos” ofereceram importantes colaborações para colocar a questão cultural alinhada ao pensamento marxista. Os conceitos elaborados por Antonio Gramsci de hegemonia, bloco histórico e intelectual orgânico ofereceram novos

seja, a valorização dos aspectos culturais do comportamento humano como o centro privilegiado do conhecimento histórico. Deu-se, portanto, o início da chamada Nova História Cultural¹⁹. Com a História Cultural, o campo historiográfico de investigação tornou-se cada vez mais amplo, por concentrar em seus objetivos as diferentes possibilidades de analisar a História. Essa valorização dos aspectos culturais aliados à interdisciplinaridade da nova História Política, sobretudo às Ciências Políticas, é praticamente simultânea.

No Brasil, conforme destacou Rodrigo Patto Sá Motta sobre análise de Marieta de Moraes Ferreira, os tradicionais objetos de estudo da História Política, como as organizações estatais, as instituições e os movimentos políticos não foram abandonados, mas receberam novas abordagens, tais quais: o estudo do comportamento eleitoral; o funcionamento dos grupos de pressão; a opinião pública; e as relações internacionais, buscando explicar as práticas coletivas e os comportamentos sociais dos grupos e não apenas das elites e no Estado²⁰. Mas, além destes novos enfoques, novos objetos foram inseridos nos estudos da História Política. Busca-se agora entender o processo de conquista, funcionamento, disputa e manutenção do Poder, não apenas através das relações objetivas entre os agentes políticos envolvidos, como também conhecer seus fatores subjetivos, inconscientes, simbólicos, culturais, suas representações e valores²¹.

Uma das expressões teóricas dessa gradativa união entre História Cultural e História Política, aliada à interdisciplinaridade com outras ciências sociais, foi a categoria multidisciplinar *Culturas Políticas*, que vem sendo utilizada nas duas últimas décadas para

elementos para que a teoria marxista se aproximasse das análises culturais. As influências do pensamento de Antonio Gramsci nas esquerdas brasileiras e seus consequentes reflexos “na vida política e cultural”, sobretudo através do PCB, começam a ser identificadas a partir do golpe de 1964, segundo Carlos Nelson Coutinho. Nesses anos, os intelectuais comunistas brasileiros agiam “*mais ou menos livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro*”. Destacando a originalidade do pensamento gramsciano em relação ao marxismo-leninismo dito tradicional, segundo Norberto Bobbio, para aquele pensador-militante italiano, a sociedade civil (que representaria o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico) não compreende o “conjunto das relações materiais”, mas sim o “conjunto das relações ideológico-culturais, espiritual e intelectual”. Gramsci, portanto, inverte a relação estrutura-superestrutura da teoria marxista ortodoxa, relegando para o primeiro o papel de secundário e subordinado ao segundo, colocando os fatores culturais como condicionantes dos econômicos. Não é nosso objetivo analisar o longo debate, inclusive com o próprio Coutinho, que essa interpretação provocou, e sim atestar que mesmo entre os autores marxistas, os fatores culturais começaram a receber uma atenção especial naquele contexto de renovação da História Política. Ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 122-124, 283-284. BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 33-37.

¹⁹ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 15-16.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. ANPUH-MG: Minas, Trezentos Anos: Um balanço historiográfico. Mariana, 1996, p. 83.

²¹ Idem, ibidem, p. 84.

análise dos fenômenos políticos a partir de elementos culturais, o que definiu o chamado o paradigma “culturalista”²².

A despeito de suas origens remontarem, segundo alguns pesquisadores do conceito, a Alex Tocqueville no seu clássico *A Democracia na América* quando, ao explicar as razões pelas quais aquele povo possuía os hábitos e costumes ideais para uma organização democrática, o pensador francês atribuiu a suas características particulares ditos “*hábitos do coração*”²³. Segundo Sá Motta, esse *insight* foi oportuno para que as proposições acerca de fatores culturais como elementos constitutivos e definidores das organizações e ações políticas pudessem ser desenvolvidas através do século seguinte por outros pensadores²⁴.

Contudo, a despeito dessas origens remotas e difusas, é consenso entre os pesquisadores que a categoria *culturas políticas* encontra seu primeiro esforço sistemático de definição (propondo um debate acadêmico sobre o tema) nas ciências sociais estadunidenses nas décadas de 50 e 60, sobretudo nos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba.

Assim como toda inquietação intelectual é fruto do seu momento histórico e local, as questões políticas e ideológicas do mundo pós-Segunda Guerra Mundial influenciaram as ciências sociais em todo mundo. Para os pensadores norte-americanos, o momento era de buscar entender de que maneira a “cultura política da democracia” se estruturava socialmente e como se mantinha em determinados países do mundo²⁵.

Com a crise do fascismo na Europa, a polarização ideológica global estava definida pela Guerra Fria. O embate não era apenas, segundo os autores, entre democracia-capitalismo *versus* totalitarismo-comunismo. Havia também os vários “novos países” emergindo de um

²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 14.

²³ Em texto conjunto, Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro – sem negar a proeminência do pioneirismo acerca da análise de “hábitos e costumes” em Tocqueville que abriram perspectivas para o conceito de Culturas Políticas – registram que segundo Gláucio Soares, Maria Celina D’ Araújo e Celso Castro, as origens mais remotas do conceito podem ser encontrados em Sólon, Montesquieu e Rousseau. Ver: KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 13, No. 24. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 227. Ainda sobre os precursores do conceito, o *Dictionnaire de Sciences Politiques et Sociales* organizado por David Alcaud e Laurent Bouvet, encontra em Max Weber e Émile Durkheim elementos para a questão das representações de uma sociedade acerca da sua “consciência coletiva” e valores religiosos para influenciar o comportamento social dos indivíduos: “Weber [...] et Durkheim [...] ont postulé l’importance des représentations collectives instituées par la société, qu’il s’agisse de saisir la “conscience collective” ou la manière dont les valeurs religieuses influencent les comportements sociaux des individus” Ver: Verbete *Culture Politique*. Paris: Sirey, 2004, p. 60. Tradução livre: Weber [...] e Durkheim [...] postularam a importância das representações coletivas impostas pela sociedade, seja para entrar na “consciência coletiva” ou como os valores religiosos influenciam is comportaments sociais dos indivíduos.

²⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., 2009, p. 15.

²⁵ O primeiro capítulo do livro começa com a seguinte frase: “This is a study of the political culture of democracy and of the social structures and processes that sustain it”. ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Boston: Little, Brown and Company, 1963, p.1.

processo de independência nos continentes africanos e asiáticos que se apresentavam como novos personagens ainda por se inserirem nesse esquema dualista.

The emerging nations are presented with two different models of the modern participatory state, the democratic and the totalitarian [...] Both modes have appeal to the new nations, and which will win out – if indeed some amalgam of two does not emerge – cannot be foretold²⁶.

Com uma argumentação normativa e etnocêntrica, os autores partem de um modelo considerado como o ideal, onde um Estado-Nação oferece ao homem comum a possibilidade de tomar parte do processo de construção e tomada de decisões como cidadão ativo. Estes países, notadamente ocidentais anglosaxões, exemplos finais dessas democracias sólidas e estáveis, possuíam em sua história uma “cultura cívica” capaz de gerar uma cultura política democrática, participativa, moderada e estável. Tal cultura cívica ideal, citando especialmente a inglesa, era “baseada na comunicação e na persuasão, uma cultura do consenso e diversidade, uma cultura que permitisse mudanças, mas de maneira moderada²⁷”. Os países que não possuíam essa herança histórico-cultural teriam sérios entraves para atingir o mesmo tipo de “cultura cívica” capaz de se organizar numa sociedade plenamente democrática, pois segundo os autores, “what must be learned about democracy is a matter of attitude and feeling, and this is harder to learn”²⁸.

Influenciados pela antropologia – portanto, tendo consciência das diferenças culturais inerentes de cada sociedade e encarando as questões culturais como de longa duração (mas não estáticas) – Almond e Verba esclarecem que: “When we speak of the political culture of a society, we refer to the political system as internalized in the cognitions, feelings, and evaluations of its population²⁹”. Conforme destacaram Kuschnir e Carneiro, tais valores cognitivos, afetivos e avaliativos definem as orientações políticas dos atores sociais em relação aos objetos políticos³⁰.

Avançando na argumentação, Almond e Verba propõem uma tipologia de culturas políticas em três tipos: a *cultura política paroquial*, a *cultura política da sujeição* e a *cultura*

²⁶ Idem, ibidem, p. 3. “Os países emergentes são apresentados com dois modelos diferentes do estado participativo moderna, o democrático e o totalitário [...] Ambos os modos têm apelo para as novas nações, e não se pode prever qual irá vencer - se é que alguma combinação de dois não irá surgir.” (tradução nossa)

²⁷ Idem, ibidem, p. 6.

²⁸ Idem, ibidem, p. 4. “O que deve ser aprendido sobre a democracia é que esta é uma questão de atitude e sentimento, e isso é mais difícil de se aprender ” (tradução nossa)

²⁹ Idem, ibidem, p. 13. “Quando falamos da cultura política de uma sociedade, nós nos referimos ao sistema político como internalizado nas cognições, sentimentos e avaliações de sua população.” (tradução nossa)

³⁰ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. Op. cit., p. 231.

política participativa. A “paróquial” seria aquela característica das sociedades arcaicas, tribais, nas quais o religioso e o político são indissociáveis e não há engajamento do indivíduo nas questões políticas. Já nos tipos da “sujeição” e da “participação” há consciência do sujeito das questões políticas, mas estas se distinguem no seu engajamento pessoal nos processos de elaboração, articulação, decisão e expressão de demandas no político. Evidentemente, a considerada ideal para os autores é a dita participativa, na qual o sujeito engaja-se diretamente nas questões políticas, enquanto na da sujeição ele se comporta de maneira passiva em relação aos órgãos de decisão institucionais.

Mas tal tipologia não é tão simplória e estanque como se pode especular em um primeiro momento. Nas palavras dos próprios autores: “This threefold classification of political cultures does not assume that one orientation replaces the others”³¹. Adiante no texto, reafirmam que: “Our classification does not imply homogeneity or uniformity of political cultures” [...] “Each one of these major classes has its subclasses, and our classification has left out entirely the dimension of political development and cultural change”.³² E mais ainda: “Even the most fully developed participant cultures will contain surviving strata of subjects and parochial”³³. Em suma, por mais “avançado” que seja um país (os autores trabalham com a noção de culturas políticas nacionais), ou seja, mesmo onde a cultura política participativa é a majoritária, as outras “atrasadas” existirão mesmo que de maneira difusa e residual, elaborando diferentes subculturas, mistas, heterogêneas, que farão parte da composição de sua cultura cívica: “[...] In the civic culture participant political orientations combine with and do not replace subject and parochial political orientation”³⁴.

Para defender a validade de tal tipologia, a dupla norte-americana comparou cinco países: EUA e Reino Unido (exemplos de sociedades democráticas bem sucedidas), Alemanha (tal qual a França – também citada no texto – marcada por uma subcultura de “sujeição-participativa”), Itália e México (ambos considerados “less well-developed” do que os outros e mais próximos das nações emergentes)³⁵.

³¹ ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. Op. Cit, p.18. “Esta tríplice classificação de culturas políticas não assume que uma orientação substitui as outras” (tradução nossa)

³² Idem, ibidem, p. 19. “Nossa classificação não implica homogeneidade ou uniformidade de culturas políticas [...] Cada uma dessas principais classes tem suas subclasses, e nossa classificação deixou de fora totalmente a dimensão do desenvolvimento político e da mudança cultural” (tradução nossa)

³³ Idem, ibidem, p. 26. “Até as culturas participantes mais plenamente desenvolvidos contém estratos remanescentes da cultura política da sujeição ou paróquial” (tradução nossa)

³⁴ Idem, ibidem, p. 30. “Na cultura cívica participativa, orientações políticas combinam-se e não substituem a orientação política da sujeição e paróquial.” (tradução nossa)

³⁵ Idem, ibidem, p. 35-39.

A partir desta primeira tentativa de conceituação, a categoria *culturas políticas* passou a sofrer diversas críticas e contribuições. Não é nosso objetivo aprofundar tais discussões que segundo Kuschinir e Carneiro se concentraram mais nas searas das Ciências Políticas³⁶. Mas vale aqui dizer que, em 1980, Almond e Verba respondem parte de seus críticos com o livro *The Civic Culture Revisited* no qual procuram oferecer uma definição formal para categoria. Citado em *Dictionnaire de Sciences Politiques et Sociales*, segundo os norte-americanos, Cultura Política é:

Un ensemble de savoirs, de perceptions, d' evaluations, d' attitudes et de dispositions qui permettent aux citoyens d'ordonner et d' interpreter les institutions et processus politiques ainsi que leurs propres relations avec ces institutions et processus³⁷.

Essa explícita valorização dos elementos subjetivos sobre o ser/fazer político, adentra pelos anos 80 com a crescente união da História Política com a História Cultural. Foi a partir do interesse de historiadores franceses, sob a liderança informal de René Remond, em estudar os fenômenos do Político sob a luz da Cultura que, em finais dos anos 80 e começo dos anos 90, o conceito de culturas políticas começa a ser usado pela historiografia. E, nesse contexto, as reflexões de Serge Berstein e Jean-François Sirinelli são de suma importância para nós, haja vista sua forte influência francesa na historiografia brasileira³⁸.

Serge Berstein, em artigo publicado em 1998, escrito para a coletânea *Pour une histoire culturelle*³⁹, faz um breve balanço da utilização do conceito até aquele momento da historiografia, apresentando o resultado das reflexões e críticas que a categoria recebeu desde a sua apropriação pela historiografia⁴⁰. Segundo o autor, a renovação da História Política pelas vias culturais se faz, sobretudo, pela “evocação da cultura política”, pois seria por meio dela que os historiadores encontrariam respostas mais satisfatórias para a explicação dos comportamentos políticos, mais do que com qualquer categoria anterior⁴¹. Afirmção polêmica, mas que revela uma das características básicas da cultura política que é,

³⁶ KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. Op. cit., p 231-234.

³⁷ ALCAUD, David & BOUVET, Laurent. Op. cit., p. 59. “Um conjunto de saberes, percepções de avaliações, de atitudes e disposições que permitem aos cidadãos ordenar e interpretar os processos e as instituições políticas e as suas próprias relações com esses processos e instituições” (tradução nossa)

³⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., 2009, p. 18.

³⁹ RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Fica clara a referência do título à coletânea organizada por René Rémond dez anos antes, *Por Uma História Política*.

⁴⁰ BERTSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs), Op. cit., p. 349-363.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 349.

exatamente, não ser uma “chave universal que abre todas as portas”, mas que se trata de um fenômeno de múltiplos parâmetros⁴².

Em seguida, Berstein apresenta uma definição para cultura política citando o colega Jean-François Sirinelli: cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundido no seio de uma família ou de uma tradição políticas”⁴³. Mas apesar do título do artigo estar no singular, Berstein deixa claro que não se trata de um conceito que aceite a existência de uma única “cultura política nacional própria de um povo” e que esta comporte um juízo de valor positivo em detrimento de outras. Mesmo admitindo a existência de “cultura política dominante” em algum determinado momento da história de uma nação, sempre haverá uma pluralidade de culturas políticas⁴⁴. Defendendo também a noção da existência de uma Cultura Política dominante em uma determinada sociedade ou povo, René Remond diz:

O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é apenas um elemento entre outros da paisagem política, é um poderoso revelador do ethos de uma nação e um gênio de um povo⁴⁵.

Pouco mais de dez anos depois da publicação deste breve artigo, Berstein volta ao tema, em 2009⁴⁶. Definindo cultura política como um “complexo sistema de representações”, Berstein, reafirma a validade da categoria teórica ao constatar que os estudos empíricos sobre o comportamento dos atores políticos são mais facilmente explicados, em determinados momentos da história, quando se conhece tal sistema de representações que é portador das normas e valores que formam as identidades dos membros (os cidadãos) das “grandes famílias políticas”⁴⁷.

As culturas políticas expressam, portanto, os ideais de mundo de um grupo específico. Profundamente interiorizadas no indivíduo e compartilhadas coletivamente, as culturas políticas são baseadas em antecedentes históricos compartilhados e em bases filosóficas e ideológicas coerentes e movidas por um projeto futuro de sociedade. As culturas políticas de um determinado grupo formam uma “família política” na qual os membros compartilham suas

⁴² Idem, ibidem, p. 350.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 353-354.

⁴⁵ REMOND, René. “Do Político”. In: *Por uma história política*. Op. cit., p. 450.

⁴⁶ BERSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise et alii. (orgs). *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 30-31.

visões de mundo, reproduzem, divulgam e reavaliam suas representações, práticas, rituais e símbolos em relação aos fenômenos políticos. Conforme sintetizou Ângela de Castro Gomes:

[...] o conceito de cultura política permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades [...] compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais⁴⁸.

Entretanto, apesar desses projetos de sociedade diferenciados, as culturas políticas são plurais, não são isoladas e sequer heterogêneas. Elas se desenvolvem na sociedade em permanente disputa pelo espaço político decisório e na busca de novos adeptos, mas podem compartilhar representações, valores, símbolos e normas, sem que isso faça com que elas percam suas particularidades⁴⁹. E, assim como elas não são estanques entre si, elas também são dinâmicas, “evolutivas”⁵⁰ e, à medida que a roda da história se põe em movimento em uma sociedade, as culturas políticas experimentam momentos de declínio, auge, mudanças e podem até mesmo desaparecer se alguma delas não oferecer mais condições de atração de novos adeptos, por não mais oferecer um projeto de futuro atraente e/ou convincente, sendo que esta mesma poderá voltar a existir de acordo com as futuras questões com que esta mesma sociedade se deparar.

Voltando à questão da volta da História Política a partir da virada dos anos 70 para os anos 80, Jacques Julliard, baseando-se na “sociedade programada” (ou “pós-industrial”, em contraponto a “sociedade natural”) de Alain Touraine e no conceito de “burocratização” do Estado Moderno de Marx Weber, aponta o inegável aumento da influência da Política na vida do cidadão como um dos motivos para essa “volta do político”⁵¹. Por outro lado, podemos recorrer à tese de Jürgen Habermas de que o alargamento da dita “esfera pública burguesa” junto à sociedade civil como mediadora desta com o Estado, possibilita o aumento da participação civil na esfera política através da pressão da opinião pública e das conquistas de cidadania a partir da ascensão da sociedade burguesa em finais do século XVIII⁵². Torna-se,

⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. IN: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Maud, 2005, p. 30.

⁴⁹ BERSTEIN, Serge. Op. cit., 2009, p. 36-37.

⁵⁰ Idem, ibidem, p. 38-39.

⁵¹ JULLIARD, Jacques. Op. cit., p. 183-184.

⁵² HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 15.

assim, cada vez mais visível uma via de mão dupla, negociada e conflituosa, nessa relação entre sociedade-estado.

Os estudos de tal relação, longe de serem novidades nas ciências sociais, encontraram, nos anos 80, um interesse renovado em virtude das inúmeras transformações políticas e sociais sentidas pelo colapso do sistema socialista na Europa e no fim de várias ditaduras militares na América Latina. No Brasil, antes mesmo da inegável influência da historiografia francesa, a partir do começo dos anos 90, com o conceito de culturas políticas, as Ciências Política já utilizavam tal conceito na busca de interpretações das relações entre sociedade civil e política e o consequente processo de redemocratização dos países latino-americanos. Importavam não apenas as mudanças nas relações políticas explicitadas na volta das eleições diretas no sistema partidário e nas discussões das novas Constituições, mas também a busca de razões para a falta de transformações significativas nas questões sociais e da instabilidade institucional democrática.

Lançado em 1989, o livro *Democracia, partidos e culturas políticas na América Latina*⁵³, organizado por Marcello Baquero, reúne artigos de cientistas políticos inspirados nessas inquietações. Na coletânea de artigos, Ayda Connia aponta que as primeiras abordagens ao conceito de culturas políticas nas Ciências Políticas apresentaram-se como alternativa para as tradicionais análises de “Caráter Nacional”⁵⁴. Propondo um novo paradigma de Cultura Política para a América Latina – sobretudo para o Brasil – Ayda Connia formula o que chamou de “cultura política formalista” como sendo a predominante em nosso país.

Numa cultura política formalista, os indivíduos apresentam crenças e atitudes democráticas, por exemplo, mas os comportamentos seriam autoritários. Consequentemente, as instituições democráticas seriam formais e não reais, legais e não reais [...]⁵⁵

Isso nos aproxima daquilo que Wanderley Guilherme dos Santos definiu como “liberalismo doutrinário” e “autoritarismo instrumental”. Os liberais doutrinários, com forte presença nas primeiras décadas do século XX, acreditavam que “boas leis criam boas e

⁵³ BAQUERO, Marcello (org.). *Democracia, partidos e culturas políticas na América Latina*. Porto Alegre: NUPESAL/Kuarup, 1989.

⁵⁴ SOUZA, Ayda Connia de. “Um novo paradigma de cultura política na América Latina: Para compreender o Brasil”. In: *Democracia, partidos e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: NUPESAL/KUARUP, 1989, p. 148-149.

⁵⁵ SOUZA, Ayda Connia. Op. cit., p. 171-172.

eficientes instituições, e que boas instituições garantem qualidade moral do sistema”⁵⁶. Já o autoritarismo instrumental, que tem suas bases mais bem acabadas nos trabalhos de Oliveira Vianna⁵⁷, é caracterizado pelo apelo a um Estado autoritário e centralizado como ferramenta para atingir uma organização política, dita democrática, embora restrita.

Com a gradual popularização do conceito, passa-se a pensar em quais seriam, sob uma perspectiva pluralista, as culturas políticas brasileiras e qual delas seria a predominante, ou ainda, se há uma dita “cultura política brasileira”. As análises das culturas políticas tais quais a comunista, republicana, liberal e conservadora, consideradas por Patto Sá Motta como “caminhos mais tranquilos a serem percorridos” quando estudadas restritamente ao Brasil são acompanhadas de outras mais “arriscadas”, que podem apresentar resultados “incertos”⁵⁸.

Nessa proposta temos autores como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, que propõem ou especulam sobre a existência de uma “cultura política trabalhista”, nascida em torno do getulismo e do PTB (tendo Jango como “o herdeiro” do legado getulista), fortemente presente no Brasil durante a Experiência Democrática (1945-1964), que mobilizou significativa parcela da população (sobretudo a urbana) em torno de líderes políticos e sindicais, com símbolos e práticas próprias, sob um projeto de Estado interventor, corporativo, reformista e de orientação nacionalista na economia⁵⁹.

Outros autores, como Otávio Dulci, em clássico artigo sobre uma das características mais representativas da política mineira, escrito em meados dos anos 80 no contexto da redemocratização brasileira com Tancredo Neves como seu maior ícone, destaca a questão da “mineiridade” como uma das principais expressões paradigmáticas ideológicas (ou culturais, conforme oscila o autor) fomentadas e perpetuadas pela própria elite política local, que se configuraria como uma subcultura política regionalizada, portanto, mineira⁶⁰. O pessedismo, personificado na Frente Ampla por Juscelino Kubitschek, traz em si essa “tradição da

⁵⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 97-99.

⁵⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições Política Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

⁵⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit., p. 29.

⁵⁹ GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. In: *Vária História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 28, 2001. GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, et alii (org). Op. cit., p. 37. FERREIRA, Jorge. Queremismo, trabalhadores e cultura política – Soberania popular e aprendizado democrático. In: *Vária História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 28, 2001. FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁶⁰ DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Cortês, 1984.

mineiridade” que é exatamente a busca da conciliação, do entendimento, do acordo, da negociação, da cautela, ordenada sob um sistema democrático e liberal, porém conservador⁶¹.

Sob esse aspecto, Carlos Lacerda, de fato, buscou uma frente capaz de ser um catalisador difuso das principais culturas políticas do Brasil. Por ser ampla, tentou aliar o liberalismo doutrinário udenista e o autoritarismo instrumental do lacerdismo, com a mineiridade do juscelinismo, o trabalhismo e os “velhos comunistas”. Além da hercúlea tarefa de reunir as lideranças desses movimentos, o que não significa que tenha conseguido unir todos os seus correligionários e menos ainda seus possíveis eleitores, seu fracasso também pode ser atribuído ao contexto histórico pelo qual atravessava o país. A dita “ordem revolucionária” – na verdade um sistema ditatorial em construção –, que repudiava tanto os “traidores da revolução”, quanto o passado “populista” e o “perigo vermelho”, não oferecia (ou permitia) os espaços necessários na esfera pública brasileira para a livre atuação da Frente Ampla, emasculando-a naquilo em que ela se propunha: mobilizar a opinião pública.

Por se tratar de um movimento envolvendo expressivas lideranças políticas civis, nascidas e consolidadas em um regime de liberdade de imprensa, a Frente Ampla precisava da mídia para mobilizar a opinião pública ao seu favor⁶². Inserido sob um contexto ditatorial, o Brasil não apresentava as condições básicas para o exercício democrático de uma resistência institucional e popular contra o governo. O regime militar não só tinha expedientes “legais” que possibilitariam a censura, como também tinha apoio da grande imprensa. Assim, uma mobilização oposicionista estava severamente tolhida. Perguntamos se tal contexto seria um objeto totalmente estranho a nossa cultura política ou se este possui elementos que já fazem parte da nossa cultura política.

Robert Putnam argumenta que a estabilidade da ordem política moderna está associada à presença de uma “virtude cívica” que se desenvolve em sociedades nas quais a presença de relações sociais horizontais, baseadas na “confiança recíproca”, encadeia-se à disseminação de estruturas associativas e de comunicação locais, a partir das quais se erige um “capital social” denso, sustentáculo da adesão às instituições e da eficácia dessas⁶³. Por outro lado, nas sociedades em que é forte a presença de relações sociais familiares e clientelísticas, fundamentalmente verticais, a adesão à ordem política e a eficácia das instituições são

⁶¹ ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁶² Não é objetivo deste breve trabalho abordar as bases teóricas e metodológicas para o estudo do papel da imprensa, da formação da opinião pública e do alcance da esfera pública no Brasil da década de 60.

⁶³ PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Passim.

minadas pela disseminação de laços de lealdade pessoal, que travam os processos de interação horizontal em meio aos quais se desenvolveriam disposições de cooperação assentadas na confiança recíproca entre os indivíduos.

A sociedade brasileira, no processo de transição entre uma estrutura social marcadamente rural com destacada presença de relações de dependência pessoal para uma moderna sociedade industrial, exhibe elementos que dificultam a ocorrência dessa virtude cívica. A proeminência de relações sociais conservadoras, a reduzida presença de estruturas associativas e de comunicação nos processos de interação social, a combinação de formas verticais, tradicionais e modernas, de autoridade – vinculadas à permanência de elementos patrimonialistas no Estado, que se somam à afirmação do corporativismo –, favorecem a sedimentação de atitudes de permanente “desconfiança recíproca”, configurando a dita “cultura política formalista” da qual nos fala Ayda Connia. O Brasil assemelha-se, pois, às aquelas “sociedades orientais”, sob a interpretação de Gramsci, discorrendo sobre formações sociais heterogêneas, cuja unidade é assegurada quase que exclusivamente pelo Estado, sem a presença de uma rede de associações que cumpriria, entre outras coisas, o papel de amortecimento das crises políticas⁶⁴.

A articulação política da Frente Ampla foi efetuada por meio de arranjos que passam exclusivamente pelos seus líderes, não envolvendo mecanismos de consulta e deliberação horizontais. Neste sentido, seu alcance dependeria da possibilidade de estar operando sem restrições às organizações verticais que favoreciam a mobilização popular no período anterior. Como as duas estavam emasculadas pela escalada autoritária, a Frente Ampla ganhou fugaz visibilidade. Quando isso começou a ser tentado, sobretudo após a entrada de João Goulart no movimento e acompanhando o contexto de aumento da atuação do movimento estudantil, ela foi fechada por um ato de força do governo federal.

1.2 DITADURA E MEMÓRIA

No artigo “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”⁶⁵, Daniel Aarão Reis faz um levantamento sobre as “lutas pela memória” acerca da Ditadura Militar. De forma bastante resumida, a tese central do artigo defende que as esquerdas perderam a batalha pelo

⁶⁴ PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

⁶⁵ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. In: *O Golpe e a Ditadura Militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

poder em 1964, mas a luta pela memória por elas foi vencida⁶⁶. Luta essa que não acaba e da qual o historiador, por ser intrinsecamente um “revisionista” por ofício⁶⁷, faz parte. Talvez por conta disso, vários aspectos da “direita” durante todo o regime foram negligenciados pela historiografia. A base social que deu suporte e apoio à ditadura ainda foi pouco estudada, assim como o sistema partidário que lhe deu sua suposta legitimidade⁶⁸. Posto isso, percebemos que as oposições “não de esquerda” ao regime também foram negligenciadas.

O conceito de culturas políticas, por contemplar análises sobre as representações, práticas, símbolos e permanências no Político, foi facilmente aceita dentre os autores que passaram a considerar a questão da memória como elemento importante no estudo das identidades que uma sociedade ou um grupo têm de si mesmos.

Eliana Dutra destaca a importância da memória como um dos elementos essenciais para a análise das culturas políticas, pois é por meio dela que estas são transmitidas e codificadas na sociedade, utilizando-se dos “lugares de memória” que nos fala Pierre Nora, ou seja, formas de cristalização das representações coletivas, tais quais monumentos, festas, cerimônias, bens culturais, folclóricos e afins, com efeitos nas motivações do Político⁶⁹.

Por sua vez, Henry Rousso afirma que “a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”⁷⁰. Contudo, suas interpretações, versões e até mesmos os “lapsos de memória” podem ser diferentes e conflitantes com o conhecimento histórico construído acerca do tema por meio de outras fontes. Nesse contexto, é necessário para o historiador participar desse “debate de memórias” em seu ofício de reconstrução do passado. Contudo, não perdemos a perspectiva de que é mister que este tenha o cuidado de perceber as artimanhas, as seleções e as “falhas” e “silêncios” da memória, articulando-as com as representações de um passado idealizado e sempre buscando o diálogo com outras fontes. Como observa Lucilia Delgado, “a

⁶⁶ Essa conclusão, de Daniel Aarão, não é totalmente compartilhada por nós. Acreditamos que a “luta pela memória” da ditadura, por ter sido originada em um período relativamente recente, ainda se encontra sob um processo de franco conflito na sociedade brasileira. No momento em que elaboramos este trabalho, são inúmeros os focos de tensão entre grupos políticos e ideológicos que relativizam ou mesmo justificam a ditadura militar no Brasil a luz do atual governo e a questão da “Comissão da Verdade”, o que representa claramente que a questão da memória também é estreitamente ligada com o contexto pela qual a história é “lembrada”.

⁶⁷ Essa provocante afirmação foi feita pelo historiador Jean-François Sirinelli em palestra proferida no *Seminário Internacional Culturas Políticas, Memória e Historiografia*, realizado pelo Dep. de História da UFF, Niterói, entre 26 e 29 de agosto de 2008.

⁶⁸ REIS, Daniel Aarão, Op. cit., 2004, p. 50.

⁶⁹ DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 28-2001, p. 26-27.

⁷⁰ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 94.

relação entre da História com a memória [...] envolve concomitantemente, apropriação, diálogo, destruição e contribuição”⁷¹.

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, uma das principais referências para os estudos sobre memória, sentencia que a dita memória individual, que está na base da formulação da identidade, só existe a partir de uma memória coletiva. A memória individual, para Halbwachs, nada mais é do que fruto de uma “memória compartilhada”, pois não é formada isoladamente pelo indivíduo. Segundo o autor, as lembranças são constituídas, compartilhadas e cristalizadas no interior de um grupo e estas podem ser posteriormente reconstruídas, simuladas e reproduzidas graças ao que ele chama de “memória histórica” (sucessão de acontecimentos marcantes na história encarados de forma consensual) e pelas inúmeras formas de vivência destes grupos⁷².

Concordando com Halbwachs a respeito do caráter coletivo a memória individual, Henry Rousso destaca que:

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional⁷³.

Entretanto, Rousso descarta a existência de uma memória coletiva, pois não acredita que exista uma representação do passado que seja compartilhada por toda uma coletividade. Esse “obstáculo teórico” é resolvido pela historiografia por meio da noção das representações observadas em determinada época e lugar por grupos que as apresentam de maneira recorrente e inteligível⁷⁴.

Na mesma trilha, Michael Pollak, em seu *Memória, Esquecimento, Silêncio*, discorda de Halbwachs quanto à forma de constituição da memória coletiva-nacional, pois encara a memória com um campo em disputa e não de consenso e afetividade.

[...] Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções

⁷¹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “História e Memória: metodologia da história oral”. In: *História Oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 42.

⁷² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 57-59.

⁷³ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 94.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 95.

positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo [...] ⁷⁵

Temos aqui a percepção de uma memória em constante disputa, ou aquela que Giovanni Contini chamou de “memória dividida” ⁷⁶, posto que o mesmo evento histórico geralmente suscita diferentes representações em grupos diversos e que as versões dessas memórias disputam o espaço de aceitação e reprodução na sociedade. O conceito de “enquadramento da memória” defendido por Michael Pollak é utilizado para classificar este processo de relações de forças entre os grupos e seus “guardiães da memória” ⁷⁷ que reinterpretam continuamente o vivido em função dos embates travados no presente. Eventos e fatos são escolhidos para serem os “lugares de memória” de um grupo para sedimentar suas identidades a fim de formar uma “memória social”. A partir daí, arriscamos dizer que a Frente Ampla, movimento de cunho conservador, não anti-revolucionário e claramente conciliador, raramente ou superficialmente citada em trabalhos historiográficos sobre as oposições ao regime militar, também esteja nessas “zonas sombrias” de esquecimentos e silêncios de uma historiografia simpática à memória das esquerdas. Cabe ao historiador, portanto, “exumar” este passado vivido, compartilhado por diferentes grupos em conflito e torná-lo inteligível a seus contemporâneos.

Uma das fontes qualitativas que hoje é considerada de suma importância para entender de que forma as culturas políticas são vividas na sociedade – por conta dessa valorização do caráter subjetivo da memória – são os depoimentos. Tais depoimentos, orais ou escritos, verdadeiros “exercícios de memória”, formam não só um painel do passado sob a ótica do presente, como também ajuda a percebermos como a memória sobre um evento é construída através do tempo.

Recorrer às fontes orais não só diminuiu seu recuo temporal, chegando inclusive à História do Tempo Presente, como passou a reconhecer a relevância da reconstrução da memória e da sua percepção do passado, além do alargamento das possibilidades de geração de fontes, pois grupos sociais que raramente ou nunca eram “ouvidos” passaram a ser abordados por historiadores. Além disso, a democratização dos equipamentos de gravação, reprodução e armazenamento, das mais variadas formas de mídias e tecnologias, facilitam o

⁷⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, 1989, p. 3.

⁷⁶ Apud: PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 105.

⁷⁷ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996, p. 7.

trabalho do oralista, seja ele um profissional ligado a um projeto institucional de preservação de acervos ou um pesquisador autônomo.

Conforme aponta Verena Alberti, as entrevistas orais nos permitem captar “as diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias”⁷⁸, mesmo que inseridos no campo da memorialística. Baseada em Paul Thompson, Lucilia Delgado cita dentre as inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas da História Oral, “apresentar novas hipóteses e versões sobre processos já analisados e conhecidos” e ainda “possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante”⁷⁹.

Nossa pesquisa, que busca o cotejamento de diversas fontes, utilizar-se-á da história oral temática. Ausente qualquer julgamento de valor a respeito de qual tipo de fontes são as mais (ou menos) importantes, e superando a discussão acerca da suposta objetividade e da confiabilidade destas, as fontes orais serão utilizadas não apenas para enriquecer o levantamento factual a respeito da Frente Ampla, como também serão de suma importância para a observação das culturas políticas brasileiras e da memória em torno da ditadura militar e sua oposição, posto que a história oral está intrinsecamente ligada às discussões da contemporaneidade e, por conseguinte, da(s) memória(s) que uma sociedade cultiva para a definição de suas identidades. Ressalte-se que a memória é o lugar das articulações factuais e das impressões subjetivas sobre o vivido.

O resultado expresso oralmente funciona como “realidade”. É, aliás, aí que se realiza a diferença entre História e memória. [...] interessa saber por que as pessoas se enganam, erram, mentem, distorcem, esquecem detalhes ou criam outros. Frente à consideração da memória oral narrativa e de suas circunstâncias, nada mais pode ser visto como estático, reto, objetivo, segundo padrão compreensível e provável porque imobilizado em algum lugar hipotético do passado e expresso por documento escrito referencial⁸⁰.

A escolha dos entrevistados, a despeito das condições materiais e logísticas da pesquisa, foi orientada no sentido de tentar ouvir pessoas que, direta ou indiretamente, participaram das discussões da criação da Frente Ampla. A escolha destes personagens se orienta pela proposta conceitual do oralista José Carlos Sebe sobre os grupos de entrevistados. Sebe propõe a organização das fontes orais em *Colônias*, *Comunidades de Destino* e *Redes*. A *Colônia* trata-se de uma coletividade que possui uma “Comunidade de Destino” discriminada.

⁷⁸ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 24-25.

⁷⁹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 19.

⁸⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Op. cit., p. 182

Essa *Comunidade de Destino* expressa o principal motivo que identifica a formação de grupos de indivíduos que possuem características afins. As *Redes* seriam as subdivisões das *Colônias*.⁸¹ No nosso caso, a Frente Ampla seria a *Comunidade de Destino*, sendo que as lideranças políticas envolvidas nas discussões ou diretamente interessadas seriam nossas *Colônias*. Dentre estas, as *Redes* seriam formadas entre aqueles que ficaram contra ou a favor da organização da Frente.

Já foi dito que a memória pertence ao presente. A memória a respeito da Ditadura Militar ainda está em disputa no Brasil. As recentes eleições presidenciais, nas quais a candidata vencedora, celebrada de “guerrilheira” por aqueles que nutrem “más lembranças” do período ditatorial, foi abertamente chamada de “terrorista” por parte significativa de seus adversários políticos, inclusive na imprensa conservadora, que raramente admite seu passado colaboracionista com o regime. A recente instauração pelo governo brasileiro da intitulada “Comissão da Verdade”, voltada para investigar os crimes cometidos contra os direitos humanos no país entre 1946 e 1988 não fará qualquer tipo de julgamento ou pedido de revogação da Lei de Anistia de 1979. Talvez esta seja mais uma expressão da cultura política brasileira, marcada pela “conciliação”, que foi instigada por Rodrigo Patto Sá Motta para entender o nosso país⁸².

1.3 IMPRENSA, ESFERA PÚBLICA E HISTÓRIA

A Frente Ampla, além das negociações políticas internas, buscou fortemente usar a mídia para mobilizar a opinião pública a seu favor. As lideranças políticas civis consolidadas na experiência democrática (1945-1964), ou seja, em um período de liberdade de expressão marcante, tiveram a imprensa como veículo decisivo nas suas articulações. Mesmo João Goulart, herdeiro do getulismo trabalhista, que sempre enfrentou severa oposição da maior parte da imprensa brasileira, contou com apoio importante de jornais como *Última Hora* e de setores da imprensa operária e progressista.

Contudo, sob o contexto “revolucionário” do pós-64 e devido ao fato deste contar com a simpatia e o suporte de boa parte da grande imprensa no período, a luta pela inserção da Frente Ampla na esfera pública – e a sua consequente influência na formação da chamada

⁸¹ Idem. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 205.

⁸² MOTTA, Rodrigo P, S. Op. Cit. p. 30-32.

opinião pública – mostrou-se ineficaz. E aqui destacamos o estudo da imprensa inserindo-a na noção de cultura política.

Neste sentido, um dos fios condutores desta pesquisa é a análise das reportagens políticas durante o processo de fechamento do regime e da formação da Frente Ampla. Jean-Noël Jeanneney⁸³ advoga a importância da imprensa como opção para a análise histórico-política, pois ela se posiciona tanto como porta voz de ideologias de grupos organizados e de intelectuais ligados a esses, quanto faz o papel de espelho das aspirações de grupos sociais diversos.

Assim como fizemos em nossa dissertação de mestrado⁸⁴, embasamos a utilização da imprensa como ferramenta do discurso político a partir do trabalho da jornalista Ana Maria de Abreu Laurenza em sua pesquisa sobre o embate dos jornais *A Última Hora* de Samuel Wainer versus *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda no início dos anos 50⁸⁵. Fomos guiados também pelo trabalho desenvolvido por Bethânia Mariani sobre a imprensa nacional e o PCB⁸⁶, no qual a autora percebe uma contínua construção de uma imagem negativa em relação à esquerda – em especial aos comunistas, partindo de abordagens linguísticas acerca da produção e manutenção de “sentidos” contrários a estes. Outro estudo que consideramos relevante é a pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta sobre as charges de João Goulart na imprensa conservadora nos anos anteriores ao golpe⁸⁷. Tais trabalhos destacam a importância dos meios de comunicação na constituição do imaginário político da sociedade e, por que não dizer, na construção das culturas políticas brasileiras.

Todavia, a partir do golpe de 1964, o Brasil se insere em um contexto de ditadura, o que modifica as relações entre estado, sociedade civil⁸⁸ e imprensa, causando um novo arranjo nas relações da esfera pública brasileira e seu processo de formação da opinião pública, sobretudo em virtude dos atos autoritários do governo e com o controle/subserviência dos

⁸³ JEANNENEY, Jean-Noël. Op. cit, Passim.

⁸⁴ DELGADO, Marcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático”, Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação de Mestrado. História. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

⁸⁵ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano*. São Paulo: Senac: 1998.

⁸⁶ MARIANI, Bethânia. *O PCB e a Imprensa*. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998.

⁸⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

⁸⁸ Baseamo-nos em Hughes Portelli e Norberto Bobbio sobre os conceitos de “bloco histórico” e “sociedade civil”, respectivamente, a partir do pensamento de Antônio Gramsci. Segundo Gramsci, bloco histórico apresenta uma situação histórica que define as relações entre os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura. O vínculo orgânico entre ambos é realizado por certos grupos sociais através de articulações internas que opera ao nível intelectual, ou cultural, ou seja, na superestrutura. Os intelectuais são, portanto, capazes, assim de alterar a estrutura social “invertendo”, segundo Bobbio⁸⁸, o conceito original de Karl Marx das relações entre a estrutura e a superestrutura. É, pois, no quadro de análise do bloco histórico, que Gramsci faz seu estudo da chamada “luta de posições” na busca do controle do intitulado “sistema hegemônico”, que é, por sua vez, ligado diretamente à ação política. Ver: PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Ver: BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. São Paulo: Graal, 1982.

principais meios comunicação de massas na luta pelo “sistema hegemônico”, aqui tratado sobre a perspectiva gramsciana⁸⁹.

De acordo com Gramsci, o terreno da luta pela hegemonia se dá no campo da sociedade civil, que compreende instituições de legitimação do poder do Estado, como os partidos, a Igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação. Em oposição ao pensamento marxista tradicional, que tende a considerar essas instituições como reprodutoras mecânicas da ideologia do Estado, Gramsci via nelas a possibilidade do início das transformações ao oferecer elementos de análise sobre o papel dos intelectuais (ou “formadores de opinião”, transplantando o conceito para o jornalismo opinativo) na dinâmica da formação da opinião pública. A sociedade civil é o palco dessas relações. Norberto Bobbio cita Marx e Engels em seu estudo sobre o conceito de sociedade civil a partir de Gramsci:

[...] Sociedade civil é o verdadeiro centro, o teatro de toda história: e pode-se ver como é absurda e concepção da história até hoje corrente, que se limita às ações de líderes e de Estados e deixa de lado as relações reais [...] A sociedade civil compreende todo conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ela compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial de um grau de desenvolvimento e, portanto, transcende o Estado e a nação embora, por outro lado, tenha novamente de se afirmar em relação ao exterior como nacionalidade e de se organizar em relação ao interior como nação⁹⁰.

O primeiro grande estímulo para pesquisar os meios de comunicação de massa na política é fruto do pós Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade de se entender o fenômeno do nazismo. Uma das principais correntes do marxismo cultural, conhecida como Escola de Frankfurt, em sua primeira geração, foi a principal responsável pela introdução dos

⁸⁹ Segundo Carlos Nestor Coutinho, um dos maiores divulgadores do pensamento gramsciano no Brasil, ao longo dos “Cadernos do Cárcere” é possível identificar uma fusão entre filosofia, história e política. Tal fusão aparece com toda sua força no conceito de “hegemonia”. É essa nova relação entre Estado e sociedade, política, economia e cultura, captada pelo conceito de hegemonia que permitirá a utilização deste para o estudo da luta de classes, ou seja, o motor da história. Hegemonia significa, para Gramsci, a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. O domínio se caracteriza por dois elementos: força e consenso. A força é exercida pelas instituições políticas e jurídicas e pelo controle do aparato policial-militar. O consenso diz respeito, sobretudo, à cultura: trata-se de uma liderança ideológica conquistada entre a maioria da sociedade e formada por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. A hegemonia é obtida por meio de uma luta “no campo da cultural” e “depois no da política”: em suma, é necessário primeiro conquistar as mentes, depois o poder. Portanto, para Gramsci, a função da imprensa (e do intelectual orgânico) é fundamental na medida em que media dá corpo a um discurso e ajuda numa tomada de consciência que passa pelo auto-conhecimento individual e implica reconhecer, nas palavras do pensador, “o próprio valor histórico”. COUTINHO, Carlos Nestor. *Gramsci*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Passim.

⁹⁰ MARX, Karl & ENGELS, Frederick. Apud: BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. São Paulo: Graal, 1982, p. 31-32.

estudos da intitulada “mídia de massas” e “indústria cultural”⁹¹. Atuando como uma via de comunicação entre a esfera política e pública, essa mídia de massas fornece elementos cognitivos para a formação de opiniões individuais, que por serem massificadas se tornam em boa parte coletiva. Segundo Alessandra Aldé, tal opinião é formulada pelo grau de informações recolhidas pelo indivíduo, aliado a questões afetivas e pessoais⁹². Conforme afirmamos anteriormente, em países como o Brasil, onde a cultura política se encontra carente de “capital social”, o personalismo e o carisma pessoal atuam de forma marcante nesse processo. Como a imprensa é, por excelência, o canal mais amplo e de maior acessibilidade, ela fornece ao cidadão aquilo que Aldé definiu como “atalhos para a compreensão”⁹³. As pessoas desenvolvem mecanismos cognitivos que simplificam fatos e eventos e estes influem na estruturação e manutenção das atitudes políticas⁹⁴. Quanto maior o acesso a discursos diferenciados, menor a possibilidade de uma polarização opinativa na sociedade⁹⁵.

Desde a abordagem de Theodor Adorno, o conceito de indústria cultural de massa trabalhava com a noção de um público passivo e simples consumidor dos conteúdos midiáticos. Com posteriores revisões acerca da relação dos meios de comunicação, sociedade civil, mercado e Estado, Jürgen Habermas elabora o conceito de “esfera pública”. De acordo com este pensador alemão, a esfera pública se refere a uma dimensão que se encontra entre a sociedade civil e o Estado e que acolhe os discursos dos atores sociais, tornando palco da formação da opinião pública, que corresponde ao espaço ideal de influência dos meios de comunicação. Contudo, considera-se certa capacidade de independência argumentativa dos atores sociais. Reconhecendo a importância da mídia, Habermas refuta a ideia de um público “atomizado” e desorganizado, que absorve acriticamente os conteúdos e opiniões divulgadas.

Os atores sociais ligados à esfera política buscam a utilização instrumental do espaço público para a conquista de novos “consumidores”. Sendo assim, a imprensa, por exemplo, possui um papel primordial para que haja maior influência na formação da opinião pública junto à sociedade civil. Sérgio Costa atesta:

É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma,

⁹¹ ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 19

⁹² Idem, p. 16.

⁹³ Idem, p. 24.

⁹⁴ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 175.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 132.

portanto, o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em torno das regras que devem reger a vida comum⁹⁶.

É inegável e visivelmente identificada a influência dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Quanto menor for o número e os mecanismos da sociedade civil para que o acesso à informação e ao debate seja o mais amplo e diferenciado possível, maior será essa influência e a possibilidade de polarização de ideias.

Dizemos então que a “opinião pública” é a resultante do conflito de opiniões de grupos sociais distintos, cuja síntese pode ser a manifestação do grupo hegemônico. Segundo Habermas, “é considerada ‘pública’ a opinião de um grupo quando ela subjetivamente se impõe como a opinião dominante”⁹⁷. Tal opinião é formulada pela qualidade e quantidade de fontes de informações recolhidas pelo indivíduo (“quadro de referências”), aliado a questões afetivas e pessoais⁹⁸. Conclui-se, portanto, que quanto maior o acesso e as opções de discursos diferenciados, menor será a possibilidade de uma polarização opinativa na sociedade civil⁹⁹.

As pessoas desenvolvem mecanismos cognitivos em suas relações comunicativas que “simplificam” os fatos e eventos. Estes, dentro da perspectiva da cultura política, influenciam na estruturação e na manutenção das atitudes políticas¹⁰⁰:

Quanto mais os meios utilizam-se de mecanismos cognitivo de fácil assimilação para o cidadão [por exemplo, editoriais de jornal] para enquadrar¹⁰¹ as notícias, maior a probabilidade de influir, na hora da escolha da explicação mais plausível para determinado cenário político¹⁰².

Toda construção de um discurso visando à hegemonia cultural e política encontra adversários que buscam o mesmo objetivo. No entanto, como destaca Antonio Gramsci, a disputa hegemônica não acontece apenas entre grupos que buscam mudar ou manter a estrutura da sociedade, mas também pode ocorrer dentro do próprio sistema hegemônico (gerando uma crise dentro do sistema)¹⁰³.

⁹⁶ COSTA, Sergio. *As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 27.

⁹⁷ HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 280-281.

⁹⁸ ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 16.

⁹⁹ Idem ibidem., p. 132.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 175.

¹⁰¹ Por “enquadramento” Alessandra Aldé entende “chaves cognitivas” dos indivíduos que formam “explicações estruturais” e que fornecem elementos para a consolidação de uma opinião. Idem, p. 131-132.

¹⁰² ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 176.

¹⁰³ PORTELI, Hugues. Op. cit., p. 104.

Diante de toda essa discussão, observamos que a Frente Ampla nasce em resposta a um contexto em que há uma ditadura que não apenas controla o sistema político e decisório por meio do monopólio da violência e na repressão de seus adversários, mas também contou com apoio majoritário dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Todo o processo de formulação de uma opinião pública voltada para os valores democráticos estava severamente prejudicado, se considerarmos a configuração de uma esfera pública liberal, democrática e burguesa tal qual havia no pré-64. Os atos institucionais, cassações, perseguições e censura não permitiam que o público tivesse acesso a um “quadro de referência” variado a fim de evitar a polarização entre a direita autoritária, porém “ordeira e cristã”, e a esquerda revolucionária, “radical e atea”.

A Frente Ampla, ridicularizada pela maioria dos editoriais da grande imprensa, não obteve um grau imediato de apoio e adesões porque dependia de um clima democrático que não é compatível com uma ditadura em processo de fechamento e militarização. Somente em sua fase final, a partir de 1968, a Frente Ampla começaria a atuar de maneira mais “popular” e menos de “cúpula” na sua defesa da volta da normalidade democrática para as eleições a serem realizadas em 1970. Entretanto, foi exatamente neste período que o processo de radicalização entre “esquerda” e “direita” passou dominar o debate político. O fechamento da Frente Ampla aconteceu neste momento, sepultando uma força política que se apresentava como alternativa ao quadro polarizado entre movimento estudantil, guerrilha e linha dura. O MDB, como elemento do aparato político-eleitoral institucionalizado e conduzido pelo próprio governo autoritário, expondo assim todas as contradições do regime golpista, pouco podia fazer para se apresentar como uma opção viável de tomada do poder por vias democráticas.

CAPÍTULO 2: OS LÍDERES DA FRENTE AMPLA

Veja V. Exa. que nada mais se faz neste país, há um mês, somente porque o Governo está decidido a destruir-me e, com ele, a sua côrte de incubos e súcubos, nessa saturnal de ódios torvos e de ódios falsos, de ódios lodosos e de odios vítreos, de ódios hepáticos e de ódios linfáticos, de ódios gratuitos e de ódios alugados ao dia, de ódios puros ódios e de ódios misturados à inveja, ao despeito, e, sobretudo, ao medo. Detesto dizer que inspiro medo, Sr. Presidente. Mas esta é a verdade. Felizmente, não aos homens de bem¹⁰⁴.

2.1 DE QUANDO ERAM ADVERSÁRIOS

Talvez a característica mais marcante e polêmica da Frente Ampla seja exatamente a sua composição. O discurso pelo fim da ditadura militar e a volta da ordenação político-partidária e eleitoral do pré-64 geralmente é relegada a segundo plano pelos memorialistas quando citam o movimento. Alianças políticas envolvendo ex-adversários são perfeitamente normais, e mesmo suscitando críticas quando da sua realização, elas sempre fizeram parte do cabedal político nacional, principalmente se considerarmos a tão propalada tendência a “conciliação” como uma das regras do jogo político em nosso país. Entretanto, poucas dessas alianças provocaram tanto estranhamento ou repulsa de seus observadores como a Frente Ampla.

O motivo disso se explica – além do contexto político “revolucionário” pelo qual o país atravessava – pelos vértices que compõem o triângulo das lideranças que personificaram o movimento. Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, não apenas eram políticos de envergadura nacional, como também lideravam – e não apenas representavam – os três principais partidos políticos brasileiros formados no pó-45.

Em 1964, no momento do golpe, o *lacerdismo* era a principal vertente política dentro da UDN e Carlos Lacerda já era o candidato à presidência da república de seu partido em 1965. Kubitschek, então senador por Goiás, ex-prefeito de Belo Horizonte, ex-governador de Minas Gerais e ex-presidente da República, era indiscutivelmente a maior liderança do PSD e

¹⁰⁴ Discurso de Carlos Lacerda na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, em 1957, ao se defender de um processo de cassação movido pelo governo Kubitschek.

consensual candidato a reeleição na mesma eleição. João Goulart, o ungido por Vargas como seu principal herdeiro político, além de ex-ministro do Trabalho, ex-vice-presidente e presidente deposto pelo golpe, também foi presidente do PTB durante boa parte de sua história na experiência democrática¹⁰⁵.

Suas trajetórias políticas, que se cruzaram diversas vezes, foram marcadas pelo confronto ideológico aberto e muitas vezes agressivo, envolvendo-os pessoalmente e seus partidários, com momentos literalmente violentos, passando por tentativas de golpes, ameaças de cassações, prisões e até mesmo ameaças reais e efetivas contra a vida, como no caso de Lacerda, que sofreu várias surras encomendadas por seus adversários na política distrital no Rio de Janeiro, além do famoso atentado da Rua Toneleiros em agosto de 1954.

Não é objetivo deste capítulo realizar uma exaustiva biografia política dos líderes da Frente Ampla, pois isso iria ultrapassar os objetivos deste trabalho. Na verdade, suas trajetórias políticas se confundem com a própria história de seus partidos, nos obrigando, portanto, também a fazer uma breve exposição sobre a configuração partidária brasileira no pós-Estado Novo, a qual julgamos necessária para entender o quão amplo – e polêmico – foi o movimento encabeçado por eles. Dentre as várias bibliografias já publicadas sobre as principais lideranças da Frente Ampla, destacaremos aquelas que consideramos básicas para uma maior compreensão. Outros trabalhos de cunho biográficos serão citados no decorrer deste trabalho.

Sobre Carlos Lacerda, talvez a mais detalhada e extensa biografia (publicada em dois volumes) seja aquela escrita pelo norte-americano John W. F. Dulles¹⁰⁶. O autor utiliza como principais fontes o próprio depoimento de Lacerda ao CPDOC da FGV, publicado pela editora Nova Fronteira (então de sua propriedade) em 1977, entrevistas com familiares e correligionários e uma vasta coleção de recortes de jornal, hoje organizados no *Fundo Carlos Lacerda* e disponíveis na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Outra biografia de Lacerda, esta mais voltada para sua atuação política e declaradamente crítica em relação ao biografado, de autoria de Marina Gusmão de Mendonça, se debruça sobre aspectos de sua personalidade, promovendo um diálogo entre Psicologia e História¹⁰⁷. Há outras obras de natureza biográfica sobre Lacerda, como o trabalho de seu sobrinho, o jornalista Cláudio

¹⁰⁵ Leonel Brizola, ex-governador gaúcho que crescia em prestígio dentro do PTB ainda não tinha um nome tão consolidado com a herança trabalhista quanto seu cunhado, Jango.

¹⁰⁶ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

¹⁰⁷ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.

Lacerda¹⁰⁸, e de alguns memorialistas, mas essas são orientadas no sentido de destacar certos eventos da carreira política ou pessoal do biografado e dos autores¹⁰⁹.

Em relação a Juscelino Kubitschek, acreditamos que a biografia realizada por Cláudio Bojunga¹¹⁰ representa para o biografado o que o livro de John Dulles representa para Lacerda. E, assim como no caso de Lacerda, outras biografias de Kubitschek abordam sua vida pessoal e política de maneira menos detalhada e metódica, limitando-se a reproduzir de maneira genérica ou memorialística aquilo que já se sabe sobre o biografado ou apresentando alguns novos depoimentos pessoais de membros da família ou pessoas ligadas a Kubitschek¹¹¹.

Com relação a João Goulart, acreditamos que a lacuna referente à sua biografia só recentemente começou a ser preenchida, uma vez que, entre 2006 e 2007 a editora da FGV lançou dois livros sobre este político. O primeiro – a coletânea de *artigos João Goulart, entre a memória e a História* – tem como objetivo, segundo a organizadora Marieta de Moraes Ferreira, não realizar uma biografia, mas conhecer melhor o “Jango histórico” e confrontá-lo com o “Jango da memória”¹¹². Já a segunda publicação, a coletânea *Jango, as múltiplas faces*, apresenta vários depoimentos de familiares, amigos, correligionários e outras personalidades, além de vasto material iconográfico sobre a vida João Goulart. Tais declarações fazem parte do acervo de depoimentos orais da própria FGV e são fontes importantes em nossa pesquisa. O livro, que teve como objetivo “o confronto, o debate de opiniões, abrindo a trajetória de Jango a leituras variadas”¹¹³, também vem acompanhado de textos de contextualização histórica para orientação do leitor.

Mais recentemente, Jorge Ferreira publicou a biografia *João Goulart*¹¹⁴, se igualando a Bojunga e Dulles no que se refere à elaboração de uma biografia vastamente detalhada e cronológica do terceiro vértice da Frente Ampla. Há também obras de memorialistas e simpatizantes¹¹⁵, e vale aqui destacar que João Pinheiro Neto escreveu três livros de memórias, um sobre cada um dos três líderes da Frente Ampla¹¹⁶. Há ainda a biografia *Jango*,

¹⁰⁸ LACEDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁰⁹ REBELLO FILHO, Antônio Dias. *Carlos Lacerda, meu amigo*. Rio de Janeiro: Record, 1981. PADILHA, Guimarães. *Lacerda, na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, 2010.

¹¹⁰ BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹¹¹ CONY, Carlos Heitor. *JK, memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982.

¹¹² FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart, entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

¹¹³ GOMES, Ângelo de Castro & FERREIRA, Jorge. *Jango, as múltiplas faces*. RJ: FGV, 2007, p. 10.

¹¹⁴ FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹¹⁵ OTERO, Jorge. *João Goulart, lembranças do exílio*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

¹¹⁶ PINHEIRO NETO, João. *Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Gryphus. 1998. *Juscelino, uma história de amor*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994. *Jango, um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

um perfil de Marco Antônio Villa, francamente negativa ao biografado e que, além de limitada cronologicamente – por não ser estender para além do golpe –, apenas reedita em cores novas os velhos argumentos de militares e detratores que buscavam justificar o golpe contra o seu governo¹¹⁷.

Baseado nestes trabalhos e em pesquisa nossa anterior¹¹⁸, consideramos importante fazer uma breve narrativa sobre os momentos em que as trajetórias políticas dos envolvidos cruzaram-se pela primeira vez até o início do Regime Militar, para entendermos por que a configuração do movimento foi considerada tão insólita.

Privilegiaremos a trajetória política de Carlos Lacerda pelos seguintes motivos: primeiramente, referente exclusivamente ao movimento, dentre os três líderes da Frente Ampla, Lacerda não foi apenas o principal articulador como foi o seu porta voz, a despeito do destacado papel do deputado Renato Archer a partir de meados de 1967. Foi Lacerda que atravessou o Atlântico a fim de se encontrar com Juscelino em Lisboa e foi ele que se dirigiu a Montevidéu para selar a entrada de Jango na Frente. Dos três, Lacerda era o único com os direitos políticos plenos e, portanto o único – caso não houvesse uma anistia aos cassados – com chances de alcançar a presidência da República em uma possível eleição no pós-1964.

Entretanto, mais importante do que o seu papel durante a constituição do movimento, acreditamos que a trajetória política de Lacerda norteando as outras duas se justifica pelo fato de que ele foi o único dos três que se constituiu como franco adversário em relação aos outros dois. Kubitschek e Goulart, lideranças máximas do PSD e do PTB, respectivamente, personificavam uma aliança eleitoral bem sucedida em várias ocasiões nas eleições federais do pós-54, tendo como elemento unificador o legado político de Vargas. Suas relações políticas, se não foram marcadas por demonstrações efusivas de alianças, ao menos eram expressas pela cordialidade. E a despeito do apoio de Juscelino à derrubada de Jango, ao declarar publicamente apoio e voto ao nome de Castelo Branco à presidência da República, este se justifica muito mais como contemporização de um fato consumado do que um apoio efetivo para a realização de um golpe, pois não há qualquer indício na bibliografia por nós estudada que indique que Kubitschek participara da conspiração para derrubar Goulart.

¹¹⁷ VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

¹¹⁸ Este capítulo é baseado em parte de nosso trabalho anterior. DELGADO, Marcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático”, Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, Juiz de Fora/MG, 2006.

2.2 O INÍCIO DE SUAS VIDAS PÚBLICAS E OS PARTIDOS QUE REPRESENTAVAM

A caminhada de Lacerda para a conquista da popularidade e prestígio, dentro e fora da UDN, se deu através de sua atuação oposicionista agressiva, verborrágica e sistemática contra Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos, além dos comunistas. Portanto, foi no combate contra esses atores políticos que Lacerda não apenas vai se configurando como uma liderança dentro da UDN, como também se torna um ícone da direita conservadora liberal sendo, por consequência, alvo de críticas e até mesmo de ódio por parte dos juscelinistas e, principalmente, dos getulistas, trabalhistas e comunistas.

Talvez por influência paterna¹¹⁹, enquanto ainda era estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Lacerda aproximou-se do PCB através da Aliança Nacional Libertadora¹²⁰. Seu rompimento com os comunistas aconteceria em 1939, durante o Estado Novo e já trabalhando como jornalista, através de uma reportagem sobre o PCB publicada na revista Observador Econômico e Financeiro¹²¹. Essa reportagem, que abordava de maneira crítica a história do partido até aquele momento, culminaria com uma séria acusação de delação e traição por parte de seus antigos companheiros de ANL. Tal acusação, considerada injusta por Lacerda, pois este afirmava que não havia nada que não fosse de conhecimento público sobre os dirigentes do PCB na reportagem, faria com que, segundo Marina Gusmão, fosse fomentado um grande rancor e um sentimento de revanche contra os comunistas¹²². Lacerda, de fato, sempre que se refere a esse episódio em suas memórias, o faz de maneira amargurada.

Ao final do Estado Novo, sob o processo de abertura política partidária com a Lei Agamenon de janeiro de 1945, Lacerda se posiciona politicamente contrário ao getulismo ao se filiar à União Democrática Nacional¹²³. O partido apresentava-se junto à opinião pública

¹¹⁹ O jornalista Maurício de Lacerda era filiado ao PCB e mantinha ligações no meio sindical.

¹²⁰ Lacerda nunca fora filiado oficialmente ao PCB, mas é digno de nota destacar que fora algumas vezes preso pela polícia ao participar de manifestações e comícios da Juventude Comunista e que, em 1935, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, lera “sumamente honrado” – com transmissão da rádio Nacional – a indicação de Prestes para a presidência honorária da ANL. In: PADILHA, Guimarães. *Lacerda, na era da insanidade*. Niterói: Nitpress, 2010, p. 61.

¹²¹ A exposição anti-comunista. In: Observador Econômico e Financeiro. Vol.3, nº 36, jan.1939.

¹²² GUSMÃO, Marina. Op. cit., p. 44-56.

¹²³ Um episódio simbolicamente importante para o fim do Estado Novo foi a entrevista de José Américo, em fevereiro de 1945, publicada no jornal *Correio da Manhã*, criticando fortemente o governo federal e a figura de Getúlio Vargas. Américo, que fora aliado político de Vargas até ser preterido em sua candidatura à presidência da República quando do golpe do Estado Novo, deu essa entrevista ao jovem e ainda desconhecido jornalista Carlos Lacerda. Foi a primeira entrevista a romper a censura do DIP e alcançou grande repercussão na época. Para a entrevista completa, com comentários do jornalista Carlos Lacerda, Ver: PINHEIRO NETO, João. *Lacerda, um raio sobre o Brasil*. Op. cit., p. 163-179.

como um partido da classe média urbana, sendo o legítimo herdeiro da “tradição liberal” brasileira, buscando suas origens em liberais históricos como Rui Barbosa e Teófilo Otoni. Mas, apesar da imagem que fazia de si mesma, a UDN portava-se de forma marcadamente conservadora, mesmo quando se propunha “progressista”, pois tinha uma forte penetração eleitoral nas zonas mais rurais e socialmente atrasadas do Brasil. A partir daí, Lacerda abraça apaixonadamente a campanha eleitoral udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes enquanto atacava Vargas, o *Queremismo* e os comunistas.

Em seu estudo sobre a UDN e o udenismo, Maria Victória Mesquita Benevides afirma que o liberalismo brasileiro sempre foi marcado pela ambiguidade, muitas vezes confundindo-se com o conservadorismo e reacionarismo. Boa parte do discurso golpista da UDN encontra sua base em Oliveira Vianna, pois compartilha essa visão:

O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas ao contrário, parental, clânica e autoritária [...] Não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir para o estágio em que se encontra até tornar-se liberal [...] Seria necessário um sistema político autoritário para que se pudesse construir uma sociedade liberal [...] ¹²⁴.

A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista heterogêneo, aos poucos vai sendo comandada por uma elite conservadora bacharelesca que não conseguiu deixar de lado sua origem autoritária e excludente em relação à participação de movimentos populares¹²⁵. Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como tendo herança getulista ou a sempre propalada “infiltração esquerdista”, era imediatamente tomado como prova de que aquela democracia não era legítima e, portanto, passível de ser derrubada. Daí o país conheceria um breve período de “governo de exceção”, suficiente apenas para finalmente construir a dita “verdadeira democracia”. Essa foi a tese de Lacerda durante as várias crises políticas institucionais entre 1945 e 1964, tendo Vargas como seu principal alvo, e após sua morte, os seus maiores “herdeiros”, Juscelino e Goulart, além dos comunistas.

No governo Dutra, Lacerda começa a repercutir esse discurso questionador da legalidade, afirmando que o Estado Novo teria “embrutecido” e “emasculado” a população brasileira, transformando a redemocratização num jogo marcado e viciado, tendo como resultado uma simples continuação da Ditadura por meio das eleições:

¹²⁴ Apud: SANTOS, Wanderley G. dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. SP: Duas Cidades, 1978, p. 99.

¹²⁵ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o Udenismo, a ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 223-239.

O que é hoje o Governo Dutra senão o de Getúlio coonestado pelas eleições? Se antes de 2 de dezembro podíamos reclamar das forças armadas o seu dever de defender o povo contra a usurpação da sua soberania, que excelente defesa encontra hoje a ditadura, restaurada e pintada de novo, na alegação de que foi consagrada nas urnas?¹²⁶

No início de 1946, começaram os trabalhos da Assembleia Constituinte. Lacerda fora encarregado pelo jornal *Correio da Manhã* de cobrir seus trabalhos. Em sua coluna diária, fazia uma série de ataques violentos contra os comunistas e contra os aliados de Getúlio Vargas, dentre eles o próprio presidente Dutra. Nos artigos, a amargura e o inconformismo pela derrota de Eduardo Gomes eram explícitos:

Mas as razões pelas quais combatíamos o governo do Sr. Getúlio Vargas subsistem - inclusive pela sobrevivência do próprio Senhor Getúlio. Se agora o arbítrio e a incompetência estão legitimados, nem por isto devem ser aceitos. O dever da oposição é hoje ainda mais sério do que dantes. Pois se antes havia a esperança da reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar este país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem¹²⁷.

Em 1947, Lacerda, já apelidado de “potrinho da UDN” por Virgílio de Melo Franco, foi eleito vereador no Distrito Federal representando o católico e conservador *Movimento Renovador*, atingindo a impressionante marca de 42,5% de todos os votos recebidos pela UDN no Rio de Janeiro. Em sua primeira eleição, Lacerda testara com sucesso a sua popularidade alcançada no *Correio da Manhã* e configurara-se, desde então, como um promissor quadro da UDN carioca. Mas, ao final do mesmo ano, em sinal de protesto à aprovação do Senado Federal da “Lei Orgânica do Distrito Federal”, que retirava da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito, Lacerda renunciava ao mandato, naquele que seria um dos primeiros atos carregados de dramaticidade de sua carreira política que se iniciava¹²⁸.

Voltando a 1945, nos meses seguintes à criação da UDN, outros partidos nacionais nasceriam, compondo assim o novo panorama político. Destes novos partidos, os principais foram o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos sob a influência direta de Getúlio Vargas.

¹²⁶ Bases para um partido sincero. *Correio da Manhã*, 17 abr. 1947.

¹²⁷ Os fósseis do demagodonte. *Correio da Manhã*, 13 mar. 1946.

¹²⁸ A carta de renúncia foi divulgada no Jornal O *Correio da Manhã* em sua coluna, “Na Tribuna da Imprensa”. BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 21-22.

O PSD foi inicialmente formado por membros oriundos do Estado Novo que se apoiavam na estrutura administrativa criada por Getúlio Vargas. De antigos interventores nos estados a prefeitos nomeados (dentre eles Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte, apadrinhado político de Benedito Valadares, ex-interventor em Minas Gerais); havia outros membros da administração pública estadonovista e funcionários públicos, além de proprietários rurais e industriais ligados ao projeto nacionalista de desenvolvimento¹²⁹. Lúcia Hippólito conclui que o partido se considerava uma agremiação de “centro”, apresentando, contudo, membros com posições reformistas (“Ala Moça”), conservadoras (“velhas raposas”) ou puramente fisiológicas¹³⁰. Somente durante a radicalização ideológica do início dos anos 60 é que o partido irá finalmente se definir à “direita”. O afastamento do PTB e a aproximação da UDN no posicionamento contrário ao projeto das Reformas de Base do governo João Goulart, acabou por provocar aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “paralisia decisória” dentro do sistema institucional partidário no Brasil, esgotando e paralisando as possibilidades das instituições democráticas de mediação do conflito, e abrindo caminho para a ação militar e a quebra institucional¹³¹.

Até o AI-2, o PSD foi o maior partido brasileiro, ocupando sempre a maior bancada na câmara federal e senado. O PSD elegeu dois presidentes (Eurico Gaspar Dutra em 1945 e Juscelino Kubitschek em 1955) e apoiou (não oficialmente) a candidatura vitoriosa de Getúlio Vargas em 1950. Nos Estados, também era bem sucedido nas urnas, elegendo sempre o maior número de governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores¹³². No entanto, é importante assinalar que o PSD nunca foi o partido mais poderoso em duas das principais unidades eleitorais do Brasil: São Paulo (dominado por Adhemar de Barros em crescente disputa com Jânio Quadros) e o Distrito Federal (onde era mais polarizada a disputa entre UDN e PTB).

O médico urologista Juscelino Kubitschek – o mais velho entre os três líderes da Frente Ampla – começou sua carreira política ainda em 1933. Graças a contatos políticos advindos da tradicional família de sua esposa, Sara Gomes de Lemos, Juscelino começa na política como chefe do Gabinete Civil do governo interventor de Benedito Valadares, filiando-se em seguida ao Partido Progressista de Minas Gerais, pelo qual seria eleito, no ano seguinte, para o seu primeiro mandato como deputado federal. Sem abrir mão da carreira de

¹²⁹ HIPPLITO, Lúcia. *PSD, de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Passim.

¹³⁰ Idem, ibidem, p. 37.

¹³¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Cálculo do Conflito. Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Passim.

¹³² SCHIMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil 1945-2000*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 18.

médico, Juscelino aumenta sua influência junto ao seu grupo político até ser convidado por Valadares para assumir o cargo de prefeito de Belo Horizonte em 1940, agora sob o Estado Novo. A despeito da recusa inicial, Kubitschek assume a prefeitura e desenvolve uma administração que termina com alta popularidade e prestígio dentro e fora do estado.

Nos meses iniciais de 1945, Juscelino participou ativamente da criação do PSD. Com a deposição de Vargas em outubro do mesmo ano, o ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal que assumira provisoriamente o poder, toma como uma de suas medidas a substituição dos interventores por representantes do Poder Judiciário e afastamento dos prefeitos por eles nomeados, dentre eles Kubitschek.

O resultado da eleição de finais de 1945 expressou uma ampla vitória do PSD, que tornou-se então o maior partido do país. Eurico Gaspar Dutra, graças ao apoio tardio de Vargas, conquistou a presidência da República e Kubitschek foi eleito novamente deputado federal constituinte.

Nas eleições de 1950, o PSD mineiro escolhe Kubitschek para disputar as eleições para governador do estado. Ao fim deste mandato, também marcado por grandes obras de infraestrutura e alta popularidade, Kubitschek se colocará como o nome mais forte do partido para disputar a presidência da República nas eleições de 1955.

A terceira força partidária no período também foi formada dentro da herança getulista. Se o PSD havia sido formado pela elite dirigente ligada ao Estado Novo, o PTB teria sua origem mais ligada ao lado trabalhista, popular, operário e, sobretudo, urbano. Tendo em sua formação líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho, o PTB se propunha a criar um “legítimo partido da classe trabalhadora”¹³³. Porém, conforme observa Maria Celina D’Araújo, há um exagero sobre esse perfil “popular e operário” do partido. Analisado o PTB ao longo dos anos até 1964, a pesquisadora constata que o partido também teve em seus quadros alguns membros da elite, como empresários, grandes negociantes, comerciantes, fazendeiros e altos burocratas¹³⁴. A liderança máxima do PTB era, obviamente, Getúlio Vargas, mas dentre as outras que foram se firmando ao passar do tempo, João Goulart sem dúvida passou a ser considerado como o maior herdeiro político, principalmente após o suicídio de Vargas, em agosto de 1954.

¹³³ DELGADO. Lucília de Almeida. *PTB, do Getulismo ao Reformismo, 1945-1954*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 33-37.

¹³⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma & Poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 44-45.

Nos meses finais do Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro, agora finalmente na legalidade (desde meses após a sua fundação em 1922, o partido mantinha-se na clandestinidade), chegaria a ter uma participação importante nas eleições daquele ano, conseguindo eleger quatorze deputados federais, um senador (Luís Carlos Prestes) e apoiando um candidato à presidência da República, o ex-prefeito de Petrópolis Yeddo Fiúza, que atingiu a expressiva marca de 9,7% dos votos válidos¹³⁵. Entretanto, o registro do PCB seria novamente cassado em 1947 durante o governo Gaspar Dutra, seguido da cassação em janeiro de 1948 de todos os eleitos do partido nos pleitos de 1945 e 1947, passando o partido a atuar novamente na clandestinidade.

Entretanto, a despeito do marcante caráter ideológico por trás da cassação do PCB, Lucília de Almeida Neves¹³⁶ assinala que esta não ocorreu apenas por força da Guerra Fria e da sua consequente polarização ideológica global. O PTB era, na sua origem, notadamente anticomunista, mas disputava com o PCB o mesmo público eleitoral: a classe trabalhadora e os sindicatos. O processo de cassação dos comunistas recebeu o apoio decisivo do PTB num processo de disputa direta pelo eleitorado urbano-operário. O fato é que, depois da cassação do registro do partido, o PTB (que havia tido um começo tímido nas eleições de 1945) conheceu uma contínua ascensão, chegando a segundo maior partido no Congresso Nacional em 1963, passando a UDN em número de deputados¹³⁷.

João Belchior Goulart, então jovem membro de uma rica família de estancieiros gaúchos que mantinha longa amizade com a família Vargas, é lançado candidato a deputado estadual apadrinhado pelo ex-ditador nas eleições estaduais de início 1947. Assim que Vargas reassume a presidência da República, desta vez “nos braços do povo”, em fevereiro de 1951, Goulart licencia-se da Câmara para assumir a Secretaria do Interior e Justiça a convite do padrinho, enquanto vai gradativamente assumindo cargos dentro do PTB estadual até assumiu a presidência do diretório nacional do partido no ano seguinte, onde ampliaria suas bases sindicais¹³⁸.

Mas, sem dúvida, Jango só começará a ganhar envergadura de liderança nacional quando assume o Ministério do Trabalho em junho de 1953. Sua gestão no Ministério,

¹³⁵ A campanha eleitoral à presidência do candidato Yeddo Fiúza ajudaria a construir a imagem de feroz anticomunista de Carlos Lacerda. Em finais de novembro de 1945, Lacerda publicou diariamente artigos no *Diário Carioca* contra Fiúza. Tais artigos seriam organizados posteriormente no livro *O Rato Fiúza* pela editora Moderna do Rio de Janeiro em 1946. BRAGA, Sergio (org.). *Carlos Lacerda, Na Tribuna da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 19.

¹³⁶ DELGADO, Lucília de Almeida. 1989, Op. cit., p. 38-46.

¹³⁷ SCHIMITT, Rogério. Op. cit., p. 17.

¹³⁸ FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.102

polêmica e ao mesmo tempo positiva, abre caminho primeiramente para uma candidatura mal sucedida ao Senado em 1954. Porém, ela também possibilita duas vitoriosas candidaturas à vice-presidência em sequência, o que, graças à renúncia de Jânio Quadros, o levará a presidência da República.

2.3 O JORNALISTA LACERDA, O OPOSITOR DO LEGADO GETULISTA DE KUBITSCHKE E GOULART

Julgamos interessante destacar que dos três líderes da Frente Ampla, Lacerda foi o único que iniciou sua militância política sem grandes apadrinhamentos políticos. Participando, como estudante, de um movimento de massa esquerdista, converte-se ao anticomunismo durante o Estado Novo ao trabalhar como jornalista. Sua atuação na imprensa contra o getulismo e o comunismo fez com que alcançasse popularidade cada vez maior junto ao eleitorado udenista. Mas seu primeiro grande passo na conquista de espaço dentro do partido foi o seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*, em finais de 1949.

Durante a campanha sobre a exploração e refino do petróleo no Brasil em 1949, Lacerda pede demissão do *Correio da Manhã* em função da censura, feita pelo proprietário do jornal, Paulo Bittencourt, sobre vários de seus artigos contra o Grupo Soares Sampaio, interessado na questão¹³⁹. Mas apesar da demissão, Lacerda consegue um acordo mantendo os direitos sobre o título “Na Tribuna da Imprensa”, nome de sua coluna desde 1946.

Em dezembro no mesmo ano, Lacerda consegue fundar seu jornal¹⁴⁰ graças a uma grande mobilização de políticos udenistas, intelectuais católicos conservadores ligados ao Grupo Dom Vital, e também:

[...] de grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo¹⁴¹.

¹³⁹ MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 100.

¹⁴⁰ Oficialmente, Lacerda possuía apenas 10% das ações do jornal Tribuna da Imprensa. Mas desde a fundação do jornal, fora indicado pelo Conselho Consultivo da “Sociedade Anônima Editora Tribuna da Imprensa” como diretor-presidente do jornal, tendo ainda procuração da maioria dos acionistas, garantindo seu controle total nas assembléias e na administração. MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 101.

¹⁴¹ Idem, Ibidem.

No início, o jornal contava com um Conselho Consultivo, mas segundo o jornalista Carlos Chagas: “Lacerda decidia qual a manchete e diagramava a primeira página, escrevia artigos e editoriais, mudava reportagens, transplantava colunas e imprimia o seu toque pessoal em todas as páginas”¹⁴². Sobre a motivação ideológica e a sua base social do *Tribuna da Imprensa*, Carlos Chagas é direto:

Para fundar o jornal, anunciando desde o início como uma trincheira de resistência contra o getulismo, que emergia, e o comunismo, que não tinha submergido, Lacerda abriu subscrição pública, a que a classe média puritana não faltou¹⁴³.

Em seu primeiro editorial, Lacerda explicitava seu comando: “Esta é a minha tribuna, na qual não tenho o cativeiro da outra”¹⁴⁴, referindo-se também ao ex-patrão. O *Tribuna da Imprensa* aparece, portanto, como uma verdadeira tribuna a serviço de um jornalista-político que, a partir de então, tornar-se-ia não só um crítico ao governo, mas também se apresentaria como uma opção para projetos maiores do partido. Como identificou Luiz Vítor Tavares de Azevedo em seu estudo sobre o discurso de Lacerda no jornal entre 1953-1955:

A retórica empregada no discurso lacerdista, abusiva no uso de adjetivações, não deve ser vista simplesmente como forjadora de metáforas lancinantes, mas, principalmente, como instrumento de persuasão, ou seja, a ressonância através da busca de adesão¹⁴⁵.

A aproximação das eleições de 1950 e a possibilidade da volta de Getúlio Vargas ao poder radicalizavam ainda mais seu discurso de Lacerda no *Tribuna da Imprensa*. Em pleno clima eleitoral e com os candidatos já definidos, no dia primeiro de junho Lacerda publica aquele que é considerado um dos seus editoriais mais famosos e polêmicos:

Uma vitória do brigadeiro não dividiria senão pacificamente a nação. Não há inimigos, aí, há unicamente adversários. Uma vitória do Sr. Getúlio Vargas seria [...] a divisão do Brasil em duas partes: a parte dos que aclamariam a volta da traição, até que se desenganassem tardiamente, e a parte, também numerosa, dos que não se conformariam com essa situação - e iriam às armas, e impediriam pelas armas se necessário, a volta do Sr. Getúlio Vargas ao poder¹⁴⁶.

¹⁴² CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque, 1808-1964*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, p. 591.

¹⁴³ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁴ Editorial. *Tribuna da Imprensa*, 27 dez. 1949, p.1.

¹⁴⁵ AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. Op. cit., p. 114.

¹⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*. 01 jun. 1950, p1.

Seguindo, temos o trecho mais radical e célebre do editorial:

O Sr Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar¹⁴⁷.

A vitória de Vargas, decretando a segunda derrota da UDN, provoca profundo sentimento de revanche em Lacerda. Como Vargas não vencera por maioria absoluta, os “bacharéis da UDN” advogavam polêmica tese da “maioria absoluta” junto ao STF. Por essa proposta, deveria haver um segundo turno, não previsto pela Constituição de 1946. Como a tese não foi aprovada, Vargas assume o governo enquanto Lacerda radicaliza sua oposição, inclusive contra udenistas que aceitaram fazer parte do governo de “conciliação” proposto por Vargas em seu início, como Juraci Magalhães na presidência da Petrobrás.

Ao se aproximar de setores conservadores militares como a *Cruzada Democrática*¹⁴⁸, da Aeronáutica (ligadas ao Brigadeiro Eduardo Gomes), da Marinha (como o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952)¹⁴⁹ e de grupos católicos de direita¹⁵⁰, o discurso lacerdista também vai tomando feições reacionárias. A ligação de Lacerda com os militares pode ser entendida como uma convergência de interesses. Como assinala José Murilo de Carvalho, Juarez Távora, um dos “tenentes” da década de 20 e apoiador de Vargas nos anos 30, lideraria uma corrente política dentro das Forças Armadas no pós-45 voltada para um projeto que defendia uma “modernização conservadora” de cunho liberal para o Brasil e que se colocaria como adversária tanto de Vargas como de sua herança política, além de, evidentemente, qualquer movimento esquerdista¹⁵¹.

Os caminhos de Lacerda e Goulart finalmente se cruzarão pela primeira vez durante o segundo governo Vargas, a partir de fevereiro de 1954, quando da questão do reajuste de 100% salário mínimo, defendido pelo então Ministro do Trabalho.

Como não poderia ser diferente, a *Tribuna da Imprensa*, alinhada ao Conselho Nacional de Economia, aos industriais e ao “*Manifesto dos Coronéis*”, colocar-se-ia francamente contra o aumento. Algumas críticas do jornal ao aumento, beirando a inverossimilhança, são destacadas por Ana Maria Laurenza:

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁸ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., 1981, p. 101.

¹⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 143.

¹⁵⁰ MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 95.

¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.129-130.

Em 29 de abril de 1954, na página 2, a manchete da Tribuna era: “Salário Mínimo: Surpresa de 1º de Maio”. Em 30 de abril, também na página 2: “Salário Mínimo CR\$ 2.400,00: Publicidade de Vargas”. Em 4 de maio, na página 2: “Salário Mínimo Traz Confusão”. Em 6 de maio, na página 2: “Salário Mínimo: Operários Receiam o Futuro” [...] Na edição de 5 de maio: “Primeiras consequências do novo salário: ameaça de desemprego, aumento geral da vida”¹⁵².

O resultado da campanha contrária é conhecido. Apesar de toda a pressão, Vargas concorda em manter o aumento proposto por Jango, mas o demite em seguida a fim de amenizar a crise político-militar. A partir desse episódio, Goulart ficaria marcado pelos seus adversários eternamente como um elemento perigoso, simpático aos comunistas, com ligações estreitas com os sindicatos e capaz de políticas ditas populistas. Dentro das Forças Armadas, os então coronéis de 1954 ainda se lembrariam desse episódio quando da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e na crise de março de 1964, quando já haviam se tornado generais.

Mas nenhum outro momento do segundo governo Vargas, e quiçá da República brasileira, foi tão dramático quanto o mês de agosto de 1954, capaz de gerar até romances e mini-séries de televisão com enorme apelo popular¹⁵³. Há uma vasta biografia sobre o período, portanto, não nos permitiremos um aprofundamento nos eventos que culminaram no “atentado da rua Toneleiros”¹⁵⁴ contra a vida de Lacerda e tampouco sobre o suicídio de Vargas, resultados de uma cadeia de acontecimentos que marcam a escalada da radicalização oposicionista contra o governo federal.

Ao sair da vida para entrar na história, Vargas consegue, mesmo que de maneira involuntária, atrapalhar os planos da UDN. De suspeito de ser o mandante do atentado da Toneleiros, Vargas se transforma na grande vítima da crise. Lacerda, de alvo de um atentado passa a ser o “assassino” do presidente. Para os getulistas, Lacerda, o corvo¹⁵⁵, agora se

¹⁵² LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano*. São Paulo: Senac: 1998, p. 149.

¹⁵³ Estamos nos referindo ao romance ficcional de Rubem Fonseca, *Agosto*, e à série de televisão por ele inspirado, de mesmo nome, produzida pela TV Globo na década de 1990.

¹⁵⁴ Na madrugada de cinco de agosto de 1954, na porta do edifício em que morava na rua Toneleiros em Copacabana, Carlos Lacerda, acompanhado de seu filho Sérgio – de 15 anos – e do major-aviador Rubens Florentino Vaz, sofrera uma tentativa de assassinato por dois pistoleiros. O tiroteio resultante da ação causou a morte do major e um ferimento à bala no pé esquerdo do jornalista. Os pistoleiros fugiram com a ajuda de um taxista que os esperava numa rua transversal. O guarda municipal Sávio Romeiro, que passava no local envolvera-se no conflito e seria baleado na perna, mas conseguiria anotar a placa do taxi usado pelos pistoleiros. Os jornalistas do *Diário Carioca* Otávio Bonfin, Deodato Maia e Armando Nogueira, dentro de um carro estacionado a poucos metros do edifício, testemunharam a cena. A investigação do crime chegou ao mandante como sendo o chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato.

¹⁵⁵ Esse apelido, que acompanharia Lacerda por toda sua vida, nasceria de um episódio sem qualquer relação com o governo Vargas. Em 11 de maio de 1954, o repórter policial Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, ao entrar

transfigura em carrasco. Para os udenistas, Lacerda, mais do que nunca, é o herói na luta contra o getulismo, o que lhe garante a eleição a deputado pelo Distrito Federal no mesmo ano. De agora em diante, Lacerda não seria apenas uma arma política da UDN na mídia. Ele entrara em definitivo no jogo político como protagonista e seu nome estava conhecido o suficiente para alcançar uma popularidade singular, sobretudo junto à classe média, que se espelhava em seu discurso moralista. Com a morte de Vargas, sua verborragia agora se coloca principalmente contra os “Gregórios”¹⁵⁶ que, com as eleições presidenciais em 1955, seriam, principalmente, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Temendo a volta do grupo político afastado em agosto de 1954, com a posse de Café Filho na presidência, Lacerda voltaria com a tese da “falsa democracia” intoxicada pelo getulismo. Defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos e a instauração de um “regime de exceção” no qual as ditas forças democráticas fariam a verdadeira reforma das instituições brasileiras para que assim a “verdadeira democracia” fosse criada no Brasil¹⁵⁷. O discurso radical e golpista de Lacerda o aproximou ainda mais dos militares udenistas ligados à *Cruzada Democrática* e à *Cruzada Anticomunista*.¹⁵⁸ Dentre os principais aliados de Lacerda no anticomunismo estava o jornalista Amaral Netto, fundador do reacionário *Clube da Lanterna*, e o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da *Cruzada Brasileira Anticomunista* em 1952.

Enquanto Lacerda lutava na imprensa para que a eleição de 1955 não fosse realizada, Kubitschek enfrentava uma séria disputa na Executiva do PSD mineiro contra seu ex-padrinho político Benedito Valadares, ganhando a indicação para a presidência por apenas um voto de diferença.

Além disso, setores dissidentes do PSD e o presidente Café Filho, tentariam obstruir a candidatura de Juscelino. Em encontro realizado no Palácio do Catete em janeiro de 1955, Kubitschek dissera ao presidente, após este lhe pedir para que retirasse sua candidatura: “No

em discussão com policiais do Rio de Janeiro, acaba sendo duramente espancado, vindo a falecer dias depois. A morte causou indignação, levando o corpo a ser velado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de inúmeras autoridades e jornalistas. Dentre eles, estava Lacerda, que discursando atacou duramente o governo Vargas. Lacerda, ao se colocar ao lado do corpo, com expressão de profundo pesar, causou repulsa em Samuel Wainer, proprietário do jornal *Ultima Hora*, pois via nisso uma tentativa de promoção pessoal. Wainer pede ao cartunista Lan que retratasse o jornalista velando o cadáver como se fosse um corvo. Publicada dias depois do velório, a repercussão da charge foi tão grande que abriria uma série de outras charges representando Lacerda como a ave de mau agouro.

¹⁵⁶ Em alusão a Gregório Fortunato, chefe da segurança pessoal de Vargas e que assumiu toda a culpa pelo planejamento e aliciamento dos pistoleiros do atentado da rua Toneleiros.

¹⁵⁷ DULLES, John W. Op. cit., p. 201-203.

¹⁵⁸ BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o Udenismo, a ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 97-98.

dia em que o governador de dez milhões de brasileiros, em ordem com todos os preceitos legais, e ainda por cima indicado pelo partido de maior eleitorado no país, não puder ser candidato, acabou-se a democracia no Brasil”¹⁵⁹. Sua candidatura seria confirmada pela convenção nacional do PSD em fevereiro de 1955¹⁶⁰ e receberia o apoio da ala nacionalista das Forças Armadas e dos comunistas. Cartazes com o busto do líder comunista Luis Carlos Prestes eram divulgados com apoio explícito a Kubitschek e Goulart.¹⁶¹ Décadas depois, Prestes, em entrevista: “Em 54, nós aprovamos um programa onde combatíamos qualquer candidatura à presidência da República. Era a tese do voto em branco, mais uma vez. Mas voltamos atrás e resolvemos apoiar Juscelino”¹⁶².

A indicação de Kubitschek com o apoio dos comunistas o coloca como o principal alvo da metralhadora de palavras lacerdista, identificado imediatamente como herdeiro do getulismo, chamado de “o condensador da canalhice nacional”¹⁶³.

A UDN buscava um candidato de “união nacional”, isto é, uma candidatura contra as forças getulistas. O nome de Etelvino Lins foi lançado em abril com grande apoio de Carlos Lacerda, mas não ganhou força, e com a desistência do candidato, logo foi substituído pelo General Juarez Távora, que já havia sido lançado oficialmente pelo Partido Democrata Cristão (PDC) com apoio de Jânio Quadros, que buscava dividir os votos de São Paulo para prejudicar Adhemar de Barros, também candidato à presidência. Lacerda, resignado, participou da campanha do General sem entusiasmo: “Resisti muito à candidatura do Juarez, porque de novo senti que era uma causa perdida”¹⁶⁴.

Dando sequência a sua campanha contra Juscelino Kubitschek e João Goulart (nesse ponto da campanha definido como candidato a vice-presidente pelo PTB), Lacerda protagonizaria outro episódio polêmico, que lhe renderia a pecha de “falsário” pelos seus adversários: a “Carta Brandi”.

Em setembro, via rádio e televisão, Lacerda lê uma carta, datada de dois anos antes, supostamente escrita pelo deputado argentino Antonio Brandi e endereçada a João Goulart. Esta relatava o curso dos entendimentos que ambos vinham mantendo com Juan Domingo Perón, com o objetivo implantar no Brasil uma “República Sindicalista”. O inquérito policial-militar instaurado concluiu a falsidade da carta.

¹⁵⁹ Apud: CHAGAS, Carlos. Vol. 1, Op. cit., p. 66.

¹⁶⁰ WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto, uma biografia do Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 68-69.

¹⁶¹ MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. *Prestes, luta e autocrítica*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 240.

¹⁶² Idem, p. 137.

¹⁶³ WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 65-64.

¹⁶⁴ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 156.

Apesar da crise, as eleições foram realizadas. O resultado, apertado: Juscelino teve 36% dos votos, Juarez Távora em seguida com 30%, Adhemar de Barros com 26%, e Plínio Salgado com 8%. A divisão dos votos de São Paulo foi decisiva para garantir a vitória de Juscelino. Com essa nova derrota, a UDN adotaria novamente a prática da contestação do resultado eleitoral com a antiga tese da maioria absoluta, acrescida do pedido de anulação dos votos dos comunistas.

Retornando ao argumento do polêmico editorial anteriormente dedicado a Getúlio Vargas, o *Tribuna da Imprensa* de 9 de novembro, o traz sob título “Não podem tomar posse”:

É preciso que fique claro que o presidente da Câmara não assumiu o Governo da República para preparar a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse [...] A consciência nacional, o povo revoltado, as Forças Armadas mobilizadas pelo Brasil não permitirão, agora, que novo desvirtuamento se dê. Juscelino e Jango não podem tomar posse [...] ¹⁶⁵

O General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra, mantinha-se sólido na defesa de legalidade. Sua lendária neutralidade, até então quebrada uma única vez (tinha colocado sua assinatura no “*Manifesto dos Generais*” pedindo a renúncia de Vargas durante a crise de agosto de 1954), foi um dos motivos que fizeram com que Juarez Távora o indicasse como um nome “neutro” e de “união” para ocupar o Ministério da Guerra de Café Filho. No dia 8 de novembro, o deputado José Maria Alkmim, braço direito de Kubitschek e considerado o “líder civil” da Novembrada, encontrou-se com Lott e o alertou sobre o golpe em andamento¹⁶⁶. Segundo Alkmim, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, que ocupava o cargo de presidente da República enquanto Café Filho se mantinha afastado por motivos de saúde, demitiria Lott abrindo espaço para o golpe. Os acontecimentos se precipitaram no dia 10 com o pedido de demissão de Lott do Ministério, com a iminente movimentação golpista.

Na madrugada do dia 11, apoiado por outros generais legalistas do *Movimento Militar Constitucionalista* (MMC), Lott depõe Carlos Luz, naquele que ficou conhecido como o “Golpe da Legalidade” ou “Novembrada”, segundo versão dos derrotados. A presidência é então entregue ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que decreta o estado de sítio por 30 dias e garante a posse de Kubitschek.

¹⁶⁵ Editorial. *Tribuna da Imprensa*. 09 nov. 1955.

¹⁶⁶ WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 113.

Carlos Luz, com alguns de seus Ministros, Carlos Lacerda, Pena Boto e outros militares, rumam para a cidade de Santos a bordo do cruzador *Tamandaré* na manhã do mesmo dia. A iniciativa fazia parte dos planos do brigadeiro Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica, de organizar a resistência a partir de São Paulo, mas fora imediatamente frustrada pelo então governador Jânio Quadros.

2.4 O DEPUTADO FEDERAL LACERDA VERSUS O GOVERNO KUBITSCHKEK - GOULART

O governo Kubitschek apostou no desenvolvimento com participação do capital estrangeiro, aproveitando-se inicialmente da política econômica de estímulo industrial criada durante o governo Café Filho. Além disso, a atuação pacificadora de Teixeira Lott, mantido Ministro da Guerra, junto às Forças Armadas; o bom funcionamento da coligação PSD-PTB; os elos com o empresariado através da chamada “Administração Paralela”; somado ao carisma pessoal de Kubitschek, ajudam a explicar a estabilidade política de seu governo¹⁶⁷. Entretanto, é importante que seja destacado, as Forças Armadas não estavam totalmente unidas. O governo Kubitschek sofreria duas pequenas quarteladas, sem grandes perigos para o regime, mas que expressavam uma insatisfação latente contra os vitoriosos de 11 de novembro de 1955, sobretudo na Aeronáutica.

Carlos Lacerda, ainda o principal ícone da oposição, terá uma atuação mais discreta e menos demolidora se comparada ao período anterior, mas no primeiro dia do governo dos “50 anos em 5”, a *Tribuna da Imprensa* deixava claro que: “Começa hoje a ofensiva da oposição contra Kubitschek”¹⁶⁸.

Temendo os discursos lacerdistas, Juscelino, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, baixa em outubro de 1956 uma portaria acrescentando uma cláusula aos contratos de concessão de rádio e TV – a chamada Cláusula R –, segundo a qual as empresas concessionárias ficavam proibidas de produzir programas obscenos ou que contivessem insultos às autoridades públicas. Com isso, Lacerda estava vetado nas rádios e TV brasileira. A “Portaria Rolha” (12/10/1956), como ficaria conhecida a nova lei de imprensa, seria

¹⁶⁷ BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. cit., 1979. Passim.

¹⁶⁸ Tribuna da Imprensa. 01 fev. 1956, p. 1.

suspensa por decisão do Tribunal Superior Eleitoral no fim de 1958¹⁶⁹. Na década seguinte, durante as negociações da Frente Ampla, Kubitschek justificar-se-ia a Lacerda dizendo: “Eu não era maluco, não ia deixar você ir à TV pra me derrubar”¹⁷⁰.

A despeito da censura na rádio e televisão, a *Tribuna da Imprensa* continuaria com seus ataques aos “golpistas de novembro”, com denúncias de corrupção, sobretudo após a criação da NOVACAP, estatal responsável pelas obras de Brasília. Os ataques continuariam também contra um suposto “nacionalismo getulista”, conduzido por Kubitschek com a ajuda de Lott – que também passaria a ser alvo de ataques impiedosos por ser identificado como o principal responsável pela vitória dos legalistas em novembro de 1955.

Em 25 de novembro de 1956, o presidente, de maneira precavida e evitando maior radicalização política, ordena o fechamento do *Clube da Lanterna*, junto com sua opositora, a *Frente de Novembro*. Este último, um movimento composto por civis e militares nacionalistas e legalistas, tinha o vice-presidente João Goulart como um dos seus principais membros¹⁷¹.

Sobre o fechamento do *Clube da Lanterna*, a *Tribuna*, em 26 de novembro, critica Kubitschek por ter fechado “o clube que o denunciava como desonesto”. Na página 3, reproduzia um depoimento inconformado de Amaral Neto, fundador do clube e líder dos “lanterneiros”: “Enquanto a Frente se compõe de pelegos, comunistas e conhecidos ladrões dos dinheiros públicos, o Clube é uma organização composta de pessoas de vida limpa e decente e sem quaisquer ligações com militares ou com o governo”.

Como dissemos, o governo Kubitschek foi marcado por uma maior estabilidade política se comparada aos demais governos que o margeiam, mas estabilidade não significa conformismo, e todas as nuances políticas e ideológicas continuaram a ocupar espaço na vida pública do país. Até os dias de hoje, se consagra o caráter conciliador de Kubitschek, como ficou claro na popular mini-série televisiva JK, produzida pela TV Globo, veiculada no primeiro semestre de 2006. Ele ajudou a consolidar o dito “estilo mineiro de governar”, que significa abrir concessões, não expor publicamente suas desavenças, buscar o diálogo, não partir para o confronto direto e agir de maneira discreta e astuta. Contudo, apesar do que nos diz esse arquétipo do político mineiro, nem sempre Kubitschek mantinha essa “aura conciliadora”, como demonstrou o episódio da “Cláusula R” e a posterior tentativa de cassação do mandato de seu maior adversário, Carlos Lacerda, em maio de 1957.

¹⁶⁹ Apud: MOTTA, Marly. A Política como arte de conciliar. RJ: FGV-CPDOC. Acessado em 11 de janeiro de 2010. <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_politica_como_a_arte_de_conciliar.asp>.

¹⁷⁰ CHAGAS, Carlos. Vol.2, Op. cit., p. 781.

¹⁷¹ FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 213-216.

Além de Kubitschek, Lacerda voltava-se também contra João Goulart. Tentando atingir o vice-presidente, em 27 de março de 1957, Lacerda lê na tribuna um telegrama codificado e secreto da embaixada brasileira em Buenos Aires. O telegrama abordava um antigo inquérito feito pelo exército argentino, implicando diretamente João Goulart, ao investigar um suposto acordo deste com o Juan Perón, então presidente da Argentina. Tratava-se de uma operação ilegal com madeiras de Pinho para levantar recursos para a campanha de Getúlio Vargas em 1950.

Isso acabaria por reeditar o caso Brandi. Os adversários de Lacerda, além de resgatarem a pecha de falsário, o acusariam agora de traidor, pois argumentavam que a leitura de tal telegrama possibilitaria a quebra de um código secreto do Itamaraty. A partir daí, Lacerda sofreria um processo de pedido de cassação de seu mandato de deputado federal.

O discurso de defesa de Lacerda na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 7 de março de 1957, durou aproximadamente 10 horas e está marcado nos anais do Congresso Nacional¹⁷². Lacerda consegue salvar o seu mandato em votação apertada, mas impõe aquela que talvez tenha sido a maior derrota política de Kubitschek durante o seu governo.

Em 1960, o governo Kubitschek entra em seu último ano mostrando sinais de esgotamento do seu modelo de desenvolvimento. O aumento da inflação e do custo de vida, aliado ao endividamento público, requeriam do próximo presidente uma postura ortodoxa na política econômica, com corte de gatos públicos e medidas restritivas ao crédito. Essa visão, compartilhada inclusive pelo próprio Kubitschek, definiria o quadro sucessório. De olho em 1965, JK não se empenharia na vitória do candidato do PSD, o General Henrique Lott, e deixaria para a UDN, que apoiava Jânio Quadros, o incomodo e impopular encargo de governar com tesouras nas mãos.

Lacerda, que havia sido reeleito deputado federal em 1958, consolida-se como o principal nome da UDN carioca. Com a construção de Brasília, a antiga capital iria transformar-se no Estado da Guanabara, tendo a eleição para seu governo marcada para 1960, junto com as presidenciais. O principal reflexo da liderança lacerdista na UDN carioca seria o lançamento de seu nome para concorrer essas eleições, o qual venceria com uma diferença de apenas 2% em relação ao segundo colocado. Curioso que, neste episódio, a antiga tese da “maioria absoluta” sequer foi tocada pelo vencedor.

¹⁷² Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro. <<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron1.htm>> Acessado em 3 jul. de 2010.

2.5 DA RENÚNCIA AO GOLPE: AS CRISES DE 1961 E 1964.

Em 1961, com a vitória de Jânio Quadros, a UDN finalmente chega ao governo federal através do voto, mesmo que indiretamente. Com a eleição de Lacerda na Guanabara e Magalhães Pinto em Minas Gerais, além de outros estados, a UDN não seria mais simplesmente um “partido de oposição”.

O governo Jânio Quadros, em seus primeiros meses, desagradava tanto a direita quanto a esquerda. Colocando-se acima dos partidos políticos, apresentava-se sob uma face autoritária, enfraquecendo o Congresso e, por conseguinte, aumentando a centralização no Executivo, adotando um modo de governar personalista que inquietava seus aliados liberais, sobretudo os antigetulistas.

Enquanto sua política interna delineava uma face cada vez mais conservadora, moralista e ortodoxa na questão cambial e fiscal, agradando os setores liberais e os credores e investidores estrangeiros, procurou estabelecer uma política externa independente e aberta a relações com todos os países, inclusive os comunistas, o que provocou protestos de inúmeros setores e grupos que o apoiavam, dentre eles, a UDN e o governador Carlos Lacerda. Advogamos a tese de que essa política externa independente era parte de um projeto pessoal do presidente a fim de se apresentar como uma liderança do Terceiro Mundo não alinhada ao confronto bilateral EUA x URSS. A isso nos remete ao próprio Jânio Quadros, que durante a campanha presidencial, em discurso, teria dito: “Nosso tempo é um crematório de ideologias”¹⁷³.

Com o aumento da mobilização do movimento sindical, estudantil e das Ligas Camponesas, em franco crescimento desde o governo Kubitschek, notou-se um incremento nos movimentos políticos que buscavam reformas estruturais na sociedade brasileira de cunho progressista. Este mantinha uma relação ambígua com o governo Quadros. Ora apoiando a política externa independente, ora atacando a política conservadora na economia, sobretudo o arrocho salarial e o corte de investimentos públicos.

Com as propostas de mudanças na sociedade, as chamadas Reformas de Base, e o aumento da participação de movimentos de setores populares no debate político, a UDN, juntamente com setores do PSD e parte da grande imprensa e dos militares conservadores, passam a defender a manutenção da Constituição a qualquer custo, a denunciar a “subversão”

¹⁷³ Apud: MARKUN, Paulo & HAMILTOB, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 16.

do governo federal e o perigo comunista. A luta, que antes era principalmente contra o “populismo getulista”, agora passa a ser contra as “reformas” e a “esquerdização” do Brasil.

Esse caráter dúbio e instável causa conflito entre o governo e lideranças udenistas, em especial, Carlos Lacerda, que ameaçava (ou blefava) com a renúncia do governo do Estado da Guanabara por se sentir “culpado” pelos descaminhos de Quadros¹⁷⁴. No dia 23 de agosto, a *Tribuna* estampa na primeira página: “Política externa de Jânio não tem apoio do povo”. O fato é que a política externa independente de Jânio Quadros revoltou aqueles que tinham o anticomunismo como uma de suas principais bandeiras. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o ano de 1961 marcaria o início de um “Grande Surto Anticomunista”¹⁷⁵, contextualizando-o com o auge da Guerra Fria.

O rompimento de Jânio Quadros com Carlos Lacerda desencadearia mais uma crise institucional. Lacerda, em visita a Brasília a convite de Jânio, teria sido convidado pelo então Ministro da Justiça Pedroso Horta, a tomar parte de uma tentativa de suspensão do Congresso Nacional. O governador não apenas recusou-se a participar como foi à TV denunciar a conspiração, provocando, no dia seguinte ao discurso, a 25 de agosto, a renúncia de Jânio Quadros. A edição vespertina do jornal, sem a notícia da renúncia que aconteceria somente naquela tarde, trazia em sua capa: “Lacerda fica para lutar contra trama golpista de Brasília”.

Uma tese ainda bastante compartilhada é que, ao renunciar, Quadros, confiante em uma suposta popularidade, seria “forçado” a voltar ao cargo, impondo a ampliação de seus poderes como condição. Quadros estava contando com o temor de que o vice-presidente João Goulart, personagem execrada pelos setores conservadores, em especial as Forças Armadas e a UDN, pudesse assumir a presidência.

O presidente do Congresso, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência, pois Goulart se encontrava fora do país. No dia seguinte, o país seria sacudido com a divulgação de um veto dos três Ministros militares a João Goulart.

O principal foco de resistência foi o Rio Grande do Sul, sob o comando do governador Leonel Brizola, com apoio do comandante do III Exército, General José Machado Lopes. Usando o equipamento da rádio Guaíba e transmitindo diretamente do Palácio Piratini, Brizola funda a “Cadeia da Legalidade”, configurando assim uma verdadeira “luta pela opinião pública brasileira”, segundo o próprio¹⁷⁶.

¹⁷⁴ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 247.

¹⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP. 2002, p. 231-277.

¹⁷⁶ Depoimento dado ao documentário *Jango*. Direção e roteiro: Silvio Tendler, Rio de Janeiro, 1984. 1 DVD (117 min), son. color.

A *Tribuna da Imprensa*, que apoiava o impedimento de Goulart, seria apedrejada por populares no Rio de Janeiro, desencadeando uma onda de repressão policial e censura à imprensa no Estado da Guanabara, a mando do governador¹⁷⁷. Sobre a censura na Guanabara, Lacerda defende-se, colocando a culpa no Exército:

[...] fui surpreendido com uma informação de que havia uma ordem do Primeiro Exército para impor censura á imprensa [...] Mas recebi a promessa de que essa censura será a mais curta possível, mas que é inevitável. Eu disse: “Bom, mas em todo caso quero dizer que não sou favor da censura” [...] eu fui responsabilizado pela censura, quando na realidade, foi uma ordem do Primeiro Exército. Mas isso não quer dizer que eu não reconhecia, e reconheço que naquela altura a censura era absolutamente indispensável¹⁷⁸.

O Congresso rejeitara o pedido de impedimento de Goulart, mas deputados do PSD e da UDN propõem a adoção de uma solução conciliatória: a implantação do regime parlamentarista. Aconselhado por Tancredo Neves, João Goulart, ainda fora do Brasil, aceita e o parlamentarismo é aprovado. Finalmente, no dia 7, João Goulart é empossado na presidência da República.

As contradições políticas no Brasil se mostravam cada vez mais insustentáveis. A ordem institucional, que já vinha sendo ameaçada desde a eleição de Getúlio Vargas em 1950, aproximava-se do seu colapso. A renúncia de Jânio Quadros, seguida da vitoriosa “Cadeia da Legalidade”, a posse de Jango sob uma crise militar e um parlamentarismo artificialmente implantado às pressas, abriam caminho para o aumento da radicalização.

Goulart, através de forte pressão junto ao congresso e contando com apoio popular, consegue que o plebiscito – que perguntava se o parlamentarismo deveria continuar – fosse marcado para janeiro de 1963. O resultado foi esmagador: 80% disseram “não”.

Em editorial, a *Tribuna da Imprensa* mantém um tom “imparcial” ao plebiscito: “Enfim, ‘sim’ ou ‘não’, presidencialismo ou parlamentarismo, esperemos a resposta popular, única que, numa democracia, poderá decidir como e por quem deve ser governado o país”¹⁷⁹. Lacerda, naquela altura pensando na campanha presidencial de 1965, provavelmente não queria que seus projetos fossem prejudicados por um parlamentarismo “contaminado por getulistas, pelegos, nacionalistas e comunistas”. Mas como não se encontraria confortável defendendo um presidencialismo que, naquele momento, beneficiaria João Goulart, taticamente adotou um tom “neutro”, coisa rara em sua biografia.

¹⁷⁷ BARBOSA, Vivaldo. *A Rebelião da Legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 49.

¹⁷⁸ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 288-289.

¹⁷⁹ Editorial. *Tribuna da Imprensa*. 07 jan. 1963, p. 1.

Após a vitória, João Goulart recebe um país em meio a uma profunda crise econômica. As esquerdas, bastante mobilizadas, ganhavam força. Luis Carlos Prestes, mesmo negando que teria dito “Nós não estamos no governo, mas já estamos no Poder”, reconhece que os comunistas estavam exercendo influência no governo através dos sindicatos¹⁸⁰. Brizola passava seis horas diárias na Rádio Mayrink Veiga pregando reformas imediatas. A reação veio com a unificação das rádios, Globo, Jornal do Brasil e a Tupi, criando a "Rede da Democracia", denunciando o “perigo comunista”¹⁸¹.

Após o plebiscito, João Goulart tentou um governo de conciliação. Ao mesmo tempo em que procurava atender ao movimento sindical e aos grupos nacional-reformistas, tentou adotar uma política de estabilização econômica e inflacionária baseada na contenção salarial. Seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, tinha por objetivo manter as taxas de crescimento e reduzir a inflação, condições indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos, realização de investimentos e renegociação da dívida externa. Segundo Jorge Ferreira, o fracasso do Plano Trienal ocorre pela falta de compromisso, tanto dos trabalhadores quanto da classe patronal, em aceitar conciliar duas propostas conflitantes¹⁸².

A situação política agrava-se severamente, mais uma vez, tendo Lacerda como foco. A dois de outubro de 1963, Lacerda dá uma entrevista polêmica ao jornal norte-americano *Los Angeles Times*. No dia seguinte, conforme o *Tribuna da Imprensa*:

O governador da Guanabara declara ao jornal Los Angeles Times que Jango não conseguirá manter-se no Poder até o final do ano em curso. Analisando a crise brasileira, Lacerda sugere ao povo norte-americano que suspenda ajuda econômica ao Brasil até que volte ritmo certo. [...] Embora Lacerda seja firme no dizer que os comunistas estão infiltrados no governo e no CGT, ele também faz questão de dizer: “Ninguém poderia chamar Goulart de comunista”. Em vez disso, declarou Lacerda, Goulart “poderia ser chamado um homem de direita... pois o que ele é na realidade é um totalitário a moda sul-americana. Ele é um caudilho com todos os recursos dos tempos modernos. No momento, é a versão comunista que descamba para a esquerda. Por trás de Goulart e agindo através dele, porém Lacerda vê um esforço concentrado para paralisar este país, para fazê-lo parar. Lei, ordem e liberdade, tudo aquilo em que acreditamos estão ameaçadas”¹⁸³.

¹⁸⁰ MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. *Prestes, lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 2ªed. 1982, p. 172.

¹⁸¹ FERREIRA, Jorge. O Trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Op. cit., p. 46.

¹⁸² FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática*. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 364-365.

¹⁸³ *Tribuna da Imprensa*. 03 out. 1963, p. 15.

Em reação, os ministros militares solicitaram ao presidente a decretação do estado de sítio e a prisão do governador. O pedido foi encaminhado ao Congresso em outubro de 1963, mas, diante da reação negativa da maioria dos parlamentares, Goulart viu-se obrigado a retirá-lo, o que demonstrou a explícita falta de apoio, inclusive do próprio PTB. Além do repúdio de inúmeros governadores (dentre eles o esquerdista Miguel Arraes, de Pernambuco, que também sofria uma tentativa de intervenção) e de praticamente toda a imprensa, vários setores populares e sindicais ficaram temerosos em relação ao estado de sítio, pois tinham desconfianças em relação às possíveis ações repressivas. Segundo Moniz Bandeira, o recuo de Goulart demonstrara que ele começara a “perder o controle político e militar da situação”¹⁸⁴.

Ao ser obrigado a retirar o pedido para escapar de uma derrota humilhante, Jango começa a acelerar o processo de reformas e a se aproximar das massas. Naqueles dias, Goulart finalmente regulamentou a lei sobre remessa de lucros do capital estrangeiro (aprovada desde setembro de 1962).

Goulart, que já era tradicionalmente taxado pela direita como um elemento comunista, passa a ser acusado de entreguista e conciliador por setores da esquerda radical. Isso iria isolar o presidente. Essa radicalização impossibilitou a mediação dos conflitos dentro das instituições por parte do governo federal¹⁸⁵, que buscou como alternativa o apoio junto a classes populares através dos comícios “monstros”, como o intitulado Comício das Reformas, de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

O comício foi duramente criticado pela oposição e pela imprensa, que o consideravam um ato explícito de agitação e subversão partida do próprio governo. No dia seguinte ao comício, a *Tribuna da Imprensa* publicava:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola [...]. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País¹⁸⁶.

Nas semanas seguintes ao comício, uma revolta militar de fuzileiros navais no Rio de Janeiro apressaria o processo golpista. A anistia oferecida por Goulart aos fuzileiros

¹⁸⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UNB, 7ª edição, 2001, p. 133.

¹⁸⁵ REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq, p. 41-51.

¹⁸⁶ Editorial. *Tribuna da Imprensa*. 14 mar. 1964, p. 1.

revoltosos aumentou a insatisfação do comando das Forças Armadas, pois isso configurava, na visão deles, uma nova quebra da hierarquia militar (a primeira havia sido a anistia aos oficiais de baixa patente revoltosos de Brasília no ano anterior), inadmissível por ser um dos principais fatores de união e ordem dentro da instituição, não importando qual fosse a orientação ideológica de quem a quebrasse.

Pesquisadores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, acreditam que a radicalização política levou tanto a direita quanto a esquerda a abandonarem a via democrática e a pregarem a quebra institucional. A radicalização de esquerda, segundo Ferreira, pode ser representada pela Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Brizola e criada no início de 1963. Ela reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base. Faziam parte da FMP organizações como a União Nacional dos Estudantes; o Comando Geral dos Trabalhadores; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) dos ferroviários, marítimos e aeroviários, associações de militares subalternos como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; facções da Ligas Camponesas; grupos revolucionários de esquerda como a Ação Popular e os trabalhistas radicais brizolistas; segmentos radicais do PCB, e políticos do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista¹⁸⁷.

Pela direita, a radicalização podia ser vista no Congresso pela “nova aliança” UDN-PSD, que passou a se opor a qualquer iniciativa reformista do governo, sobretudo em relação a principal reforma de todas: a Reforma Agrária. O trabalho de René Dreifuss descreve o processo de “desestabilização” do governo Goulart promovido pela chamada “elite orgânica”, formada por empresários, banqueiros, intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados que, formando um verdadeiro “partido da burguesia”, na concepção gramsciana, tomaria corpo com o complexo IPÊS-IBAD. Este grupo tinha como objetivo, além de interromper a organização das classes populares e dos grupos de esquerda, apresentar um projeto de nação que buscava a consolidação de um modelo capitalista dependente dos interesses multinacionais e associados e com alto grau de concentração industrial ligado ao sistema financeiro e de crédito nacional¹⁸⁸.

Nas Forças Armadas, a direita era representada, principalmente, pelo alto oficialato, sobretudo aqueles ligados a Escola Superior de Guerra e ao complexo IPÊS-IBAD¹⁸⁹. Entretanto, vale aqui uma observação sobre essa participação das Forças Armadas,

¹⁸⁷ FERREIRA, Jorge. O Trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq., p. 42-43.

¹⁸⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. Passim.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 362-370.

tanto na conspiração para a derrubada do governo, quanto para a própria ação. Conforme apontaram Maria Celina D'Araujo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro, ao conduzirem várias entrevistas com militares que ocupavam patentes de coronel e tenente-coronel e lotados em regiões diferentes do país em 1964, não existe uma unanimidade acerca da dinâmica da conspiração. Enquanto alguns militares diziam que havia um “centro”, para onde outros núcleos conspiratórios periféricos convergiam, a maioria se referia ao movimento conspiratório como sendo desarticulado, sem um comando efetivo e sem uma forma definida, configurando aquilo que chamaram de “ilhas de conspiração”¹⁹⁰.

Além dos setores “ideológicos”, também destacamos os “profissionais” das Forças Armadas que, a despeito de uma indefinição ou neutralidade, colocaram-se contra o presidente em virtude da suposta quebra da hierarquia. Na sociedade civil, grupos empresariais e entidades de orientação religiosa também manifestavam sua insatisfação com o governo, sobretudo com o medo do comunismo.

Patto Sá Motta argumenta que essa união de interesses diversos encontrou um ponto de convergência: o anticomunismo. Percebe-se assim que o grupo “revolucionário” não propunha uma transformação na sociedade – a despeito do projeto econômico liberal defendido pelo IPÊS-IBAD com apoio da ESG –, e sim mantê-la no *status quo*, sobretudo nas questões sociais. O anticomunismo entre os militares dirigia-se principalmente contra uma real ameaça à hierarquia e a disciplina estabelecida. O discurso comunista contra as diferenças de classes sociais, o seu caráter universalista e “libertador” do homem, agredia e competia com a estrutura hierárquica das Forças Armadas¹⁹¹, o que pode ser exemplificado nas revoltas dos sargentos e marinheiros nos meses anteriores ao golpe.

A estratégia “populista” de Goulart nos últimos meses de mandato iria justificar parte desses medos. De fato, alguns setores anticomunistas não acreditavam que o grande estancieiro João Goulart fosse comunista, mas temiam que fosse usado por eles. Muitas vezes chamado de “Kerenski brasileiro”¹⁹², Goulart era visto por muitos como um líder fraco e manipulado.

Em debate a respeito do processo de radicalização por ambos envolvidos na crise dos anos 60, Caio Navarro de Toledo, ao contrário de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, sustenta que tal postura das esquerdas – pelo menos aquelas mais exaltadas, ligadas à figura de Leonel

¹⁹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe. A memória militar de 1964*. São Paulo: Ediouro, 1994, p. 16.

¹⁹¹ Idem, *ibidem.*, p. 12.

¹⁹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. Op. cit., p 258.

Brizola –, não passava de “bravata”, já que não tinham uma organização golpista em real andamento. Para o autor, a total falta de reação à quartelada iniciada em Juiz de Fora demonstra que os “revolucionários reformistas” não estavam sequer preparados para garantir a democracia, quanto mais derrubá-la¹⁹³. A princípio, não descartamos totalmente nenhuma das interpretações e acreditamos que possa haver um ponto de equilíbrio entre elas. Do mesmo modo que setores de esquerda realmente acreditavam que a “legalidade burguesa” impossibilitava as reformas, não havia qualquer possibilidade material destes setores promoverem uma “revolução esquerdista” no Brasil.

A impossibilidade do governo Goulart em conseguir administrar os conflitos sociais dentro da ordem democrática gerou a já citada “paralisia decisória”¹⁹⁴, que resultou na impasse dentro das instituições democráticas.

Nos dias que se seguiram ao golpe, a grande imprensa exultava o fim do perigo comunista e nomeava os “heróis da democracia”. Dentre os principais líderes civis da “Revolução”, estavam Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. A identificação de Lacerda como uma das lideranças civis da Revolução foi automática. Apesar de não ter participado diretamente da conspiração – pelo menos é o que afirma o próprio¹⁹⁵ –, ele era o principal inimigo do projeto trabalhista, o que remontava desde os anos Vargas. Rodrigo Patto Sá Motta, em artigo sobre as caricaturas de João Goulart durante a crise de 1964, destaca também que o principal alvo das publicações de esquerda, principalmente a *Última Hora* e o semanário comunista *Novos Rumos*, era o governador Carlos Lacerda¹⁹⁶.

Concluindo, no início dos anos 60, até a efetivação do golpe, há uma mudança no discurso golpista “liberal-conservador-udenista-militar” daquele que vinha sendo feito na década de 50. Se antes, para estes, o golpe era necessário, pois expressava uma vontade “reformista” a fim de eliminar a herança getulista na vida política brasileira, após 1961, ocorre a transmutação da bandeira da legalidade, salientada por Daniel Aarão Reis, à medida que parcelas expressivas dos atores que sustentam o projeto das Reformas de Base passam a enfatizar os limites da ordem legal para promovê-las¹⁹⁷. Nesse momento, a defesa da legalidade passa às mãos de seus adversários de antes, com finalidades meramente táticas, de

¹⁹³ TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964. *Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: UNICAMP. 2001, p. 31-46.

¹⁹⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Op. cit., 2003. Passim.

¹⁹⁵ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 274.

¹⁹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura”. In: REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 183.

¹⁹⁷ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In FICO, C. *et alli 1964-2004 – Quarenta Anos do Golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119-139.

modo a invocar a interrupção do processo político e a quebra da legalidade pelos militares, contra aqueles que agora a estariam ameaçando.

Ambos os discursos foram amplamente defendidos por Carlos Lacerda na imprensa enquanto jornalista, depois durante sua atuação como deputado federal e finalmente como governador da Guanabara. Acreditamos que esse discurso, tributário de uma cultura política conservadora e autoritária, ajudou a sedimentar o sentimento de boa parte da sociedade brasileira dos anos 60 de que a ordem democrática vigente era algo insuficiente para resguardar o Brasil da corrupção e dos “desvios de seu caminho natural”, expresso, sobretudo, no suposto risco comunista.

Em decorrência de sua trajetória de oposição sistemática a todos os governos federais desde 1945 (lembramos aqui o rápido rompimento de Lacerda com Jânio Quadros), durante as crises do início dos anos 60, Lacerda recebe um novo apodo que o acompanharia até o final de sua vida: “o demolidor de presidentes”. Alcinha popular inclusive na imprensa europeia antes mesmo da realização do golpe de março de 1964, ela tornou-se uma marca ao lado do indelével “corvo”. Dependente de uma figura carismática, o lacerdismo ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático ou a capitulação.

Nesses períodos de enervação política e radicalização ideológica, ele destacou-se por não ser apenas uma voz que repercutia um dos lados, mas também por ser uma voz geradora de discurso e que assumia o papel de um de seus agentes. Era o político, o líder e a personificação desse discurso. Seus partidários renderam-lhe o status de ícone, seus inimigos e críticos, o de alvo. Essa construção de sua imagem, junto a aliados e adversários, será o maior obstáculo para a configuração da Frente Ampla.

CAPÍTULO 3: DO GOLPE AO AI-2

*Enquanto se temem os decaídos, eu creio que devemos ter mais cuidado com os aderidos*¹⁹⁸.

3.1 OS FILHOS DA REVOLUÇÃO

A despeito do enorme apoio civil, tanto na fase de conspiração quanto na legitimação da dita “Revolução”, o movimento golpista de 1964 foi, sobretudo, militar. Iniciada com uma quartelada na cidade mineira de Juiz de Fora, o dispositivo militar fiel ao governo de João Goulart foi sofrendo sucessivas derrotas em inúmeras “Batalhas de Itararé” durante os dias 31 de março e primeiro de abril.

Do lado dos militares, velhos conhecidos da opinião pública como general Juarez Távora, brigadeiro Eduardo Gomes e o marechal Eurico Gaspar Dutra aparecem nas páginas dos jornais como figuras importantes das “forças democráticas” que se uniram, enquanto outros, desconhecidos do grande público, como os generais Castelo Branco, Costa e Silva, além de um veterano em conspirações, Olympio Mourão Filho¹⁹⁹, se apresentam como os líderes do movimento.

Mas, além dos militares, os líderes civis são celebrados nas mesmas páginas da imprensa. Vários adversários políticos declarados do governo João Goulart, mesmo aqueles que apenas assistiram aos acontecimentos, são disputados pelos jornalistas para darem declarações sobre os últimos acontecimentos. Destes, o nosso principal interesse é o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Adversário histórico do trabalhismo e da esquerda em geral (a despeito da sua juventude esquerdista na ANL nos anos 30), o udenista Carlos Lacerda já era apontado desde finais de 1963 como o candidato da UDN para as eleições presidenciais de 1965²⁰⁰. Com o

¹⁹⁸ Trecho da carta de Carlos Lacerda ao Presidente Castelo Branco datada de 09/02/1965. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

¹⁹⁹ São inúmeras as referências sobre a participação de Mourão Filho quando da elaboração do chamado “Plano Cohen” concebido por militares integralistas que seria utilizado como pretexto para golpe de 1937.

²⁰⁰ Em abril de 1963, ainda durante o governo João Goulart, a Convenção Nacional da UDN realizada em Curitiba indicou Lacerda para ser candidato à presidência em 1965. LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 66-67.

golpe, Lacerda aparece com um dos principais líderes civis do movimento e é tratado como o principal adversário de Juscelino Kubitschek nas próximas eleições²⁰¹.

Mas uma sucessão de acontecimentos levou Lacerda a romper gradativamente com o “núcleo revolucionário”, o que coincide com a eliminação das suas pretensões eleitorais à presidência da república e o fim do sistema partidário e eleitoral brasileiro estabelecido pela constituição de 1946. Em outras palavras, o estabelecimento gradual das medidas autoritárias e repressivas do governo significou o início de um processo de afastamento de Lacerda, que acabaria levando-o a buscar alianças com antigos adversários, o que ficará explícito na chamada Frente Ampla. Esse processo de rompimento é importante não apenas para a história da Frente Ampla, mas para observar o quadro político e institucional dos primeiros anos da ditadura, sobretudo os militares e suas relações com o “poder civil”.

Enquanto os militares de alta patente, pouco conhecidos da população, disputavam o espólio sobre o governo deposto²⁰², a imprensa nas primeiras semanas destacava a participação das “lideranças civis” já bastante conhecidas do eleitorado brasileiro. Os três governadores dos Estados mais importantes do país: Carlos Lacerda da Guanabara, José de Magalhães Pinto de Minas Gerais e Adhemar de Barros de São Paulo, eram celebrados em entrevistas, fotos, editoriais, reportagens e depoimentos de terceiros. Na “edição histórica” da revista *O Cruzeiro* na semana após o golpe, o rosto sorridente do governador Magalhães Pinto recebendo um beijo no rosto de uma nora era o retrato dos vencedores. No artigo “Saber Ganhar” de David Nasser, o jornalista explicitava sua gratidão a Carlos Lacerda:

AGORA, eles sabem que as suas palavras não eram simples filigranas verbais, Governador Carlos Lacerda, homem afirmativo, líder másculo, democrata autêntico, brasileiro enlouquecido de amor à sua Pátria — e que se desesperava ao vê-la conduzida ao curral das nações arrebanhadas. Meses a fio, exposto na primeira Unha, combatente de vanguarda, sabendo que a cada esquina um nôvo perigo o esperava, você, meu bravo companheiro, só teve um guarda-costas: Deus. O capanga divino, que com a sua infinita sabedoria enguiçava o carro do Faz-Tudo, iluminava o espírito dos coronéis, cobria de lucidez a decisão dos pára-quedistas, evitava a sua eliminação, o caminho aberto, supunham eles, para a fácil conquista de um resto de Pátria. Mas eles estavam enganados, sempre estiveram enganados, continuam enganados. Nenhum de nós era essencial, qualquer de nós, bem

²⁰¹ Antônio Lavareda reproduz uma pesquisa feita pelo IBOPE nas principais capitais brasileiras entre 9 e 26 de março de 1964 na qual a pergunta era “E se tivesse que escolher entre esses?”. O resultado da pesquisa foi: Juscelino Kubitschek com 37%, Carlos Lacerda com 25%, Adhemar de Barros com 9%, Magalhães Pinto com 7% e brancos, nulos e “não sabem” com 23%. LAVAREDA, Antônio. *A Democracia nas Urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. Rio de Janeiro: IUPERJ - Revan, 1999, p. 174.

²⁰² O jornalista Elio Gaspari dá detalhes jornalísticos da disputa de militares na busca de cargos no novo governo. GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 109-125.

ou mal, seria substituído, mesmo você, grande e insubstituível Carlos Lacerda. Não se matam idéias²⁰³.

Antes do golpe, Lacerda era o principal alvo dos apoiadores de Goulart. Rodrigo Patto Sá Motta, em trabalho acerca das caricaturas de Jango durante o seu governo, também destaca que o principal alvo das publicações de esquerda, principalmente a *Última Hora* e o semanário comunista *Novos Rumos*, era o governador Carlos Lacerda²⁰⁴. Mas a despeito das críticas da imprensa trabalhista e esquerdista, a grande imprensa elogiava Lacerda, principalmente a *Tribuna da Imprensa* (jornal fundado pelo próprio Lacerda em 1949, mas que em 1964 pertencia ao jornalista Helio Fernandes) e *O Estado de São Paulo*, de propriedade de Julio de Mesquita Filho, amigo e admirador confesso do governador.

A liderança do governador no levante de 31 de março era enaltecida no caderno especial da *Tribuna da Imprensa* em sua “edição histórica”. A manchete trazia “CL (Carlos Lacerda) comanda resistência”. E logo abaixo:

Sob o comando pessoal do Sr. Carlos Lacerda, 1500 homens permanecem desde as primeiras horas da madrugada entrincheirados no Palácio da Guanabara, dispostos a resistir a qualquer tentativa de invasão. Centenas de civis apresentaram-se como voluntários para participar da resistência²⁰⁵.

Os “herdeiros civis” do golpe acreditavam que a intervenção militar seria mais uma intervenção “moderadora”. Eles acreditavam que após a dita “operação limpeza” – eufemismo que os democratas de ocasião usavam para se referir a repressão contra seus adversários políticos – os militares voltariam aos quartéis e a “normalidade democrática” voltaria a tempo de se realizar nas eleições presidenciais de 1965.

Na prática, as limitações à democracia no governo Castelo Branco foram instituídas através de ações do Poder Executivo com os seus atos institucionais (o primeiro deles foi editado pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução), seguidos de seus atos complementares, leis restritivas, além da nova Constituição de 1967, promulgada às pressas, sem tempo para discussões no Congresso. Tais medidas restritivas eram justificadas em nome da consolidação da “Revolução” e buscavam legitimar e legalizar as ações do governo.

²⁰³ NASSER, David. “Saber ganhar”. *O Cruzeiro*. 06 abr.1964.

²⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura”. In: REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 183.

²⁰⁵ CL comanda a resistência. *Tribuna da Imprensa*. 02 abr.1964.

O AI²⁰⁶ possibilitava aos militares alterar a Constituição, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir e aposentar servidores públicos acusados de atentar contra os “ideais revolucionários”. Sobre a presidência da República, o AI determinava eleições indiretas para o dia 11 do mesmo mês, mantendo a data prevista para o fim do mandato em 31 de janeiro de 1966²⁰⁷. Nos meses seguintes, milhares de pessoas, dentre eles políticos, sindicalistas, militares, estudantes, jornalistas e intelectuais sofreram várias punições previstas pelo AI.

Essas punições, a despeito de serem executadas por atos autoritários liderados por representantes das Forças Armadas, contavam com apoio de vários setores civis, inclusive pelos seus líderes paisanos. Por exemplo, os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto adotaram em vários momentos um discurso mais radical, ou “revolucionário”, do que o próprio presidente Castelo Branco, considerado por muitos um homem de tradição “liberal demais” para ser “revolucionário”. Em seus pronunciamentos e articulações, os dois governadores pediam por mais cassações, pela proibição da homologação de candidaturas e de posse de eleitos, e até mesmo adiamento de eleições e fechamento dos partidos políticos (Magalhães Pinto). Ao comentar a posse provisória de Ranieri Mazzilli na Presidência após o golpe, Lacerda dizia que “não fizemos a revolução para colocar um homem do PSD na presidência”²⁰⁸. Sobre a escolha do jurista Milton Campos para o Ministério da Justiça, Lacerda chegou a dizer que a nomeação equivaleria a escolher uma “freira para dirigir um espetáculo de strip-tease”²⁰⁹, pois Campos era considerado um intelectual moderado, de tradição liberal e legalista, sem arroubos “revolucionários”.

Mas a despeito da euforia inicial, essas lideranças civis seriam pouco a pouco alijadas do poder. Algumas, como Magalhães Pinto, veriam suas pretensões presidenciais se resumirem a cargos em ministérios. Outras, como Adhemar de Barros, insatisfeitas com os rumos da economia, entrariam em choques violentos, porém, conspiratórios, o que lhe custaria o mandato e seus direitos políticos. Outras lideranças, como Lacerda, entrariam em rota de colisão pública contra os “revolucionários”, o colocando francamente ao lado da oposição.

Citando o dramaturgo alemão Georg Büchner, em sua peça *A morte de Danton*: “A Revolução é como Saturno, que devora seus próprios filhos”.

²⁰⁶ O primeiro ato institucional não foi numerado.

²⁰⁷ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

²⁰⁸ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, 1977, p. 296.

²⁰⁹ BRANCO, Carlos Castelo. *Jornal do Brasil*. 05/01/1965, p.5.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE MILITARES E CIVIS NO PÓS-GOLPE

*Você saiu do quartel em 1964 para garantir a realização de eleições livres e diretas, a existência de um Congresso sem coação e o funcionamento de um governo representativo, sem ditadura. Hoje não temos eleições diretas e livres. O Congresso andou fechado. E agora, estamos em plena ditadura*²¹⁰.

Castelo Branco assume a presidência prometendo entregar o poder aos civis depois das eleições presidenciais que seriam realizadas em finais de 1965. O voto de Juscelino Kubitschek a favor do nome de Castelo Branco era um indício de que as conversas entre as partes haviam caminhado para um entendimento acerca do curto período de governo militar. O próprio candidato da UDN, já confirmado desde a Convenção do partido em Curitiba, em 1963, Carlos Lacerda, havia sido um dos principais nomes do movimento golpista e tinha como antigo admirador declarado o próprio presidente²¹¹.

Dito isto, quais os motivos e a cadeia de acontecimentos que levaram Carlos Lacerda a se distanciar gradativamente do “núcleo revolucionário”? Como suas pretensões eleitorais presidenciais foram desfeitas e como foi a sua passagem para a oposição? Este núcleo se tornava cada vez mais militar com o gradual afastamento do poder civil junto ao centro de decisões. Para entender esse processo de “militarização” do regime – que atinge o seu auge na crise sucessória de Costa e Silva, entre agosto e outubro de 1969, mas que não é objeto deste trabalho –, partimos de algumas análises no campo das ciências políticas sobre a configuração política da sociedade brasileira no século XX e das relações entre sociedade civil e os militares. Em seguida, contextualizaremos o período através da sua cadeia de eventos.

Em trabalho anterior, abordamos as crises institucionais brasileiras entre 1945 e 1964 para entender o processo de criação e crescimento do lacerdismo dentro da UDN até a configuração de Carlos Lacerda como a principal liderança dentro do partido a ponto de ser reconhecido nacionalmente e confirmado como o candidato ao pleito presidencial que

²¹⁰ Trecho do artigo *Carta a um amigo fardado* de Carlos Lacerda publicada em vários jornais e reproduzida em LACERDA, Carlos. *Crítica & Autocrítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966. O texto integral do artigo está disponível nos anexos deste trabalho.

²¹¹ VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio/Bibliex, 1975, p. 106.

ocorreria em outubro de 1965²¹². Acreditamos que, através das crises institucionais, os grupos políticos conflitantes se apresentam de maneira mais inteligível em suas intenções e demandas junto à opinião pública. Isso porque entendemos a esfera política como um espaço de relações, coalizões e choques de interesses travados pelos vários grupos de uma sociedade, com reflexos diretos na esfera pública. Mesmo durante uma ditadura militar não totalitária, como foi o caso da brasileira, o grupo que almeja a posse ou manutenção do centro das decisões políticas precisa ter laços de identificação junto ao maior número de servidores e lideranças civis, de membros de grupos de interesses organizados e na sociedade civil. Em resumo, é preciso tentar convencer a maior parte da opinião pública. Os detentores do poder buscam alternativas que sejam compatíveis com os seus objetivos, do mesmo modo que os atores sociais buscam, na elite de poder, representantes que sejam compatíveis com suas demandas.

Portanto, a despeito da nossa mudança do recorte cronológico, continuamos seguindo a perspectiva das crises políticas como foco de nossa análise. Seguindo a interpretação organizada por João Roberto Martins Filho em seu estudo sobre as crises militares durante os primeiros anos da ditadura militar, percebemos que a disputa interna no “núcleo revolucionário” deixa claro que o processo de “militarização” do regime, se não era único, era o norte de boa parte das Forças Armadas, principalmente em resposta as crises que vão aparecendo²¹³. Isso pode ser sinalizado quando analisamos os primeiros dias do novo regime. O autodenominado Comando Supremo da Revolução toma para si o papel de legitimador da Revolução. O Ato Institucional, de nove de abril de 1964, dizia textualmente que a Revolução “se legitima a si própria”. Segundo observação do jurista e senador Afonso Arinos de Melo Franco, os militares que detinham o poder de fato decretam um documento de força de maneira unilateral, retirando do Congresso a atribuição legitimadora do governo. Opta-se, portanto, por um Ato Institucional em vez de um Ato Constitucional²¹⁴. O controle da nova ordem pelos militares é inquestionável. Aos civis, cabia apenas o papel de coadjuvantes e apoiadores. O General Jayme Portella de Mello, ex-Chefe do Gabinete Militar do Governo Costa e Silva é transparente em suas memórias ao dizer que o novo ministério do Presidente em Exercício, Ranieri Mazilli, fora escolhido previamente pelos oficiais do Comando

²¹² DELGADO, Márcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático”, Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, Juiz de Fora/MG, 2006.

²¹³ MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1968)*. São Carlos: UFSCar, 1995, Passim.

²¹⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Planalto. Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 264.

Supremo da Revolução e que os atos do presidente eram revistos por estes oficiais antes de serem divulgados publicamente²¹⁵. Hégio Trindade concorda com João Roberto Martins Filho ao dizer que, das análises conceituais das ditaduras na América Latina, a que melhor se aplica ao Brasil é o “autoritarismo militar”. Mas enquanto Martins Filho destaca o caráter de militarização constante do novo regime, Trindade aponta para a sua identificação com o tradicional padrão “lógica liberal/práxis autoritária” da direita brasileira ao manter instituições liberais em funcionamento formalmente mesmo que sob uma tutela ditatorial²¹⁶.

A famosa e tensa reunião entre governadores dos principais estados da federação e o General Costa e Silva, então automeado “Chefe do Comando Supremo da Revolução”, a quatro de abril, no Gabinete do Ministério do Exército no Rio de Janeiro, marca o início de um divórcio lento, gradual e sem recuos notáveis entre os líderes militares e civis do golpe.

O assunto principal seria a escolha de um nome de consenso entre militares e civis, a fim de ser o próximo presidente a ser eleito indiretamente pelo congresso. Armando Falcão, que sempre foi muito ligado aos militares (a ponto de receber apelidos depreciativos – “Vivandeira de Quartel” – por parte até de membros da UDN²¹⁷) e que participara ativamente da conspiração golpista, naquele momento teria sido um dos interlocutores de Lacerda no meio dos militares da linha dura. Foi através dele que o nome do velho Marechal Eurico Gaspar Dutra apareceu como possível sucessor de Goulart, mas foi logo rechaçado pela linha dura, com o argumento da idade avançada, sem admitir que o problema seria a “falta de firmeza” que lhe era atribuída.

Na mesma reunião, também se destacou uma discussão dura entre Costa e Silva e Carlos Lacerda²¹⁸ a respeito de quem teria legitimidade sobre o comando da “revolução”. Mas tal reunião não seria apenas o primeiro sinal de uma tensão cada vez maior entre poder civil e poder militar dentre os apoiadores do golpe. Durante a reunião, ao ouvir dos governadores que o nome escolhido a ser o candidato à presidência da República seria o do General Castelo Branco, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Costa e Silva não fez questão de

²¹⁵ MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p183.

²¹⁶ TRINDADE, Hégio. “O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista”. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 128.

²¹⁷ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

²¹⁸ Lacerda, sempre adepto a atos dramáticos, logo após a agressiva reunião dos governadores com o Ministro da Guerra, escreve uma carta a Costa e Silva com sua renúncia ao governo da Guanabara e “desligando-se da Revolução”. Mas a carta acaba sendo interceptada por correligionários até ser guardada por Juracy Magalhães, que jamais entregou a carta a destinatário. MAGALHAES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 171-172. Vários memorialistas comentam os incidentes desta reunião. Para a versão de Carlos Lacerda, Ver: LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, 1977, p. 296-297. Para a versão de um correligionário de Costa e Silva, MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Op. cit., p. 188-189.

esconder o seu descontentamento²¹⁹. Na sequência dos acontecimentos, o General Muniz de Aragão, “de farda e espada”, vindo da Vila Militar e representando o “Alto Comando”, entra na sala dizendo que “o melhor nome que nós temos a oferecer é do General Castelo Branco”. Em resposta a esse ato intempestivo, Lacerda chegou a dizer que: “Felizmente, para nós e para o país, o senhor veio arrombar uma porta aberta. Nós acabamos de decidir, por unanimidade, a indicação do nome de General Castelo Branco”²²⁰. Célio Borja sustenta que Lacerda nunca foi “íntimo do governo Militar” por conta dessa desconfiança inicial de que o dito processo revolucionário seria responsável por uma redefinição da política brasileira. Havia também, mesmo que ainda sem elementos suficientes para lhe dar certeza, a suspeita de que aquela intervenção não seria de pouca duração²²¹.

O incidente expressa três conclusões importantes que merecem nosso destaque: o primeiro se refere ao fato de que os militares agora se colocam como atores ativos no processo de discussão política e não apenas “moderadores” como querem alguns analistas. Outro ponto importante é perceber que o papel das lideranças civis na escolha do candidato à presidência da república é encarado pelos militares como secundário. E, finalmente, a presença de Muniz de Aragão poderia se encarada apenas como a expressão do desejo “dos militares”, mas sabe-se que este desejo não englobava os de Costa e Silva. Para muitos observadores, desde então estava claro que dentro das Forças Armadas havia divisões internas que iam muito além daquelas propaladas pelos golpistas, que diziam que a salvação e unidade instituição seriam alcançadas apenas através do expurgo dos comunistas e nacionalistas de esquerda.

A Constituição de 1946 previa que o presidente interino deveria convocar uma eleição presidencial num intervalo de até 30 dias. Era consenso entre os civis que tal eleição devesse ser feita o mais rápido possível para “institucionalizar a Revolução”. Mas o mesmo desejo não acontecia nas Forças Armadas em sua totalidade. Os biógrafos e observadores são unânimes em dizer que o Ministro da Guerra relutou bastante em aceitar essa solução. Não faltaram suspeitas de Lacerda de que Costa e Silva queria continuar com o poder de fato por mais tempo tendo como fantoche Ranieri Mazzilli²²².

O nome de Humberto de Alencar Castelo Branco aparece no momento com uma forma de unir os grupos castrenses e paisanos. Celebrado como homem de tradição liberal e

²¹⁹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 294-299.

²²⁰ Idem, *ibidem*.

²²¹ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

²²² Idem, *ibidem*.

legalista, Castelo Branco agradava tanto as lideranças civis (que desconfiavam dos ímpetus autoritários de Costa e Silva) quanto boa parte das Forças Armadas, pela sua carreira militar, reputação intelectual e patente. Mas, a despeito da virtual unanimidade em torno do nome de Castelo, outros nomes foram propostos para a presidência, todos militares: Juarez Távora, Amauri Kruel e Eurico Gaspar Dutra. Disto têm-se a certeza de que a liderança do movimento golpista foi, sobretudo, militar e que não havia dentre os civis nenhum nome capaz de representar e levar adiante o desejo “revolucionário”. Os militares haviam tomado o poder e pretendiam mantê-lo. Como observou Antonio Carlos Peixoto, a legitimidade do novo regime, mesmo que não dependesse apenas dos militares, seria conseguida mais facilmente se estes detivessem o poder hegemônico dentro da coligação golpista²²³.

O trabalho de principio da década de 70 do brasilianista Alfred Stepan acerca dos militares na política brasileira define desde então uma linha de interpretação bastante influente na historiográfica. Trata-se do papel de “poder moderador” destes durante a República Brasileira²²⁴. Segundo Stepan, neste padrão de relacionamento entre militares e elites civis, os militares:

[...] têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do Executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos²²⁵.

É preciso deixar claro que Stepan recorta sua análise principalmente durante a Experiência Democrática (1945 e 1964). Ao fim, justifica a quebra deste “Padrão Moderador das Forças Armadas” com os elementos novos apresentados durante a crise de 1961-1964, dos quais falaremos mais tarde. Mas julgamos necessário fazer uma crítica a essa interpretação recorrendo a uma breve análise das Forças Armadas na Primeira República até 1945.

Ao contrário de Stepan, José Murilo de Carvalho identifica o Exército como uma força desestabilizadora na Primeira República²²⁶. Segundo Carvalho, a ideia de um “soldado cidadão” que deveria participar da vida política do país através de intervenções reformistas, nascida na Questão Militar ainda sob o Império e que teria desdobramentos no movimento

²²³ PEIXOTO, Antonio Carlos. *Exército e Política no Brasil, uma crítica dos modelos de interpretação*. In: ROUQUIÉ, Alan (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 40.

²²⁴ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²²⁵ Idem, ibidem, p. 49-50.

²²⁶ CARVALHO, José Murilo. *As Formas Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, Tomo III, vol. 2, p. 181-234. Reeditado em *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, 13-61.

Tenentista, não confirma a tese de uma força simplesmente moderadora. Nem mesmo a tentativa de profissionalização do efetivo pelo movimento dos chamados “Jovens Turcos” das Missões Alemãs entre 1906 e 1910 e posteriormente da Missão Francesa de 1919, que tentava afastar os militares das questões política logrou sucesso²²⁷. José Murilo cita o General Bertholdo Klinger, considerado o “mais brilhante dos Jovens Turcos”, que sendo contrário à ideologia do “soldado profissional” pregada pelos próprios colegas das missões alemã e francesa, dizia que “o posto supremo de direção [do país] é problema do Estado-Maior”²²⁸. Mas Klinger deixava claro que, ao contrário dos Tenentistas, que pregavam a intervenção reformista mesmo sem qualquer consentimento da alta oficialidade, tais intervenções deveriam ser controladas pela cúpula das Forças Armadas²²⁹. Isso não sustenta a tese de Stepan de que havia uma “crença generalizada” entre os oficiais de que estes não tinham capacidade e nem legitimidade para governar o país²³⁰.

Voltando à perspectiva de Alfred Stepan, tais intervenções dos militares nas crises institucionais eram motivadas por um processo de “cooptação” destes pelas forças civis²³¹. O autor chega a dizer que: “há exemplos de cooptação dos militares em quase todos os governos brasileiros, no período que vai de 1937 a 1964”²³².

Para discordar dessa tese, mais uma vez citamos José Murilo de Carvalho. Em seu artigo *Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro*²³³, José Murilo chega a concordar com a tese da cooptação ao dizer que Vargas, aproveitando-se da desunião interna nas Forças Armadas com os inúmeros conflitos de hierarquia²³⁴, as manipulava para garantir sua estabilidade. Entretanto, isso não pode ser levado como regra e muito menos como um modelo. O General Góis Monteiro, que chegou a ter seu nome cotado para candidato em 1934 em oposição a Vargas, mas que já vinha sendo um dos pilares de sustentação deste desde que recebera do presidente carta branca para organizar o Exército, cunhou a famosa expressão de que era preciso acabar com a política no exército para fazer a política do exército. Segundo José Murilo, tal “política do exército” tornou-se prática, um híbrido entre a constituição do “soldado profissional” – voltado apenas para questões de defesa externa – e o “soldado cidadão”, que preconizava um intervencionismo reformista, mas sem a insubordinação

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 38-42.

²²⁸ Apud: Idem, *ibidem*, p. 42.

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 42.

²³⁰ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 127

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 49-50.

²³² Idem, *ibidem*, p. 53.

²³³ D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999, p. 55-82.

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 56-57.

característica Tenentista. Essa política, José Murilo de Carvalho nomeou-a de Intervencionismo Tutelar²³⁵. Esta é diferente da visão de Poder Moderador defendida por Stepan, cooptada pelas forças civis. Já nesse momento, as Forças Armadas eram vistas como “a elite capaz, organizada e de visão nacional. A elas caberia a liderança e a formulação e implementação da política nacional”²³⁶.

Seguindo o mesmo questionamento, João Roberto Martins Filho sustenta que a participação dos militares na política a partir de 1930 demonstrou uma autonomia e uma articulação duradoura²³⁷. No período pós-revolução, sob a liderança dos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, o Exército aparece como a principal força política fiadora da ordem social e do programa de desenvolvimento nacional levado a cabo por Vargas até 1945. É neste período que, segundo José Roberto Martins, o Exército consegue alcançar uma “organização coesa, politicamente homogênea, e socialmente permeável às classes média e alta da população”²³⁸.

O argumento da cooptação dos militares por grupos civis diversos para fins instrumentais na política ignora não somente a rica dinâmica interna e autônoma de uma instituição complexa como as Forças Armadas, como negligencia um passado repleto de exemplos nos quais elas foram peças chaves para entender os eventos. Partindo da própria Proclamação da República e seu primeiro governo com dois militares como titulares, marcado por uma ideologia positivista e autoritária e passando pela Primeira República e suas inúmeras crises, tivemos como personagens principais não apenas militares, mas projetos advindos destes, como a política de Salvação Nacional de Hermes da Fonseca, o Tenentismo nos anos 20 e que culminaria com o advento da “Era Vargas”. Esta, nascida por uma Revolução (militar), também tinha débito junto às Forças Armadas em sua construção e manutenção. E se José Murilo de Carvalho diz que Vargas soube “manipular” os militares para atingir seus objetivos, podemos dizer o mesmo em relação aos militares junto a Vargas. Afinal, o significativo aumento orçamentário e do efetivo militar observado no período, a criação da FAB e a liberdade recebida por oficiais como Cordeiro de Farias, Góis Monteiro e Gaspar Dutra para a organização da instituição não podem ser entendidos apenas como dádivas oferecidas pelo poder civil. Após o Estado Novo (que foi apressado por um golpe militar), as

²³⁵ Idem, ibidem, p. 62.

²³⁶ Idem, ibidem, p. 62.

²³⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças “Armadas e Política 1945-1964: a ante-sala do golpe”*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 103.

²³⁸ Idem, Ibidem, p. 104.

sucessivas candidaturas de militares ao cargo máximo do Poder Executivo em todas as eleições seguintes não nos permitem supor uma classe manipulada por interesses civis.

Ante o crescente temor de um projeto continuísta getulista e da sua aliança de ocasião com os comunistas, as Forças Armadas aparecem como agentes principais na queda de Vargas em outubro de 1945, sob um “novo quadro partidário”. A principal agremiação partidária de oposição a Vargas, a UDN, foi a que mais recebeu militares como afiliados, sobretudo oficiais²³⁹. Essa articulação política entre os militares anti-getulistas e a UDN nos anos seguintes seria celebrada como vitoriosa somente com o movimento de 1964, ao consolidar uma “orientação militarista na política, particularmente nos momentos de crise institucional”²⁴⁰. Otávio Dulci chamou esse grupo de militares udenistas de “antigos tenentes”, com destaque para os que se afastaram de Vargas ao longo dos anos 30, principalmente após 1937. Juarez Távora, Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, Isidoro Dias Lopes e outros “tenentes” se agruparam em torno da UDN e na candidatura de Eduardo Gomes à presidência em 1945²⁴¹. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos influenciou uma politização opositora ao Estado Novo junto a boa parte da oficialidade, que a partir daí decidiu “participar mais ativamente do processo político [...] nos rumos de uma liberalização daquele regime”²⁴².

Ao mesmo tempo em que defendia um Estado pouco atuante no planejamento e na intervenção econômica, o grupo defendia um governo central forte e autoritário, seguindo aquilo que José Murilo de Carvalho destacou como “tenentismo de Juarez Távora”²⁴³. Esse grupo, reunido em torno da Escola Superior de Guerra (ESG), incluía além de Juarez Távora, nomes como os de Golbery do Couto e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Bizarria Mamede. Formada por oficiais intelectualizados, que receberam o apelido de “Coronéis da Sorbonne” (a maioria participou de cursos na Escola Superior de Guerra Francesa)²⁴⁴ a ESG buscava propor “projetos para o Brasil”. Por exemplo, já no primeiro número da *Tribuna da Imprensa*, em 27 de dezembro de 1949, começou a ser publicada uma série de pequenos artigos acompanhados por quadros explicativos, sob o título “Um projeto para o Brasil”, de autoria de Juarez Távora. Nesses quadros, Távora, de maneira didática, discutia e apontava os

²³⁹ GAIO, André Moysés. Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas brasileiras. In: Revista Diálogos, Vol. 6. Universidade estadual de Maringá. Acessado em 22 ago. 2010. <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa2.htm#_ednref4>.

²⁴⁰ Idem, ibidem.

²⁴¹ DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG - PROED, 1986, p. 77.

²⁴² GAIO, André Moysés. Op. cit. Idem.

²⁴³ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Op. cit., p. 130.

²⁴⁴ WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto, uma biografia do Marechal Henrique Lott*. RJ: Record, 2005, p. 22.

principais “gargalos” para o desenvolvimento do Brasil e propunha soluções, sempre seguindo a doutrina liberal e modernizadora.

Essa participação inegável das Forças Armadas na política brasileira, seja ela moderadora ou reformista, cooptada ou independente, tem origem na configuração histórica da sociedade brasileira. Segundo alguns cientistas políticos norte-americanos, o Brasil do século XX faria parte de um grupo de países que seriam definidos como uma sociedade “pretoriana”. Samuel Huntington cunhou em 1975 essa expressão para definir uma sociedade na qual há uma alta politização das forças sociais em conflito, mas com instituições políticas fracas. Uma vez que essas instituições são incapazes de mediar os conflitos sociais, não são mais reconhecidas como necessárias ou legítimas. Isso acabaria provocando diversas intervenções militares e um estado de permanente crise institucional. Essa tipologia, de caráter normativo, é oposta àquela utilizada para os países desenvolvidos capitalistas, definidos como “sociedade liberal”²⁴⁵. Seguindo outra interpretação para o mesmo fenômeno, poderemos voltar a já citada pesquisa de Robert Putnam sobre a presença (ou falta) de uma “virtude cívica”.

Para ilustrar tal descrença da sociedade como um todo no arcabouço institucional existente em nosso recorte temporal, o próprio golpe de 1964 é o momento crucial. Segundo Argelina Cheibub Figueiredo, havia alternativas à radicalização política que marca os momentos finais do governo Goulart, que permitiriam, inclusive, a efetivação das “reformas de base” sem forçar a ruptura com a ordem constituída²⁴⁶. O que inexistiam eram as condições que favorecessem disposições de confiança recíproca para a cooperação dos atores políticos. Nessas circunstâncias, há uma generalizada negação de sua legitimidade e eficácia, o que pode ser confirmado pela aceitação (ou conformismo) da sociedade brasileira ao golpe. Segundo Maria Helena Moreira Alves, o ano de 1968 é o momento de consolidação do viés antidemocrático no Brasil durante o governo Costa e Silva, quando do fechamento total do regime com o advento do AI-5. Esse ato de força, segundo sua interpretação, seria mais uma reação à crescente organização de setores da sociedade civil em busca da superação do regime militar, como o movimento estudantil, o renovado e “independente” sindicalismo dos trabalhadores da indústria e a organização de políticos em torno da Frente Ampla²⁴⁷.

²⁴⁵ *Apud*: MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., 1995, p. 6-8.

²⁴⁶ FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Políticas: 1961-1964*, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁴⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Op. cit., p. 115.

3.3 A LEGALIDADE GOLPISTA

Desde a posse de João Goulart [...] convenci-me de que, por meio de meros expedientes políticos – o impeachment, por exemplo, – não seria exequível afastá-lo do poder, a fim de evitar a derrocada do regime democrático. Tínhamos mesmo que caminhar para a conspiração explícita e coordenada, procurando atrair inclusive o elemento militar, tradicionalmente legalista. É claro que se impunha, concomitantemente, o trabalho político e, acima de tudo, a conquista da opinião pública, que, no Brasil, sempre foi carro-chefe da posição final das Forças Armadas²⁴⁸.

O Brasil no pós-64 passava por uma dupla legalidade. A legalidade jurídica, normativa, formal, fundamentada na Carta de 1946, e uma “legalidade revolucionária” que se legitimava por si mesma. Em nome de uma depuração nos quadros políticos, sindicais, estudantis e militares, o Executivo decretava atos com forças de decretos sem qualquer forma de contestação pelos outros Poderes. Era uma legalidade que, segundo Lucia Klein, baseava-se numa espécie de “indefinição jurídica”, já que os órgãos de repressão e segurança nacional avaliavam os adversários e perigos ao processo revolucionário e, na falta de um quadro de referência normativo, decidiam e pautavam suas ações por meio do Executivo com poderes dilatados²⁴⁹. O Brasil contava, portanto, com um arcabouço jurídico peculiar. Baseado em casuísmos, o Executivo poderia praticar atos que excediam cada vez mais as suas atribuições. Em outras palavras, o arbítrio aos poucos ia se institucionalizando até o AI-5, que consolida o processo de fechamento do regime.

Se não concordamos com a tese de Alfred Stepan acerca de uma classe militar manipulada pelos interesses civis e com sentimento de inferioridade intelectual gerencial e de falta de legitimação para exercer a direção do país, concordamos com a sua argumentação da importância da Escola Superior de Guerra para a formação de uma nova elite militar e civil dotada de um projeto de desenvolvimento nacional baseado na “segurança interna” e que isso foi um dos nortes seguidos pelo governo pós-golpe²⁵⁰.

²⁴⁸ FALCÃO, Armando. *Tudo a Declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 239.

²⁴⁹ KLEIN, Lucia & FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 46-47.

²⁵⁰ STEPAN, Alfred. Op. cit., p. 127.

Não queremos dizer com isso que o governo golpista tinha um único projeto de país. Como já assinalamos, a união golpista se deu em torno de um inimigo comum, o suposto perigo comunista. Se esse perigo era real ou não, isso não invalida a motivação para a união em torno dele. De fato, o grupo vitorioso de 31 de março apresentava uma formação heterogênea em relação a projetos de organização do país. Alguns deles talvez sequer tivessem qualquer projeto.

Stepan, analisando a configuração dos quadros governamentais, advoga que a Escola Superior de Guerra (assim como o complexo IPÊS/IBSAD) foi fator de formação de grande parte dos militares e dos civis que dela participaram²⁵¹. Criada em 1949, inspirada na Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos (a qual ofereceu consultoria por décadas²⁵²), a ESG promovia cursos, palestras, seminários e publicações voltadas não apenas para os militares, mas também para civis, o que marca uma diferença em relação à irmã norte-americana. Os conteúdos de seus cursos, ministrados por civis e militares, iam desde questões militares voltadas para o Estado Maior das Forças Armadas, como aquelas relativas ao desenvolvimento econômico, social e político. Essa abertura para a participação civil foi primordial para os laços entre as lideranças paisanas e castrenses, desenvolvendo um ambiente de relativa normalidade envolvendo militares em questões políticas e administrativas capazes de propor soluções e projetos para o país.

Outro aspecto da análise de Stepan é a contextualização de um momento de crise institucional proveniente da radicalização ideológica no começo dos anos 60 e uma série de ações do Executivo que alarmaram as Forças Armadas. Este conjunto de elementos “críticos” foi importante para que boa parte da opinião pública e das Forças Armadas apoiasse o movimento golpista. Não defendemos que o golpe seja fruto apenas dessa radicalização e de ações do Executivo, pois acreditamos que só o somatório de elementos estruturais e conjunturais pode fornecer um quadro capaz de explicar a cadeia de acontecimentos que levaram ao golpe. O que alegamos é que essa radicalização, que foi real e explícita, foi utilizada como base argumentativa por boa parte dos grupos interessados na derrubada de Goulart como justificativa para o golpe. Quanto a isso, o trabalho de Dreifuss não apenas é um dos pioneiros como talvez o mais completo²⁵³. As ações do Executivo – que segundo Gláucio Ary Dillon Soares provocavam severas preocupações nas Forças Armadas – foram

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 136.

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 129.

²⁵³ DREYFUSS, René. 1964, *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. *Passim*.

aquelas que promoveram o “caos administrativo”, a “desordem política” e os “ataques à hierarquia e à disciplina” nas instituições militares, além do já tradicionalmente propalado “perigo comunista”²⁵⁴. Todos esses fatores, que teriam sido, segundo os golpistas, fomentados diretamente pelo governo federal, forneceram os elementos que faltavam para unir as diferentes orientações políticas e doutrinárias no interior das Forças Armadas, inclusive as legalistas, para a derrubada do governo. Segundo Alfred Stepan, esta configuração de crise foi a responsável da quebra do padrão “moderador”, além da sensação de retração na confiança do regime civil²⁵⁵. Se as Forças Armadas romperam ou não esse suposto padrão moderador, o que importa para a nossa análise é que elas não apenas derrubaram o governo como se sentiam capazes de governar o país. A ESG aparece como uma das principais formadoras e amplificadoras dessa consciência que não foi importante apenas para aqueles classificados como militares da “Sorbonne”, pois até mesmo na chamada “linha dura”, que a princípio não seria ligada a ESG, repercutiu boa parte da doutrina eseguiana.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela ESG em colaboração com o complexo IPÊS/IBAD, “trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais”²⁵⁶. Dentro desta doutrina encontra-se o conceito de “Guerra Revolucionária”. Partindo dos escritos do General Golbery do Couto e Silva, considerado o principal ideólogo da ESG, Maria Helena Moréia Alves faz um resumo do que seria tal conceito. Diferente da tradicional “Guerra Clássica”, que é aquela declarada entre Estados e tem como inimigo um corpo externo ao país, a “Guerra Revolucionária” representa um conflito “não declarado”, feito no interior do próprio país por agentes da própria população (mesmo que com influência e ajuda de elementos externos) e inspirado por uma ideologia que visa à conquista gradativa do controle do Estado, almejando a sua totalidade. Esta guerra de “subversão interna” seria exatamente aquela praticada pelos grupos comunistas na América Latina dentro do contexto da Guerra Fria.

Essa guerra revolucionária não pressupõe somente o emprego de força armada, pelo menos no seu início. Ela também seria feita através de “fronteiras ideológicas”. O “inimigo interno”, aproveitando-se dos problemas estruturais de uma sociedade como a brasileira,

²⁵⁴ SOARES, Gláucio Ary Dillon. “O golpe de 64”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon, DÁRAUJO, Maria Celina (orgs). *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1985, p. 32.

²⁵⁵ STEPAN, Alfred. Op. cit., p. 101-113.

²⁵⁶ ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 35.

profundamente desigual, promove uma “guerra ideológica” que busca manipular mentes e vontades em nome de um novo projeto de país, que no caso seria o socialista. Esta, portanto, já estaria instalada no Brasil, segundo Golbery²⁵⁷. Em depoimento, o insuspeito ex-presidente General Ernesto Geisel, reconhecido membro de primeira hora da “Sorbonne”, admite:

[...] em ocasiões de crise, quando o país está ameaçado por graves dissensões internas, fomentadas por dirigentes políticos que se desviam de seu encargo de conduzir o país à realização das aspirações nacionais e utilizam o poder para satisfazer seus interesses e ambições pessoais e de seus apaniguados, a nação fica em perigo, e os militares, em conjunto, poderão ter que atuar com suas forças para afastar drasticamente o perigo Manifesto²⁵⁸.

A luta contra tal guerra “não declarada” em busca da “segurança interna”, a fim de realizar um projeto de desenvolvimento capaz de evitar que uma guerra revolucionária seja instalada no futuro, justificou em grande parte o golpe de 1964 e, principalmente, a militarização posterior do regime. A partir desta perspectiva, o poder civil passa ainda mais a ser visto pelos militares como um poder fraco, incapaz de reação e até mesmo responsável por esse quadro de perigo revolucionário. E isto foi caro a maior parte dos militares, sejam eles eseguianos, duros, legalistas, “profissionais” (os ditos “apolíticos”) e etc.

O alcance desta doutrina junto aos oficiais, além daquele já assinalado no trabalho de Alfred Stepan²⁵⁹, pode ser comprovado a partir da série de entrevistas junto a militares que foram “peças importantes na implementação e manutenção do regime”²⁶⁰. As entrevistas organizadas para reproduzir a versão dos militares acerca dos motivos que levaram ao golpe e seus primeiros momentos revelam que “para os depoentes, não há espaço para dúvidas de que havia uma guerra revolucionária, comunista, em marcha no Brasil”²⁶¹. Como relatou Stepan, o Estado Maior providenciava Boletins de Informação com a doutrina para todos os comandantes de tropas²⁶².

O General Jayme Portella de Mello, ministro Chefe do Gabinete Militar do governo do General Costa e Silva, considerado por vários como um dos maiores expoentes da chamada

²⁵⁷ Idem, ibidem. Op. cit., p. 36-39.

²⁵⁸ D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.111.

²⁵⁹ A Escola de Comando do Estado Maior, passagem obrigatória para todos os militares que quisessem se candidatar a patente de General ou a qualquer cargo de comando geral, passou a incorporar a partir dos anos 60 boa parte dos conteúdos desenvolvidos pela ESG, sobretudo as disciplinas voltadas para a Doutrina de Segurança Nacional. STEPAN, Alfred. Op. cit., p. 133.

²⁶⁰ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe. A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: FGV/Ediouro, 2004, p. 8.

²⁶¹ Idem, ibidem, p. 12.

²⁶² STEPAN, Alfred. Op. cit., p.133.

linha dura dentro do governo – junto com Albuquerque Lima – e um dos articuladores da candidatura de Costa e Silva, expressa a mesma preocupação doutrinária da ESG em suas memórias:

A Guerra Revolucionária, que havia atingido outros países, explorando as contradições existentes em cada um, com a questão social, os sentimentos religiosos, o racismo, o anti-colonialismo e o subdesenvolvimento, chegara o Brasil [...] A Guerra tomara corpo no governo João Goulart atingindo uma desenvoltura subversiva de sérias proporções²⁶³.

Esses oficiais, que não eram de forma alguma identificados como eseuianos, acreditavam e reproduziam as bases da Doutrina de Segurança Nacional. Esta talvez tenha sido o maior elo entre os castelistas e a linha dura. A doutrina falava caro à unidade das Forças Armadas. Há um grande sentimento de “autodefesa” nela por considerar a existência de um inimigo interno, inclusive nas Forças Armadas. A criação do Serviço Nacional de Informação (SNI)²⁶⁴ pelo general Golbery do Couto Silva tinha como uma de suas justificativas o fato de que em crises institucionais anteriores – com destaque para o golpe da Legalidade de Lott e a reação Brizolista ao veto dos ministros militares à posse de João Goulart – o Poder Executivo e o comando militar não tinham um serviço de informação para alertá-lo de forças contrárias aos seus interesses. Eis talvez a origem da “unidade na desunião” de que nos fala João Roberto Martins Filho. A despeito de não evitar as cisões internas no meio militar durante os governos dos generais, esta “unidade na desunião” sempre se apresentava unitária quando havia qualquer ameaça ao processo de militarização da sociedade, pois era encarada como um recuo da “revolução”²⁶⁵, logo, um risco ao combate à guerra revolucionária.

O processo de militarização, primordial para a luta anti-revolucionária, seguia as diretrizes da doutrina da ESG: desenvolvimento com segurança. Tal objetivo, pelo menos naquele momento, passava pela posse do poder governamental, seja aos olhos da Sorbonne, seja aos olhos da linha dura. Conforme o relato dos militares que participaram como jovens oficiais na construção do governo em seus primeiros momentos, “quase todos tinham a certeza, naquela época, de que a permanência dos militares no poder era a melhor alternativa

²⁶³ MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. 57.

²⁶⁴ O SNI era auxiliado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e CIEEx (Centro de Informações do Exterior). No âmbito civil, recebia ajuda diversas Divisões de Segurança e Informações (DSI) e dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Os relatórios realizados por esses órgãos eram todos encaminhados ao SNI.

²⁶⁵ FILHO, João Roberto Martins. Op. cit., 1995, p. 40.

para o país”²⁶⁶. Esta é, portanto, a “utopia autoritária” em que viviam os militares no contexto pós-1964. Esta se consolidava a cada sinal de “mudança de rumo” nos caminhos da “revolução” que visava “reconstruir o país”, fundamentando a crença de que “os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral”²⁶⁷.

Em “Legitimidade e Coação no Brasil no pós-64”, Marcus Faria Figueiredo faz uma consideração sobre o papel das lideranças civis dentro do estado militar autoritário:

Ao se atribuir ao Estado o papel de promover, gerir e dirigir o processo de desenvolvimento, rompe-se definitivamente com a tradição liberal. Ao nível político, este fato tem como consequência imediata o isolamento das elites sociais civis e dos métodos que elas pretendessem adotar que não fossem coincidentes com as alternativas escolhidas pela elite militar²⁶⁸.

Essa gradual separação entre a nova elite dirigente (os militares) e as forças políticas tradicionais foi traduzida em cassações, adesismos (ou conformismo) e, como no caso de Lacerda, rompimento e oposição. No campo da disputa política, segundo João Roberto Martins Filho, o governo Castelo Branco nos seus dois primeiros anos foi marcado por aquilo que ele nomeia de “docilidade civil”. Sem oposição efetiva no meio civil, o governo teria conseguido vitórias em todas as votações importantes para a “revolução”²⁶⁹.

Não concordamos com o termo empregado por Martins Filho. De fato, o poder militar colecionou vitórias sobre o poder civil, mas estas não foram conseguidas em virtude de uma suposta docilidade. Lembremos dos 41 deputados cassados nos primeiros dias do golpe²⁷⁰. Os suplentes, além da intimidação da cassação do antigo titular, eram políticos que, por definição, são menos combativos e expressivos politicamente²⁷¹. A maior parte dos não cassados era simpática ao governo e os descontentes pouco podiam fazer contra o clima “revolucionário”. O primeiro ato institucional foi um ato de força do Comando Militar e a escolha de Castelo Branco foi uma solução praticamente consensual entre militares e líderes

²⁶⁶ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. cit., 2004, p. 19.

²⁶⁷ Idem, ibidem, p. 9.

²⁶⁸ FIGUEIREDO, Marcus Faria. A política de coação no Brasil nos pós-64. IN: *Legitimidade e Coação no Brasil no pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978, p. 119.

²⁶⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., 1995, p. 46.

²⁷⁰ DHBB – FGV. Verbete: Atos Institucionais. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_1.asp> Acessado em 13/12/2009.

²⁷¹ Mas na visão de David Fleischer, alguns suplentes se mostraram bastante combativos. FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: *21 anos de regime militar*, 1994, Op. cit., p. 164.

civis. Não há, portanto, no início do governo Castelo, “docilidade” a nosso ver. Há, dialeticamente, coação e consenso.

À medida que o governo se estabelecia, boa parte do Congresso voltou, na medida do possível, a tentar fazer valer seu poder independente. Em matérias polêmicas colocadas para votação na Câmara dos Deputados, a despeito das vitórias do Executivo, varias foram conseguidas com um Congresso dividido. O caso da intervenção federal em Goiás em novembro de 1964 é emblemático. O governo conseguiu a aprovação por um placar de 190 votos a favor e 140 votos contra. Porém, como o General Jayme Portella admite em seu livro de memórias, o Ministro da Guerra Costa e Silva garantia que “a intervenção estava feita com ou sem aprovação do Congresso, pois a Revolução não poderia recuar nos seus atos”²⁷².

A partir de fevereiro de 1965, com a criação do “Bloco Parlamentar Revolucionário” envolvendo a UDN, partidos menores e facções do PSD e até mesmo do PTB, o governo federal passa a ter uma base mais sólida no Congresso²⁷³. A vitória do udenista Bilac Pinto para a presidência da Câmara contra o pesedista Ranieri Mazzilli consolida os interesses do palácio do Planalto dentro do Congresso. Mas o temor de uma vitória “aninhada pelas baionetas da presidência”, expressa no artigo do jornalista Carlos Castello Branco, é de certa forma confirmada pelo Senador Afonso Arinos do Melo Franco que dizia acreditar que uma vitória de Mazzilli provocaria a prisão deste pelo governo “revolucionário”²⁷⁴.

Tradicionais lideranças políticas ou aderiam ao governo militar ou eram afastadas através dos expedientes autoritários justificados pela “operação limpeza”. No período, os principais líderes políticos que poderiam se opor ao governo militar ou estavam exilados (João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes) ou estavam com seus direitos políticos cassados (Juscelino Kubitschek, Luis Carlos Prestes, Adhemar de Barros²⁷⁵ e Jânio Quadros).

As lideranças civis que ofereceram alguma oposição ao governo Castelo foram os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Mesmo com cada um fiel ao seu estilo de fazer política, os dois afastaram-se gradativamente de Castello Branco durante o seu governo e se aproximaram dos revolucionários radicais, ou seja, da linha dura. A principal alegação de ambos era que o governo castelista estava se “afastando da revolução”.

O único grupo civil a impor derrotas significativas ao governo Castelo e aos ditos revolucionários foi o Poder Judiciário. Os IPMs, que eram decididos em última instância pelo

²⁷² MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Op cit., p. 249-250.

²⁷³ BRANCO, Carlos Castello. *Jornal do Brasil*. 19/02/1965. In: *Os Militares no Poder*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 199.

²⁷⁴ Idem, *ibidem*. 27/02/1965. p. 202-203.

²⁷⁵ Adhemar de Barros foi cassado, em 5 de junho de 1966, oficialmente por corrupção.

Supremo Tribunal Federal, resultaram contrários em diversas ocasiões aos desejos do governo. Os casos mais emblemáticos foram os *habeas corpus* para os governadores Mauro Borges de Goiás e Miguel Arraes de Pernambuco. Essas medidas provocaram revoltas no meio militar “duro”. Mas, como aponta João Roberto Martins, a UDN também era interessada nos expurgos de Goiás e Pernambuco, não configurando esse ato autoritário novamente apenas como “pressões da linha dura”²⁷⁶. Costa e Silva e Lacerda criticaram abertamente a decisão do STF e pediam uma intervenção no Supremo a fim de evitar novos “recuos”²⁷⁷. Arraes chegou a ser sequestrado e preso num quartel por militares do grupo de extrema direita LIDER (Liga Democrática Radical). Ao ser solto por ordem direta do presidente, Arraes pede asilo político da Embaixada da Argélia e de lá segue para o exílio. Esse impasse entre “revolucionários” e o STF só seria resolvido, a favor dos golpistas, com uma nova intervenção no Judiciário com a decretação do AI-2.

Sobre a questão partidária, sobretudo aquela posterior ao AI-2, que provoca o fim dos partidos tradicionais, Lucia Grinberg aponta que os militares e juristas que modificavam as leis que buscavam concentrar ainda mais o poder nas mãos do Executivo e oferecer significado simbólico à “Revolução”, almejaram estabelecer uma *tábula rasa* em relação ao quadro político partidário brasileiro, tentando inclusive anular as diferenças ideológicas. Entretanto, como a própria autora destaca, a ARENA se constituiu como importante elemento na sustentação legitimadora da ditadura, pois nenhuma nova legislação eleitoral ou partidária iria apagar da memória da população que o “partido da Revolução” era formado por lideranças políticas (tanto egressos da UDN, quanto do PSD e outros partidos menores) consolidadas a partir do fim do Estado Novo, atravessando toda a vida pública da experiência democrática, entre 1946 a 1964²⁷⁸. Boa parte de tal capital político que a ARENA concentrava em sua composição desde o momento de sua fundação em inícios de 1966, vem desse histórico. Essa identificação do público pode ser parte da explicação da sustentação e legitimidade que a sociedade brasileira dava ao “governo revolucionário”, cujos presidentes militares eram até então desconhecidos do grande público e não identificados com o “meio político”.

Já em relação ao princípio democrático da participação popular, essa questão não era, de forma alguma, uma prioridade “revolucionária”. Inspirada no discurso de despedida da

²⁷⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., 1995, p. 55.

²⁷⁷ NETO, Lira. Op. cit., p. 324.

²⁷⁸ GRINBERG, Lucia. *Partido ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.48.

ativa para a reserva do General Amaury Kruehl²⁷⁹, a revista *Manchete* produziu uma reportagem bastante elucidativa a respeito do que seria a verdadeira noção de “democracia” no país naquele momento por parte dos apoiadores do governo militar. O próprio título, “Ditadura ou Democracia?”²⁸⁰, já deixava claro como o conceito de “democracia” era tão pouco compreendido pela sociedade brasileira, inclusive junto à classe política. Convidando políticos – tanto da situação quanto da oposição – para responderem a pergunta da matéria, a revista publicou suas opiniões sobre a existência ou não da democracia no país. Seleccionamos alguns trechos. A começar com um dos maiores conspiradores civis do golpe de 1964, o ex-ministro de Kubitschek (Justiça e Relações Exteriores) e Jânio Quadros (Saúde) e futuro ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão:

O Brasil não é uma ditadura. É, sim, uma democracia armada contra a ditadura comunista. A democracia romântica bacharelesca, lírica e dominada pelo superlegalismo, a pura e simples liberal-democracia – essa é um sonho dos poetas políticos, que não tem força para defender-se do comunismo internacional. [...]

Nossa democracia, tal como vinha sendo praticada, mostrou-se impotente, inepta e incapaz de defender-se. Se fossemos manter absolutamente íntegros todos os princípios, todas as regras, todos os direitos da Constituição de 1946, só estaríamos favorecendo um programa: o programa do comunismo, pela infiltração, pela atuação direta, pelo envolvimento, pela escalada, conforme permitissem as circunstâncias [...]

Não há ditadura no Brasil com Castelo Branco, nem haverá ditadura no Brasil com Costa e Silva. Mas aqui também não haverá mais tolerância do governo, compactuação das autoridades, omissão oficial deliberada no processo de comunização do País [...]

A opinião de Armando Falcão resume bem a máxima dos golpistas. O Brasil, segundo eles, estava à beira do comunismo em 1964 e, portanto, para salvar a nossa fraca e vacilante democracia, era necessário um regime forte, “armado”, que fosse capaz de proteger a nação brasileira contra aquela ideologia “estrangeira”. Na sequência, a matéria traz a opinião do deputado arenista Raymundo Padilha:

²⁷⁹ O discurso, publicado em vários jornais, trouxe várias críticas de Kruehl em relação ao governo Castelo Branco, o que provocou reação do governo através de uma declaração oficial do presidente. A principal crítica de Kruehl em relação ao governo era a negação de que no Brasil havia a “existência de um regime verdadeiramente democrático”.

²⁸⁰ Revista *Manchete*, nº 740, 27 jun. 1966, p. 16-18.

A simples elaboração e divulgação da pergunta responde ao indagador: Como poderia haver ditadura quando a liberdade de opinião se manifesta assim, em toda sua pompa? [...]

Após o ato cirúrgico²⁸¹, de que só divergiram os usufrutuários do poder oligárquico, as intervenções subsequentes foram corolários normais num teorema político em que a tônica era a paz nacional e a dignidade dos governantes. Onde estão as greves políticas, os movimentos pelegais e as assembleias da subversão? [...]

A opinião de Raymundo Padilha expressa mais uma característica das forças conservadoras que apoiavam a ditadura civil-militar brasileira ao considerar toda e qualquer movimentação social horizontal de base como um risco para a “verdadeira democracia”. Para eles, as “greves políticas”, os “movimentos pelegais” em nenhum momento são encarados como uma expressão natural de uma organização social de trabalhadores em busca de melhorias salariais e condições de trabalho inserido num sistema democrático. Toda e qualquer “agitação” social era considerada um desvio daquilo que deveria ser a democracia de acordo com o corolário liberal-conservador brasileiro.

Agora vamos à opinião de alguém da oposição, o deputado Doutel de Andrade:

Num país onde se cassam mandatos legítimos, onde os juízes não têm liberdade para julgar, onde se condena sem direito de defesa, onde o presidente da República legisla de acordo com as conveniências da facção política a que pertence, onde, enfim, a Justiça foi substituída pela Força – não há democracia. É bem verdade que não vivemos, hoje, numa ditadura “tout court”, definida, nítida e caracterizada. Subsiste algo pior, ou seja, uma ditadura dissimulada, hipócrita e sem coragem histórica de assumir as responsabilidades que lhe são inerentes. Não pode haver meia democracia nem meia ditadura: ou há democracia ou há ditadura [...]

A oposição sobrevive, hoje, quase por milagre. Dir-se-ia que paga, na própria carne, o ar que respira. Isto porque a delação, o “dedodurismo”, a traição, a calúnia e a felonía se transformaram em instituições oficiais, como ocorre em todas as ditaduras [...]

Semanas após essas declarações, Doutel de Andrade seria cassado, fazendo com que a primeira frase de Raymundo Padilha parecesse ser a respeito de outro país. Com a cassação, Doutel se aproximaria da Frente Ampla, inclusive através de sua esposa, a deputada federal Lígia de Andrade, eleita em 1966.

Em seguida, a reportagem traz a opinião do senador emedebista Josaphat Marinho, uma das maiores lideranças da Frente Ampla no parlamento:

²⁸¹ Referência à derrubada de João Goulart.

O atual regime brasileiro é uma ditadura, com algumas concessões democráticas do poder. Declara a sobrevivência da Constituição. Mantém em funcionamento o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Tolerar o exercício de certas liberdades a determinados grupos ou pessoas. Conserva parcialmente o sistema de eleições populares. Aparenta a existência de partidos políticos [...]

Assim, o conceito de democracia varia de amplitude, no tempo e entre os povos. Nele se inserem, porém, instituições, postulados, ideias-forças, que o seguem permanentemente [...]

No presente momento nacional, apesar da resistência provida de fontes diversas da política e da cultura, o governo exerce um poder autocrático. Conquanto mantida a Constituição, que jurou cumprir, o presidente da República baixa atos institucionais. Embora a Constituição proíba a delegação de atribuições, o presente da República legisla simultaneamente com o Congresso Nacional e lhe usurpa prerrogativas, fundado em atos institucionais e complementares. Ainda que os membros do Congresso Nacional tenham sido transformados no colégio eleitoral do presidente e vice-presidente da República, ao chefe do Poder Executivo é dado cassar mandatos parlamentares, sem processo regular, como suspender direitos políticos dos cidadãos em geral [...]

A análise do senador expressa outra característica peculiar da nossa ditadura. Preocupada em manter as instituições democráticas em aparente funcionamento, a ditadura se apresenta de forma “legalista”, ou “cartorária”, junto à sociedade civil e à comunidade estrangeira, justificando seus arbítrios através de exceções que expressam alguns “desvios de conduta”, traduzindo uma máxima do senso comum conservador brasileiro de que “quem não ficou contra, não sofreu nada”, ou ainda, utilizando uma recente expressão infeliz do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, “quem não reagiu, está vivo”²⁸².

Semanas depois, voltando novamente ao tema da democracia, desta vez sobre a questão do voto popular, a revista *Manchete*, através do jornalista Murilo de Melo Filho, buscava respostas para explicar “por que o povo não vota”²⁸³ fazendo uma breve retrospectiva histórica desde a renúncia de Jânio Quadros. O fio condutor do artigo é a falta de compromisso da elite política brasileira com a democracia. Murilo Melo Filho, ao final, explica porque as eleições diretas no Brasil da ditadura militar não mais aconteciam

²⁸² No dia 11 de setembro de 2012, a PM de São Paulo matou nove suspeitos durante uma ação contra um suposto tribunal do crime em um sítio de Várzea Paulista. De acordo com a PM, ali estaria sendo julgado um homem acusado de abusar sexualmente de uma criança (que também foi morto durante a ação). O comentário do governador do Estado, justificando as mortes, foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira.

²⁸³ Revista *Manchete*, nº 756, 15 out. 1966, p. 4-7.

Ao longo de todo o período republicano, desde Deodoro – mas, sobretudo a partir de 1930 – sempre bateram à porta dos quartéis, nas suas conspirações, para utilizar os generais no assalto ao poder [...]

No 31 de março, o figurino seria bem diverso. Enganaram-se, portanto, os líderes civis que pensavam ser possível atrair mais uma vez os militares para seus golpes e revoluções, na esperança de vê-los depois refluir aos quartéis e deixar o poder em suas mãos. [...]

Desta vez, o Exército guardaria o poder para si. Um marechal se sucederia a outro marechal. E as diversas crises políticas dos últimos e recentes anos só haveriam de servir como excelentes pretextos e motivações para que os militares se convencessem de que o processo indireto é o melhor e mais apropriado para eleger os novos presidentes da República. A muitos deles, o voto popular foi apresentado como causa imediata ou remota das turbulências do último quinquênio. [...] Aí está porque o povo hoje não vota.

Mas nenhuma ditadura, por mais violenta e repressiva que seja, não consegue se estender por mais de 20 anos sem que tenha legitimidade junto a uma boa parte da população, a sua elite política e das classes economicamente dominantes. Os valores democráticos não eram parte dos princípios básicos da cultura política brasileira naquele período junto à maioria da sociedade que de certo modo explica a origem o dito popular de que “o povo não sabe votar”.

3.4 CARLOS LACERDA E O PROCESSO DE AFASTAMENTO DO GOVERNO CASTELO BRANCO

Lacerda tem usado e está usando, contra o Governo constituído, as seguintes armas:

- *oportunismo político, no qual se destacam as atitudes contraditórias;*
- *astúcia, violência, simulação, mentira e intrigas;*
- *falta de respeito às autoridades e à lei;*
- *dialética extraordinária, que lhe faz manobrar com pessoas e coisas, com atos e pensamentos, de acordo com suas conveniências pessoais [...]*²⁸⁴

Iremos agora abordar o longo e irreversível processo de afastamento de Carlos Lacerda do governo Castelo Branco. Tal processo, que terá elementos políticos, eleitorais,

²⁸⁴Dossiê Carlos Lacerda. *Arquivo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Escola de Estado Maior do Exército.

econômicos e partidários, também será marcado por profundas ofensas e agressões contra a pessoa de Castelo Branco por parte de Lacerda, o que criará um clima de agressividade cada vez mais explícita entre os envolvidos.

3.4.1. A prorrogação do mandato de Castelo Branco

Confesso a minha impaciência, mais que a minha revolta. Estou farto, meu caro amigo, e um pouco cansado de ver antes, dando a impressão de ver demais²⁸⁵.

Nas primeiras semanas após o golpe, Carlos Lacerda sai oficialmente em viagem pela Europa e EUA afim de “explicar a revolução” no exterior. Segundo Armando Falcão, esse episódio teria sido o primeiro constrangimento entre Castelo e Lacerda, já que a viagem, feita por sugestão de Lacerda, seria paga pelo governo federal e isso não era atribuição de um governador de Estado²⁸⁶. Tal viagem, que é sempre lembrada de forma anedótica apenas pela “nada” diplomática entrevista de Carlos Lacerda à imprensa francesa ainda no aeroporto de Orly em Paris, também passaria por Itália, Grécia, Alemanha, Inglaterra, Portugal e EUA.

Enquanto Lacerda ainda estava fora do país, em oito de junho de 1964, o mandato e os direitos políticos de Juscelino Kubitschek são cassados por dez anos pelo Presidente Castelo Branco, por meio de um processo encaminhado pelo Ministro da Guerra Costa e Silva. A cassação de Kubitschek provou um verdadeiro racha no PSD. Na ocasião, o PSD retirou-se do bloco parlamentar de apoio ao governo. Com a cassação, Lacerda não encontraria adversário dentro do grupo político formado no pré-64 para a presidência da república, já que era considerado virtualmente o candidato da UDN desde a convenção, de finais de 1963, realizada em Curitiba quando derrotara Magalhães Pinto. Mas o que à primeira vista seria uma boa notícia para Lacerda – a retirada do nome de seu principal adversário para a presidência nas eleições que em tese aconteceriam em 1965 – na verdade marcaria um novo

²⁸⁵ Carta de Carlos Lacerda endereçada a Olavo Billac Pinto, Presidente da União Democrática Brasileira, datada de 15/07/64. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

²⁸⁶ FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 285-286.

passo no processo de afastamento das lideranças civis da política brasileira, iniciado nas primeiras listas de abril de 1964 e que em breve atingiria o próprio Lacerda.

Segundo Célio Borja, a facção civil udenista que defendia uma intervenção militar vinha, sobretudo a partir de São Paulo e Minas Gerais. A parcela “udeno-lacerdista” da Guanabara era contrária a essa intervenção, pois eles a consideravam perigosa em relação a um possível adiamento do processo eleitoral. Os lacerdistas já tinham um candidato à presidência da República para 1965 desde a vitória da convenção de 1963.

Ainda de acordo com Borja, o apoio ativo de Magalhães Pinto ao golpe, pelo menos na leitura dos lacerdistas da Guanabara, foi uma tentativa de provocar um “segundo turno” na convenção que havia perdido para Lacerda. Talvez Magalhães também acreditasse apenas em um possível adiamento do processo eleitoral e não na tomada do poder por tempo indefinido. Magalhães Pinto acreditava que uma nova ordenação pós-“Revolucionária” iria lhe prover dividendos políticos pelo fato do papel de Minas Gerais ter sido a pedra angular do golpe que derrubara João Goulart. Isso poderia abrir uma nova chance para Magalhães Pinto vencer Lacerda em uma nova convenção²⁸⁷.

Como afirmamos anteriormente, com o resultado da cassação de Kubitschek, a base parlamentar “revolucionária” fica enfraquecida momentaneamente por conta da revolta de boa parte do PSD. Apesar do apoio dos militares, da maioria da imprensa²⁸⁸ e de governadores importantes como Magalhães Pinto e Adhemar de Barros (que queria ganhar tempo contra o favoritismo de Carlos Lacerda), o primeiro turno da aprovação da emenda constitucional nº9²⁸⁹ para a prorrogação do mandato de Castelo Branco, em 22 de julho, foi decidido por apenas um voto, em uma sessão conturbada que atravessou a madrugada e que contou com as anedóticas cenas de deputados sendo acordados no meio da noite para irem votar e ainda com uma vexatória mudança de voto ao final para decidir a votação²⁹⁰.

A reação de Lacerda, que ainda estava no exterior, foi violenta. De volta ao Brasil, segundo o ministro castelista Luis Viana Filho, Lacerda encarava qualquer ato feito contra sua vontade como parte de uma conspiração contra sua candidatura²⁹¹. Helio Fernandes, em

²⁸⁷ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011,

²⁸⁸ O apoio à prorrogação do mandato de Castelo Branco em editoriais de jornais como *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* foram usados por Luis Viana Filho e John W. Foster Dulles com exemplo de “vontade popular” para a emenda constitucional. VIANA FILHO, Luis. Op. cit., p. 102-103. DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 285.

²⁸⁹ A emenda não apenas prorrogou o mandato de Castelo até 15 de março de 1967 e adiou as eleições para 15 de novembro de 1966. Outras medidas foram a vinculação a eleição de presidente com a do vice; implantou a maioria absoluta dos votos e reduziu o mandato presidencial para 4 anos.

²⁹⁰ NETO, Lira. Op. cit., p. 298.

²⁹¹ VIANA FILHO, Luis. Op. cit. p. 105.

entrevista a nós concedida, sustenta que durante uma conversa Lacerda, ambos já naquele momento, chegaram à conclusão de que Lacerda jamais seria candidato dos militares e que caso a prorrogação não fosse aprovada, havia o medo de que outro ato institucional pudesse ser editado²⁹². Após a prorrogação, Helio Fernandes publica o artigo: “Carlos Lacerda-1965: o candidato invencível de uma eleição que não vai haver”²⁹³.

No meio político-partidário, o “excomungado” a partir de então para Lacerda, teria sido o deputado Daniel Krieger, futuro primeiro presidente da ARENA. Segundo Borja, esse foi um dos primeiros momentos de rompimento de Lacerda dentro da UDN e sem dúvida o primeiro conflito aberto entre Lacerda e o governo pós-golpe²⁹⁴. Em declarações, discursos, entrevistas e correspondências²⁹⁵, Lacerda denunciava aquilo que ele entendia ser um golpe contra a “democracia”, contra as eleições, contra o povo. Ironicamente, pela primeira vez Lacerda expressa o medo de que a “revolução democrática” transforme-se numa ditadura. Em carta ao deputado Bilac Pinto, líder da UDN no Congresso, Lacerda lamenta: “Na verdade, Bilac, fui posto à margem da UDN. Dê-se a isso o nome triste de traição ou o nome mais ameno de distração. Na prática foi o que se deu”. Ao final, fazendo referência ao Golpe da Legalidade de Lott, profetizava “[...] Bilac, numa palavra: votada a prorrogação, não haverá eleição nem em 66 nem tão cedo. Isto é o dez de Novembro com aprovação do Congresso”²⁹⁶.

Ao comentar a revolta de Lacerda em relação à prorrogação do mandato, o adiamento das eleições presidenciais e a criação da maioria absoluta (ironicamente uma antiga bandeira udenista e lacerdista), Luis Vianna Filho cita um relatório de autoria do SNI enviado ao presidente analisando a situação e fazendo projeções “sombrias” sobre as próximas ações de Lacerda. O texto previa que o rompimento do governador com o governo federal seria inevitável dentro de “três ou quatro meses” a partir da sua reintegração de posse ao governo da Guanabara após sua viagem ao exterior. E assim como Carlos Lacerda se dizia representante do verdadeiro “espírito revolucionário” e criticava as vacilações do governo “liberal” castelista, o texto produzido pelas hostes do General Golbery do Couto e Silva também utilizava-se da retórica da “pureza revolucionária” ao alertar ao presidente esguiano que a atuação de Lacerda junto a setores civis insatisfeitos com a política anti-inflacionária

²⁹² FERNANDES, Helio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

²⁹³ Idem, *ibidem*.

²⁹⁴ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

²⁹⁵ Na biografia de Carlos Lacerda feita por John Foster Dulles, há uma reunião de declarações públicas e privadas de Lacerda contra a aprovação da emenda da prorrogação. DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 280 - 285.

²⁹⁶ Carta de Carlos Lacerda endereçada a Olavo Bilac Pinto. Op. cit.

poderia impossibilitar o governo “de levar a cabo seu programa de restauração financeira, de normalização da vida nacional e de implantação de reformas profundas”²⁹⁷.

3.4.2. As críticas de Lacerda ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Além da prorrogação do mandato presidencial, uma das primeiras questões que colocaram Lacerda em conflito com o governo Castelo Branco foi aquela que dizia respeito ao programa econômico do governo. Em artigo anterior, abordamos aquilo que chamamos de “arroubos nacionalistas” de Carlos Lacerda assim que este entrou na vida pública²⁹⁸. Naquele trabalho descrevemos aqueles momentos “nacionalistas” de Lacerda que julgamos mais representativos. A despeito de Lacerda ser um político tradicionalmente alinhado ao pensamento liberal-conservador, apresentou discursos nacionalistas e desenvolvimentistas em determinados contextos da experiência democrática e no começo do governo militar, principalmente, quando governador do Estado da Guanabara. Essa dubiedade não chega a ser extraordinária já que raramente encontramos um posicionamento “fechado” em relação a qualquer uma das vertentes econômicas na arena política brasileira.

Segundo Ricardo Bielschowsky, as três principais correntes do pensamento econômico no Brasil entre 1945 e 1964 (e não temos motivos para acreditar que em 1966 elas fossem muito diferentes) foram: a Liberal, a Desenvolvimentista e a Socialista²⁹⁹.

A corrente Liberal, além de ser evidentemente antissocialista, era antinacionalista e antitrabalhista, defendia a entrada livre de capitais estrangeiros no Brasil e o livre comércio. A corrente dita Desenvolvimentista, principal corrente econômica no Brasil no período pós-Revolução de 1930, seguindo a tipologia descrita por Bielschowsky, é dividida em três grupos: uma ligada ao setor privado e duas ligadas ao setor público. A ligada ao setor privado era antiliberal e admitia a participação do Estado na economia como financiador e parceiro do processo de industrialização. Uma das correntes ligadas ao setor público aceitava a entrada de capital estrangeiro associado ao capital público e privado (o governo Juscelino Kubitschek talvez seja o exemplo mais acabado dela). Já a outra do setor público, era claramente nacionalista, sobretudo aquelas atividades econômicas ligadas aos chamados “setores

²⁹⁷ *Apud*: VIANA FILHO, Luis. Op. cit., p. 105-106.

²⁹⁸ DELGADO, Marcio de Paiva. Carlos Lacerda e o pensamento econômico dos grupos políticos no Brasil no pós-1945. *Revista Eletrônica de História do Brasil – UFJF*, 2007.

²⁹⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-34.

estratégicos”, como os de mineração, petróleo e recursos hídricos (essa é a mais identificada pelos Trabalhistas). E, como aponta o autor, o nacionalismo era o tema político e econômico mais popular da década de 50 e 60.

Conforme afirmamos em nossa dissertação de mestrado, o antinacionalismo lacerdista era mais voltado para atingir Vargas e seus aliados, e não a defesa de uma doutrina econômica. Em assuntos econômicos, percebemos que Lacerda adotava discursos que variavam de acordo com o contexto. Seja como jornalista e deputado nos anos 50, ou no cargo de governador do Estado da Guanabara, ou ainda na oposição ao governo militar, Lacerda nunca foi um liberal ortodoxo.

Pouco tempo após o golpe, Lacerda teria um novo arroubo nacionalista. Este – que não seria o último – marcou o início de um processo de afastamento ao governo de Castelo Branco. A primeira crítica foi um protesto público contra o decreto presidencial de Castelo que devolvia as refinarias desapropriadas por Goulart aos antigos proprietários³⁰⁰. Em seguida, criticando o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)³⁰¹ elaborado pelo “super” Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica Roberto Campos, Lacerda adotaria novamente uma postura nacionalista, sobretudo na defesa de diversas siderúrgicas pelo país. Em vários pronunciamentos, Lacerda chegou a propor uma “cartilha heterodoxa” para a economia, que admitia inclusive a manutenção de índices moderados de inflação para garantir o desenvolvimento econômico³⁰².

Em artigo defendendo sua candidatura à presidência em 1965, Lacerda ataca Roberto Campos e adota um discurso nacionalista, talvez acenando ao eleitoral Trabalhista:

É pena que se julgue que a revolução foi para o Fundo Monetário Internacional, contra o qual nada temos, mas que também nada tem com o Brasil. Estimaria que os círculos financeiros de Nova Iorque estivessem menos satisfeitos com a nossa revolução, e os trabalhadores de São Bernardo do Campo mais confiantes nela³⁰³.

³⁰⁰ LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 117.

³⁰¹ O PAEG tinha como principais objetivos: (i) a retomada do crescimento econômico, interrompido pela crise de 1962/1963, (ii) controle do processo inflacionário, (iii) diminuir as desigualdades regionais e setoriais do país, (iv) redução do desemprego, (v) inverter a tendência de déficit na balança de pagamentos. Para atingir tais metas, o PAEG previa corte de gastos governamentais, a manutenção de uma política de responsabilidade fiscal e abertura ao capital estrangeiro, mas sem, contudo, adotar uma política de redução fiscal no setor produtivo, um processo de privatizações de estatais e sem abandonar programas que previam uma forte intervenção estatal com investimentos em infra-estrutura e prestação de serviços. REZENDE, André Lara. *A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 213-215.

³⁰² LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 306.

³⁰³ LACERDA, Carlos. Por que sou candidato. Artigo de 7 out.1964, publicado na Revista Manchete. In: PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109.

Outro ponto de tensão entre Lacerda e Castelo foi o referente à questão da mineração. Em novembro de 1964, por meio de cartas a Castelo Branco³⁰⁴ e reportagens no jornal *Tribuna da Imprensa*³⁰⁵ do jornalista Helio Fernandes, lacerdista histórico, Lacerda – com apoio de Magalhães Pinto e da direção da Companhia Vale do Rio Doce³⁰⁶ – acusava os três ministros do governo, Mauro Thibau (Minas e Energia), Otávio Gouvêa de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos de favorecerem, através de “negociatas”, a autorização para a construção de um porto particular para a empresa de mineração *Hanna Mining Company*, proprietária da Companhia de Mineração Nova-Limense em operação no Estado de Minas Gerais.

Outro episódio da área econômica que colocou Lacerda contra as ações do governo e o fez assumir novamente um discurso nacionalista foi a compra do grupo AMFORP (*American and Foreign Power Company*), que atuava no setor elétrico, pelo governo federal. A negociação, iniciada ainda durante o governo João Goulart, estava em via de ser confirmada pelo governo Castelo quando os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto passam a criticar severamente o negócio por considerá-lo danoso ao país. Em Brasília, o senador João Agripino, ex-ministro de Minas e Energia do governo Jânio Quadros e contrário à compra, definiu os bens da AMFOPR como “sucata”. O Ministro Roberto Campos, apelidado pejorativamente pelos nacionalistas de “Bob Fields” desde o governo JK, por sua defesa do capital estrangeiro em assuntos do Petróleo, é o principal alvo de Lacerda em suas críticas, que afirma que Roberto estava apenas sendo “coerente” aos olhos de seus “patrões” norte-americanos. Vendo que a aprovação da compra da AMFORP no Congresso seria inevitável, o PTB se retirou da votação em forma de protesto³⁰⁷.

Mas, ao mesmo tempo em que criticava o governo por não destinar apoio à indústria nacional, a mineração e as novas siderúrgicas estatais, Lacerda entra em contradição ao acusar o Ministro do Planejamento de promover com o PAEG uma “planificação estatista” da economia brasileira. Desta vez, assumindo um discurso liberal, Lacerda lembrava que aqueles tecnocratas nada mais eram do que “autores do Plano de Metas do governo Kubitschek”³⁰⁸. Conforme foi apontado por Marly Silva da Motta, o PAEG também se propôs a empreender

³⁰⁴ Carta a Castelo Branco, 28 dez.1964. In: *Minhas Cartas e a dos outros*. Brasília: UNB, 2005, p. 17-21.

³⁰⁵ DULLES, John Foster. *Castelo Branco, o presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983, p.75.

³⁰⁶ Idem, ibidem.

³⁰⁷ DULLES, John W. F. *Castelo Branco*. Op. cit., p. 52-53.

³⁰⁸ No caso, pode-se argumentar também que Lacerda estava, de fato, expondo as contradições do Governo e do Ministro Roberto Campos.

um “Plano de Metas” com vultosos investimentos estatais³⁰⁹, ainda que bem mais modestos do que aqueles feitos por Kubitschek. Essas contradições de Lacerda poderiam indicar críticas com objetivos políticos e eleitorais. Segundo Marina Gusmão, as críticas contra Roberto Campos eram motivada pelo temor de que o seu nome fosse indicado pelo presidente Castelo Branco para ser o seu substituto³¹⁰. De acordo com Célio Borja, os candidatos de Castelo, pela ordem, seriam Roberto Campos e Billac Pinto. Acredita-se que, a partir daí, Lacerda concentraria as críticas no PAEG, tendo como alvo principal Roberto Campos³¹¹.

De fato, em entrevista à imprensa argentina, o “super ministro” admitia a possibilidade de ser candidato a presidência em 1966 se “a Revolução necessitar de um candidato que defende a obra em realização”³¹². A entrevista ainda aborda a questão de que, daquele em momento em diante, a imprensa deveria tratar isso de maneira mais corriqueira. Concordamos com Marina Gusmão ao afirmar que os ataques de Lacerda ao governo e ao ministro são motivados principalmente por essa perspectiva. Mas como Lacerda precisava de um motivo “não eleitoral” para tal, lança-se nas críticas desenvolvimentistas ao PAEG e em denúncias sobre negociatas envolvendo a questão dos minérios.

Durante os debates públicos em torno do PAEG, como a carta aberta de 30 laudas endereçada ao presidente, em 27 de maio de 1965, e posteriormente publicada sob a forma do livro *Brasil, entre a verdade e a mentira*³¹³, Lacerda vai à televisão, em 28 de maio de 1965, e ataca frontalmente Roberto Campos:

É preciso que alguém tenha a coragem de dizer, no Brasil de hoje – no qual o Ministério do Planejamento se tornou um superministério e seu ministro, de fato, primeiro ministro – que esse Ministério foi criado e teve cabimento exatamente para estatizar a economia brasileira e que, portanto, não faz sentido numa Revolução que veio para libertá-la dessa terrível ameaça. É preciso dizer: a planificação global da economia é incompatível com uma sociedade democrática, baseada na livre empresa³¹⁴.

Ainda sobre suas críticas ao PAEG, Lacerda, criticava a “estatização” como forma de combater a inflação:

O processo inflacionário, no Brasil, tem seu ponto central no elevado grau de estatização da economia. O combate à inflação, portanto, tem de ser

³⁰⁹ MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 59-60.

³¹⁰ MENDONÇA, Marina Gusmão. *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo: Codex, 2006, p. 330-331.

³¹¹ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 out. 2011

³¹² Jornal do Brasil, 07 dez. 1964, p. 3.

³¹³ LACERDA, Carlos. *Brasil entre a verdade e a mentira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.

³¹⁴ Idem. *Apud*: LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 121-122.

concentrado nos setores que não prejudicam a produção e não, exatamente o oposto, como está fazendo o Governo. O governo reforça o setor estatal da economia – mais de 50% e sempre crescendo. E enfraquece o setor livre a ponto de estrangulá-la (sic)³¹⁵.

Roberto Campos, em sua autobiografia, comenta as críticas que o PAEG recebeu:

[...] Ao longo da gestação do PAEG, abriram-se duas controvérsias. Uma, de muito maior respeitabilidade, provinha das observações do professor Gudin³¹⁶, que via na idéia do planejamento uma das grandes idiossincrasias da CEPAL: a propensão ao intervencionismo estatal e ao dirigismo planificador. Para Gudin, cultor da Escola Austríaca³¹⁷, a ciência econômica não tinha outro propósito senão “explicar” as conseqüências não-intencionais da ação humana. [...]

A outra linha de objeção era de caráter político e seu arauto principal era o governador Carlos Lacerda. Especialista em criar bonecos de palha para depois destruí-los, Lacerda descrevia o PAEG como um “código de intervencionismo e dirigismo estatal”, aplicado a uma economia “socializante sem ser socialista, com um palavreado liberal e atos intervencionistas”. Achava o PAEG comprometido pelo vício original de tomar o complexo econômico, numa sociedade democrática, como algo que pode e deve ser objeto de um planejamento ou programa global. E pleiteava a adoção de uma “política de soluções práticas, adaptável às circunstâncias”. Em vez do planejamento, caberia perseguir um “oportunismo econômico”, capaz de aproveitar os fatores favoráveis que viessem a surgir e não sofrer, por sua rigidez, os desgastes dos fatores contrários³¹⁸.

Mais do que uma crítica ao programa de governo, Borja acredita que tudo se tratasse da tentativa de destruição de um possível candidato castelista. Célio Borja ainda diz que Lacerda reconheceu que havia perdido a batalha junto a uma “opinião pública culta” e que o seu discurso era contraditório, pois o seu nacionalismo tomava ares exacerbados, o que, segundo Borja, não era natural de Lacerda³¹⁹. Talvez seja por isso que Lacerda diminuiu seus

³¹⁵ Idem. *Brasil entre a verdade e a mentira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965, p. 63.

³¹⁶ Engenheiro de formação, Eugênio Gudin foi Ministro da Fazenda do Governo Café Filho e Vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas na ocasião de suas críticas ao PAEG. Foi um dos maiores defensores do liberalismo econômico no Brasil.

³¹⁷ A chamada Escola Austríaca, desenvolvida a partir da década de 40 e 50 do século XX, é aquela formada por economistas neoclássicos conservadores, defensores daquilo que E. K. Hunt chamou de capitalismo de “laissez-faire extremado”. Defensores de uma radical redução do Estado e contra qualquer intervenção estatal na economia, inclusive em se tratando de políticas públicas previdenciárias e sociais, seus principais pensadores foram Ludwig von Mises e Friederich A. Hayek. Ambos lecionaram na Universidade de Chicago por vários anos, ajudando a formar uma geração de economistas que ficaria conhecida como “Chicago Boys” ou simplesmente, Escola de Chicago. Destes, o Nobel de Economia de 1976, Milton Friedman seria o economista mais influente para o Neoliberalismo dos anos 80 e 90. HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2005, p. 435-442.

³¹⁸ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1ª Edição, 2002, p. 620-621.

³¹⁹ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

ataques ao programa econômico e passou a atacar escândalos de corrupção envolvendo Roberto Campos e grupos estrangeiros na questão da mineração.

Motivado ou não apenas por questões eleitorais, as divergências de Lacerda em relação à política de estabilização econômica e suas acusações de corrupção e tráfico de influência contra Ministros, quase provocaram um rompimento definitivo entre Lacerda e Castelo naquele momento. Somente graças ao intermédio de Julio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, a paz entre os dois foi selada³²⁰.

3.4.3. A Convenção da UDN de novembro de 1964 e o Caso Time-Life

Em agosto, articulado por Armando Falcão e Abreu Sodré, sugeriu-se a Castelo que o Lacerda fosse nomeado Ministro da Educação para tentar “desintoxicar” os estudantes pelas ideias da esquerda. Lacerda teria ficado interessado no cargo, mas Castelo refutou a indicação aumentando a tensão entre eles³²¹. No final de 1964, as relações entre Lacerda e o governo eram de quase rompimento público. Além dos ataques à política econômica do Ministro Roberto Campos e as acusações de favorecimento a interesses econômicos estrangeiros, Lacerda insistia (contra a vontade de Magalhães Pinto) que a UDN realizasse sua VIII Convenção Extraordinária e formalizasse seu nome para as eleições de 1966. Os biógrafos de Castelo, mesmo os simpáticos a ele, não conseguem esconder o desconforto do governo federal e boa parte de seus apoiadores em relação a essa candidatura³²².

Tendo como intermediários os deputados Armando Falcão e Bilac Pinto, que foram sondados anteriormente a respeito³²³, Castelo convida pessoalmente Lacerda a ser o chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas a ser enviada em princípios de novembro aos EUA numa tentativa de se reaproximar do governador “rebelde”. Segundo Lira Neto, a manobra visava “tirar-lhe [Lacerda] do país justamente no momento da convenção udenista, para mais uma vez inviabilizar-lhe a candidatura”. Lacerda a princípio aceita o convite, mas confirma sua participação na convenção³²⁴. Mais um momento de constrangimento entre os dois ícones da “revolução”, uma vez que Lacerda alegava publicamente que poderia comparecer aos dois eventos, pois a data das Nações Unidas havia sido adiada.

³²⁰ NETO, Lira. *Castelo, a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 309.

³²¹ DULLES, John. W. F. *Castelo Branco, o presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983, p. 70.

³²² Idem, ibidem, p. 69-72. VIANA FILHO, Luis. Op. cit., p. 180.

³²³ NETO, Lira. Op. cit., p. 310.

³²⁴ Idem, ibidem, p. 310.

Finalmente, no dia 8 de novembro de 1964, a VIII Convenção Nacional Extraordinária da UDN, realizada em São Paulo, representou uma importante vitória para Lacerda, pois recebeu 309 votos, num total de 318, confirmando seu nome como candidato à presidência da república pelo partido que apoiara a dita revolução³²⁵. Na ocasião, Lacerda atacaria novamente a política do governo em discurso com repercussões na imprensa: “O povo não pode morrer de fome para salvar a moeda!”. Logo após a convenção, Lacerda viaja aos EUA como convidado do *Reader's Digest* em comemorações pelo artigo de Clarenc W. Hall “A nação que se salvou a si mesma”³²⁶. Com a oficialização de sua candidatura, Lacerda força Castelo a retirar o convite dizendo que queria mandar um representante do Brasil e não um candidato de uma “facção”³²⁷.

Mas a despeito dessa disputa pela indicação a presidência, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, sem abandonar suas diferenças e seus interesses políticos, a partir de 1965 começam um processo de aproximação, tendo como ponto em comum a crítica à política econômica do governo e a figura de Roberto Campos, principal civil em ascensão dentro do governo castelista. A primeira união visível dos dois governadores ocorre em abril de 65, quando da convenção da UDN realizada em Niterói. Na ocasião, foi eleito como presidente do partido o deputado Ernâni Sátiro, apoiado pelos dois governadores, derrotando o “castelista” Aliomar Baleeiro³²⁸. O *Jornal do Brasil*, ao noticiar o resultado da convenção, destacou o clima tenso dentro da UDN, chegando a momentos explícitos de violência durante a votação. Segundo o jornal, comandados pelo deputado Amaral Neto (ex-lacerdista e fundador do *Clube da Lanterna* nos anos 50), os partidários do castelismo atacaram verbalmente Lacerda de “traidor”, “covarde” e “Hitler a brasileira” quando este foi à tribuna, começando um tumulto que resultou em agressões físicas entre os presentes. O quebra-quebra, com direito a “cadeiradas”, provocou a reação do então presidente do partido, Bilac Pinto, que chegou a ameaçar Amaral Neto de expulsão do partido. Ao comentar tal ameaça, Amaral Neto deixa transparecer parte do pensamento dos castelistas insatisfeitos com a indicação de Lacerda à sucessão presidencial: “pra mim, já considero tudo terminado e não quero mais saber deste partido”³²⁹.

Em 28 de julho de 1965, o jornal *O Globo* noticiava que os governadores chegaram a esboçar uma aliança oficial contra o governo, mas seus interesses conflitantes em relação à

³²⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. cit., p. 332.

³²⁶ DULLES, John. W. F. *Castelo Branco, o presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983, p. 71-72.

³²⁷ Idem, ibidem, p. 311.

³²⁸ DULLES, John Foster. *Castelo Branco, o presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983, p. 101.

³²⁹ *Jornal do Brasil*, 03/05/1965, p. 3.

presidência e o recuo de Magalhães em romper definitivamente com o governo impossibilitaram a aliança.

Esta aproximação de Lacerda-Magalhães com a linha dura revela uma aparente contradição. Tais críticas dos líderes civis tinham por efeito provocar (ou apoiar) a radicalização do processo de militarização do governo, e, por conseguinte, uma gradativa limitação do poder civil. Enquanto Magalhães Pinto aproveitava o “clima revolucionário” para afastar e cassar adversários na política mineira³³⁰ e ganhar terreno em relação à candidatura de Lacerda dentro da UDN; este último buscava consolidar sua candidatura e a realização das eleições presidenciais. Ambos, em ritmos e sentidos opostos, queriam o tempo ao seu favor. A radicalização desejada, em conflito com algumas posições legalistas e “moderadas” do grupo castelista, fortalecia a tese da linha dura e ajudaria o projeto de Costa e Silva em ser candidato pelo “partido da revolução”.

Outro momento de tensão entre Lacerda e o governo Castelo Branco foi o escândalo conhecido como Caso TIME-LIFE. Envolvendo a fundação da TV Globo, inaugurada a 26 de abril de 1965, esta foi alvo de denúncias dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e do então governador da Guanabara de que havia presença de capital estrangeiro na nova empresa do jornalista Roberto Marinho. Essa suposta sociedade, inconstitucional, seria formada pelas Organizações Globo e o grupo Time-Life, dos Estados Unidos. A denúncia foi enviada ao Ministério da Justiça em 15 de junho de 1965. A questão também foi levada ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que em seguida abriu um processo para investigar o caso. Meses depois, em outubro do mesmo ano, o deputado Eurico de Oliveira apresentou um requerimento à Câmara pedindo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Foi aberta na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a relação entre os grupos, que começou a atuar em março de 1966, sob a presidência do deputado Roberto Saturnino. Nesses meses iniciais, foram constantes os ataques de Lacerda contra a emissora de seu antigo desafeto, o jornalista Roberto Marinho.

Sandra Cavalcanti, em entrevista a nós concedida, lembra que, durante um dos seus encontros com Juscelino Kubistchek em Nova Iorque, em meados de 1966, – que viriam a ser umas das primeiras conversas a respeito da Frente Ampla, as quais abordaremos mais adiante no texto – ao passarem em frente ao edifício “todo de aço” da Time-Life, Juscelino teria lhe dito: "Se você encontrar com o seu amigo Carlos, fala com ele para não brigar com um prédio

³³⁰ VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio/Bibliex, 1975, p. 96.

desse tamanho. A gente não tem como lutar. É muito poder. Tem que encontrar um jeito de botar esse povo a nosso serviço, é assim que tem ser”³³¹.

A polêmica atravessou o governo Castelo Branco e só foi resolvida no governo Costa e Silva. Em outubro de 1967, o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer sobre o caso Globo/Time-Life, considerando que não havia uma sociedade entre as duas empresas³³². Esse caso provocou mais um desgaste nas relações entre Lacerda e governo. Segundo o governador, o governo sempre favoreceu o esquema de Roberto Marinho ao acobertar suas relações com os norte-americanos em troca da sua sustentação midiática ao regime: “Em vez de punir Roberto Marinho por crime praticado e devidamente comprovado, obtém a cumplicidade de Marinho na usurpação do poder e na traição dos objetivos da revolução, em troca da impunidade e do lucro ilícito que obtém por processos ignóbeis”³³³.

3.4.4. As eleições estaduais de 1965 e a renúncia da candidatura de Lacerda

Em meados de 1965, apesar da significativa redução da inflação, a política econômica do governo Castelo Branco ainda não apresentava grande melhoraria na economia, em virtude do aumento dos impostos e dos reajustes de salários bem abaixo da inflação, o que se refletia nos baixos índices de aprovação do governo. Por conseguinte, as fortes e repetidas críticas de Lacerda ao programa de estabilização econômica do ministro Roberto Campos transformaram-se em dividendos eleitorais para o udenista.

John W. F. Dulles reproduz uma pesquisa do IBOPE acerca dos embates entre Lacerda e Castelo junto à população da Guanabara, que ainda era considerada a “caixa de ressonância nacional”³³⁴. Os números da pesquisa mostram o enorme prestígio de Lacerda. Por exemplo, na pesquisa sobre “Quem venceu os debates?”, o nome de Lacerda representava 46% dos entrevistados, enquanto apenas 14% declararam ter sido o marechal. O restante optou pela opção “sem opinião”. Isso não chegou a ser uma surpresa dada a longa experiência de Lacerda como orador apaixonado e polemista contundente, ainda mais e em relação ao estilo discreto de Castelo. Mas outras perguntas apresentavam números alarmantes tanto para os

³³¹ CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor, Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

³³² Memória Globo: Caso Time-Lie. Disponível: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21890,00.html>>. Acesso em 03 out. 2012.

³³³ Carta ao Procurador Gildo Corrêa Ferraz. 15/03/1966. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

³³⁴ “Coluna do Castello”. *Jornal do Brasil*, 04 set. 1965, p. 4.

castelistas quanto aos duros. Quando perguntados quem “melhor representava os objetivos da Revolução”, Lacerda atingiu 44% das opiniões enquanto menos da metade, apenas 21%, acreditava este ser Castelo Branco. Na pergunta “quem tem mais prestígio na Guanabara”, Lacerda aparece com 45%, enquanto os ex-presidentes cassados, Kubitschek e João Goulart, obtinham 32% e 5% respectivamente. Castelo, o presidente da “Redentora”, possuía apenas 4%. A pesquisa, publicada no início de setembro no *Jornal do Brasil*, próximo das eleições estaduais de 1965, acirrou ainda mais os ânimos, pois refletiu o caráter plebiscitário que as eleições adotaram. O risco de “volta ao passado” era representado não apenas no discurso nacionalista de Lacerda, mas também no alto prestígio que políticos “inimigos da revolução” tinham e ameaçava os projetos de estabilização econômica proposto pela ESG e os processos de “limpeza” tão caros à linha dura.

Em polêmica entrevista dada no Palácio da Guanabara, Lacerda aumenta o tom de suas críticas ao governo, fazendo inclusive ofensas pessoais ao marechal ao dizer que “a Revolução está morta e enterrada pelo Sr. Castelo Branco. O presidente Castelo Branco parece um anjo da rua Conde Lage”³³⁵. Tal episódio é bastante citado em reportagens e em memórias até os dias de hoje.

Desde o começo do ano, iniciaram-se os debates acerca das eleições estaduais (11 estados) marcadas para outubro. Os temas que dominavam as discussões partiam da prorrogação dos mandatos dos governadores para coincidir com a eleição presidencial e parlamentar de 1966. Mas para isso, as eleições de outubro deveriam ser adiadas em um ano ou então resolvidas indiretamente pelas assembleias estaduais para um mandato de apenas um ano. Em suma, a eleição direta de outubro não deveria acontecer. Os militares tendiam a apoiar a solução das eleições indiretas para um cargo de um ano, pois acreditavam que isso poderia abreviar o mandato de governadores incômodos³³⁶.

A Lei de Inelegibilidades, sancionada em 15 de julho de 1965, também sofreu para ser aprovada no Congresso. Isso foi alcançado numa votação que atravessou outra madrugada. Conseguida apenas após “doze chamadas nominais, num total de cinco mil nomes”³³⁷, a nova lei, repletas de casuísmos, impediu vários nomes do PSD e do PTB considerados indesejáveis a consolidarem suas candidaturas. Mas a própria apresentação de novos nomes de candidatos aos cargos de governadores da Guanabara e Minas Gerais depois de vários vetos da nova lei

³³⁵ Correio da Manhã, 03 jul.1965. Segundo Elio Gaspari, tal ofensa seria uma referência aos santos colocados nas salas de estar dos prostíbulos da região da Lapa, no Rio de Janeiro. In: GASPARI, Elio. José Serra não é Carlos Lacerda. O Globo, 04 maio 2010.

³³⁶ NETO, Lira. Op. cit., p. 97.

³³⁷ VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Tomo 2. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1975, p. 314.

eleitoral não revela um caráter dócil dos partidos, pelo menos do PTB e de parte do PSD (sobretudo aquele ainda ligado a Kubitschek).

No Estado da Guanabara, o governador Lacerda empenha-se na eleição de Carlos Flexa Ribeiro, seu secretário de Educação. Em Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto trabalha pela eleição de Roberto Resende³³⁸. Todavia, o resultado das urnas dá vitória para Francisco Negrão de Lima (coligação PSD-PTB) na Guanabara e de Israel Pinheiro (PSD e apoiado abertamente por Juscelino Kubitschek) em Minas Gerais.

De acordo com Célio Borja, que na época do governo Lacerda assumira como Secretário de Estado da Guanabara, o estado havia sido menosprezado pelo governo Goulart. Entretanto, mesmo com a mudança do governo com Castelo Branco, a situação não se alterava e o regime de obras estaria comprometido. A desculpa do governo federal era o “programa de austeridade” levado a cabo por Roberto Campos. A situação era desesperadora e Lacerda encarou isso como uma “sabotagem” de seu governo para inviabilizar a sucessão de seu candidato na Guanabara e o nome de Lacerda a presidência da República³³⁹.

A derrota nas urnas nos Estados governados pelos dois principais líderes civis da “revolução” foi considerada pelos militares um alerta de que o regime ainda não havia conseguido eliminar seus adversários. A historiografia normalmente se refere a esse episódio como uma “vitória da oposição” contra o governo. Minimizando tal derrota, o jornalista Elio Gaspari lembra que Negrão de Lima e Israel Pinheiro não poderiam ser considerados homens de oposição esquerdista³⁴⁰. Israel Pinheiro, eleito governador pelo PSD – que a despeito da cassação de Juscelino no ano anterior, não poderia ser enquadrado como uma agremiação partidária hostil ao “governo revolucionário” – era um político claramente conservador. Negrão de Lima, também eleito pelo PSD em coligação com o PTB, além das relações conhecidas de amizade com o Castelo Branco³⁴¹, tampouco poderia ser considerado uma liderança esquerdista.

Em meio à crise política, no dia sete de outubro, Carlos Lacerda, em pronunciamento em rádio e televisão, acusa Castelo Branco de ter “traído a revolução” ao ajudar a candidatura de Negrão de Lima e conspirar contra seu candidato na Guanabara como forma de atingi-lo pessoalmente³⁴². Ao comentar os resultados das urnas, Lacerda reafirma seus ataques a

³³⁸ BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 636.

³³⁹ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011,

³⁴⁰ GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. Op. cit., p. 239.

³⁴¹ VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio/Bibliex, 1975, p.323.

³⁴² Lacerda renuncia à sua candidatura. *Jornal do Brasil*, 08 out. 1965.

política econômica do governo, dizendo que a vitória da oposição na Guanabara e em Minas Gerais nada mais é do que a “perda de legitimidade da revolução junto ao povo”.

Ao final do mesmo pronunciamento, Lacerda renuncia à sua candidatura à presidência da República. No dia seguinte, o *Jornal do Brasil* traz um pronunciamento de Magalhães Pinto, também derrotado em Minas Gerais, afirmando que concordava com as teses de Lacerda e que, a partir daquele momento, estava formada uma aliança entre ambos³⁴³. Tanto Lacerda quando Magalhães Pinto aproximam-se cada vez mais da linha dura e passam a atacar com mais veemência o governo. Sendo gradativamente isolado dentro da UDN e vendo sua candidatura cada vez mais distante³⁴⁴, logo após a derrota nas eleições estaduais, Lacerda rompe definitivamente com Castelo³⁴⁵ e passa oficialmente para a oposição. Em 11 de outubro, já antevendo um novo fechamento do regime com um novo ato autoritário, o Ministro da Justiça Milton Campos, jurista reconhecidamente como liberal e moderado, oficializa a sua saída definitiva – já o havia tentado antes das eleições – do governo.

Mas enquanto Lacerda e Magalhães Pinto, derrotados nas eleições estaduais de 1965, cerravam fileiras juntos contra o governo que ajudaram a legitimar após o golpe; Juscelino Kubitschek, agora um dos “vencedores” através de seus candidatos em Minas Gerais e na Guanabara³⁴⁶, comete um ato considerado fora do seu estilo cauteloso e conciliatório.

Apenas um dia após a realização do pleito estadual, Kubitschek volta do auto-exílio de 16 meses em Paris. Sua chegada triunfante no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, foi marcada por uma grande concentração popular e de correligionários (cerca de cinco mil pessoas) que o aguardavam. Kubitschek havia sido aconselhado por amigos e correligionários, dentre eles Amaral Peixoto³⁴⁷ (presidente do PSD), a não retornar ao Brasil naquela data, pois isso poderia ser considerado uma provocação de sua parte, já prevendo a vitória de seus candidatos. Entretanto, Maria Estela Kubitschek sustenta que a volta de seu pai ao Brasil naquele momento não foi de forma alguma uma provocação. De acordo com Maria Estela, Kubitschek, que estava “sufocado” no auto-exílio, esperava uma oportunidade para voltar há vários meses. Se voltasse antes das eleições, seria acusado de atrapalhar o processo eleitoral. Se chegasse depois, os críticos iriam dizer que ele só havia voltado por ter uma possível proteção dos governadores eleitos. Portanto, a chegada de JK, um dia após as eleições, com

³⁴³ Magalhães diz que agora está do lado de Lacerda. *Jornal do Brasil*, 08 out. de 1965, p. 5.

³⁴⁴ MENDONÇA, Marina de Gusmão. O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002, p. 362.

³⁴⁵ LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 201-208.

³⁴⁶ JK, por carta, teria orientado o PSD da Guanabara a apoiar Negrão de Lima. BOJUNGA, Cláudio. Op. cit., p. 634.

³⁴⁷ Kubitschek volta ao Brasil. *Jornal do Brasil*, 05 out. 1965, p. 5.

elas ainda indefinidas (pois é sempre bom lembrar que os resultados demoravam alguns dias para serem confirmados), se dá em um momento “ideal” para que ele não fosse acusado de nenhuma das duas condições³⁴⁸.

Provocação ou não, poucos minutos após seu desembarque, Kubitschek recebe a primeira de várias intimações para prestar depoimentos em IPMs, a serem realizados em quartéis e delegacias com salas de interrogatórios com péssimas condições de conforto e que muitas vezes atravessariam horas. Tais constrangimentos seriam uma fonte constante de aborrecimentos e humilhações para o ex-presidente.

No mesmo dia, uma revolta de militares na Vila Militar no Rio de Janeiro, contando com o apoio do General Albuquerque Lima, chefe do Estado Maior do Primeiro Exército e um dos expoentes da linha dura, colocou o mandato de Castelo Branco em risco. A atuação apaziguadora de Costa e Silva salvou o mandato do presidente, mas retirou dele qualquer resquício de poder sobre o processo sucessório.

3.5 O ROMPIMENTO DEFINITIVO DE LACERDA COM OS MILITARES

*A ARENA é o genuíno produto da união monstruosa entre o reacionarismo e a incapacidade. A melhor prova disso está em que na hora da crise que deliberadamente provocou com o Poder Legislativo o Sr. Castelo Branco teve de recorrer às Forças Armadas*³⁴⁹.

Ainda encarando o contexto como “revolucionário”, setores da linha dura e algumas lideranças políticas acreditavam que ainda não era hora do governo romper o processo de “limpeza” iniciado com o primeiro ato institucional em abril de 1964. Portanto, não fazia sentido, para eles, que o governo garantisse a posse dos eleitos ditos oposicionistas. A “teimosia” do governo Castelo em respeitar o resultado das urnas normalmente é justificada pelo caráter “legalista” do presidente por parte dos seus biógrafos. Entretanto, segundo Lacerda, o problema não era garantir a posse e sim o apoio oferecido anteriormente durante o processo eleitoral. Uma das teses que podem ser levantadas sobre esse alegado apoio do

³⁴⁸ LOPES, Maria Estela Kubitschek. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 25 out. 2011.

³⁴⁹ LACERDA, Carlos. *Carta a um amigo fardado*. Op. cit.

governo federal às candidaturas da oposição nestes estados é aquela que afirma que, ao provocar o desgaste político de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto em seus estados, a UDN seria forçada a rever a candidatura “independente” da vontade do Palácio do Planalto e aceitar um nome por ele indicado. Mas essa tese não leva em conta um terceiro elemento que acaba por ser o principal beneficiado pela crise UDN *versus* Planalto. A linha dura e os militares das “casernas”, tendo Costa e Silva como sua principal liderança³⁵⁰, mostraram uma capacidade de articulação ao derrotar ambos: Castelo e Lacerda.

O colunista do *Jornal do Brasil*, Carlos Castello Branco, expressa bem o possível desfecho dessa situação ainda no dia cinco de outubro, tomando ares quase proféticos:

Tendem os políticos solidários com o presidente da República a considerar com euforia a derrota eleitoral dos governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, com a qual se desembaraça aparentemente o dispositivo dominante de duas forças de erosão do sistema revolucionário tal como o interpreta e realiza o governo. Isso aplainaria o caminho para as soluções políticas que haverão de ser equacionadas e postas na mesa dentro das próximas semanas [...]

Está claro que nenhum candidato desse governo, com as forças de quem dispõe atualmente e que lhe dão certa nitidez política, vencerá uma eleição popular em 1966, a menos que imprevisíveis alterações na situação geral do país ocorram até lá [...]

Resta saber como o dispositivo militar, que é parte dominante nas reações e nas deliberações do governo, assimilará uma política realista que se imporia a partir dos resultados da eleição. Aos militares que não têm as mesmas razões políticas de se rejubilarem com a derrota dos Srs. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, o provável é que a derrota geral do sistema impressione mais do que qualquer outra coisa [...]³⁵¹

Em 27 de outubro de 1965, é decretado o AI-2. Esse ato institui a eleição indireta para presidente da República, dissolve os partidos políticos existentes e reabre uma nova temporada de cassações³⁵². A 20 de novembro, é expedido o Ato complementar nº 4 com as novas regras sobre a organização partidária que, na prática, permitiram que apenas dois novos partidos políticos fossem homologados: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), compondo um sistema partidário artificial e incompleto ideologicamente. Sobre a possibilidade de aderir ao MDB, Lacerda diz:

³⁵⁰ Não queremos afirmar que Costa e Silva fosse o representante maior da linha dura. Inclusive essa classificação é bastante questionada. O que afirmamos é que, naquele contexto de crise política, Costa e Silva soube ser o principal representante do alto oficialato dentro da política a se apresentar como “líder” dos anseios das tropas revoltosas e daqueles “coronéis” considerados verdadeiramente “duros”.

³⁵¹ Derrota pode dar uma cristação de nervos. *Jornal do Brasil*, 05 out. 1965, p. 5.

³⁵² Ato Institucional nº 2. IN: FICO, Carlos. Op. cit., p. 355-362.

O MDB erradamente chamado de partido de oposição, pois não pode fazer oposição um partido que é criado e tolerado pela ditadura, recusou-se a votar no Sr. Costa e Silva. Mas, alegar, como Castelo fez, que isso é não querer eleições, é uma tolice e uma mentira. É esse pretexto pueril o que Castelo tem a alegar para o ato que praticou³⁵³?

A historiografia normalmente atribui o AI-2 como fruto de pressões dos “duros” sobre o governo em virtude dos resultados das eleições governamentais. A movimentação de tropas e blindados na Vila Militar, na Guanabara, indignadas com os riscos que a “revolução” corria com as eleições que acabaram por assumir características plebiscitárias, indicava uma possível derrubada do presidente Castelo Branco e prisão do governador eleito Negrão de Lima. A posição do Ministro da Guerra Costa e Silva foi decisiva para acalmar os ânimos dos “revolucionários ortodoxos” e arrefecer as revoltas nos quartéis junto aos oficiais da linha dura³⁵⁴.

Essa posição contemporizadora de Costa e Silva, salvando o mandato de Castelo Branco e garantindo a posse dos eleitos, que conforme o General Jayme Portella “não queria fazer o jogo de Lacerda”³⁵⁵, marca também os limites da aproximação entre Lacerda e a linha dura. Oposição a Castelo sim, mas entrega do Poder aos civis, não. Esse episódio também marca uma vitória simbólica dos costistas sobre os castelistas, com desdobramentos imediatos, pois a partir daí, os castelistas perdem o controle do processo sucessório³⁵⁶.

Não duvidamos da importância das pressões exercidas pelos quartéis para a decretação deste novo ato. Entretanto, concordamos com João Roberto Martins em não atribuir isto somente às pressões dos “duros”, pois em momentos de crise interna, os militares se agrupavam na “unidade na desunião”³⁵⁷. Mesmo com a sua constante preocupação legalista, os eseguianos tinham uma perspectiva doutrinária dos riscos da “guerra revolucionária” e dos perigos da “volta ao passado”. Visceralmente anticomunistas e antigetulistas, os generais eseguianos que assumiram o poder em 1964 estavam dispostos a tomar medidas autoritárias para evitar não apenas o perigo comunista, como qualquer restauração. A grande diferença entre os dois grupos militares mais ruidosos eram a intensidade e o alcance desta repressão e expurgo.

³⁵³ LACERDA, Carlos. *Carta a um amigo fardado*. Op. cit.

³⁵⁴ NETO, Lira, Op. cit., p. 337-338.

³⁵⁵ MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. p. cit., p. 279.

³⁵⁶ FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In: *21 anos de regime militar*, 1994, Op. cit., p. 167.

³⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., 1995, p. 40-41.

Carlos Fico também discorda da tese de que o AI-2 tenha sido uma resposta às eleições de 1965³⁵⁸. Ao analisar os principais atos do AI-2, observa-se nova tentativa de militarização do governo por meio das limitações democráticas e, sobretudo, na tentativa da volta da “operação limpeza” desejada pela linha dura. Assuntos polêmicos como a tortura, jamais admitida abertamente por nenhum militar na época, eram tolerados pelos castelistas. A argumentação de que esse expediente era feito à revelia do comando não se sustenta. Conforme Fico, a prática de tortura requer instalações permanentes. Não há condições de tal prática ser feita em instalações militares sem concordância de seus superiores. Se estes não a reprimiam, isto era interpretado claramente como uma senha de que a prática não só poderia continuar como era necessária³⁵⁹.

Não duvidamos que os generais esguianos tivessem em seu desejo pessoal entregar o poder aos civis o quanto antes, mas desde que isso não significasse a volta ao passado pré-64 (com todas as suas implicações ideológicas) e a não modificação substancial de seu projeto de “desenvolvimento com segurança”. Isto desnuda sua visão instrumental de democracia. A democracia seria apenas um valor idealizado, mas que só seria recomendada se fosse possível tê-la sem oposição e sem mudança de rumos. Outra herança dos “liberais da ESG” visível no AI-2 é a interferência no quadro partidário. Como lembra Stepan, a ESG era severamente crítica ao fragmentado sistema partidário brasileiro e apoiava uma maior centralização do poder no Executivo³⁶⁰.

Portanto, o AI-2 representou o rompimento definitivo de Lacerda com o governo castelista por configurar-se numa confirmação de uma militarização do regime irreversível. O fim do sistema partidário pré-64 e das eleições diretas para presidente limam as pretensões de Lacerda. Como denunciou: “Castelo acaba de fazer aquilo que acusou Goulart de tentar fazer: acabar com a eleição direta e fechar o Congresso”³⁶¹.

Disto decorre uma aproximação e uma separação que, à primeira vista, pode parecer paradoxal, mas somente o é se o observador apenas considerar o modelo dualista entre liberais e duros. Vejamos. Carlos Lacerda, candidato civil à presidência da república por um partido nascido na legislação eleitoral de 1945, afasta-se do grupo militar considerado “liberal”, que por definição seria o mais apropriado para entregar o país de volta ao poder civil. Seu afastamento se dá exatamente por suspeitas de Lacerda acerca das reais intenções deste grupo

³⁵⁸ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74.

³⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 82.

³⁶⁰ STEPAN, Alfred. Op. cit., p. 133-134.

³⁶¹ LACERDA, Carlos. Carta a um amigo fardado. Op. cit.

em manter-se no poder (prorrogação do mandato), em eliminar seus adversários (afastamento de lideranças civis do processo decisório) e tentar direcionar sua política de desenvolvimento pelo maior espaço de tempo possível (manutenção do PAEG). Em resposta, Lacerda se aproxima da linha dura. Grupo este normalmente reconhecido como mais autoritário, violento, intransigente e avesso ao poder civil. Este grupo de militares, fortemente representado por oficiais de média patente, tinha como inspirador no meio civil ninguém menos que o próprio Lacerda. Sua tradicional oratória inflamada, apaixonada, dramática, radical e moralista, tinha enorme repercussão junto a essa oficialidade³⁶². Uma constatação dessa aproximação entre Lacerda e a linha dura é que, após a eleição indireta de Costa e Silva e a publicação do *Manifesto da Frente Ampla* em finais de 1966, houve uma pressão, segundo o jornal *Correio da Manhã*, originadas por “elementos do SNI”, a fim de cassar os direitos políticos de Lacerda. Na mesma nota, aparece o comentário de que setores da linha dura só aceitariam a cassação de Lacerda se o nome de Negrão de Lima, amigo de Castelo Branco, também fosse incluído no “listão”. Portanto, era a Sorbonne de Golbery que queria a cassação e não os duros³⁶³.

Nada mais paradoxal se levarmos em conta que Lacerda tinha como foco a presidência da república e a consequente volta dos militares à caserna. Então como se explicaria essa mudança de posições?

O Marechal Henrique Teixeira Lott, que durante sua vida militar-política como Ministro da Guerra de Café Filho e de Juscelino Kubitschek, e posteriormente candidato do PSD derrotado a presidência da república por Jânio Quadros – este apoiado por Lacerda – sempre foi um alvo dos ataques de Lacerda e, portanto, jamais fora seu correligionário, expõe de maneira bastante franca o estranhamento que sentia com as reviravoltas políticas de Lacerda.

Ele combatia pessoas que depois passava a defender [...] Acusa desbragadamente elementos que em outras ocasiões defende. Que cidadão imprevisível, o Lacerda! Não sei o que se passava com ele para que mudasse tanto de opinião sobre os problemas, sobre as pessoas e sobre a orientação a ser dada ao nosso país. Nunca entendi o Carlos Lacerda³⁶⁴.

³⁶² MELLO, Jayme Portella de. Op. cit., p. 273.

³⁶³ Ex-UDN mineira se une em defesa de Lacerda: cassação. *Correio da Manhã*, 28 out.1966, p. 10.

³⁶⁴ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p; 72-73.

A tradicional explicação entre liberais *versus* duros não é suficiente para entender o processo de separação de Lacerda do núcleo revolucionário. Acreditamos que, ao buscarmos essa compreensão, não estamos apenas dando uma nova luz ao processo de criação da futura Frente Ampla, como colaboramos no entendimento da dinâmica interna da coalizão golpista, civil e militar, no contexto pós-golpe. O AI-2 não foi fruto apenas de pressões da linha dura que queria a volta do clima “revolucionário saneador”. Os castelistas também eram favoráveis ao fechamento do regime para evitar aquilo que eles consideravam um “recoo ao passado”, manter a união castrense e ainda garantir seu projeto de desenvolvimento eseuiano, que de forma alguma pode ser chamado de liberal, tanto política quanto economicamente. Entretanto, estes, mesmo que vitoriosos nas eleições, ao desgastar as lideranças udenistas como Lacerda e Magalhães Pinto, foram derrotados pela reação da linha dura e pela hábil ação de Costa e Silva, que se tornou fiador do governo castelista ao mesmo tempo em que garantia para si o controle sucessório.

Ambos os principais grupos militares mais atuantes concordavam que a legitimação da revolução passava principalmente por eles. Esta legitimação, ao provocar a politização dos militares, automaticamente provocou a militarização da política. Esse processo de militarização do regime, que se inicia no AI e que será consolidado no AI-5 e na crise sucessória de 1969, tem seu momento crucial para a sua definição de rumo a partir do AI-2. O fechamento unilateral dos partidos políticos, a cassação do direito ao voto direto para cargos do executivo da população brasileira e mais uma série de dispositivos autoritários e casuísticos sinalizam um rumo de gradual fechamento do regime. A apresentação da candidatura à presidência da república do Ministro da Guerra Costa e Silva semanas depois do AI-2, mesmo que à revelia do presidente Castelo Branco, conta com apoio maciço das Forças Armadas³⁶⁵ e entusiasmo de boa parte da imprensa, que encarava isso como uma possível “liberalização” do governo. E aí se dá outro ponto aparentemente contraditório. Nos últimos meses do governo Castelo Branco, após quatro atos institucionais, uma Constituição virtualmente imposta e leis restritivas como a Lei de Imprensa, este histórico “Liberal da Sorbonne” era tratado pela imprensa como um verdadeiro ditador, enquanto o “truculento” ministro Costa e Silva era saudado como a única esperança de distensão, de “humanização da revolução”³⁶⁶.

³⁶⁵ MELLO, Jayme Portella de. Op. cit., p. 302-305.

³⁶⁶ E se levarmos em conta que os castelistas insatisfeitos com a escolha de Costa e Silva não lograram em impor um nome alternativo, este muito provavelmente seria outro militar ou ex-militar. Os nomes mais cotados pelos castelistas eram dos Generais Juracy Magalhães, Cordeiro de Farias, Jurandir Mamede e Adhemar de Queiroz. Dos civis, o mais cotado por Castelo era o agora arenista deputado Bilac Pinto. NETO, Lira. Op. cit., p. 358.

Recusando-se a fazer parte da ARENA, destino da maioria dos udenistas, Lacerda tenta criar o Partido da Renovação Democrática (PAREDE)³⁶⁷. No *Manifesto* de fundação do PAREDE, Lacerda se referia ao bipartidarismo: “As duas agremiações oficiais são Arcas de Noé sem dilúvio. Vazias de conteúdo e sinceridade, abrigam em promiscuidade niveladora os que se entregam sem luta”³⁶⁸. Segundo Célio Borja:

Tentamos a criação do PAREDE pois nós não queríamos ir para a ARENA e nem para o MDB. O MDB carioca era dominado por trabalhistas e pessoas ligadas ao Partidão. A ARENA era a consolidação do poder militar sobre o poder civil, o qual nós não concordávamos³⁶⁹.

A tentativa foi frustrada por não conseguir atingir as exigências mínimas estipuladas pelo AC-4³⁷⁰ e o PAREDE tem seu registro indeferido na Justiça Eleitoral em maio de 1966. O rompimento final de Lacerda com Castelo Branco marca a radicalização oposicionista por parte do ex-governador, que entrará em rota de colisão com todo o núcleo golpista. Mesmo a linha dura, já comprometida com a iminente candidatura de Costa e Silva, e aparentemente “aliada” de Lacerda nesse período, não fica sem suas críticas: “O Brasil não pode ficar a mercê da disputa surda e pessoal entre dois marechais da reserva que se detestam e fingem que se dão bem”³⁷¹.

Seguindo o gradual fechamento do regime, em cinco de fevereiro de 1966, o governo federal edita o AI-3 que estabeleceu eleições indiretas para governador, no qual os prefeitos das capitais passariam a ser escolhidos por estes governadores. No dia 19 de julho do mesmo ano, Castelo Branco edita o Ato complementar nº 16, regulamentando a “fidelidade partidária”, que proibia que qualquer deputado ou senador votasse em candidatos de outro partido. As eleições estavam, portanto, a partir de agora decididas por decreto a favor da ARENA. Isso faz com que o MDB sequer lance candidato a sucessão presidencial de 1966, deixando Costa e Silva como candidato único.

No dia 3 de outubro de 1966, o Congresso elege para a presidência da República o Marechal Artur da Costa e Silva, candidato único, com a posse marcada para o dia 15 de março de 1967. Na ocasião, o MDB confirmou sua disposição em não votar e compareceu apenas para marcar posição contra a eleição indireta.

³⁶⁷ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 430-438.

³⁶⁸ Apud: LACERDA, Cláudio. Op. cit, p. 243.

³⁶⁹ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

³⁷⁰ LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 437.

³⁷¹ LACERDA, Carlos. *Carta a um amigo fardado*. Op. cit.

Lacerda, ao pedir a posse do presidente eleito antes do prazo previsto, em março de 1967, após a conclusão da nova Constituição, aparentemente esboçava uma aproximação real com a linha dura. Mas tal apoio não é em virtude de um voto de confiança a Costa e Silva e sim como sinal de repúdio ao desafeto Castelo Branco:

Em condições normais, já é um erro deixar um presidente eleito seis meses à espera da posse. Nas condições anormais, agravada pelo choque com o Legislativo, não é um erro, é pior. Não acho que Costa e Silva tenha sido a melhor solução. Vocês disseram que era a única possível. Pois, ao menos, adotem AGORA a única solução possível [...]

Soube que junto ao Sr. Costa e Silva há cretinos pensando que estou falando na necessidade de sua posse imediata como uma manobra política para me aproximar dele. É preciso parar com esse mau costume de confundir as pessoas. Você sabe bem que não preciso me aproximar de ninguém, pois sei dizer a distância o que preciso que ouçam os poderosos deste mundo instável – que já vi rodar tantas vezes. Não tenho confiança no Sr. Costa e Silva. Acho-o leviano com as suas relações, deslumbrado e despreparado. Terei uma grata surpresa se ele receber a “graça de estado” e melhorar. Mas acho-o até aqui muito ruinzinho, ambicioso e oportunista; receio que o seu governo seja o jubileu da corrupção. Tomara que ele me surpreenda³⁷².

Contudo, antes que Costa e Silva assumisse, a sete de dezembro de 1966, o último Ato Institucional do governo Castelo Branco foi decretado. O AI-4 convocou o Congresso Nacional extraordinariamente para a “discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República”. A nova Constituição é promulgada em 24 de janeiro de 1967 sem que a maior parte das emendas propostas pelo Congresso fossem analisadas e votadas. Em vista disso, não são poucos aqueles que ainda consideram que a Constituição de 1967 teria sido de fato outorgada sob um manto falso de legalidade.

Em 13 de março de 1967, dois dias antes da posse do novo presidente general, mais um capítulo importante para o endurecimento do regime foi instituído. Nessa data foi baixado o Decreto-Lei nº. 314 criando a “nova Lei de Segurança Nacional” que estabeleceu que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” e que “a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”³⁷³.

³⁷² Idem, *ibidem*.

³⁷³ Decreto-Lei nº. 314. Disponível no site do Senado Federal.

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=191874>> Acesso em 18 maio 2008.

Mas, se por um lado o AI-2 marcou uma nova etapa para o endurecimento do regime (com apoio de parcelas significativas da sociedade civil que apoiaram o golpe de 1964) movimentos de oposição também passaram a ser mais radicais e contundentes.

Em julho de 1966, o atentado a bomba no aeroporto de Guararapes em Recife, organizado por uma ala da Ação Popular (AP) “inaugura” a guerrilha urbana no Brasil³⁷⁴. A partir daí, dezenas de outras ações violentas executadas por inúmeros grupos de esquerda começam a fazer parte de movimento de oposição ao regime militar³⁷⁵.

Mas, como argumenta Marcelo Ridenti, se tais ações tinham um caráter de reação contra a ditadura, boa parte delas se justificava também por um projeto revolucionário “ofensivo” nacional-popular e/ou socialista para um momento *a posteriori*, por mais que as questões de memória pessoal tentem inseri-las sempre num contexto de resistência democrática³⁷⁶.

O movimento estudantil, a despeito da Lei Suplicy de Lacerda³⁷⁷, organiza-se novamente e começa a executar manifestações nos grandes centros do país. Sindicatos, artistas, intelectuais e setores da Igreja Católica também aumentam a sua mobilização.

³⁷⁴ Não foi o primeiro atentado praticado pelas esquerdas revolucionárias no Brasil, mas pelo efeito (matou duas pessoas, mutilou outras duas e mais treze ficaram feridas) e pelo objetivo (matar o candidato à presidência e então Ministro da Guerra, Costa e Silva), o atentado de Guararapes é comumente lembrado como o primeiro grande ato de “terrorismo” contra o regime militar. GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 240-241.

³⁷⁵ Trabalhos como o de Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg mostram que já no início dos anos 60, ainda durante o governo Jânio Quadros/João Goulart, grupos de esquerda, influenciados e apoiados diretamente por Cuba (treinamento e patrocínio), apostaram na formação de guerrilhas (sobretudo rurais) para “exportar a revolução” para o Brasil. O primeiro grupo, antes de 1964, a formar focos de treinamento de guerrilheiros no Brasil foram as Ligas Camponesas em regiões de Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco. No pós-64, Leonel Brizola se aproxima dos cubanos e funda com militares (de baixa e média patente) cassados e exilados o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e tenta organizar guerrilhas rurais a partir do exílio. Ver: ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 21-32. A partir de 1966, a quantidade de grupos que optam pela luta armada aumenta e vai se dividindo em número quase que exponencial, tendo seu fim com a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB no sul do Pará entre 1972 e 1973. Para um resumo desse processo, ver: RIDENTI, Marcelo. *As esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil - revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁷⁶ Idem, ibidem, p. 47-49.

³⁷⁷ Nome popular da Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964 que proibia as atividades políticas nas organizações estudantis.

CAPÍTULO 4: A UNIÃO DOS CONTRÁRIOS

Goulart tinha apoios, Juscelino popularidade, Castelo só tem a força – nada mais. Pois até o respeito que ele tinha, perdeu, com a impunidade dos que o adulam, a corrupção ao seu redor, a birra, o capricho, a falsidade e a traição que caracterizam seu temperamento tortuoso e mau. Há uma união nacional e natural, espontânea, contra ele. Não adianta lançar a força armada contra ela. A não ser que você esteja preparado para ser o carrasco do povo desarmado³⁷⁸.

4.1 OS CONTRÁRIOS

Movimento estudantil, guerrilha urbana e rural, MDB, movimento sindical, Igreja Católica, expressões artísticas e intelectuais. Estes são os principais atores e grupos lembrados pela memória nacional quando se fala em oposição ao regime militar no Brasil. Essa memória coletiva é facilmente percebida e, de certo modo, reproduzida e perpetuada na maioria dos livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental e Médio no Brasil, nos órgãos de mídia (sobretudo através de reportagens) e em expressões artísticas como teatro, teledramaturgia e cinema.

Sem qualquer intenção de diminuir ou negar a importância desses grupos, o que consideraríamos ser uma leviandade, provoca-nos uma inquietação a constatação de que um movimento pela redemocratização do país – que, antes mesmo do AI-5, congregou três ícones políticos do Brasil, representantes de ideologias tão díspares e conflitantes e dotados de personalidades opostas – esteja tão pouco presente na memória nacional, relegado quase exclusivamente ao meio acadêmico, sendo que, mesmo neste, é pouco abordado.

A Frente Ampla apresentava-se como uma alternativa de oposição ao governo, já que a escalada do autoritarismo através dos sucessivos atos institucionais criara um sistema partidário artificial, além de mitigar o equilíbrio entre os três Poderes. Não obstante, ao mesmo tempo em que criticava o caráter autoritário e antidemocrático do governo, a Frente Ampla, segundo o seu maior propagandista, aceitava a “*revolução como um ato*

³⁷⁸ LACERDA, Carlos. *Carta a um amigo fardado*. Op. cit.

consumado”³⁷⁹, excluindo de seus propósitos qualquer conotação “revolucionária” (ou “anti-revolucionária”). Por conta desse viés conformista e conciliador, a Frente Ampla apostava no diálogo – através da imprensa – entre a sociedade civil e os militares, tendo como mediadores os principais líderes do movimento, sem propor mudanças estruturais e deixando de lado os anseios de grupos guerrilheiros socialistas e do movimento estudantil.

Mas, a despeito dessa característica conciliadora, a Frente provocava preocupações nos meios militares, mesmo junto aos oficiais considerados “moderados”:

Para a “Frente Ampla” o coronel Rui Castro³⁸⁰ reconheceu, indiretamente, a validade histórica do movimento, ao ressaltar que aprovava cinquenta por cento das teses defendidas pelo Sr. Carlos Lacerda, mas condenava a aliança do ex-governador carioca com os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.³⁸¹

Dos três líderes da Frente, o único que não estava cassado no momento de sua articulação era o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, que ainda alimentava esperanças de viabilizar sua candidatura à presidência numa possível eleição a ser realizada em outubro de 1970³⁸². Para isso, Lacerda buscou apoio em seus antigos adversários políticos, numa tentativa de arrastar o juscelinismo e o janguismo para sua candidatura. Foi uma estratégia polêmica, pois, na prática, vários correligionários tradicionais dos três personagens centrais recusaram-se a participar por entenderem-na “ampla demais”, congregando histórias e interesses até então irreconciliáveis.

4.2 TRABALHISTAS, JUSCELINISTAS, MILITARES E COMUNISTAS EM “AMPLA FRENTE” CONTRA CASTELO

Quando se fala da Frente Ampla no Brasil, o primeiro nome a ser lembrado é sempre o de Lacerda. Os motivos para essa identificação automática são perfeitamente compreensíveis por um somatório de fatores. Um dos principais líderes civis do golpe de 1964 se apresentou publicamente como um dos organizadores de um movimento de oposição ao regime militar

³⁷⁹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 380.

³⁸⁰ Comandante do grupo de Obuses de Ijuí, Rio Grande do Sul, foi preso por cinco dias por ordem do presidente Costa e Silva, em virtude de declarações suas em defesa de uma candidatura civil para a presidência em 1970. *Tribuna da Imprensa*, 27 mar. 1968.

³⁸¹ “Frentistas: Rui mostrou que há descontentamento militar”. *Tribuna da Imprensa*. 20 mar. 1968.. No dia 27 do mesmo mês, o coronel Rui Castro foi preso por cinco dias por ordem do Presidente Costa e Silva.

³⁸² MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit., p. 362.

ainda no seu início³⁸³. Por si só esse fato já é um forte motivo para que o nome dessa personalidade seja destacado na memória sobre o evento. O outro fator é que, dentre todos os membros que ainda tinham seus direitos políticos no momento de sua articulação (vale lembrar que deputados como Renato Archer apresentavam-se como membros ativos da Frente Ampla), Lacerda sem qualquer sombra de dúvida era o que possuía a maior envergadura eleitoral e política, além de popularidade. Somado a isso, há as peculiaridades da composição da própria Frente. Não se tratava apenas de um movimento de ex-adversários políticos históricos contra um “inimigo comum”, pois isso não era inédito na história política brasileira. Mas a Frente Ampla foi um movimento considerado “amplo demais”, porque congregava os derrotados do recente golpe de 1964 com alguns de seus algozes.

Ao iniciarmos as primeiras entrevistas para esta pesquisa, Wilson Fadul, Ministro da Saúde do então governo João Goulart, diz em seu depoimento que “vamos falar da Frente Ampla desde antes do Lacerda entrar nela”³⁸⁴. A nossa surpresa foi imediata, pois, em todo o levantamento bibliográfico sobre o tema, jamais a Frente Ampla é citada separada do nome de Carlos Lacerda. Não há dúvida de que a Frente Ampla se apresentou para a opinião pública e ao meio político como um movimento encabeçado por Lacerda, mas é importante destacar que as conversações para essa “união de forças oposicionistas” ao governo de Castelo Branco já existiam anteriormente e independente da vontade de Lacerda. Na medida em que o regime militar começa a dar sinais – através de ações concretas – de que havia subido ao poder para ficar por mais tempo do que o esperado por aliados e adversários, Lacerda gradativamente entra em processo de rompimento com o governo militar e se encaminha para a oposição.

Segundo o brigadeiro Francisco Teixeira (cassado no primeiro AI por suas ligações com o PCB), semanas após o golpe começaram as primeiras “conspirações” contra a ditadura³⁸⁵. Jorge Ferreira relata que, dentre os militares cassados, o primeiro grupo de conspiradores no Brasil foi liderado pelo general Ladário Telles. As reuniões davam-se na residência de Hélio de Almeida, ex- Ministério de Viação e Obras Públicas do governo parlamentarista de Goulart, e contavam com a presença do próprio general Ladário, Francisco Teixeira e o coronel Ciro Labarthe Alves, além de Wilson Fadul. A vacilação de João Goulart – que ainda era refratário a qualquer reação armada – e os conflitos entre o ex-presidente e

³⁸³ Consideramos esse espaço (meados e finais de 1966) de tempo como “inicial” do regime militar, pois a Frente Ampla se apresentou publicamente ainda durante o mandato do presidente Castelo Branco.

³⁸⁴ FADUL, Wilson. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 26 maio 2011.

³⁸⁵ *Apud*: FERREIRA, Jorge. *João Goulart, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 567.

Leonel Brizola, ambos exilados no Uruguai, fizeram com que essa primeira tentativa de conspiração contra o governo fosse desfeita ainda em seu início³⁸⁶.

Em princípios de 1966, apareceram indícios de que uma nova conspiração contra Castelo Branco se organizava com a participação de um núcleo ligado a João Goulart. Esta também não seria pacífica e não teria qualquer contato com os incipientes movimentos guerrilheiros de esquerda. Mas contava com a participação de novos elementos que, após o fracasso dessa nova conspiração, iniciariam os debates para a formação de uma “ampla frente” contra a ditadura.

João Goulart, em seu exílio no Uruguai, recebia a visita de vários amigos e correligionários vindos do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Estes “mensageiros” não apenas lhe davam o conforto da amizade³⁸⁷, como lhe enviavam notícias dos acontecimentos no país e o mantinham a par das articulações políticas que eram feitas mesmo sob vigilância do governo brasileiro, principalmente através de cartas que relatavam com detalhes as conversações de civis e militares cassados a respeito dos rumos a serem tomados³⁸⁸.

Correspondências³⁸⁹ datadas entre princípios de março e julho de 1966 comprovam que o governador paulista, Adhemar de Barros, manteve contatos com Goulart através de alguns emissários, dentre eles Wilson Fadul, Francisco e Lino Teixeira (“Irmãos Teixeira”), o jornalista Edmundo Moniz e outros (não identificados) a fim de formar uma conspiração contra Castelo.

Toda a conspiração seria centrada em duas figuras: Adhemar de Barros, governador de São Paulo, e Amaury Kruel, chefe do Segundo Exército, sediado no mesmo Estado. As conversações incluiriam outros militares, como o general Justino Alves Bastos (chefe do Terceiro Exército) e outros, citados apenas como “General Guedes”³⁹⁰, “General Lisboa”³⁹¹ e “Marechal Haesket Hall”³⁹², este como coordenador das operações no Rio de Janeiro. Mas a carta, provavelmente escrita por Wilson Fadul, também cita conversações em áreas militares envolvendo vários estados, como Pernambuco, Paraná, Pará e Goiás.

³⁸⁶ Idem, *ibidem*.

³⁸⁷ OTERO, Jorge. *João Goulart, lembranças do exílio*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001, *passim*.

³⁸⁸ Boa parte dessa documentação encontra-se preservada e disponível para consulta e reprodução na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro no chamado “Fundo João Goulart”.

³⁸⁹ Fundo João Goulart – CPDOC – FGV. Rio de Janeiro/RJ.

³⁹⁰ Provavelmente o General Carlos Luís Guedes, pois é citado como “Comandante da Região”. Guedes foi comandante da 2ª Região Militar em São Paulo.

³⁹¹ Acreditamos se tratar do General Manoel Maria de Carvalho Lisboa, futuro chefe do Segundo Exército.

³⁹² Provavelmente, trata-se do ex-General de Exército Arthur Kescket Hall.

Dentre civis, a correspondência cita como participantes das “démarches” Renato Archer, Senador Pedro Ludovico e José Maria Alkmin, representando JK (mas que, segundo a carta, não demonstrou muito entusiasmo no “esquema de luta”), além do pessoal ligado a Goulart.

Ainda segundo a correspondência, Leonel Brizola (apontado apenas como L.B.) também teria feito parte das conversações, mas foi afastado por Adhemar de Barros, pois *“receava sair das mãos de um algoz para cair nas mãos de outro”*.

Moniz Bandeira também cita a conspiração, mas tendo como fonte depoimentos de Wilson Fadul e de Edmundo Moniz. Segundo Bandeira, a conspiração contou também com o apoio do empresário Assis Chateaubriand³⁹³ (revoltado com a blindagem feita pelo governo federal ao esquema Globo-Time-Life a favor de seu concorrente, Roberto Marinho³⁹⁴).

A principal questão colocada pelo grupo de Adhemar era a política econômica recessiva do governo, que prejudicava setores do empresariado brasileiro, sobretudo da FIESP. Pelo lado dos militares, havia a questão da nova Lei de Inelegibilidade, que impedia candidaturas de generais “não castelistas” em vários estados. Kruel, chamado de “alemão” na correspondência a Goulart, reclamava da situação, que o impedia de ser candidato ao governo de São Paulo.

A conspiração começou a ser debelada após a destituição, a 17 de maio de 1966, de Alves Bastos do Terceiro Exército, justificada por uma declaração dura do militar contra o governo em evento organizado por Chateaubriand em uma de suas residências. Adhemar de Barros também não resistiu e semanas depois, em princípios de junho, foi cassado pelo governo federal sob a acusação de “corrupção”. Em 10 de agosto, o último cabeça militar do grupo, Amaury Kruel, deixa o comando do Segundo Exército e a conspiração é totalmente sepultada.

Em nova correspondência, posterior à cassação de Adhemar, mas anterior à aposentadoria de Kruel, o mesmo autor da carta a Goulart, citando novos membros da conspiração, comenta que:

Sofremos uma derrota com a cassação de Adhemar [...] JK esteve aqui e demonstrou-se disposto a continuar a colaborar [...] Aceitou contato com Magalhães Pinto para atraí-lo para a nossa área [...] Mauro Borges e seu pai continuam a ter contatos. Arraes e os jovens de Pernambuco também. [...]

³⁹³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*. São Paulo: UNESP, 8ª edição, revista e ampliada, 2010, p. p. 358-365.

³⁹⁴ Essa questão também seria cara a Carlos Lacerda, que atacou vivamente seu desafeto Roberto Marinho, chegando inclusive a depor na CPI sobre o caso.

Mais adiante, a carta começa a apontar uma nova estratégia de ação (grifos nossos):

A ditadura agiu acertadamente quando liquidou Adhemar, antes que essa frente se estruturasse e pudesse agir. As possibilidades de ação contra a ditadura, a curto prazo, **política ou de luta armada**, exigem uma **ampla unidade de forças** por ela agredida e um mínimo de organização. Esta frente atuaria a curto prazo no campo político, **aproveitando todas as brechas abertas pelas contradições da luta pelo poder**, apoiando um contra o outro, ajudando a liquidar os focos mais reacionários. [...]

Somos de parecer que devíamos tentar unir todas as lideranças batidas pela revolução, compondo-as numa **ampla frente**. Seria indispensável para isso uma troca de pontos de vista entre alguns dos principais líderes: Jango, JK, Mauro Borges, Arraes, Adhemar e Brizola.

Não há qualquer referência, ainda nesse momento, ao nome de Carlos Lacerda nessa “ampla frente”.

Lacerda sabia dessa conspiração, mas não participara dela. A maior evidência disso, além de ainda não ser considerado um nome de “confiança” para esse grupo, são suas próprias palavras, em forma de artigo para o Diário de Notícias, ao comentar a cassação de Adhemar e a futura reserva de Kruel e “entregar” todo o esquema:

A cassação de Adhemar de Barros não corresponde ao escrúpulo de Castelo pelas acusações de desonestidade contra o ex-governador de São Paulo. Foi tardia a cassação, portanto, não foi esse o motivo [...] Adhemar estaria metido numa conspiração contra Castelo, com Juscelino Kubitschek e – é o que assoalha o Serviço Nacional da Intriga (SNI) – com alguns generais. A saída do general Justino seria o primeiro ato da repressão branca a esse movimento larvado contra Castelo. A cassação de Adhemar, o segund.³⁹⁵.

O título do artigo coroa a suposição de Lacerda: “Próximo alvo: Kruel”.

A correspondência a Goulart prova que, após mais esta tentativa frustrada de uma resistência pelas armas, o decorrer das conversações dos grupos oposicionistas lhes conduziram a apostar, desta vez, num movimento político pacífico contrário à ditadura.

Em algum momento ainda durante o governo Castelo Branco, provavelmente em julho ou agosto de 1966, estas forças oposicionistas entraram em contato com Lacerda e, a partir daí, começa a nascer a Frente Ampla como ela ficou conhecida e preservada na memória e na crônica histórica. Mais do que um cuidado factual e cronológico, essa constatação é importante para situar a Frente Ampla como parte de um processo de mobilização

³⁹⁵ “Próximo Alvo: Kruel”. Diário de Notícias. 14 jun. 1966, p. 5.

oposicionista ao regime militar que nasceu com o golpe e que foi ganhando corpo e apoio com a sequência de eventos que marcaram o fechamento do regime a partir do primeiro ato institucional. Mais do que a vontade pessoal deste ou daquele líder civil, a Frente Ampla expressou projetos e anseios de grupos aliados do poder político com o golpe de 1964 e de origens políticas e ideológicas distintas.

A aliança PCB-PTB não era nova e existia, de maneira embrionária, desde o Queremismo. A partir da crise do segundo governo Vargas, provocada por setores conservadores e liberais e que culminaria no episódio do suicídio, o PCB passou a rever seu posicionamento em relação ao “populismo reformista nacionalista” e tal aliança sindical entre comunistas e trabalhistas entrou num processo gradual de aprofundamento³⁹⁶. A partir de 1955, PTB e PCB, antes adversários pela inserção sindical dos primeiros anos pós-Estado Novo, formaram uma aliança informal que se expressou eleitoralmente nas urnas daquele ano. Desta aliança entre comunistas e trabalhistas, além de João Goulart eleito vice-presidente pelo PTB, beneficiou-se também o presidente eleito Juscelino Kubitschek do PSD em aliança formal com o PTB.

O jornalista Luiz Mir, em pesquisa acerca das esquerdas no Brasil, chega a nomear o secretário geral do PCB, Luis Carlos Prestes, como um dos líderes da Frente Ampla ao lado de Lacerda, Kubitschek e Jango.³⁹⁷ Independente de ser exagerada ou não tal afirmação de Mir – Prestes vivia na clandestinidade na época e pouco ou nada poderia fazer politicamente – é certo que aquele orientou seus aliados a apoiarem o movimento. Em entrevista ao jornal O Globo em 1979, pouco mais de uma década depois do fim da experiência frentista, Prestes explica essa aliança com Lacerda e a apresenta com este significado:

Nosso partido sempre fez esforços no sentido de unificar todas as forças políticas para que tomem posição contra a reação e queiram participar de ações contra o inimigo comum, em cada momento histórico [...] No caso da Frente Ampla, quem mudou não fomos nós, mas o senhor Carlos Lacerda, que apoiara o golpe de 64 e depois, por motivos que somente ele poderia explicar, voltou-se contra o governo dos generais golpistas. A Frente Ampla contribuiu para desenvolver ações de massas contra a ditadura. Com o AI-5, a ditadura quis conter a crescente resistência da oposição e a luta do nosso povo contra o regime reacionário [...]³⁹⁸

³⁹⁶ SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 261.

³⁹⁷ MIR, Luis. *A Revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 202.

³⁹⁸ *Apud* KUCK, Cláudio. Entrevista. O Globo, 01 jul. 1979, p. 196.

Durante o VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967, o dirigente Luiz Ignácio Maranhão, representando o Comitê Central, oficializa a orientação de “resistência, isolamento e derrota” do regime militar a partir de um movimento de “frente única”. Citado por Maria Conceição Pinto de Goes, Maranhão dizia: “[h]avia, não uma pedra, como dizia o poeta, mas três pedras no caminho da ‘revolução’, difíceis de serem contornadas”. A primeira, a formação da Frente Ampla com a presença de Carlos Lacerda; a segunda, o nacionalismo em parte da oficialidade das Forças Armadas e, a terceira, a opção de resistência da Igreja Católica através de seus setores progressistas³⁹⁹. Além de Maranhão, Goes relata a presença de Orestes Timbaúva e Armênio Guedes nas reuniões da Frente Ampla. Também recuperando o processo de negociação anterior àquele reconhecido publicamente por ser comandado por Carlos Lacerda, Edmundo Moniz declara:

A inspiração da Frente ampla, pacto entre os diversos partidos e as mais contraditórias forças políticas para derrotar o poder militar, partiu das esquerdas e Luiz Ignácio Maranhão Filho teve papel decisivo nessa aglutinação⁴⁰⁰.

Para entender esse processo de conversações do PCB com grupos considerados adversários para a formação de um movimento de oposição pacífico à Ditadura Militar – e porque ele foi o único partido ou grupo de esquerda socialista que apostou nesse projeto –, é preciso dissertar brevemente sobre o PCB e sua atuação política nos anos anteriores ao golpe de 1964.

Criado em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), foi posto na ilegalidade poucos meses depois da sua formação. Mas o PCB continuou a existir informalmente e aos poucos foi tornando-se parte ativa na vida política brasileira apresentando-se como o maior aglutinador das forças de esquerda no país. Seu primeiro momento de maior visibilidade foi a liderança da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos anos 30, contando com a figura de Luis Carlos Prestes, o legendário “cavaleiro da esperança” das lutas tenentistas da década anterior e já convertido ao comunismo. A ANL vai adotar uma das estratégias básica dos partidos leninistas, orientada pelo VII Congresso Internacional Comunista em meados de 1935: a composição de “frentes progressistas”. Nos anos 30 do século XX, marcados pelo crescimento do nazifascismo, as frentes populares se espalharam em vários países. O fechamento da ANL pelo governo Vargas provocou em novembro do mesmo ano o Levante

³⁹⁹ GOES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho*. Católicos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 214.

⁴⁰⁰ *Apud* STUDART, Heloneida. *Luiz, o santo ateu*. Natal: EDUFRN, 2006, p. 191.

Comunista, o que teria, segundo alguns ex-militantes, quebrado a orientação anterior, pois este seria mais fruto de um “golpismo tenentista” do que um movimento revolucionário dentro da orientação comunista⁴⁰¹.

O fracasso das quarteladas no Rio de Janeiro, Natal e Recife jamais foi esquecido pelos comunistas e a crença na luta armada feita apenas com militantes comunistas para atingir o poder, sem a participação das massas, passou a ser alvo de críticas. Reforçando as diretrizes de formação de frentes com a Conferência da Mantiqueira realizada em 1943, ao final da ditadura do Estado Novo, o PCB se alia ao ex-adversário Getúlio Vargas na dita “União Nacional”⁴⁰², mesmo depois de prisões, mortes e deportações traumáticas de inúmeros envolvidos no movimento de 1935. Os comunistas deveriam agora fazer alianças com grupos comprometidos com a luta contra o imperialismo, sobretudo o norte-americano e outros interessados na “libertação nacional” e sua consequente independência econômica. O processo de transformação da sociedade capitalista em uma socialista passaria necessariamente por esse estágio, através de alianças com grupos alinhados à chamada “burguesia nacionalista”.

Mas o evento que marcou profundamente a história do comunismo, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, foi o relatório do XX Congresso do Partido Comunista União Soviética (PCUS) em 1956 com o balanço dos anos governados por Stalin. Nikita Krushev, o então secretário geral do PCUS, estarrece o mundo ao denunciar os crimes contra a humanidade cometidos por Stalin e critica o seu culto à personalidade, provocando forte reação em todo globo, sobretudo entre os comunistas. O segundo ponto polêmico apresentado por Krushev diz respeito ao caminho que os partidos comunistas ligados ao PCUS deveriam seguir a partir daquele momento. Estava terminado o momento dos projetos revolucionários violentos e apostava-se no meio pacífico, através do consenso da maioria (proletariados, camponeses, pequenos burgueses) convencida das vantagens de uma ordem socialista contra o imperialismo e o capitalismo⁴⁰³. No Brasil, os conflitos entre militantes e o CC (Comitê Central) do PCB, que tinham opiniões diversas sobre o funcionamento do partido, se intensificam após as denúncias e diretrizes soviéticas. Prestes, secretário geral do partido no Brasil e fiel ao PCUS, leva o CC a se afastar do stalinismo. O grupo dos “ortodoxos” (defensores de Stalin) é afastado de postos importantes do partido no Congresso do Comitê

⁴⁰¹ José Vinhas, ex-dirigente do PCB. *Apud* DULCE Pandolfi. *Camarada e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 123.

⁴⁰² “União Nacional para a democracia e o progresso (23/03/1945)”. In: CARONE, Edgar. *O P.C.B. 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, p. p. 25-40.

⁴⁰³ Trecho do discurso de Nikita Krushev. Disponível em: MIR, Luis. Op. cit., p. 15.

Central, em 1957. Isso cria o primeiro anátema sério dentro da agremiação brasileira, que culminará com a formação, em 1962, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pelos excluídos⁴⁰⁴.

Ao final do governo JK, com otimismo em relação ao processo da “revolução burguesa brasileira” (considerado exagerado pelos ortodoxos), o PCB busca a legalidade junto ao TSE. Em decorrência das decisões políticas firmadas no V Congresso do PCB em 1960⁴⁰⁵, o Partido Comunista do Brasil muda o nome para Partido Comunista Brasileiro no ano seguinte em seus estatutos, o que provoca protestos de vários militantes, sobretudo daqueles que se chocavam com o CC desde meados dos anos 50, que acabam expulsos do partido. Em 1962, na Conferência Nacional Extraordinária, o grupo expulso – formado por João Amazonas, Maurício Garbois, Pedro Pomar, Sérgio Holmos, Diógenes Arruda Câmara e outros – cria o PCdoB e reclama para si a verdadeira herança do velho partido criado em 1922.

Os anos 60 marcam uma nova fase dos movimentos de esquerda no Brasil. Mesmo com o racha do PCdoB e a ilegalidade, o PCB continua crescendo nos primeiros anos da década. Mas, a despeito do crescimento do PCB, outros grupos se organizam e dão corpo àquilo que Daniel Aarão Reis chamou de “nova esquerda”⁴⁰⁶. Segundo o autor, a expressão não tem qualquer sentido de valor, apenas marca um novo momento das esquerdas brasileiras, que apresentam autonomia em relação ao PCB e novas formas de luta contra os inimigos comuns a todas elas: o imperialismo, o latifúndio, a exclusão social e o regime liberal-buguês. Os novos movimentos de esquerda, em sua maioria, irão seguir caminhos diferentes ao preconizado pelo PCB. Enquanto o PCB busca, através de alianças pacíficas com grupos burgueses nacionalistas, preparar o Brasil para o socialismo através do estapismo revolucionário, essas outras organizações clandestinas irão apostar no confronto armado, principalmente após o golpe de 1964.

Existem inúmeros estudos detalhados do nascimento dessas várias correntes e organizações de esquerda. Jacob Gorender, Marcelo Ridente, Luis Mir, apenas para citar alguns, fizeram, a sua maneira, estudos que mostram as circunstâncias, bandeiras e as propostas de atuação dessas inúmeras organizações. Tentaremos fazer uma breve síntese

⁴⁰⁴ SALES, José Rodrigues. “Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. Revolução e Democracia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 167.

⁴⁰⁵ “O V Congresso do P.C.B.”. In: CARONE, Edgar. *O P.C.B. 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982, p. p. 227-243.

⁴⁰⁶ REIS, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 1985, p.15.

desses grupos para nos ajudar entender o porquê do PCB ter ficado isolado no seu apoio à Frente Ampla.

O importante para nós aqui não é aprofundar na discussão desses grupos, mas destacar um ponto em comum entre todos eles: em determinado momento – seja antes ou depois do golpe de 1964 – elas irão orientar a sua forma de luta para a formação de guerrilhas contra o governo federal. Essas guerrilhas serão de bases teóricas distintas. No começo dos anos 60 havia duas formas principais de se discutir as guerrilhas: o foquismo e a guerra revolucionária de longa duração. A primeira, inspirada no recente sucesso do modelo da revolução cubana e teorizada por Régis Debray, tinha a simpatia de grupos como a POLOP. A segunda corrente, inspirada no modelo chinês, maoísta, teve maior aceitação no PCdoB. À medida que a ditadura se aprofunda, esses mesmos grupos, além do velho PCB, passarão por vários rachas e subdivisões que formarão posteriormente grupos que se dedicam à guerrilha urbana. O último capítulo da “aventura guerrilheira” seria a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1975, organizada pelo PCdoB.

Para o PCB, a opção pelas vias legais, eleitorais e partidárias, mesmo aquelas autorizadas pelo regime militar, ainda seria a mais eficiente para o fim da ditadura. O trabalho de Dulci Pandolfi acerca das memórias do PCB⁴⁰⁷ aborda a questão das identidades construídas pelo próprio partido. Nele, história e memória dialogam, se completam e se questionam, na intenção de narrar de que maneira o próprio PCB registrou a sua “história oficial” através de seus documentos e publicações e de como seus ex-membros – rompidos ou não com o partido durante a sua longa trajetória – a reproduzem ou mesmo contestam. Segundo Pandolfi, toda a memória dos comunistas acerca do golpe de 1964 coloca o próprio PCB como o principal derrotado. É consensual na historiografia sobre o tema que o golpe termina o período de maior ascensão do PCB e inaugura o início do seu declínio.

Sobre as causas do golpe militar, alguns ex-membros criticam o partido por ter sido reformista em excesso no pré-1964, o que teria freado o processo revolucionário brasileiro e facilitado a reação direitista. Por outro lado, a vertente interpretativa majoritária, pelo menos aquela dentro do CC, era de que o problema havia sido exatamente o contrário. Prestes dizia que o “excesso de esquerdismo” havia provocado a reação conservadora contra o processo de reformas defendido pelo partido⁴⁰⁸. Salomão Malina, dirigente do PCB, deposita boa parte da

⁴⁰⁷ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁴⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 201.

culpa por essa radicalização que ajudou a desestabilizar o governo João Goulart na união entre comunistas e trabalhistas radicais, aqueles ligados diretamente a Leonel Brizola⁴⁰⁹.

O primeiro nome da lista de cassações divulgadas pelo Comando Supremo da Revolução será o de Luis Carlos Prestes, antes mesmo do nome do presidente deposto. A partir daí Prestes viverá na clandestinidade e sob isolamento cada vez maior, o que esvaziará ainda mais sua influência entre os militantes e simpatizantes. O PCB em pouco tempo sofre duras perdas de prestígio e quadros. Muitos de seus membros serão presos, exilados, obrigados a viver escondidos e outros irão aos poucos se encaminhar para as dissidências. Aqueles que continuaram fiéis ao partido obedeceriam às resoluções do CC e manter-se-iam contrários as guerrilhas. O partido não só reafirma essa orientação como destaca em sua autocrítica o problema do seu “esquerdismo” no pré-64 como a principal causa de sua derrota. A participação do PCB na Frente Ampla, inclusive com Carlos Lacerda, não é, portanto, nenhuma quebra de paradigma na atuação do partido e nem fragilidade moral de seus líderes.

O PCB, a despeito do seu auge nos primeiros anos da década de 60, já não era mais a única agremiação política de esquerda além do PTB e de certos grupos nacionalistas. Como já foi dito, outros grupos formados nos anos anteriores ao golpe – mesmo que influenciados pelo PCB – eram de características autônomas em relação a este, tais quais as Ligas Camponesas, a AP e a POLOP, os nacionalistas brizolistas, além da sua dissidência de 1962, o PCdoB. O PCB nunca mais voltará a ter a mesma importância e influência dos anos imediatamente anteriores ao golpe. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, “enfraquecido por inúmeras dissidências e enfrentando a competição de outros pequenos, mas numerosos, grupos de esquerda, o PCB deixou de ser uma força importante na política brasileira”⁴¹⁰.

O golpe de 64 delimita um novo período e orientação na maior parte da esquerda brasileira. O PCB, que em linhas gerais vinha defendendo uma atuação pacífica desde os anos 40 e alianças com grupos nacionalistas e com a pequena-burguesia reformista, agora não mais consegue convencer a maior parte da esquerda brasileira a seguir suas determinações. Se antes do golpe a opção armada para a revolução socialista brasileira ainda era embrionária e sequer consensual entre esses grupos independentes, com o golpe de 1964 a maior parte destes se encaminha para a resistência armada.

A democracia formal, ou dita burguesa, sempre foi defendida pelo PCB – mesmo de maneira crítica e reconhecendo suas limitações – desde meados da década de 40. Com a ditadura militar instaurada, a defesa dessa estratégia para atingir o socialismo fica mais

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 202.

⁴¹⁰ *Apud* idem, *ibidem*, p. 203.

enfraquecida junto aos considerados “radicais”. A manutenção do Congresso e das eleições sob um governo “revolucionário” não convencia a maior parte da esquerda de que houvesse qualquer sucesso no apoio a um modelo puramente “reboquista”. As centenas de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos eram elementos palpáveis de que havia um processo de fechamento do regime. A decretação do AI-2 e do AI-3 – fechando partidos, criando eleições indiretas e reabrindo os períodos de cassações – consolida as posições desses grupos, que começam, a partir de 1966, sua “aventura” guerrilheira.

O velho partido comunista que apoiou a criação do MDB e da Frente Ampla em 1965 e 1966, respectivamente, ficou isolado nas esquerdas, com exceção do que sobrou do antigo PTB diluído no MDB e alguns trabalhistas cassados ligados a João Goulart e rompidos com Brizola. A “nova esquerda” de que nos fala Daniel Aarão, formada por jovens esquerdistas (muitos deles estudantes), antigos dissidentes comunistas e brizolistas, quer a derrubada da ditadura pelas armas. Cada qual com suas estratégias (rural ou urbana, foquismo ou maoísmo, ou ainda um misto de todas⁴¹¹), a estes não interessava uma “frente ampla” política, conservadora, burguesa, conciliatória, ainda mais sob um governo ditatorial.

As primeiras eleições durante a ditadura só aconteceriam em outubro de 1965. Antes disso, o PCB, que buscava sobrevivência, começou a participar das primeiras conversas com os outros derrotados no golpe, trabalhistas ligados a João Goulart. Nos meses que se seguiram ao início do governo Castelo Branco, trabalhistas e comunistas começaram a se encontrar no Rio de Janeiro buscando alternativas e opções de atuação em relação à ditadura⁴¹². Ainda pairava a dúvida, compartilhada inclusive por defensores do golpe, de que se tratava de uma intervenção militar temporária, a exemplo de outras anteriores.

Neste mesmo período, Carlos Lacerda ainda era governador e não rompera com o governo Castelo Branco. Wilson Fadul, ao dizer que a “frente ampla” começou antes de Lacerda, referia-se essas conversações. Já se discutia alternativas de oposição envolvendo trabalhistas e comunistas desde os primeiros meses de 1964.

Entrementes, Leonel Brizola organiza o “Movimento Nacionalista Revolucionário” com militares cassados pelo golpe e oficiais de média e baixa patente do exército e das forças estaduais ainda fiéis ao ex-governador gaúcho, além de sindicatos e movimentos sociais e políticos ligados ao brizolismo. O plano era começar uma insurreição cívico-militar no Rio Grande do Sul com apoio de quarteladas em outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro) e estabelecer uma base no Estado para tentar reativar a Cadeia da Legalidade que havia

⁴¹¹ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 206.

⁴¹² FADUL, Wilson. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 26 maio 2011.

garantido a posse de Jango em 1961. Enquanto isso, ainda no segundo plano, João Goulart e congressistas cassados formariam um governo paralelo no exílio. Era a Operação Pintassilgo. Segundo Luis Mir, tanto Jango quanto os comunistas se recusaram a participar deste projeto, pois o consideravam mais uma “aventura”⁴¹³. Em março de 1965, uma pequena revolta militar na cidade de Três Passos no Rio Grande do Sul contra o poder central provocaria, por parte do governo brasileiro, fortes pressões sobre os governantes uruguaiois contra as atividades políticas e subversivas praticadas por um dos seus exilados no país. A quartelada, que segundo Jorge Ferreira não teria relações diretas com Brizola, dá elementos ao governo brasileiro para pedir ao Uruguai que Brizola ficasse “internado” no balneário de Atlântida, próximo a Montevideu, sob vigilância do governo, o que na prática apenas funcionou na sua fase inicial⁴¹⁴. Com o fracasso do projeto de insurreição civil-militar, Brizola passa a considerar a opção da guerrilha.

4.3 UM TANGO NO *EL MOROCCO*: JUSCELINISTAS E LACERDISTAS INICIAM OS ENTENDIMENTOS

A idéia da constituição de um movimento político pacífico contra a ditadura militar não tem uma única paternidade. Essa “união dos contrários” não será formada em um único ato e sequer no mesmo ano. Ficou consolidado na memória política nacional que a Frente Ampla foi um movimento formado em meados de 1966 com Lacerda, Jango e JK. Erro cronológico e factual que esconde o longo e difícil processo de negociações marcado por avanços e recuos.

A Frente Ampla nasceria de duas “frentes” de conversações de grupos de oposição. Uma delas, envolvendo trabalhistas e comunistas, iniciada antes mesmo das eleições estaduais de 1965. A segunda, envolvendo juscelistas e lacerdistas, começaria em meados de 1966 (com um breve ensaio em agosto de 1965⁴¹⁵), com Lacerda já em franca oposição ao governo federal. O processo de união destas duas “frentes” será apenas consolidado em finais de 1967 com a entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla.

⁴¹³ MIR, Luis. Op. cit., p. p. 165-166.

⁴¹⁴ FERREIRA, Jorge. Op. cit., p. 569.

⁴¹⁵ Esta informação encontra-se no “Dossiê Carlos Lacerda”, que faz parte do Fundo Castelo Branco, depositado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, situada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Elaborado pelos “órgãos de informação” (assim nomeado por Luis Viana Filho), trata-se de um levantamento sobre a vida e atuação política de Carlos Lacerda, que conta como principais fontes a imprensa e outras não discriminadas pelos agentes que elaboraram tal documentação.

Em depoimento ao CPDOC⁴¹⁶, Renato Archer diz acreditar que a primeira liderança política que apoiara o golpe de 1964 a propor um movimento de oposição ao governo Castelo Branco (inclusive para derrubá-lo) foi o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Segundo Archer, se essa tentativa não rendeu as ações esperadas, pelo menos “reestimulou toda uma oposição que começava a perder condições de sobrevivência”⁴¹⁷.

Anteriormente relatamos a disponibilidade de opositores ao regime, os primeiro derrotados em 1964 – trabalhistas ligados a Jango e comunistas ligados ao PCB – de se unirem na formação de uma “ampla frente”. A situação criada pela cassação dos direitos políticos, seu auto-exílio e os inquéritos militares a que foi submetido Juscelino Kubitschek, colocou juscelinistas em contato com esses grupos, o que não representou grandes dificuldades. Mas, paralelamente a essa união dos juscelinistas com os trabalhistas e comunistas, há um processo mais complexo de aproximação destes com os lacerdistas.

John Dulles, biógrafo de Carlos Lacerda, afirma que o primeiro ensaio de uma conversa entre Lacerda e Juscelino teria sido proposto pelo empresário carioca do ramo têxtil Joaquim Guilherme da Silveira⁴¹⁸ a Kubitschek durante um jantar em Paris nos primeiros meses de 1965. O episódio é rapidamente comentado por Lacerda em seu depoimento ao CPDOC⁴¹⁹. Entretanto, naquele momento Lacerda ainda não havia rompido totalmente com o governo castelista.

Segundo o jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal Tribuna da Imprensa, a iniciativa da Frente Ampla também partiu “muito antes” de agosto de 1966, quando Lacerda ainda era governador da Guanabara⁴²⁰. Ela teria nascido de um entendimento entre ele e Rafael de Almeida Magalhães, ex-vice governador da Guanabara na gestão de Lacerda, que por sua vez já havia tido “entendimentos com líderes juscelinistas”⁴²¹. O objetivo era “estruturar um movimento englobando todas as lideranças civis para um diálogo válido com grupos militares mais abertos e predispostos ao diálogo”⁴²².

Percebe-se aí uma diferença significativa com relação aos ideais propostos pelos “derrotados de 64”. Se por um lado há a intenção do diálogo proposta por civis, há uma opção

⁴¹⁶ ARCHER, Renato. Op. cit., p. 293.

⁴¹⁷ Trata-se do episódio, já relatado anteriormente, da conspiração militar envolvendo Adhemar de Barros, Assis Chateaubriand, Amaury Kruehl e outros militares com a participação de pessoas ligadas a Goulart, como Wilson Fadul e Edmundo Moniz.

⁴¹⁸ DULLES, John. F. W. Op. cit., p. 440.

⁴¹⁹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. p. 380-381.

⁴²⁰ FERNANDES, Hélio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

⁴²¹ FERNANDES, Hélio. *Recordações de um desterrado em Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro: Editora Tribuna da Imprensa, 1967, p. 148.

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 147.

diferente ao direcionar suas conversações diretamente aos militares e não à opinião pública. Carlos Lacerda, desde quando começou a se destacar como opositor ao governo Vargas, cultivou fortes ligações com setores militares, sobretudo a Aeronáutica. Era natural buscar em seus velhos aliados uma forma de sobrevivência política naquele momento da “revolução”.

Ainda segundo Hélio Fernandes, em jantar realizado na residência de Lacerda, este não recebeu com muito entusiasmo os relatos de Raphael Magalhães⁴²³. Contudo, Lacerda o teria autorizado a conversar com tais lideranças juscelistas em seu nome. Hélio Fernandes não precisa em que dia aconteceu tal jantar, mas destaca que Lacerda estava licenciado do cargo de governador. Portanto acreditamos que esse encontro tenha acontecido em finais de 1965, após as eleições estaduais em que seu candidato a sucessão, Flexa Ribeiro, saíra derrotado⁴²⁴. Sobre quem seriam as tais “lideranças juscelistas”, o único nome citado por Hélio Fernandes em artigo escrito na época – justificando que este seria o único com mandato parlamentar – é o do deputado emedebista Márcio Moreira Alves⁴²⁵.

Lacerda, em depoimento ao CPDOC⁴²⁶ semanas antes de falecer, diz que a primeira pessoa que lhe procurou para as conversações da Frente Ampla foi o deputado Renato Archer. Este depoimento foi feito cerca de 10 anos depois dos acontecimentos, portanto nos parece que Lacerda quis destacar o momento de maior entendimento entre ele e o grupo juscelinista, supervalorizando a participação daquele que seria posteriormente o “secretário geral” da Frente Ampla⁴²⁷. Lacerda em momento algum cita Raphael de Almeida Magalhães em suas memórias a respeito dos primeiros contatos para formar a Frente. O fato é que Raphael Magalhães, após o AI-2, rompe com Lacerda e se filia à ARENA e não toma mais parte em qualquer movimento contrário ao governo Castelo Branco. Mas, a despeito dessa lacuna em suas memórias, uma nota na imprensa com trecho de uma correspondência de Lacerda endereçada a uma “pessoa de sua intimidade” diz que: “Se o Raphael continuar me massacrando muito – ou tentando me massacrar – acabo perdendo a paciência e contando toda a história das preliminares da Frente Ampla, inclusive sobre quem fez os primeiros contatos da minha área com a área Kubitschek”⁴²⁸.

⁴²³ FERNANDES, Hélio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

⁴²⁴ Em quatro de novembro de 1965, Lacerda deixa o governo da Guanabara e o entrega ao seu vice, Raphael de Almeida Magalhães.

⁴²⁵ FERNANDES, Hélio. Op. cit., p. 149.

⁴²⁶ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 379.

⁴²⁷ Desde o início, o principal parlamentar a ser cogitado para ser o maior representante da Frente Ampla dentro do parlamento era o senador Josaphat Marinho, por se colocar “independente” entre juscelistas, trabalhistas, comunistas e lacerdistas.

⁴²⁸ “Quem fez os primeiros contatos da Frente”. O Globo, 4 abr. 1967.

Mas se o nome de Renato Archer aparece com destaque nas memórias do movimento, o próprio faz questão de explicitar que, no princípio, limitava-se a ser um emissário de Juscelino nas conversações. Archer não participou das primeiras reuniões da Frente Ampla e, quando passou a frequentá-las, recusava-se a fazer o papel de porta-voz de Kubitschek: “Me limitarei a transmitir ao Sr. Juscelino Kubitschek as propostas que forem feitas, e retransmitirei a vocês o que ele disser”⁴²⁹. Portanto, pelo menos na fase em que as partes começam a se entender, Archer era o apenas um emissário e não um propagandista, como viria a ser no futuro próximo.

Uma das versões mais aceitas sobre o início do contato entre lacerdistas juscelinistas traz Sandra Cavalcanti como personagem central. Cavalcanti, que iniciou sua carreira política na UDN da Guanabara fortemente ligada a Carlos Lacerda, havia pedido demissão do Banco Nacional de Habitação (BNH) dias após o AI-2, em fins de 1965, seguindo o rompimento dos lacerdistas com o governo castelista. Ao ser convidada por Chateaubriand a comandar um programa jornalístico na TV Tupi (*Jornal da Noite*) para o ano seguinte, Sandra Cavalcanti disse que aceitaria o convite, mas que antes “iria a Nova York fazer três meses de estudos na NBC”, onde teria amigos⁴³⁰. Cerca de um mês após sua chegada em Nova York, Sandra Cavalcanti se encontra com Juscelino Kubitschek acidentalmente durante um jantar no restaurante El Morocco⁴³¹. Tendo um amigo em comum, Kubitschek foi convidado a sentar-se à mesa. Deste encontro casual em junho 1966, nasceu uma amizade que se estendeu aos familiares de ambos até os dias atuais⁴³². Cavalcanti lembra que durante o jantar as conversas giraram em torno da situação política no Brasil e que, ao final da noite, dançou um tango com o próprio Kubitschek. Segundo a própria Sandra Cavalcanti, “*a Frente Ampla nasce nesse tango*”⁴³³.

Nos dias seguintes, houve mais dois encontros entre Sandra Cavalcanti e Kubitschek, um almoço e um jantar, com a presença de Dona Sarah e familiares. Teria sido nesses encontros que Cavalcanti teria proposto, pela primeira vez, um encontro entre Lacerda e Juscelino.

⁴²⁹ ARCHER, Renato. Op. cit., p. 296.

⁴³⁰ CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

⁴³¹ Considerado um dos *nightclubs* mais celebrados de Manhattan, o *El Morocco*, fundado nos anos 30 do século XX, nos anos 60 localizava-se no número 307 da Rua 54, próximo à esquina da Segunda Avenida.

⁴³² Tanto Sandra Cavalcanti quando Maria Estela Kubitschek, por nós entrevistadas, fizeram questão de destacar o forte laço de amizade que unem as duas famílias até os dias atuais.

⁴³³ CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

“O senhor aceitaria uma boa conversa com o Carlos Lacerda? Eu acho que ele vai precisar aprender com o senhor como é que não se fica deprimido”. Ele deu uma risada e perguntou se ele estava deprimido. Juscelino sofreu muito, mas nunca ficou deprimido. Impressionante a garra daquele homem⁴³⁴.

Depois de voltar ao Brasil, Cavalcanti entra em contato com Carlos Lacerda.

Quando eu voltei de Nova York, falei para o Carlos que ia contar algo que ele ficaria espantado. Eu disse que jantei com Juscelino em Nova York, depois almocei, depois jantei novamente [...] Foi então que ele disse que não se podia chegar perto de Juscelino e que quem chega perto dele não consegue fazer oposição⁴³⁵.

Após esse contato, segundo o próprio Renato Archer, Lacerda e Juscelino passaram a se comunicar por seus emissários, sendo Archer o principal deles⁴³⁶. Entretanto, ainda que as conversações já estivessem iniciadas, em inícios de 1966 Lacerda esteve em Lisboa, no mesmo hotel que Kubitschek, mas não houve qualquer encontro. Lacerda posteriormente lamentaria essa oportunidade no artigo “O que está por trás da Frente Ampla”, encomendado para a revista Fatos & Fotos – depois publicado em livro⁴³⁷. De fato, tal encontro, também em Lisboa, só iria acontecer alguns meses depois.

4.4 AS PRIMEIRAS REUNIÕES DA FRENTE AMPLA

Perguntado como, quando e onde ocorreu a primeira reunião da Frente Ampla, respondeu:

— A rigor, na casa do ex-presidente Kubitschek, em Lisboa, em data que não recordo no momento; mas, como todo movimento político, foi precedido de reuniões infernais, entre homens públicos de pensamento político diferente, mas que, civilizadamente, podem entender-se sobre pontos essenciais, tais como a liberdade do povo e o progresso da democracia⁴³⁸.

⁴³⁴ Idem, *ibidem*.

⁴³⁵ Idem, *ibidem*.

⁴³⁶ ARCHER, Renato. Op. cit., p. 294.

⁴³⁷ LACERDA, Carlos. O que há por trás da frente ampla. In: *Crítica e autocrítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966, p. 78.

⁴³⁸ Trecho do depoimento de Lacerda ao SNI durante sua prisão no pós-AI-5.

As duas primeiras reuniões com os lacerdistas ocorreram nas noites dos dias 22 e 24 de agosto de 1966⁴³⁹, realizadas na residência do jornalista Hélio Fernandes⁴⁴⁰. A despeito de a Frente Ampla ter se apresentado publicamente, essa fase de conversações iniciais ainda mantinha um ar de leve conspiração plenamente compreensível no contexto de uma ditadura. O jornalista relembra, atualmente de maneira bem humorada, que era necessário mudar o local das reuniões. Hélio Fernandes advogava que, por sua casa ser de “porta para a rua”, o SNI se informaria rapidamente a respeito de qualquer reunião política em sua residência, pois se vários carros na porta de uma casa com luzes e janelas acesas indicam uma festa, em casa de portas e janelas fechadas indicam uma conspiração⁴⁴¹. As reuniões seguintes, geralmente consideradas como as primeiras “reuniões da Frente Ampla” segundo a maior parte da historiografia, aconteceram na mansão de propriedade do empresário Alberto Braga Lee⁴⁴² no bairro do Cosme Velho no Rio de Janeiro⁴⁴³. Segundo correspondência não-identificada endereçada a João Goulart no Uruguai informando sobre os andamentos das conversações, houve também uma reunião na residência do “General Gashipo”⁴⁴⁴. Hélio Fernandes acredita que nessa fase das negociações houve oito reuniões⁴⁴⁵.

José Gomes Talarico afirma que, “cimentada a concepção de unir membros da UDN e do PSD, passaram Lacerda, JK e Archer a pretenderem a adesão do PTB”⁴⁴⁶. Foram firmados os primeiros contatos dos trabalhistas com os emedebistas Renato Archer, Martins Rodrigues e Mário Covas⁴⁴⁷, que por sua vez se estenderam ao brigadeiro Francisco Teixeira, ao diretor do jornal *O Correio da Manhã* Edmundo Moniz, a Paulo Silveira e ao deputado Hermano Alves, começando assim a unir os grupos. O PCB participou das articulações com o editor Ênio da Silveira (diretor da editora Civilização Brasileira), Luiz Ignácio Maranhão (morto no DOI-CODI em 1974), o ex-candidato a senador Valério Konder e o desembargador Osny Pereira, tendo Mario Pedrosa representando os trotskistas. Dentre os militares cassados,

⁴³⁹ FERNANDES, Hélio. Frente Ampla: depoimento de uma testemunha. *Tribuna da Imprensa*, 23 set. 1966.

⁴⁴⁰ FERNANDES, Hélio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

⁴⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁴² O engenheiro Alberto Braga Lee era casado com uma prima de Ênio da Silveira. FADUL, Wilson. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 26 maio 2011.

⁴⁴³ Na bibliografia há certa divergência acerca destas reuniões. Enquanto historiadores e testemunhas, como Hélio Fernandes, Wilson Fadul, Claudio Bojunga e John Dulles, dizem que as reuniões da mansão do Cosme Velho começaram ainda no segundo semestre de 1966, Jorge Ferreira, em biografia de João Goulart, diz estas aconteceram entre janeiro e setembro de 1967, baseando-se provavelmente no “Depoimento” de Lacerda de 1976 ao CPDOC.

⁴⁴⁴ Trata-se do General Gashipo Chagas Pereira. *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05.

⁴⁴⁵ FERNANDES, Hélio. Entrevista ao autor, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

⁴⁴⁶ OLIVEIRA, Jose Aparecido (org.). *JK, o estadista do desenvolvimento*. Brasília: Memorial JK/Senado Federal, 1991, p. 42.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*.

destacaram-se nas reuniões do Cosme Velho, além de Francisco Teixeira, o brigadeiro Ricardo Nicoll, os Generais Tácito de Freitas e Nelson Werneck Sodré e o Coronel Kardec Lemme⁴⁴⁸. Wilson Fadul seria um dos representantes de Jango, enquanto dividia com José Talarico o papel de mensageiro entre o Rio de Janeiro e Montevidéu. Claudio Bojunga, além destes, cita a presença do teatrólogo Flávio Rangel e de “políticos ligados aos governadores cassados Adhemar de Barros e Mauro Borges”⁴⁴⁹. John Dulles e José Talarico⁴⁵⁰ destacam também a presença, nas primeiras reuniões, do pernambucano Artur Lima Cavalcante, deputado petebista cassado que, segundo Sérgio Lacerda, filho de Carlos, havia sido um dos primeiros entusiastas da ideia de uma “frente ampla” envolvendo JK, Jango e Lacerda contra o governo castalista⁴⁵¹. Doutel de Andrade, normalmente citado pela imprensa da época⁴⁵² como um dos principais interlocutores de Jango na Frente Ampla, não é citado por Dulles, Hélio Fernandes ou Talarico nestas reuniões iniciais.

Goulart, em exílio no Uruguai, era informado das reuniões através de emissários e correspondências. Uma delas, provavelmente do início de agosto de 1966, mas sem data certa, assinada por José Vecchio, relata o encontro do deputado Oswaldo Lima e Filho com um dos emissários de Kubitschek (provavelmente Renato Archer). A carta defendia a aliança com Juscelino, mas se mantinha “em espera aguardando novos acontecimentos” em relação a Lacerda⁴⁵³.

Outra correspondência, esta com a data exata de 31 de agosto, deixa o “Comandante” a par de quais grupos estão fazendo parte das reuniões:

Lacerda, de uns tempos a esta data, deixou de escrever seus costumeiros artigos, passando a desenvolver outro tipo de atuação à base de contatos pessoais. Depois de intensificar essa atuação nos setores que lhe são mais chegados, inclinou-se para dois outros, a saber: o trabalhista (janguista), o “juscelinista”, sem esquecer, porém, o setor da extrema esquerda⁴⁵⁴.

Um dos relatos mais vivos sobre o processo de formação da Frente Ampla, não apenas pelo viés dos comunistas, é aquele relatado pela ex-deputada estadual do Rio de Janeiro,

⁴⁴⁸ GOMES TALARICO, José. “A Frente Ampla”. In: OLIVEIRA, Jose Aparecido (org.). Op. cit. p. 45.

⁴⁴⁹ BOJUNGA, Claudio. Op. cit., p. 849.

⁴⁵⁰ FREIRE, Américo (org.) *José Gomes Talarico*. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1988, p. 276.

⁴⁵¹ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda, a vida de um lutador*. Vol. 2. RJ: Nova Fronteira, 2000, p. p. 442-443.

⁴⁵² Carlos Lacerda, nas semanas após o encontro com Kubitschek em Lisboa, disse na imprensa que, dentro da ala trabalhista ligada a Jango, Doutel de Andrade foi um dos principais adversários da entrada deste na Frente Ampla. LACERDA, Carlos. *Crítica e autocrítica*, Op. cit., p. 85.

⁴⁵³ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio Subséries: JGe 1966.05.05.

⁴⁵⁴ Idem, ibidem.

Heloneida Studart. A jornalista reproduz, em seu livro biográfico sobre Luiz Maranhão, a sua convivência com o então dirigente comunista nos anos 60 a respeito da sua participação na Frente Ampla:

Da minha parte, recordo o dia, em 1966, em que Luiz Maranhão levou à minha casa uma revista *Veja*⁴⁵⁵ e mostrou, nas páginas amarelas, uma entrevista do general Golbery do Couto e Silva. E comentou: “Olha aí. O general Golbery diz com todas as palavras que só uma coisa o governo revolucionário não pode admitir: a formação de uma frente política contra ele”. Pediu um cafezinho e comentou: “É por esse caminho que temos de andar. Formar uma frente, mas bem ampla, quem sabe até com a liderança do Lacerda, entre outras⁴⁵⁶”.

Luiz Maranhão assim justificava junto aos seus correligionários a necessidade da participação de Juscelino na Frente Ampla:

Eu acho que Juscelino é um homem querido pelos brasileiros, e tem todas as condições de ter um grande papel nessa Frente Ampla. Ah, eu sei da história de que ele votou no general Castelo Branco, para ser o primeiro ditador, depois do golpe. Votou e pagou caro. Votou até porque acreditava nos compromissos de Castelo Branco de que realizaria eleições e manteria a Constituição de 1946. O velho Amaral Peixoto, que anda por aí, estava nessa reunião na casa do deputado Joaquim Ramos, em que o Castelo Branco deu a palavra a Juscelino de que ia convocar as eleições. Traiu tudo. Juscelino errou, votando nele, eu sei, mas acredito que Juscelino era e é um democrata, com toda a condição para ter um grande papel nessa Frente Ampla. Mais talvez do que João Goulart e Brizola⁴⁵⁷.

Em relação a João Goulart, Maranhão fazia maiores reservas, mas entendia da necessidade de sua adesão ao movimento.

O Jango também vacilou muito. Só aderiu totalmente às bandeiras reformistas e às teses progressistas quando estava inteiramente abandonado por todos os reacionários. Mas, meus companheiros, os comunistas, também cometeram equívocos demais. Não dissuadiram Jango de suas fantasias continuístas. Pelo contrário. Vários dirigentes o encorajaram nessa idéia antidemocrática. Portanto, não se pode dizer que essa Frente Ampla é a costura dos puros com os pecadores. Nada disso. E depois, não nos resta outra porta de saída. É por aí, pelo entendimento entre a velha UDN, o velho PSD, o PTB, nós e os trabalhistas, que se vai erodir a ditadura⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ Aqui há um lapso de memória da autora em relação ao nome da revista, porque a revista *Veja* só seria lançada pela editora Abril em finais de 1968. Acreditamos se tratar da revista *Manchete*, que na época fez uma grande cobertura sobre as conversações.

⁴⁵⁶ STUDART, Heloneida. Op. cit., p. p. 192-196.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem.

⁴⁵⁸ Idem, ibidem.

Segundo Hélio Fernandes, Lacerda teria lhe dito que este estava “fadado a ser o Pero Vaz de Caminha da Frente Ampla”. Incumbido dessa missão, Fernandes escreveu, cerca de um mês após as primeiras reuniões, uma breve descrição das resoluções da Frente Ampla. Em artigo publicado em seu jornal, Fernandes relata a proposição de divulgar um manifesto em conjunto com as assinaturas de Lacerda, Kubitschek e João Goulart (representados por seus emissários). Também é comentada a possibilidade da entrada de Jânio Quadros⁴⁵⁹ na Frente, ao mesmo tempo em que reafirma que Leonel Brizola, Miguel Arraes e Henrique Lott não seriam considerados para o movimento⁴⁶⁰. Fernandes confirma que comunistas participaram das reuniões, mas deixa claro que Lacerda “não fazia o jogo deles”. Sobre isso, Lacerda, relembra que, quando começou a participar das primeiras conversas com o grupo, chegou a dizer que não gostava do termo “frente ampla” por se tratar de um jargão comunista⁴⁶¹. De acordo com Sandra Cavalcanti, essa designação aparece pela primeira vez na imprensa, à revelia de seus membros. Segundo Wilson Fadul, esse nome foi inspirado na “Frente Ampla” que o ex-ministro, e já falecido, San Tiago Dantas havia tentado criar nos meses finais do governo de João Goulart na tentativa de evitar o aprofundamento da crise político-militar⁴⁶².

A partir do dia 7 de setembro, aparecem as primeiras referências na imprensa sobre as reuniões envolvendo lideranças civis a fim de se formar tal movimento de oposição. Ainda sem denominação definida, o jornal Folha de São Paulo traz em sua primeira página o nome de “Frente Única” para o movimento, revelando que Lacerda já havia conseguido a entrada de elementos do MDB. Contudo, o jornal publica também declarações daquele que pode ser considerado o maior adversário da Frente Ampla dentro do Congresso Nacional a partir da oposição: o presidente do MDB, o Senador Oscar Passos. Nos meses seguintes, serão recorrentes as declarações de Passos repudiando qualquer participação do MDB em outro movimento de oposição além do próprio partido. Seu argumento principal era que a presença de “lacerdistas” dentro da articulação oposicionista só tinha com objetivo conduzir o próprio Carlos Lacerda à presidência da República.

⁴⁵⁹ Sandra Cavalcanti, em exercício de memória em entrevista ao autor décadas depois do acontecido, nega qualquer disponibilidade dos frentistas em procurar Jânio Quadros, pois estes o consideravam “não agregador”. Mas há vários registros na imprensa da época que relatam conversações entre Jânio Quadros e os frentistas. Lacerda, por exemplo, em texto contemporâneo aos acontecimentos, admite que procurou Jânio Quadros, mas que este “entre agradar o governo para ver se o tiram da lista de cassados e cumprir seu dever [...] recorria à fuga mais uma vez; por assim dizer, renunciou à sua liderança, como renunciara à presidência”. LACERDA, Carlos. *O que há por trás da frente ampla*. Op. cit., p. 81.

⁴⁶⁰ FERNANDES, Hélio. Frente Ampla: depoimento de uma testemunha. *Tribuna da Imprensa*, 23 set. 1966.

⁴⁶¹ LACERDA, Carlos. *Crítica e autocrítica*, Op. Cit. p. 77.

⁴⁶² FADUL, Wilson. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 26 maio 2011.

Nessa fase das conversações, Magalhães Pinto e um dos ex Ministros da Fazenda do governo Goulart, Ney Neves Falcão, também foram ouvidos por alguns dos emissários da Frente Ampla⁴⁶³. Mas ao ser perguntado pelo jornal *Correio da Manhã* se assinaria o manifesto previsto para os próximos dias, Magalhães Pinto recorre ao sarcasmo: “[...] Nós descemos de Minas para derrubar o Jango. E apesar de estar contra muita coisa – ou quase tudo – o que o governo vem fazendo, eu não vou agora assinar um manifesto conjuntamente com o Jango”⁴⁶⁴. Naquela altura, de acordo com Rondon Pacheco, Magalhães já havia sido atraído por Costa e Silva para ser seu ministro das Relações Exteriores. O maior problema entre Magalhães e Costa e Silva naquele momento era a escolha do vice na chapa presidencial, Pedro Aleixo, adversário de Magalhães na política mineira. Costa e Silva mais uma vez soube negociar conflitos e conseguiu a entrada de Magalhães em seu governo vencendo a resistência de Aleixo. Justificando-se por essa insistência, Costa e Silva, ainda segundo Rondon Pacheco, teria dito ao seu futuro ministro da Casa Civil: “Não posso deixar o Magalhães ao lado do Lacerda. Os dois não podem ficar juntos. Um tem que vir pro meu lado”⁴⁶⁵. Para Sandra Cavalcanti, o problema com Magalhães Pinto na Frente Ampla era sua esperança de ocupar o vazio deixado por Lacerda no meio das lideranças civis que haviam apoiado o golpe: “O Magalhães Pinto era muito governista e achava que ainda tinha chances de ser, de repente, o presidente da República nas eleições de 1970 pela ARENA, que era a ideia fixa dele”⁴⁶⁶.

Ainda comentando sobre a questão de Magalhães Pinto e a Frente Ampla, Sandra Cavalcanti faz uma interessante e sucinta leitura do que seria um dos elementos que marcam uma das famílias políticas brasileiras, no caso a mineira, bem diferente da lacerdistas:

Agora se ele (Magalhães Pinto) queria ou não queria tomar parte da Frente Ampla, eu nunca soube. Mas eu não acredito. Porque ele era um adversário ferrenho, na política, do Juscelino. Só na política, porque embaixo eles se dão muito bem. São mais civilizados até nessa matéria. Os mineiros brigam de uma maneira diferente⁴⁶⁷.

⁴⁶³ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio Subséries: JGe 1966.05.05*

⁴⁶⁴ Não assina. *Correio da Manhã*. 13 set. 1966, p. 10.

⁴⁶⁵ PACHECO, Rondon. Entrevista ao autor por telefone. Uberlândia, 20 jul. 2009.

⁴⁶⁶ CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*.

O SNI, que Lacerda ironizava chamando-o de “Serviço Nacional de Intrigas”, já acompanhava seus passos colocando-o sob vigilância permanente⁴⁶⁸. Àquela altura dos acontecimentos, Kubitschek ainda tinha ressalvas em formalizar a sua participação no movimento, pois havia razões suficientes que provocassem temores sobre as possíveis reações da repressão a respeito da sua participação na Frente Ampla.

Em começo de outubro, o Departamento Federal de Segurança Pública entrega uma intimação para que o ex-presidente vá até a Delegacia Regional do órgão no Rio de Janeiro para prestar depoimento. Preocupado com as possíveis consequências, o advogado Candido de Oliveira Neto e o genro Baldomero Barbará Neto, a pedido de Kubitschek, entram em contato com o jurista Sobral Pinto – que já havia comparecido pessoalmente ao lado de Kubitschek em IPMs anteriores – e pedem que este analise a intimação e o oriente em relação a sua participação na Frente Ampla. A resposta de Sobral Pinto, em correspondência datada do dia 14 de outubro de 1966, é muito mais do que um parecer jurídico, mas um conselho e um estímulo de um amigo:

Como o Sr. sabe, o Carlos é muito instável. Mas a hora é de união de todos os amigos da liberdade individual, das liberdades públicas, do voto direto, secreto e universal, do Poder civil forte, autônomo e livre, e das Forças Armadas dentro dos quartéis. Um movimento cívico, sob inspiração idêntica que fundei a Liga da Defesa da Legalidade, que acolhia homens vindos de todos os quadrantes desde que fossem sinceros defensores da Legalidade. Dentro desse ângulo, não vejo nenhuma razão para o Sr. deixar de participar da Frente Ampla. Aí vai a minha resposta, franca, leal e sincera. Pode fazer dela o uso que julgar conveniente, útil ou necessário⁴⁶⁹.

4.5 O MANIFESTO DA FRENTE AMPLA E A DECLARAÇÃO DE LISBOA

Quando terminou a reunião e se retiraram os jornalistas, disse ao ex-governador: “Jogamos a bomba. Esperemos, agora, o ruído da explosão”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ Encontra-se hoje disponível para consulta pública, no “Arquivo Castelo Branco” – localizado na biblioteca da Escola de Estado Maior do Exército no Rio de Janeiro – um “Dossiê Carlos Lacerda”, que, além de apresentar uma biografia do investigado, traz um detalhado relatório traçando todos os passos públicos e privados de Lacerda para conhecimento do presidente Castelo Branco.

⁴⁶⁹ *Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK, Brasília*. Código de referência: BR.MJK.JK.T.PO.05. Série: Vida Política (PO), Subsérie: Militância Política.

⁴⁷⁰ Juscelino Kubitschek a Carlos Lacerda após o seu encontro em Lisboa em carta de Kubitschek a Adolpho Block. 20 nov. 1966. *Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK, Brasília*. Código de referência: BR.MJK.JK.T.PO.05. Série: Vida Política (PO), Subsérie: Militância Política. Publicada na Revista Manchete, 20 jan. 1979, p.p. 14-15.

Nos meses de setembro e outubro de 1966, aumentaram as especulações sobre a formação da Frente Ampla na imprensa brasileira, quase sempre de maneira negativa, com exceção das publicações de Adolph Bloch⁴⁷¹ (Manchete e Fatos & Fotos), velho amigo de Kubitschek, e da Tribuna da Imprensa, de Hélio Fernandes. O Correio de Manhã, de Ênio Silveira, adotava uma postura mais imparcial, dando liberdade aos seus colunistas de criticarem o movimento.

Um dia antes da eleição indireta do General Costa e Silva à Presidência da República, o Jornal do Brasil noticiava na primeira página – além do simbólico protesto do deputado emedebista João Herculino que planejava comparecer ao pleito vestido de preto em sinal de luto contra uma eleição indireta feita sob ameaças de cassações – palavras do presidente Castelo Branco que classificavam a Frente Ampla como uma tentativa de seus articuladores a “enganar-se uns aos outros”, mas que não conseguiriam “enganar a Revolução, o governo e a ARENA, nem o povo e as Forças Armadas”. Naquele momento a Frente Ampla era tratada por Castelo Branco como um movimento independente dentro da oposição, referindo-se a ela ao lado do MDB, quase lhe dando status de partido. Sobre a possibilidade de não respeitar o calendário eleitoral previsto, Castelo negava tal possibilidade e dizia que o assunto já teria sido inclusive “exaurido pelo próprio MDB e pela Frente Ampla”⁴⁷². Sobre isso, Lacerda era taxativo e pedia a posse imediata de Costa e Silva.

A posse imediata do Marechal Costa e Silva talvez não dê ao Brasil o Presidente que ele precisa, mas livra o Brasil do ditador que ele não quer. Como você sabe, não tenho motivo para confiar no governo que o Sr. Costa e Silva vai fazer. E se mais não digo é para deixar, em favor do País, o benefício da dúvida. É para não privá-lo de esperança⁴⁷³.

Também na véspera da eleição de Costa e Silva, a revista Manchete trouxe uma matéria do repórter Murilo Melo Filho intitulada “A Frente Ampla dos Contrários”. Nela se falava abertamente num movimento de união de vários líderes políticos que se encontravam “exilados” ou no “ostracismo” político brasileiro. A reportagem cita conversações entre Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Henrique Teixeira Lott, alguns deputados do MDB e alguns militares que teriam feito parte do suposto “dispositivo militar” do governo deposto. Em

⁴⁷¹ “O Bloch ajudou. Era entusiasmadíssimo com essa ideia. Era muito amigo do Juscelino. Foi um amigo fiel. Ajudou o Juscelino.” Sandra Cavalcanti. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011,.

⁴⁷² Jornal do Brasil, 03 set. 1966.

⁴⁷³ LACERDA, Carlos. *Carta a um amigo fardado*. Op. cit.

relação aos comunistas, o texto dizia: “Pelo menos por enquanto, estão afastadas quaisquer cogitações”⁴⁷⁴. Correspondências enviadas a Goulart comprovam que Lott, de fato, chegou a ser ouvido pelos emissários da Frente Ampla e que se declarou favorável ao movimento, mas não deu qualquer declaração pública sobre isso, mantendo-se “neutro” durante todo o processo⁴⁷⁵.

Nos primeiros dias de governo Costa e Silva, o editorial do Jornal do Brasil, cético a respeito das intenções de Lacerda e abertamente simpático ao governo federal, postula aquela que acabou sendo uma das principais teses sobre o movimento até os dias atuais:

[...] na falta de alternativas convencionais para o prosseguimento de sua carreira política, em termos de conquista de Poder, o Sr. Carlos Lacerda simplesmente desesperou dos procedimentos rotineiros da política nacional, onde a sua forma de atuação acabou por criar-lhe incompatibilidades em quase todas as áreas dirigentes [...] o ex-governador da Guanabara vê fechadas as portas – ainda que às vezes por sua culpa própria – por onde poderia normalmente atingir ao Poder⁴⁷⁶.

Rondon Pacheco, na época Chefe do Gabinete Civil do novo governo, em depoimento em 2009, faz a mesma leitura de décadas atrás dizendo que “Lacerda foi apressado, não teve paciência e precipitou-se”⁴⁷⁷.

A nova etapa do governo federal começa com uma crise política sob a sombra da Frente Ampla. Com poucos dias de governo, a 12 de outubro de 1966, o Executivo cassa o mandato de seis deputados federais⁴⁷⁸. A Câmara dos Deputados protesta através do presidente arenista Aduardo Lúcio Cardoso. Em resposta, o governo detém para interrogatório o vice-líder emedebista Doutel de Andrade (um dos deputados cassados) e fecha o Congresso no dia 21 do mesmo mês.⁴⁷⁹ Foi nesse clima de repressão e de uma nova crise institucional que a Frente Ampla nasceu oficialmente através de um manifesto escrito por Lacerda e publicado na íntegra em 27 de outubro de 1966, no jornal Tribuna da Imprensa, do jornalista Hélio Fernandes. São fatos curiosos que ao final do texto o autor apele à “União Popular” e em momento algum a expressão “Frente Ampla” apareça no texto.

⁴⁷⁴ A Frente Ampla dos Contrários. Revista Manchete. 01 out. 1966, p.p. 16-20.

⁴⁷⁵ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio Subséries: JGe 1966.05.05.

⁴⁷⁶ Frente Ampla. Jornal do Brasil. 12 out. 1966.

⁴⁷⁷ PACHECO, Rondon. Entrevista ao autor por telefone. Uberlândia, 20 jul. 2009.

⁴⁷⁸ A lista com os nomes dos deputados federais cassados saiu no dia 14 de outubro de 1966. Os deputados eram, além de Doutel de Andrade: Sebastião Paes de Almeida (Tião Medonho), Cesar Prieto, Abraão Fidelis de Moura, Antonio Abid Chamas e Humberto El-Jaick.

⁴⁷⁹ A rebelião dos cassados. Revista Manchete. 29 out. 1966, p.p. 8-13.

A reação do governo federal em relação ao Manifesto, a despeito do desdém declarado na imprensa pelos membros do governo federal, não foi contemporizadora. Rumores de punição a Lacerda, com cassação de seus direitos políticos, percorreram os corredores de Brasília e as casernas, inclusive com fontes ligadas ao SNI. No dia seguinte à publicação do Manifesto, o jornal *Correio da Manhã* relata um movimento de ex-udenistas mineiros, então arenistas, como Francelino Pereira e Aureliano Chaves, com apoio de lideranças como Magalhães Pinto, Milton Campos e Eduardo Gomes a fim de pressionarem o governo federal a não cassar os direitos políticos de Lacerda “para que poupe um velho companheiro de lutas”⁴⁸⁰.

Um erro comum na atualidade entre cronistas, jornalistas e memorialistas é dizer que o texto tinha a assinatura dos três líderes. A publicação continha apenas a assinatura de Carlos Lacerda, mas teria sido discutido e modificado em alguns pontos pelo próprio Kubitschek e apresentado a João Goulart. Isso é confirmado por todos os relatos sobre a Frente Ampla, mas a documentação mais importante sobre a participação de Goulart nesse estágio das negociações é, sem dúvida, uma cópia do Manifesto da Frente Ampla encontrado nos arquivos de João Goulart que mostra várias correções e apontamentos feitos a caneta sobre o texto original enviado por Lacerda. Podemos apenas especular quem teria sido o “revisor” (o próprio Goulart ou algum de seus secretários, como Ivo Magalhães), mas os apontamentos no texto comprovam que ele fora aprovado por Jango, com exceções notáveis em relação à questão dos termos “democratização” (defendida por Lacerda) em oposição ao termo “redemocratização” (defendido pelo revisor)⁴⁸¹.

Segundo Lacerda, Kubitschek temia que a sua assinatura no Manifesto, naqueles dias de Congresso fechado e de cassações, pudesse provocar uma nova onda repressiva do governo Castelo Branco, inclusive “tumultuar a posse de Costa e Silva”⁴⁸².

Ainda sob a crise iniciada no mês anterior a eleição indireta de Costa e Silva, a cassação de seis deputados federais e a suspensão do Congresso (que duraria até 22 de novembro), as eleições parlamentares de 15 de novembro de 1966 marcaram um dos primeiros ataques do governo ao jovem movimento. O jornalista Hélio Fernandes, editor da *Tribuna da Imprensa*, maior propagandista da Frente Ampla no setor, teve os seus direitos cassados a 10 de novembro de 1966, cinco dias antes das eleições pelas quais era candidato a deputado pela Guanabara pelo MDB e um dia após a ida de Lacerda a Lisboa para o encontro

⁴⁸⁰ Ex-UDN mineira se une em defesa de Lacerda: cassação. *Correio da Manhã*. 28 out. 1966, p. 10.

⁴⁸¹ Uma das páginas do Manifesto revisado em Montevidéu encontra-se reproduzida nos anexos deste trabalho.

⁴⁸² Idem, *ibidem*, p. p. 84-85.

histórico com Kubitschek⁴⁸³. Fernandes, em depoimento a nós, afirma que sua cassação se explica pela sua atuação de opositor ao governo castelista e que a Frente Ampla já estaria “incomodando”⁴⁸⁴. Depois de cassado, Hélio Fernandes adota o pseudônimo de João da Silva, o que, segundo ele, teria enfurecido o governo Castelo Branco⁴⁸⁵.

Semanas depois da publicação do primeiro manifesto, a 19 de novembro, Lacerda vai a Lisboa e se encontra com Kubitschek, que, a despeito de todo o histórico de seus embates políticos, não apenas reconhecia a disposição de seu ex-adversário ter vindo a sua procura a fim de formalizar sua união política, como o considerava alguém verdadeiramente capaz de atingir os objetivos propostos pelo movimento⁴⁸⁶. Falando ao CPDOC pouco antes de sua morte, ou seja, fazendo um exercício de memória com relação a acontecimentos acumulados nos anos anteriores, dentre eles o seu relacionamento com Lacerda na Frente Ampla, Kubitschek diz:

Havia políticos, líderes civis que foram agitadores extraordinários. Havia líderes de oposição, na época, no Brasil, que acredito que em nenhum país do mundo existissem iguais. Vou citar um exemplo: Carlos Lacerda. Se percorrermos toda a paisagem política do mundo àquela época, nenhum líder tinha a capacidade do Carlos Lacerda para empolgar a opinião pública, para agitar e conseguir reunir em torno de si a atenção, o interesse, do mundo civil, do mundo militar⁴⁸⁷.

Na ocasião, os dois divulgam a chamada Declaração de Lisboa⁴⁸⁸, além de uma entrevista à imprensa⁴⁸⁹. A declaração, em linhas gerais, reafirmava o tom de união e superação das diferenças do passado, a necessidade do desenvolvimento econômico e a volta da democracia, já explicitado no manifesto assinado por Lacerda. Citamos:

⁴⁸³ Castelo suspende o direito de 18 em 8 estados. *Jornal do Brasil*. 11 nov. 1966, p. 4.

⁴⁸⁴ Hélio Fernandes. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 22 nov. 2011.

⁴⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁶ Maria Estela Kubitschek, em entrevista, nos relatou um episódio bastante pitoresco a respeito desse encontro que ajuda a compor o quadro de estranheza que marcou toda a trajetória da Frente Ampla. Dona Sarah insistia que o encontro fosse feito no apartamento da família em Lisboa e não em um local público ou neutro. Lacerda deveria vir a sua casa, em seu território. Depois de acertado o encontro em seu apartamento, Dona Sarah insistiu mais uma vez que Juscelino deveria colocar Lacerda sentado exatamente em determinada poltrona. Depois da insistência nesse ponto, Juscelino enfim perguntou a esposa o porquê dessa preocupação. Dona Sarah respondera que abaixo do estofado da poltrona, ela colocara uma foto de Nossa Senhora para que “abençoasse” Lacerda e o encontro.

⁴⁸⁷ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Juscelino Kubitschek I (depoimento, 1974)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979, p. 2-3.

⁴⁸⁸ O texto integral da Declaração de Lisboa se encontra disponível nos anexos deste trabalho.

⁴⁸⁹ O Encontro JK – Lacerda. *Revista Manchete*. 03 dez. 1966, p. p. 6-9.

[...] Após tantas divisões, que levaram ao vácuo político e à crise institucional e de liderança civil pela qual passa o nosso País, entendemos necessária esta convocação.

Afirmamos a nossa convicção de que é urgente e indispensável uma política de paz e liberdade para reformar e acelerar o desenvolvimento sem o qual a Nação é condenada a viver entre a submissão e o desespero.

Do desenvolvimento dependem a segurança e o bem-estar de milhões de brasileiros. Sem a pacificação dos espíritos e o uso consciente e tranqüilo da liberdade, como direito e não como favor, o desenvolvimento é retardado e a Nação se torna escava do seu atraso.

As diretrizes da política que consideramos indispensável ao Brasil estão definidas no Manifesto da Frente Ampla, que há dias apresentamos ao povo brasileiro. Tais diretrizes constituem o programa básico para uma política de reforma e estrutura e orientações nacionais. Resumem-se no tema central: paz, liberdade e desenvolvimento. [...]

Mas o texto apresentava uma novidade importante: a proposta de “formar no Brasil um grande partido popular de reforma democrática”, já que a lei eleitoral vigente desde o AI-2 possibilitaria a criação, mesmo que muito remota, de um terceiro partido⁴⁹⁰. Diz, textualmente, a declaração sobre deste “partido popular”:

A essa imensa maioria de brasileiros, pedimos, animados pelo nosso próprio exemplo, que deem imediato início a consultas e providências para a formação do grande partido popular que se faz necessário à Nação, como intérprete de suas exigências e necessidades.

Ao ser perguntado por um jornalista português se os comunistas seriam convidados a fazer parte da Frente Ampla, Lacerda responde que: “colaboraremos com todos que estejam do lado da democracia e que a respeitem. Encontros entre adversários políticos constituem um fato corrente em democracias, e só são considerados excepcionais no Brasil”. Kubitschek confirma a resposta e finaliza: “Muitos que agora não compreendem nossa decisão a compreenderão mais tarde”⁴⁹¹.

As reações da imprensa a respeito do Manifesto e da Declaração de Lisboa da agora intitulada Frente Ampla⁴⁹² foram, em maioria, negativas e simpáticas ao governo federal. O editorial do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, questiona a importância de “um

⁴⁹⁰ KINZO, Maria D’Alva. *Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB*. SP: Vértice, 1988, p. 15.

⁴⁹¹ O Encontro JK – Lacerda. Revista Manchete. 03 dez. 1966, p. p. 6-9.

⁴⁹² Nenhum dos dois documentos iniciais da Frente Ampla traziam esse nome.

manifesto assinado por uma única pessoa”. Duvidando da eficácia de um movimento político que “sempre usando o plural tem apenas um signatário”, o editor contemporiza a tentativa de Lacerda dizendo que, “caso tivessem expressamente assinado os ex-presidentes cassados, enfrentando as possíveis consequências [...] a questão assumiria outras proporções”. Sobre a posição do governo em relação à Frente, o editorial explicita a preocupação daquele quando diz que “[...] Todos sabem também dos esforços do governo para impedir a formalização dessa frente”⁴⁹³.

Fazendo referência às “possíveis consequências” que ele e os cassados poderiam sofrer caso firmassem o Manifesto, Lacerda responde em entrevista que, apesar da “campanha de preparação da opinião pública” para a sua cassação, esta não poderia acontecer, pois: “como comunista é impossível. Como corrupto também acho muito difícil, pois eu não frequento os Palácios da Laranjeiras e do Planalto”⁴⁹⁴.

Do lado Juscelinista, o encontro não chegou a ser tão insólito, haja vista a histórica postura conciliatória de Kubitschek. Ao explicar o encontro através de um relato exclusivo para a revista Manchete, Kubitschek assim o descreveu:

[...] À medida que o Governador Lacerda falava, eu ia sentindo que dentro dele, tão agudo quanto em mim, existia o germe de uma profunda decepção pelo que sucedia no Brasil. Os nossos temperamentos são completamente diferentes e nos parecemos tanto quanto uma planície, forrada de verde, se assemelha à boca de um vulcão que vomita lavas candentes. [...]

Estavam ali, na sala da residência do meu longo exílio e representadas por nós dois, dois homens cujas lideranças haviam percorrido caminhos bem opostos. Embora autênticas, tinham ambas sido forjadas em matéria-prima muito diversa. [...]

Precisamos pregar a paz e não o ressentimento. Esta é a única linguagem que me faria superar qualquer divergência para, somando o que tivéssemos de prestígio popular, lançarmos a grande ideia da pacificação nacional. [...]

Sei que a incompreensão vai rodear o nosso acampamento. Acabarão, porém, por aceitar a grave decisão que não temi adotar. Que importa Lacerda ou Juscelino, se o objetivo a conquistar é a felicidade do povo brasileiro? Creio que dei um grande exemplo de coragem, passando por cima das mágoas que todos conhecem e estendendo a mão ao adversário de ontem, à margem do abismo em que se debatem hoje, tantos milhões de brasileiros. Perseguido e até mesmo vilipendiado, era a única coisa que eu podia fazer longe de minha pátria. Continuei fiel aos ideais pelos quais sempre lutei⁴⁹⁵.

⁴⁹³ Manifesto. Folha de São Paulo. 28 out. 1966.

⁴⁹⁴ Contra o Neofascismo. Tribuna da Imprensa. 28 out. 1966.

⁴⁹⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. O encontro em Lisboa. Revista Manchete, 11 dez. 66, p. p. 14-15.

Maria Estela Kubitschek, filha do ex-presidente, relembando o episódio, destaca o papel de sua mãe, Dona Sarah Kubitschek, em convencer Juscelino a receber Lacerda, pois para ela isso representava um pressentimento de que as coisas poderiam mudar. Dona Sarah argumentava que o fato de Lacerda “atravessar o oceano, ir ao encontro de seu marido em seu auto-exílio” em Lisboa, “em sua sala de estar, em sua poltrona”, seria uma forma de enterrar todas as ofensas e acusações que Lacerda lhe havia feito em todos os anos em que foram adversários. Seria, ainda segundo Dona Sarah, um pedido de desculpas de Lacerda e um reconhecimento de que fora injusto com Kubitschek, fato que também era caro ao próprio, que sofrera recentemente inúmeras humilhações com os IPMs abertos contra ele⁴⁹⁶.

Após este primeiro encontro, Lacerda e JK se reuniram novamente em Lisboa no dias 11 e 12 de janeiro 1967. Com essa nova visita, cresceram os rumores de que Goulart seria em breve procurado pela Frente Ampla. De acordo com os jornais Diário de Notícias e Correio de Manhã, o governo brasileiro estaria pressionando o governo Salazar para que impedisse essa série de encontros políticos em solo português⁴⁹⁷.

A partir da oficialização da entrada de Kubitschek no movimento de Lacerda, alguns deputados ligados a essas lideranças começaram o trabalho de “adesões” junto aos deputados e senadores em Brasília.

4.5.1 O conteúdo do Manifesto

Acreditamos ser necessário nos debruçarmos sobre o texto do Manifesto⁴⁹⁸ para realmente destacar o que de fato a Frente Ampla apresentava à sociedade civil, aos militares, à oposição e ao governo. Passaremos a analisar criticamente os trechos que consideramos serem os mais significativos do Manifesto no sentido de definição das suas críticas e metas. Sempre selecionados num processo que pressupõe escolhas e renúncias de ordem pessoal, os trechos fazem parte do nosso trabalho contínuo de buscar atribuição de sentidos e de significados ao discurso da Frente Ampla. Também nos colocaremos no direito de criticar e apontar aparentes contradições e até mesmo curiosidades sobre o Manifesto. Tentaremos apresentar as citações na ordem em que elas aparecem, mas em alguns casos, as separaremos por grupos temáticos.

⁴⁹⁶ Maria Estela Kubitschek Lopes. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 25 nov. 2011.

⁴⁹⁷ Notas políticas. Diário de Notícias; JK e CL voltam a encontrar-se pelo Partido Popular. Correio da Manhã. 12 jan. 1967.

⁴⁹⁸ O texto integral do Manifesto da Frente Ampla se encontra disponível nos anexos deste trabalho.

Começaremos pelo título: “Pela União Popular”. Lacerda, o principal redator do texto, ainda não estava convencido na conveniência do termo “Frente Ampla”, já há meses consolidado pela imprensa.

Nas primeiras linhas do longo texto, lê-se: “[r]epresentamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo”. Lacerda não esconde a crença de que as lideranças políticas que apoiam a Frente ainda representavam a vontade da maior parte do eleitorado brasileiro.

Em seguida, o Manifesto diz: “[e] o povo precisa que seus líderes falem – para que em seu lugar não sejam ouvidos apenas os que têm medo do seu voto”. O texto, de finais de 1966, traz alguns elementos que consideramos serem herdeiros de um discurso udenista. Nele, a visão da democracia representativa é plenamente justificada pelos homens eleitos para os determinados cargos públicos. Não se percebe qualquer assimilação de um discurso “esquerdista” de ampliação democrática no que tange a aumentar a participação direta da sociedade civil na esfera das tomadas de decisões para além do sufrágio.

O personalismo, uma característica bastante aparente na cultura política brasileira, é novamente reforçado, mesmo quando é dito que o “encontro é mais importante do que as nossas pessoas”:

Temos o dever de dar voz ao povo silenciado. E definir, em seu favor, os rumos que, seja qual for o sacrifício pessoal a fazer, o povo tem o direito de exigir de todos os que tiveram ou aspiram a ter a honra de governá-lo [...]

Na sequência, o Manifesto faz um duro ataque ao momento em que atravessava o país e chama de “forças negativas” aqueles que estavam no Poder. Notam-se claramente na redação do texto recursos recorrentes no discurso lacerdista, como o tom inflamado e dramático, a enumeração dos males da nação e a chamada à luta contra eles⁴⁹⁹:

Há momento em que se unir para lutar por todos é a única forma de ser coerente. Assim, diante da invasão. Assim, também, diante da usurpação. Assim, na guerra. Assim, nessa guerra que o Brasil tem de enfrentar, a guerra contra o atraso, o pessimismo, o desalento. Essas forças negativas apropriaram-se do poder.

⁴⁹⁹ Em nossa dissertação de mestrado, analisamos as principais características do discurso lacerdista. Ver: DELGADO, Marcio de Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)*. Dissertação 162 p. (Mestrado em História).. Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, Juiz de Fora/MG, 2006.

Conhecedores da experiência do Queremismo em torno da figura de Vargas e dos movimentos de apoio popular em torno de suas próprias figuras (como o lacerdismo e o Clube da Lanterna), as lideranças sabiam que, sem mobilização popular, a Frente não teria sucesso. São recorrentes as declarações do tipo: “[...] O POVO precisa, unido, mobilizar-se para fazer triunfar a esperança de dias melhores [...]”.

Sobre o fato polêmico de antigos adversários que agora se apresentam como aliados e falando em nome daquilo que acreditavam ser a vontade do povo, dizem:

A nossa união, pessoalmente desinteressada, representando a superação de graves divergências e naturais ressentimentos, é respeitável precisamente porque não é manobra política e, sim, mandado de consciência. [...] As ditaduras vivem da desunião dos que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo [...] esquecemos o amor-próprio e a vaidade para falarmos juntos o que a grande maioria do povo sente, pensa e quer [...]

E abordam a necessidade da retomada do processo de redemocratização do Brasil:

Não fazemos a apologia do passado. [...] Apenas ressaltamos que havia um esforço constante de aperfeiçoamento do tempo. [...] Hoje, essa conquista, renegada por alguns, é negada a todos. [...] Renegar o esforço, já incorporado ao patrimônio do povo, de tantos anos de exemplos e lutas, é deixar no país a ferida aberta às infecções totalitárias.

Mais à frente, o texto novamente toca no tema que consideramos ser central ao movimento:

A eleição foi suprimida e, no entanto, era cada vez mais autêntica. Interrompê-la, agora, é um crime contra a eficácia do processo democrático em que erram os ditadores, os seus erros inevitáveis, mas os corrige pelo próprio uso dos instrumentos da democracia.

As passagens acima são curiosas se comparadas ao discurso oposicionista que Lacerda fez durante boa parte da experiência democrática (1946-1964), abordado por nós no segundo capítulo. Lacerda anteriormente sustentava que o Brasil não vivia uma democracia de verdade, pois o sistema eleitoral e as instituições estavam “contaminados” pela herança getulista, que, por sua vez, fora forjadas sob a ordem da ditadura do Estado Novo, além da presença dos comunistas no processo eleitoral⁵⁰⁰.

⁵⁰⁰ Idem, *ibidem*. Passim.

Em setembro de 1966, em virtude do descontentamento ao Acordo MEC-USAID entre o Ministério de Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*, assinado em 25 de junho de 1966, o governo militar foi pego de surpresa por vários protestos estudantis em várias capitais. Tais protestos ficaram conhecidos como “setembrada”, e o dia 22 ficou na história como o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura⁵⁰¹. Por conta do incremento da oposição estudantil ao regime, o texto expressa o temor de que aconteça uma escalada da violência dos anos seguintes:

[...] Essa tristeza, essa desalentada postura em que ele [o povo] se encontra, não é senão a véspera do desespero, que leva a tudo. Já o protesto da mocidade brutalmente sufocada é a evidência da inevitável reação do povo [...] Aos estudantes, para os quais a escola continua a ser escassa, nega-se até o direito de se manifestarem – nessa nação de jovens – com o entusiasmo e o altruísmo da juventude.

Na sequência, o Manifesto faz referência àquilo que certamente era caro ao eleitorado do ex-presidente Kubitschek e que foi marca de seu governo: o otimismo.

Governar deve ser animar. Hoje, é deprimir. Governar deve ser mobilizar entusiasmos e capacidade. Hoje, é desconfiar e improvisar. Havia um certo otimismo criador sem o qual as nações se confessam de antemão vencidas. Esse otimismo precisa ser restaurado.

Conforme destacamos anteriormente, com o AI-2 e o AI-3, o governo federal acaba com o sistema eleitoral e partidário estabelecido pela Constituição de 1946, forçando o fim dos partidos e da eleição direta para presidente, governadores e prefeitos de capital e daquelas consideradas “cidades estratégicas”. A “Revolução”, conforme era chamado o golpe naquele período, teve como as suas principais justificativas um suposto contragolpe para a manutenção da democracia, pois, segundo os golpistas, o Brasil correria o risco de uma iminente tomada de poder pelos comunistas. Havia também a suspeita de um possível projeto continuísta de João Goulart, mas essa questão também era compartilhada inclusive por elementos comunistas. Sobre esta incoerência no discurso dos “revolucionários de 64”, o Manifesto da Frente Ampla explicita de maneira simples o paradoxo:

A crise de confiança em nome da qual se derrubou um governo, suscitado de pôr em perigo as eleições, tornou-se uma trágica realidade sob o atual

⁵⁰¹ REZENDE, Tatiana. Para não esquecer: Massacre da Praia Vermelha. *Site da UNE*. Disponível em: <http://www.une.org.br/home3/opiniaio/artigos/m_10704.html>. Acesso em: 20 jun. 2009.

governo, que acabou com as eleições. Como pode o povo confiar em quem nele não confia e, para não lhe dar vez, tomou-lhe o lugar? Revolução autêntica teria sido aquela que desse, há de ser aquela que dê ao povo maior participação, e não menor, nas decisões que marcam o seu destino.

Em vários momentos, o texto adota um discurso claramente nacionalista. Destacamos:

O povo não quer o que lhe dão, ou seja, um governo subserviente a decisões tomadas no exterior, hostil ao povo e temeroso do seu julgamento, usando abusivamente as armas da segurança nacional para coagi-lo e imobilizá-lo, implantando a insegurança, a descrença e a ansiedade em todas as classes e em todos os lares [...] tudo se concede a quem, vindo de fora, compra o que os brasileiros já não podem manter ou já não se animam a fazer; e, a título de assessorar os instrumentos dessa ocupação branca, dirige a nação.

O trecho seguinte reflete as críticas que o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), credenciado ao ministro Roberto Campos, que vinha recebendo desde o começo do governo Castelo Branco pesadas críticas pela sua austeridade fiscal, cortes nos investimentos e pelo arrocho salarial, com perspectivas antiinflacionárias. Dentre as propostas de Lacerda, havia uma “cartilha heterodoxa” que admitia inclusive a manutenção de índices moderados de inflação para garantir o desenvolvimento econômico⁵⁰².

Afirmamos que a política econômica deve ser inequivocamente ditada só pelo interesse nacional. Nem política "de choques", nem "gradualista". Estas partem de uma noção falsa, a de que o maior, senão único problema é "salvar" a moeda. Depois do malogro dessa política continuam a insistir na tônica errada como se o erro fosse apenas de aplicação e não de concepção. O que está errado é confundir com inflação os investimentos e despesas indispensáveis à aceleração do desenvolvimento - sem a qual o país passa da pobreza à miséria, com todas as suas conseqüências. Perdendo a nação, não se salva nem a moeda. [...]

Não tem cabimento adotar fórmulas rígidas concebidas para países ricos e impostas a países que ainda não enriqueceram. [...]

Nenhum país ainda pobre resolveu seus problemas com a política imposta pelo FMI. Ao contrário. Seus resultados, no Brasil, em dois anos e sete meses, são: desestímulo, desorientação, desemprego, decadência, desordem e desespero. [...]

Urge repor o processo de desenvolvimento brasileiro em termos de confiança no esforço nacional, na expansão do mercado interno, na mobilização do povo brasileiro para aumentar a produção e melhorar a produtividade. Os investimentos reprodutivos, quer financeiros quer sociais, não devem ser retardados.

⁵⁰² LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 306.

À primeira vista pode-se estranhar um documento escrito por Carlos Lacerda, mesmo que modificado por sugestões de seus insólitos novos aliados, com defesas explícitas ao nacionalismo, críticas ao liberalismo e com ares desenvolvimentistas. Mas era essa a grande questão que a Frente Ampla deveria enfrentar. Como aliar janguistas, lacerdistas, juscelinistas e comunistas? A tática foi tentar sintetizar os elementos das demandas dessas famílias políticas brasileiras, o que evidentemente destacaria as idiossincrasias do movimento.

Todavia, em relação às questões puramente econômicas, poderia argumentar-se que tais elementos só estão descritos no documento pelo simples fato de que a Frente Ampla buscava ser “ampla” ao conciliar essas diferenças. Contudo, em artigo anterior⁵⁰³, argumentamos que Lacerda, a despeito de sempre ter se identificado como um representante do pensamento liberal-conservador na economia, apresentou vários “arroubos” nacionalistas e desenvolvimentistas no passado.

O caráter nacionalista do Manifesto não se resume às questões econômicas. O texto avança em direção ao discurso nacionalista também na questão da política internacional. O trecho a seguir advoga pela necessidade do Brasil não adotar uma política externa de alinhamento incondicional:

Afirmamos a necessidade de adotar uma política externa que exclua o Brasil, expressamente, de participação em qualquer bloco político-militar. Acreditamos que o Brasil, nação emergente, mas que já começa a pesar na balança do poder mundial, não pode ser mero apêndice de quaisquer blocos político-militares.

Nota-se aqui mais uma revisão de antigos posicionamentos de Carlos Lacerda. Em 1961, o governo Jânio Quadros tomou iniciativas na área de política externa que fomentavam antigas desconfianças, pois procurava reatar reações diplomáticas e comerciais com países do bloco socialista. A “Política Externa Independente”, como foi chamada, mesmo conduzida pelo insuspeito Ministro das Relações Exteriores, o udenista histórico Afonso Arinos, desagradou a vários grupos anticomunistas, dentre eles o lacerdismo, que via com bons olhos a aliança do Brasil com o governo norte-americano de J. F. Kennedy. O fato é que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o ano de 1961 marcaria o início do “Segundo Grande Surto Anticomunista”⁵⁰⁴. Este é um contexto em que o “fantasma” do comunismo volta com força

⁵⁰³ DELGADO, Márcio de Paiva. “Carlos Lacerda e o pensamento econômico dos grupos políticos no Brasil no pós-1945”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Departamento de História UFJF, Juiz de Fora, N.1, Vol. 9, 2007.

⁵⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. p. 231-277.

total. A conjuntura internacional ajudava a criar um clima de preocupação no início dos anos 60 com a Guerra Fria em seu auge. O rompimento definitivo de Jânio Quadros com Lacerda desencadearia uma sequência de acontecimentos que provocaria uma das maiores crises institucionais da República e posteriormente o golpe.

A partir de um determinado momento do texto, começa-se a fazer referências diretas aos atores sociais que ele busca atingir com seus propósitos. O breve trecho voltado aos “trabalhadores”, que falava genericamente sobre o desemprego, os baixos salários, o alto custo de vida e da instabilidade na economia brasileira, traz curiosas palavras que destacamos em negrito e que merecem uma breve reflexão:

[...] Aos trabalhadores declaramos a nossa disposição de realizar essa união para defender o seu **direito de existir** e de aspirar a melhores condições de vida.

Fazer referência aos trabalhadores em discursos e manifestos não é exclusividade de nenhum partido ou ideologia, mas é inegável a identificação histórica da defesa das causas dos trabalhadores com a agenda comunista. No Brasil dos anos 50 e 60, talvez apenas os trabalhistas rivalizassem com os comunistas nessa identificação. Chamamos atenção a isso por causa das palavras “direito” e “existir”. Sabemos que o partido comunista não tinha o “direito de existir” desde 1947 e que seus partidários eram cassados – e caçados – severamente pelo governo militar. Acreditamos que seja perfeitamente possível que tal expressão tivesse sido escrita para essa parcela da política brasileira, que, mesmo sendo perseguida, ainda detinha uma considerável capacidade de organização e mobilização.

Em relação aos estudantes, em processo de mobilização, o Manifesto declara apoio ao seu direito de manifestar e de participar da política.

Aos estudantes, para os quais a escola continua a ser escassa, nega-se até o direito de se manifestarem – nessa nação de jovens – com o entusiasmo e o altruísmo da juventude. Aos moços, declaramos o nosso propósito de, juntos, lutarmos para que eles tenham a oportunidade de influir e, participando, preparar-se para tomar conta do que é seu.

O ponto que fala diretamente às mulheres é um perfeito reflexo de um país que ainda não tinha conhecido a importância de um movimento feminista contestador significativo e que traz elementos de uma sociedade onde a mulher “tem o seu lugar”. Nele, fala-se de

religiosidade (no caso, a Igreja Católica), de família e faz referências claras às Marchas de março e abril de 1964:

Às mulheres, lembramos que os sentimentos religiosos foram explorados pelos que se atiram hoje contra a Igreja, à qual os usurpadores pretendem negar o cumprimento do dever de exprimir o protesto dos injustiçados e dar voz aos que foram silenciados [...] A elas e, em geral, à família brasileira, declaramos que a nossa aliança visa à garantia da paz dos povos livres, a paz dos povos confiantes, a grande paz generosa dos povos que deliberam e decidem [...]

As “classes médias”, brevemente citadas, são tratadas como o termômetro de uma sociedade democrática e próspera:

Às classes médias, que se ampliavam e precisam crescer, como elemento e sintoma de equilíbrio e prosperidade numa sociedade democrática, hoje esmagadas e marginalizadas, lançamos esta palavra de convocação e união.

Como apontamos anteriormente, as Forças Armadas possuem uma tradição intervencionista da política Republicana que pode ser exemplificada pela própria derrubada da Monarquia. Um exame superficial na imprensa entre 1946 e 1964 expõe a importância do papel das forças armadas na política brasileira. O espaço que as Forças Armadas ocupam no noticiário político e econômico pode ser facilmente verificada na busca por declarações e opiniões de seus oficiais e na cobertura que a imprensa faz sobre assuntos relacionados ao Comando e aos Ministérios Militares. O apelo que a Frente Ampla faz aos militares não é, portanto, apenas em relação ao regime vigente. Ele faz parte de uma prática comum no Brasil pré-Redemocratização:

Incluímos, naturalmente, os militares, cuja tradição democrática não permite que apoiem a usurpação dos direitos do povo. [...] Nem isso fez o governo, no entanto chefiado por um militar que promove o divórcio entre o povo civil e militar. O regime vigente que só se define pela negativa, dizendo-se "antissubversivo" e "anticorrupção" é antidemocrático e antinacional [...]

Impor-se ao povo pela força é convencer o povo de que só pela força ele pode recuperar os direitos que lhe foram arrebatados [...]

Se o "vácuo político" é que deu ensejo à ocupação do poder pelas armas, é templo de unir o povo - todo o povo, civil e militar -, para acabar com essa anomalia e colocar o Brasil no caminho da democracia. Revolução não quer dizer "recuo" nem "deformação", quer dizer "transformação". [...] A nossa voz é de protesto e advertência em favor de uma saída democrática para o Brasil - enquanto é tempo.

Em sua parte final, os autores começam a enumerar aquelas que seriam as suas “exigências” em relação ao governo, dentre elas a volta “de um regime democrático que considere as transformações do mundo atual e seja fiel às peculiaridades nacionais”. Esta volta à democracia seria feita através da convocação “[...] a curto prazo, de eleições livres pelo voto secreto e direto. Exigimos respeito às garantias jurídicas e aos direitos individuais”. A lei partidária criada pelo Ato complementar nº4, fruto do AI-2, também seria revista através de uma “reforma dos partidos e das instituições, para que [...] não sejam mecanismos frios, vazios de conteúdo, impostos por tutores e não propostos por líderes democráticos”.

Apenas nas últimas linhas, o texto faz alguma menção sobre “reformas nas estruturas sociais e econômicas”. Contudo, estas não passaram de apontamentos gerais, sem quaisquer propostas de ação concreta. Também é importante destacar que o termo “Reformas de Base” sequer é mencionado, assim como o tema da Reforma Agrária, que foi o mais polêmico nos meses que antecederam ao golpe de 1964: “[t]ais reformas devem atender a quatro imperativos. O da justiça, no plano social. O da produtividade, no plano econômico. O da consolidação da soberania, no plano nacional.” Mas, a despeito do tom generalista de tais “imperativos”, o quarto ponto traz uma passagem que pode ter preocupado os anticomunistas mais radicais e temerosos, pois ele garantia que “para assegurar o fortalecimento da regra democrática”, além da existência do “[...] livre debate, a predominância da maioria, o respeito às minorias [...]”, considerava-se que essas minorias teriam inclusive o “seu direito de se transformar em maioria”.

Talvez se referindo ao governo Kubitschek e à eficácia da sua “administração paralela”⁵⁰⁵, e à experiência de Lacerda, também considerada de “realizações” frente ao governo da Guanabara⁵⁰⁶, o texto cita brevemente o ponto da eficácia administrativa e do planejamento, além da necessidade de maior atenção à educação:

Damos especial ênfase à reforma administrativa, na qual se impõe uma política de preparação de quadros capaz de garantir a execução harmônica e coerente das grandes etapas do crescimento nacional. Reivindicamos o debate, proposição e aplicação de uma política de educação e ensino que atenda, também, a esses critérios; consagre a síntese entre a tradição cristã e

⁵⁰⁵ Para um estudo aprofundado da importância da “administração paralela” na execução do Plano de Metas durante o governo Kubitschek, ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo de Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵⁰⁶ Para uma análise das questões administrativas do governo Lacerdistas no Estado da Guanabara, sobretudo acerca das reformas administrativa, fiscal e o “Plano de Ação” (conjunto de obras públicas), ver: PEREZ, Mauricio Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007.

a humanista e dê prioridade à revolução tecnológica, a fim de que o Brasil possa acelerar o passo.

Por fim, o Manifesto da Frente Ampla é encerrado com palavras de ordem: “Pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil!”.

4.6 A FRENTE AMPLA E O INÍCIO DO GOVERNO COSTA E SILVA

*A frente é importante e por isso o governo tenta destruí-la. Ela será a reunião dos mais importantes líderes políticos e populares do Brasil*⁵⁰⁷.

No período Lacerda e Juscelino mantinham uma ativa correspondência, que inclusive acompanha até o final da vida de ambos, pois, mesmo com o fim da Frente Ampla, mantiveram laços de amizade que se estenderam às suas famílias até os dias atuais⁵⁰⁸. Em uma das cartas, datada de 7 de março de 1967, enviada de Nova Iorque, Kubitschek agradece as “fitas gravadas” enviadas por Renato Archer que o mantinham atualizado sobre as decisões. Na mesma carta, enviada semana antes da posse de Costa e Silva, marca o tom que a Frente Ampla deveria tomar em relação ao novo governo, pelo menos nos seus primeiros meses. Elencando medidas que considerava serem importantes, Juscelino as enumera (grifos nossos):

- 1º Apressar a formação da Primeira Comissão destinada a orientar a Frente Ampla;
- 2º **Promover todas as medidas necessárias à fundação do novo partido;**
- 3º **Conservar, em torno do novo governo, um ambiente de simpatia que lhe permitia superar as graves dificuldades que vai encontrar;**
- 4º Não fugirmos aos compromissos originais do pacto de Lisboa, isto é, estabelecer para a Frente Ampla, a paz-democracia-desenvolvimento, como legenda definitiva;
- 5º Minha volta ao Brasil, que depende desse episódio novo que surgiu agora, com a operação de Márcia⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ Dep. Oswaldo Lima Filho. Jornal do Brasil. 30 ago. 1967, p. 3.

⁵⁰⁸ Maria Estela Kubitschek Lopes. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 25 nov. 2011.

⁵⁰⁹ Kubitschek, na mesma carta, havia explicado a Lacerda que sua volta ao Brasil estaria dependente da cirurgia a que sua filha, Márcia, iria se submeter em Dallas, Texas, nas próximas semanas. *Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK, Brasília*. Código de referência: BR.MJK.JK.T.PO.05. Série: Vida Política (PO), Subsérie: Militância Política.

Outros momentos de reconciliação, ou pelo menos de aproximação, promovidos pela Frente Ampla envolvendo Carlos Lacerda, foram aqueles em relação a Samuel Wainer e Júlio de Mesquita Filho. O primeiro, proprietário do jornal getulista Última Hora, teve sua vida marcada nos anos 50 pela feroz perseguição de Lacerda a sua publicação e ao seu direito de atuar como jornalista no país. Desde o golpe de 64 e a cassação de seus direitos políticos, Wainer vivia no exílio em Paris. O segundo, proprietário e editor do jornal Estado de São Paulo, velho amigo de Lacerda, havia se afastado dele quando do início das negociações da Frente Ampla. Uma das correspondências enviadas a Goulart, escrita em janeiro de 1967, relata uma viagem de Lacerda a Paris (após o encontro com Juscelino em Lisboa) onde se encontrara com Mesquita e o editor “*deu acolhida à reconciliação*”. O próximo passo seria um encontro com Samuel Wainer, a pedido de Kubitschek, na tentativa de trazer o Última Hora para o “esquema”, junto com o Estado de São Paulo, a partir de março daquele ano⁵¹⁰.

O fato é que, depois desses encontros, o jornal de Júlio de Mesquita mudou o tom de ataques à Frente Ampla. Se não passou a apoiá-la totalmente, pelo menos o tom de crítica ficou mais ameno. Em relação ao Última Hora, não percebemos uma mudança significativa. Danton Jobim, principal colunista político do jornal, continuou atacando Lacerda até o AI-5.

As discussões sobre a possibilidade da criação de um terceiro partido não iriam avançar muito, pois a experiência de Lacerda com o PAREDE havia sido frustrante e explicitava as características draconianas da nova legislação partidária. Além disso, essa questão iria dificultar ainda mais a aliança entre emedebistas e frentistas. Se a Frente Ampla se apresentasse como um movimento, ela teria mais chances de conseguir adesões de elementos do MDB do que se apresentasse como um projeto de um terceiro partido.

Finalmente, depois de uma longa transição, Costa e Silva assume a presidência da República no dia 15 de março de 1967. Conforme dissemos anteriormente, Castelo terminara seu mandato sendo o ditador de quatro atos institucionais, com baixa popularidade em virtude de uma crise econômica ainda não solucionada, marcado por inúmeras cassações e com uma nova Constituição promulgada “a toque de caixa”. Em contraste, Costa e Silva recebe a faixa com um discurso “humanizador da revolução”, com apoio da imprensa e sem sofrer uma oposição incisiva. De fato, desde a eleição indireta no ano anterior e durante os primeiros momentos do novo governo, a Frente Ampla não assumiu um discurso contrário a Costa e Silva. O inimigo do movimento, Castelo Branco, saíra da presidência e o momento, segundo Lacerda, era de elaborar um “programa mínimo” da Frente Ampla enquanto se discutia a

⁵¹⁰ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio Subséries: JGe 1966.05.05.*

necessidade ou não da publicação de um novo Manifesto, síntese dos dois anteriores, agora com a assinatura de ambos. Carlos Castelo Branco, em sua coluna no Jornal do Brasil, sintetiza os principais pontos do chamado “programa mínimo”:

1. Anistia geral, repudiada a tese da revisão dos processos de cassação, que importaria no reconhecimento da legitimidade dos Atos revolucionários.
2. Elaboração de uma Constituição democrática, que restabeleça a Federação, a harmonia e independência dos Poderes, o sufrágio universal, a pluralidade partidária e assegure o direito de greve, repudiada a tese da revisão constitucional, que importaria em legitimar o processo de reforma realizado recentemente pelo governo revolucionário.
3. Restabelecimento das eleições diretas para presidente e vice-presidente da República.

Quanto aos projetos nacionais propostos pelos líderes da Frente Ampla assim que a “normalidade democrática” volte ao país:

1. Restauração e aperfeiçoamento do sistema democrático de governo e da representação popular, afirmando-se o primado do poder civil.
2. Política econômico-financeira e de planejamento que se baseie não na expectativa da ajuda externa, mas na conquista e ampliação do mercado interno.
3. Política externa que desvincule o Brasil do bloco político-militar mundial.
4. Reforma das estruturas sociais e econômicas visando alcançar maior produtividade, justiça social e consolidação da soberania nacional no plano econômico.
5. Educação que ofereça uma síntese das tradições cristã e humanista, com ênfase na revolução tecnológica⁵¹¹.

Enquanto a Frente Ampla, até meados do ano, se mantinha em “posição de espera” ou “simpática” em relação ao início do governo Costa e Silva, que, como afirmamos, se inicia sob uma aura de distensão humanizadora, a preocupação de boa parte do MDB com a Frente Ampla era o possível esvaziamento do partido caso houvesse uma “pulverização” da oposição. Segundo a coluna “Coisas da Polícia” do Jornal do Brasil, a resposta (que se tornaria padrão) de Lacerda sobre esses questionamentos era:

O ex-governador respondeu estar cada vez mais convencido de que a frente é um instrumento indispensável: “Somente através de uma organização que atue em faixa mais larga poderá mobilizar todos os grupos que os partidos existentes não conseguem atrair, para uma campanha que precisa contar com a participação de todos os democratas. A frente se propõe a unificar não

⁵¹¹ Programa mínimo da frente ampla. Jornal do Brasil. 19 mar. 1967, p. 4.

apenas os grupos oposicionistas, mas também os setores da revolução que desejam para o país um futuro de liberdade e de paz”⁵¹².

A efervescência especulativa que a Frente Ampla provoca na imprensa se expressa, em julho de 1967, por uma curiosa influência sua no meio artístico brasileiro. Este já vinha num processo de politização cada vez mais intenso desde a criação dos Centros Populares da Cultura (CPCs) da UNE⁵¹³ – o que acabou por lhe render uma maior visibilidade. Refletindo nas artes o clima de confronto ideológico da esfera política, o chamado grupo nacionalista da MPB se organiza em torno da autointitulada Frente Única da MPB contra a “invasão” musical e ideológica do dito “iê-iê-iê alienante”⁵¹⁴. Sofrendo pressões deste grupo nacionalista e até certo ponto xenófobo, a TV Record cria naquele mês o programa *Frente Única – Noite da MPB*.

Outro caso interessante que mostra até que ponto os debates da Frente Ampla ultrapassaram o meio político e chegaram até o cotidiano cultural brasileiro pode ser exemplificado por uma reportagem da revista Manchete, dias depois da assinatura da Declaração de Lisboa, sobre os três maiores nomes da MPB masculina na época, Chico Buarque, Geraldo Vandré e Roberto Carlos, sob o título de “A Frente Ampla da Jovem Guarda”. O argumento da reportagem – na verdade uma entrevista coletiva entre os três músicos reproduzida em forma de “bate-papo” – era que o jovem cantor de sucesso de “iê-iê-iê” (Roberto Carlos) estaria agora se aliando aos dois maiores ícones jovens da música popular brasileira (Chico e Vandré), unindo-se, portanto, a ex-rivais num ideal maior: a

⁵¹² Lacerda diz que a “frente” será criada em setembro. Jornal do Brasil, 13 ago. 1967, p. 5.

⁵¹³ No começo dos anos 60, nascem os Centros Populares de Cultura (CPC) em vários estados, com membros e simpatizantes do PCB e da UNE. Na verdade, o CPC aprofundou uma experiência já realizada anteriormente em meados dos anos 50 pelo Teatro de Arena de SP com Gianfrancesco Guarnieri, quando este quebra o tradicional formato “três por um” (uma peça nacional para cada três estrangeiras) e passa a valorizar os textos nacionais; e pelo pioneiro do Cinema Novo, Nelson Pereira dos Santos, nos filmes *Rio 40 graus* e *Rio, Zona Norte*, provocando uma ruptura com as chanchadas da Atlântica e produções “hollywoodianas” da Vera Cruz.⁵¹³ Mas seria com os CPCs que a politização de esquerda nas artes iria encontrar sua maior expressão. Seus membros acreditavam que as artes deveriam ser politizadas. A aliança do “nacional” e do “popular” definiu a música politicamente engajada, que passou a ser chamada já na época de Música Popular Brasileira. Valorizando estilos considerados puramente nacionais, como o samba, a marcha-rancho e a “música regional” (como o baião e a cantiga de viola), o nacional-popular tinha como ideal despertar o povo para os problemas sociais e defender a transformação das estruturas sociais e políticas. Nacionalista, apostava numa “união das classes oprimidas” contra a exploração dos grandes latifúndios, dos entreguistas, dos carreiristas e do imperialismo, como era dito na época.

⁵¹⁴ Tratava-se do conflito entre o nacional-popular *versus* jovem guarda, que refletia não apenas as diferenças estéticas, mas também ideológicas e mercadológicas (o programa *Fino da Bossa* vinha perdendo em audiência em relação ao programa *Jovem Guarda*, ambos da TV Record). A disputa chegou a provocar episódios polêmicos como a “passeata contra as guitarras elétricas”, realizada em 17 de julho de 1967, que contou com vários artistas comprometidos com a linha nacionalista, dentre eles Elis Regina, Edu Lobo e Geraldo Vandré.

qualidade da música brasileira. O paralelo com a Frente Ampla de Lacerda, Kubitschek e Goulart, se não é exagerado, ao menos é divertido⁵¹⁵.

A partir de finais de julho de 1967, a Frente Ampla volta ao papel de oposição ao governo. Um dos pivôs do fim da “trégua” com o governo Costa e Silva será a questão da prisão e desterro do jornalista Hélio Fernandes em Fernando de Noronha. Fernandes, que já havia sido cassado dias antes da Declaração de Lisboa vir a público, provoca a ira dos militares ao publicar em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, um editorial violentíssimo a respeito da morte de Castelo Branco, a 18 de julho de 1967, em virtude de um acidente aéreo no nordeste brasileiro. Seu artigo foi considerado um ato político, além de ofensivo à memória do ex-presidente. Cassado em novembro do ano anterior e, portanto, impedido de fazer “ações políticas”, Hélio Fernandes é condenado pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva, através de uma portaria, em 21 de julho, ao desterro na ilha de Fernando de Noronha, onde ficará por cerca de dois meses, período em que recebeu visitas de amigos e políticos, dentre eles Carlos Lacerda, e receberia a solidariedade da ABI e do sindicato dos jornalistas.

Ao comentar a prisão de seu maior colaborador na imprensa, Lacerda diz: “O confinamento do jornalista Hélio Fernandes constitui uma boçalidade do governo e uma declaração de guerra aos homens democráticos” e, segundo o *Jornal do Brasil*, fez saber que “aceita o desafio”⁵¹⁶.

A partir daí, uma série de artigos violentos contra o governo Costa e Silva foram publicados no *Tribuna da Imprensa* em princípios de agosto de 1967. Em resposta, Lacerda ficou proibido de se apresentar na TV através de pressões de governo, via CONTEL, a partir do dia 28 do mesmo mês⁵¹⁷. Esse impedimento levou os frentistas a escolherem oficialmente Renato Archer como o principal porta-voz “com mandato” do movimento, pois este, além de ser considerado unanimidade dentro do movimento pelo seu caráter agregador, era deputado federal e tinha “imunidades” que possibilitariam sua atuação sem esse constrangimento⁵¹⁸.

E seria através da televisão que a Frente Ampla enfrentaria um dos seus maiores desafios, pelo menos junto à opinião pública, em um espaço fora da esfera política tradicional.

⁵¹⁵ As duas primeiras páginas da matéria estão reproduzidas nos anexos deste trabalho.

⁵¹⁶ Hélio Fernandes ficará preso em Fernando de Noronha. *Jornal do Brasil*. 23 jul. 1967, p. 4.

⁵¹⁷ Essa proibição nunca foi formalizada, mas eram comuns as referências na imprensa de que o governo pressionaria empresários do ramo de telecomunicações para evitar que Lacerda apareça em sua programação.

⁵¹⁸ Lacerda irrita governo, mas castigo só será ficar sem TV. *Jornal do Brasil*, 29 ago. 1967, p. 3.

Renato Archer, já como secretário-geral, fora convidado a “defender” a Frente Ampla no polêmico programa da TV Excelsior de São Paulo, “O Advogado do Diabo”⁵¹⁹.

A sessão “Televisão e Cinema” do Jornal da Tarde de São Paulo, datado de 11 de outubro de 1967, traz um relato detalhado do jornalista Rolf Kuntz sobre o “julgamento popular” da Frente Ampla no programa de televisão. A despeito de ter sido um “show” e não um debate acadêmico ou político – à luz do que foi relatado na matéria – os temas mais delicados e polêmicos sobre o movimento foram tocados pelos participantes. Acreditamos que este tenha sido o primeiro grande “debate público” sobre a Frente Ampla, indo além dos debates parlamentares e das entrevistas nas quais se ouve apenas a voz do entrevistado ou do palestrante. Por considerarmos o relato de Rolf Kuntz (com alguns apontamentos de ordem pessoal do repórter) bastante rico e representativo sobre as contradições e as dúvidas que envolviam a Frente Ampla, reproduziremos boa parte dele abaixo (grifos nossos):

Um diálogo entre surdos, que durou mais de duas horas, terminou com a condenação da Frente Ampla por cinco votos contra dois, no programa “Advogado do Diabo”. [...]

Os jurados foram: quatro jornalistas, um advogado, um estudante e um produtor de televisão, empresário [...]

Aderbal Figueiredo condenou a Frente por dois motivos: a) não se pode, num tribunal político, ignorar o passado; b) a Frente é inútil. Para Aderbal Figueiredo, a solução pode ser dada pelo próprio sistema, por um de seus instrumentos: só há lugar para um partido de oposição, e este é o MDB. [...]

A resposta de Paulino Brancato foi mais sistemática e minuciosa. Condenou a Frente porque: a) **é sem povo**; b) sem candidato; c) sem ideologia; d) sem liderança. Sem povo, porque o povo “está mais preocupado com a subsistência”; sem candidato “porque eles deixam obscuro este ponto”; sem possibilidade porque, se não é possível transformar a Frente em partido, agora, não poderá chegar ao Poder, a não ser por uma revolução. Brancato foi o único a identificar este dilema na Frente: ou adere ao sistema, e torna-se um partido, como a Arena e o MDB, por ela condenados, uma vez que suas limitações coincidem com os objetivos do Poder, ou escolhe uma nova ação revolucionária. [...]

Os jornalistas Jairo Pinto de Araujo e Adriano Campanhole condenaram o movimento por ser formado à base de uma “colcha de retalhos”, ou de “qualidades heterogêneas”. [...]

⁵¹⁹ O programa *Advogado do Diabo* foi ao ar pela primeira vez em 1967 pela TV Excelsior e era comandado pelo jornalista Fernando Barbosa Lima (filho do jurista Barbosa Lima Sobrinho). O programa tinha um formato de tribunal popular, como objetivo “julgar” um determinado tema ou pessoa. O “réu” era sabatinado por perguntas de sete jurados (e outros convidados) escolhidos semanalmente, tendo Barbosa Lima fazendo papel de “mediador” (ou juiz). Ao final, o réu seria “inocentado” ou “condenado” pelos votos dos jurados.

O estudante Celso Móri condenou também por não acreditar que a Frente possa representar legitimamente o povo. [...]

Jovino Bernardes, advogado e relações públicas do Tribunal Regional Eleitoral, absolveu, baseado nos propósitos de redemocratização anunciados pelo movimento, e saudou Juscelino Kubitschek, “grande brasileiro”. Roland Marinho Sierra, editor-político da Folha de S. Paulo, deu o segundo voto favorável, por julgar que se trata de um movimento de “conscientização” do povo. [...]

As duas perguntas em que Archer se atrapalhou foram feitas pelo deputado estadual Fernando Perrone, do MDB. Primeira: **por que a Frente deu um voto de confiança ao governo, em seus quatro primeiros meses**, sabendo que não foi eleito pelo povo e era representado por um homem que garantiu as leis de exceção? Archer reconheceu que fora infeliz em sua exposição (“Perrone tem toda razão”) e procurou mostrar que realmente não houve voto de confiança, mas apenas o cuidado de não responsabilizar a Frente se não fossem cumpridas as promessas de redemocratização. [...]

Segunda pergunta: que tem a Frente a mais que o MDB? A liderança do senhor Carlos Lacerda? Archer respondeu que não era apenas isso – havia também mais duas lideranças populares, as de Jango e Juscelino. Dificuldade: Archer havia tentado mostrar, em outra parte do programa, que a Frente não se baseia em nomes, mas procura ser – isto sim – um movimento político estranho ao sistema que engloba a Arena e o MDB. Neste momento, entretanto, reduziu a vantagem da Frente a “três lideranças” – ou “três homens, três nomes”.

Archer foi interrogado durante duas horas. Disse que a Frente reúne as três tendências principais do pensamento político brasileiro, representadas por Juscelino, João Goulart e Carlos Lacerda. Definiu Juscelino como “grande líder popular”, Jango como “líder dos trabalhadores”, ainda não substituído por qualquer figura criada pela Revolução, e Lacerda como “líder da classe média”.

O mais grave risco da Frente Ampla, em sua opinião: “No passado, nas crises, o Brasil tinha uma rede segurança, quando andava à beira do abismo. Eram as Forças Armadas. Hoje estão na política, e o único argumento válido no Brasil, hoje, para a tomada do poder, é a força”.⁵²⁰

Em 4 de setembro de 1967, houve o que podemos chamar de “super reunião” da Frente Ampla na residência de Renato Archer com a presença de Juscelino, Lacerda, Oswaldo Lima Filho, Martins Rodrigues, Mário Covas, Nestor Duarte, Barbosa Lima Sobrinho, Renato Azevedo, Salvador Mandin, Sandra Cavalcanti, Mauro Magalhães, Hermano Alves, José Carlos Guerra, Wilson Martins, Josafá Marinho, Veiga Brito e Wilson Fadul. Dentre as resoluções dessa reunião, destacou-se:

⁵²⁰ Frente não passa pelo *Advogado do Diabo*. Jornal da Tarde. 11 out. 1967.

- Abandono da ideia inicial, lançada em Lisboa, sobre a formação de um terceiro partido. Goulart era o maior adversário dessa iniciativa por considerá-la inviável e inútil.
- A não cogitação em se lançar, pelo menos naquele momento, qualquer candidatura à Presidência da República.
- Oficializou-se o nome de Renato Archer como Secretário Geral da Frente Ampla.
- Baborsa Lima Sobrinho e Nestor Duarte seria indicados para formar uma Comissão na elaboração de um “Programa” para o movimento.
- Buscar arregimentar lideranças políticas e intelectuais nos Estados.
- As próximas metas serão a consolidação da entrada de Goulart e Jânio Quadros no movimento.

Após a reunião, Lacerda conversou com Oswaldo Lima Filho a respeito da conveniência de ir ao encontro de Goulart em Montevideu. Em resposta, Fadul e Francisco Teixeira, mais cautelosos, consideraram não ser necessário, de imediato, esse encontro. Achavam inclusive que deveria ser através de Juscelino que se devesse consolidar a integração de Goulart, através da ida de Archer ou de outro emissário⁵²¹.

Todavia, Kubitschek, que havia voltado ao Brasil “pra ficar”, em 9 de abril de 1967⁵²², sofria com ameaças de “confinamento” caso se apresentasse publicamente em atos ou declarações em nome da Frente Ampla. Essa era uma das questões mais levantadas pela imprensa em relação à participação de João Goulart e Juscelino (e outros possíveis membros, como Jânio Quadros) na Frente Ampla. O chamado “Estatuto dos Cassados”⁵²³, definido no AI-2, através do seu AC-1 de 27 de outubro de 1965, determinava os “direitos” que os cassados teriam a partir daquele momento. O argumento principal era que a Constituição de 1967⁵²⁴ teria revogado o “Estatuto dos Cassados” e, portanto, não poderia mais ser invocado

⁵²¹ Correspondência a Goulart no exílio, sem assinatura e data. Provavelmente de finais de setembro de 1967. *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subsérie: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵²² No *Fundo Juscelino Kubitschek* encontramos algumas charges de jornal selecionadas pelo organizador original sobre esta chegada de Juscelino ao Brasil. Em todas as charges a Frente Ampla é tratada em um tom negativo ou crítico, destacando a confusão de tal união (reação do “povo”) e a ação “oportunista” de ambos os líderes (no caso Lacerda e JK), mas é interessante que em pelo menos em uma delas aparecem referências ao SNI – e a Costa e Silva – e sua vigilância sobre a Frente Ampla. As imagens se encontram nos anexos deste trabalho. *Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK, Brasília*. Código de referência: BR.MJK.JK.T.PO.05. Série: Vida Política (PO), Subsérie: Militância Política.

⁵²³ Juscelino prepara sua defesa. Folha de São Paulo, 12 abr. 1967, p. 4.

⁵²⁴ O artigo 33 do Ato Institucional nº 2, fixou o fim da sua vigência para o dia 15 de março, ou seja, a data de promulgação da nova Constituição.

para qualquer providência contra os cassados ou os cidadãos cujos direitos políticos foram suspensos.

Kubitschek, que já vinha sofrendo constrangimentos que lhe custaram sua saúde com inúmeros IPMs considerados humilhantes e degradantes desde sua cassação e que lhe forçaram ao auto-exílio, agora passa a sofrer pressões dos aparelhos de repressão por sua suposta participação na Frente Ampla. Mas, mesmo temendo alguma represália por parte do governo, Juscelino se encontra com Jânio Quadros no dia 6 de setembro, em São Paulo. O encontro não alterou a posição deste último, pois reafirmou que estaria disposto a um entendimento com JK, Jango e outros líderes, mas não aceitava participar de uma composição com Lacerda⁵²⁵.

No dia 11 de setembro de 1967, Kubitschek sofreu novas ameaças de confinamento na véspera de sua volta ao exterior⁵²⁶. Assim foi noticiado o episódio no jornal *Folha de São Paulo*:

O presidente da República resolveu autorizar o ministro da Justiça a intimar o Sr. Juscelino Kubitschek a depor na Polícia Federal carioca, para confirmar ou negar sua participação na reunião realizada na residência do deputado Renato Archer, na qual foi lançada a Frente Ampla.

[...]

O general Luis Carlos Freitas, no entanto, insistiu para que o ex-presidente respondesse "sim" ou "não" às indagações. A primeira referia-se à sua presença na reunião realizada em casa do Sr. Renato Archer e a segunda sobre sua participação ou não na Frente Ampla. O Sr. Kubitschek reafirmou que nada tinha a responder além do que constava na declaração escrita.

[...]

O Sr. Carlos Lacerda, que permaneceu fora do prédio da Polícia Federal, na rua da Assembléia, ao lado do deputado Renato Archer, enquanto o ex-presidente lá estava, declarou que nada conseguiria intimidar os dirigentes da Frente Ampla, movimento destinado a forçar a redemocratização do país, "não por meios subversivos, mas pelo esclarecimento constante do povo, pela mobilização popular".

Disse ainda que "a condição de cidadão brasileiro não pode ser abolida por simples decretos"; que ainda não fora chamado a depor e "estava ali somente para saber notícias de Juscelino"; que a Frente Ampla já estava nas ruas, o que provava a presença dos jornalistas ali.

Sem mencionar o nome "Frente Ampla", Juscelino Kubitschek justifica sua recusa em responder as perguntas do interrogatório através de uma declaração entregue à imprensa. Segue abaixo o seu texto integral e publicado na mesma reportagem da *Folha de São Paulo*:

⁵²⁵ Correspondência a Goulart no exílio, sem assinatura e data. Provavelmente de finais de setembro de 1967. *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵²⁶ JK havia retornado ao Brasil em 9 de abril de 1967.

A Nação é testemunha do meu comportamento em face da atual situação brasileira.

Há cerca de três anos venho sendo vítima de violências e perseguições armadas com o propósito de tentar justificar perante o povo a cassação dos meus direitos políticos.

Fiel a uma tradição de equilíbrio e tolerância que sempre pautou meus atos, suportei com grande sacrifício humilhações incompatíveis, pelo menos com o respeito que deve merecer um ex-chefe de Estado.

Enquanto vivi no exílio, razões não me faltavam para comentar a situação política do meu país. Não obstante fiel a uma diretriz que a mim mesmo impus, soube dominar naturais ressentimentos, só mostrando os aspectos positivos do Brasil nas centenas de conferências que pronunciei nas universidades dos Estados Unidos e Europa.

Entendi que somente assim contribuiria para evitar pretextos de maiores provações para o povo brasileiro.

Só por isso compareci a todos os órgãos criados para investigar os atos do meu governo, da minha vida pública e até das minhas atividades particulares.

Com o advento do atual governo ressurgiu em nosso país a esperança do completo restabelecimento da ordem política e jurídica, tendo em vista, sobretudo, os pronunciamentos que a esse respeito foram feitos pelo presidente da República, reconhecendo a imperiosa necessidade do conagraamento da família brasileira.

Com o evidente e único objetivo de cooperar para esse esforço e sempre inenso a qualquer ressentimento, fiz declarações no Exterior apelando invariavelmente para a pacificação nacional.

E aqui no Brasil, após o meu regresso, sempre inspirado pelo desejo de contribuir para a paz, mantive-me em completo silêncio.

Tenho, pois, a consciência de que, hoje, como no passado, nunca faltei ao imperativo de promover o entendimento do povo brasileiro.

Não vejo razão, assim, para que novamente desencadeiem contra mim medidas vexatórias que a minha posição de ex-chefe de Estado por si só repele.

E desde que não querem respeitar essa condição que pertence mais ao Brasil que a mim mesmo, resolvi aqui comparecer por deferência às autoridades. Mas, segundo me faculta a lei, decidi não responder às indagações que me fossem feitas.

O silêncio é a única arma de protesto de que disponho no momento⁵²⁷.

⁵²⁷ JK recusa-se a falar e pode ser confinado. Folha de São Paulo, 12 set. 1967.

Após a nota, durante alguns dias, Kubitschek denunciava uma sequência de medidas repressivas e punitivas: censura telefônica, controle de seus passos e cartas anônimas e infamantes entregues na portaria de seu edifício e endereçadas a pessoas de sua família⁵²⁸.

4.7 O PACTO EM MONTEVIDÉU

*Não sei se ganhei mais ou se perdi mais, sei que o Brasil ganhou. Porque o encontro do Dr. João Goulart vem trazer novas forças, milhares de trabalhadores passam a compreender aquilo que do nosso lado nós compreendemos*⁵²⁹.

Lacerda relata em suas memórias que a iniciativa de se encontrar pessoalmente com Goulart para formalizá-lo na Frente Ampla teria sido dele, ainda durante as reuniões do Cosme Velho. Como afirmamos, as conversações entre os grupos oposicionistas eram anteriores à formação “pública” da própria Frente e rumores da participação de Jango já eram abertamente debatidos na imprensa meses antes da divulgação do próprio manifesto do movimento, mas Lacerda argumentava que a assinatura de Jango seria um desdobramento natural e que somente com a sua entrada eles teriam um elemento importante para atrair as classes trabalhadores e setores sindicais para a Frente Ampla. “*Ele era o ‘porteiro’, o acesso para as camadas populares brasileiras*”, teria explicado Lacerda ao então governador de Nova Iorque, Nelson Rockefeller, quando em viagem aos EUA em outubro de 1967⁵³⁰.

Ainda segundo Lacerda, as reações mais cautelosas sobre a questão partiram de Kubitschek e de alguns membros do PCB, apesar das históricas afinidades políticas em contraste com o próprio lacerdismo. Ambos alegavam que esse encontro poderia ser considerado uma provocação desnecessária aos militares, que a partir daí poderiam justificar qualquer ato arbitrário contra o movimento⁵³¹. Sandra Cavalcanti revela que também foi

⁵²⁸ JK não quer anistia. *Revista Manchete*. 23 nov. 1967.

⁵²⁹ Trecho de entrevista de Carlos Lacerda a TV Tupi em inícios de 1968, após a entrada de João Goulart na Frente Ampla. A entrevista está transcrita nos anexos deste trabalho.

⁵³⁰ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵³¹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 382.

inicialmente contra o encontro com Goulart: “Mas o Carlos insistiu. Dizendo que não podia ignorá-lo. Se era ampla, tinha que ser ampla, democrática, tem que entrar todo mundo”⁵³².

Outro motivo que levou Lacerda a insistir no encontro com Jango foi a possível onda de adesão de deputados do MDB, sobretudo de ex-petebistas. Como observou de maneira acurada o momento, o jornalista Derly Barreto em artigo no *Jornal do Brasil* destacava que o principal problema da Frente Ampla naquela altura era encontrar um “corpo” para sua “cabeça” – inteligível – e que esta sofria de um inegável personalismo. Lacerda – a cabeça – buscava sedimentar um movimento político que agora fosse voltado para as massas, e não mais apenas um movimento de cúpula. Enquanto Renato Archer, no Congresso, apelava aos ex-trabalhistas sem muito sucesso, o MDB, já configurado como um “corpo” oposicionista dentro a institucionalização pós-AI-2, carecia exatamente daquilo que a Frente Ampla tinha de mais destacado, ou seja, lideranças políticas tais quais Kubitschek e Lacerda⁵³³. Uma das esperanças era que a entrada de Goulart quebrasse a resistência de setores do MDB que viam a Frente Ampla mais como uma ameaça de esvaziamento do partido do que um movimento aliado contra a ARENA e os militares.

Entre janeiro e setembro de 1967, como lembra o jornalista uruguaio Jorge Otero, Jango recebeu vários de seus emissários (dentre eles podemos citar Doutel de Andrade, Wilson Fadul, Oswaldo Lima e Filho, Francisco Teixeira, Edmundo Moniz, Waldyr Borges – advogado de Jango) e outros de Kubitschek (dentre eles Renato Archer) e petebistas de várias partes do Brasil enquanto se aconselhava com companheiros exilados e correligionários gaúchos⁵³⁴, dentre eles o sindicalista José Vecchio.

Durante meses, aconselhado por Darcy Ribeiro e pressionado por Brizola, Jango tendeu a não receber Lacerda. Para solucionar o impasse, Luiz Maranhão afirma que a melhor opção encontrada pelo seu grupo a fim de quebrar essa resistência seria mandar um novo emissário ao Uruguai: “O Jango resiste até que lancemos em cima dele aquele vulcão humano que é o Talarico”⁵³⁵.

José Gomes Talarico, trabalhista histórico ligado ao Ministério do Trabalho, ex-membro do movimento estudantil nos anos 50, ex-deputado estadual da Guanabara e um dos principais assessores sindicais de João Goulart, já vinha atuando como emissário desde o início das conversações em 1966, mas foi o principal interlocutor entre Lacerda e Jango no

⁵³² Sandra Cavalcanti. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

⁵³³ A difícil união de quem se completa. *Jornal do Brasil*, 29 ago. 1967, p. 3

⁵³⁴ OTERO, Jorge. *João Goulart, lembranças do exílio*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001, p. 184.

⁵³⁵ STUART, Heloneida. Op. Cit. p. 197.

exílio nesta fase de negociações. Enviado diversas vezes ao Uruguai, foi diversas vezes preso para interrogatório quando voltava ao Brasil⁵³⁶. Em depoimento ao CPDOC, Talarico faz aquele que talvez seja o relato mais detalhado do encontro entre Jango, Lacerda e Renato Archer, que contou ainda com a presença de Amaury Silva, ex-ministro do Trabalho e Previdência de Jango (antes da entrada de Almino Afonso), Ivo de Magalhães (ex-prefeito do Distrito Federal e um dos secretários de Goulart) e Cláudio Braga (outro secretário de Goulart). Darcy Ribeiro, convidado por Jango para participar das conversações, se recusou a tomar parte.

O argumento inicial de Talarico era que o próprio Getúlio Vargas, na década de 50, resolvera esquecer agravos sofridos ao tentar fazer um governo de coalizão, inclusive recebendo alguns udenistas no governo. E recorrendo ao mesmo argumento que Dona Sarah Kubitschek havia feito ao marido para receber Lacerda em Lisboa⁵³⁷, Talarico ponderou que se Carlos Lacerda estava disposto a se descolar ao Uruguai, correndo o risco de ser preso pelo SNI, bater à sua porta e pedir para se sentar ao lado do presidente que ajudara a derrubar, estaria reconhecendo que havia feito, por mais de uma década, julgamentos e críticas injustas e realizando, na prática, uma autocrítica pública. A insistência de Talarico fez com que Jango acabasse concordando. Com a resposta positiva, Talarico telegrafou para o Rio de Janeiro às mulheres de Renato Archer e do brigadeiro Francisco Teixeira. Para tentar fugir da vigilância do SNI, no telegrama, o trabalhista reiterava o convite para o casamento que se realizaria naquele fim de semana. Era a senha para avisar que Jango receberia Lacerda⁵³⁸.

Talarico, em seu depoimento ao CPDOC, ainda relata a questão de Brizola na Frente Ampla. Geralmente tratado por biógrafos como totalmente refratário à idéia da Frente Ampla⁵³⁹, Brizola, segundo Talarico, ficou surpreso ao saber da presença de Lacerda na residência de Jango e chegou a propor entendimentos sobre um encontro. Ainda segundo Talarico, Lacerda mostrou-se simpático à idéia, mas foi dissuadido por Archer, que argumentou que o encontro deveria ser apenas com Jango para não diminuir a importância

⁵³⁶ FREIRE, Américo (org.) *José Gomes Talarico*. Op. cit., p. 285.

⁵³⁷ LOPES, Maria Estela Kubitschek. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 25 nov. 2011.

⁵³⁸ Segundo Wilson Fadul, após essa visita de José Gomes Talarico, Jango também o recebeu para tratar do mesmo assunto. Somente depois dessa entrevista com seu ex-ministro da Saúde é que Goulart confirmaria definitivamente o encontro com Lacerda. FADUL, Wilson. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 27 maio 2011.

⁵³⁹ O jornalista Francisco das Chagas Leite Filho, autor de um perfil biográfico de Leonel Brizola, destaca que o ex-governador gaúcho teria se recusado a encontrar com Lacerda quando este estava em Montevideú. LEITE FILHO, F. C. *El Caudillo*. Leonel Brizola, um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 328. Carlos Lacerda, em seu depoimento ao CPDOC, também relata sem maiores detalhes o mesmo episódio. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 387.

deste, e que um entendimento com Brizola poderia ser feito num momento posterior. O fato é que, nas palavras de Talarico, Brizola forçara um ultimato, com hora e local marcado.

Finalmente, depois de três dias de conversas que atravessaram madrugadas e refeições, Lacerda e João Goulart, a 25 de setembro de 1967, divulgaram o chamado Pacto de Montevideu⁵⁴⁰. Oficializando finalmente a entrada de Goulart, o documento o justifica:

A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com esse sentido, responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional, pela retomada dos esforços para formular ou por em execução as reformas fundamentais, e a reconquista da direção dos órgãos que decidem do destino do Brasil.

Ao ser divulgado na imprensa nacional e internacional⁵⁴¹, em linhas gerais, o documento reafirma as intenções públicas que a Frente Ampla vinha apresentando desde antes do acordo firmado em Lisboa com Kubitschek, mas não toca na palavra “partido”, o que causou muitas especulações erradas sobre a intenção do movimento. Com a intenção de “promover o processo de redemocratização do Brasil”, através da volta das eleições diretas e acompanhado de um discurso levemente nacionalista, o texto termina com um tom que não agradou os militares mais alinhados com as questões de “segurança nacional”, pois estes já enfrentavam as primeiras ações da guerrilha urbana de esquerda, ao explicitar o desejo de evitar “a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil”⁵⁴².

Ao não ser atendido, depois de firmado o encontro de Montevideu, Brizola distribuiu uma nota onde ataca não apenas o velho adversário Lacerda, mas principalmente o ex-aliado Jango: “Podes receber o homem, mas saibas que o cadáver do velho Getúlio, lá em São Borja, vai ficar morto de vergonha”⁵⁴³.

Mas ao contrário do biógrafo, que diz que “ninguém esperava a dura reação de Brizola”⁵⁴⁴, os frentistas, talvez à exceção do próprio Lacerda (que nunca descartou a possibilidade de Brizola fazer parte do movimento), não esperavam qualquer colaboração de Brizola na Frente Ampla até aquele momento. Este episódio é normalmente citado pelos

⁵⁴⁰ O texto integral do Pacto de Montevideu se encontra nos anexos deste trabalho.

⁵⁴¹ O Pacto de Montevideu foi coberto pela agência de notícias United Press, que lhe deu destaque internacional.

⁵⁴² Jango e Lacerda frente a frente. Fatos & Fotos. nº. 349, 07/10/1967, p. 16-20.

⁵⁴³ Brizola de costas pra frente. Fatos & Fotos. nº. 349, 07/10/1967, p. 21.

⁵⁴⁴ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 328.

mesmos biógrafos como o ato mais representativo do afastamento de Jango e Brizola até a reaproximação destes pouco antes da morte de Goulart. Quando perguntado por Lacerda sobre esses inevitáveis rompimentos, Goulart teria respondido:

Saiba, governador, tem muita gente que vem aqui ou manda me dizer que não devia me encontrar com o senhor. Que não devo entrar para a Frente Ampla. Mas eu digo a eles: que é que vocês têm feito pelo restabelecimento da democracia? Eles me dizem: Estamos aproveitando a única faixa de oposição que existe. Eu lhes digo: Pois, meus amigos, é uma faixazinha muito pessoal a de vocês, muito egoísta e cômoda, o povo não cabe nela. O Lacerda pelo menos me manda dizer que vem falar comigo a qualquer hora e me oferece uma saída pacífica e democrática. Vou entrar na Frente, sim, digam o que disserem⁵⁴⁵.

De fato, o acordo provocou fortes reações no Brasil. Em correspondência a Goulart, o emissário – quase nunca identificado no corpo da carta – expressa a opinião de Lacerda e Renato Archer:

Lacerda e Archer constataram que o encontro de Montevideu provocara um impacto muito maior do que à primeira vista demonstrava, chocando alguns círculos, dentre os quais, o militar [...] Não consideram esses efeitos negativos, ao contrario, podendo tornar-se positivos com o tempo e na medida em que se constate que não há perspectiva de normalidade democrática nem que se restabelecerão os princípios fundamentais de liberdade⁵⁴⁶.

O MDB, que até então chegara mesmo a vetar a entrada de seus membros no movimento, liberou o ingresso de seus partidários. Danton Jobim, principal colunista político do jornal Última Hora e crítico ferrenho da Frente Ampla, admite que, a despeito do MDB não oficializar seu apoio ao movimento frentista, o movimento vem atraindo cada vez mais membros do partido⁵⁴⁷. O deputado emedebista Hermano Alves, um dos principais porta-vozes da Frente, defendia a entrada de seu partido no movimento dizendo: “O MDB é o partido de oposição ao governo. A Frente Ampla é o movimento de oposição ao regime. Não há qualquer conflito”⁵⁴⁸.

Do lado “trabalhista”, não foi apenas Brizola que se colocou contrário à Frente Ampla. No dia 3 de outubro de 1967, a Família Vargas emite nota repudiando o acordo firmado entre

⁵⁴⁵ Jango e Lacerda frente a frente. Fatos & Fotos. nº. 349, 07/10/1967, p. 190.

⁵⁴⁶ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵⁴⁷ MDB e a Frente. Última Hora. 29 out. 1967, p. 3.

⁵⁴⁸ Programa mínimo da frente ampla. Jornal do Brasil. 19 mar. 1967, p. 4.

Goulart e Lacerda, citando também a nota de Brizola. Destacamos alguns trechos da nota divulgada por Lutero Vargas, duríssima contra Lacerda:

Na qualidade de último presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, vemo-nos na obrigação de expressar nosso ponto de vista sobre o chamado Encontro de Montevideu pelas implicações que o pacto dele resultante poderia ter, levando os setores trabalhistas a uma posição contrária à luta de libertação nacional [...] Não somos contra o espírito da Frente Ampla ou contra os apregoados objetivos [...] mas advertimos que não seremos instrumentos de uma ação que nos escape e esteja contrária aos nossos princípios [...] Não acreditamos que uma viagem a Montevideu possa redimir alguém dos atentados permanentes ao ideário consubstanciado na carta-testamento de Getúlio [...] Não podemos acreditar na sinceridade de quem se voltou contra o golpe de estado de 1º de abril, apenas porque o movimento militar não puniu mais, não cassou mais, não prendeu mais e obstruiu suas ambições pessoais de empolgar o Poder⁵⁴⁹.

A mesma reportagem traz declarações violentas da deputada federal Ivete Vargas e de Jânio Quadros, cumprimentando a família Vargas e criticando a Frente Ampla, reafirmando que jamais fará parte de tal movimento⁵⁵⁰. Ivete Vargas, segundo o jornal Última Hora, chegou a cogitar a criação de uma “Frente Cívica”, que iria reunir trabalhistas e getulistas inconformados com a entrada de Jango na Frente Ampla⁵⁵¹. Ainda na mesma edição, o Jornal do Brasil publica um violento editorial intitulado “Repulsa”, em que faz pesadas críticas e ironias com relação ao encontro, mas reconhece que a Frente Ampla agora “passa a ter conteúdo político com a adesão crescente dos petebistas em orfandade desde 1964”.

Do lado lacerdista, as reações também foram apaixonadas, a favor e contra. Enquanto partidários do lacerdismo, como Raul Brunini e Sandra Cavalcanti, defendiam o posicionamento de seu líder, outros tantos o repudiaram, como Amaral Neto, Célio Borja e Raphael de Almeida Magalhães⁵⁵². O Coronel Caracas Linhares, por exemplo, lacerdista até aquele momento, definiu o encontro no Uruguai como “doce pra cavalo”⁵⁵³. Lacerda passou a

⁵⁴⁹ Família Vargas formaliza sua oposição a Frente Ampla. Jornal do Brasil. 03 out. 1967, p. 3.

⁵⁵⁰ Maria Estela Kubitschek, em depoimento, nos fala de uma reunião entre Kubitschek e Jânio Quadros na cidade do Guarujá, na casa de amigos em comum, a fim de discutir a sua entrada na Frente Ampla. Lacerda também faz referências a um encontro com Quadros na mesma cidade, provavelmente na mesma residência, mas no caso dele, esse encontro não aconteceu. Maria Estela acredita que tenha sido no final de 1967, após a entrada de Jango na Frente Ampla. Claudio Bojunga, biógrafo de Juscelino e Ricardo Arnt, biógrafo de Quadros, não fazem qualquer referência a esse encontro.

⁵⁵¹ Getulistas lançam uma frente contra Lacerda. Última Hora. 30/09/2013, p. 3.

⁵⁵² BORJA, Célio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011. Borja refuta ser chamado de “lacerdista”, apesar das ligações com Lacerda. Borja de fato, se autodenomina um “udenista”, o que se considera até os dias atuais.

⁵⁵³ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 382.

receber cartas de eleitores comentando sua decisão; algumas de apoio, outras de repúdio⁵⁵⁴. Sobre isso, Lacerda relembra:

No primeiro momento da Frente Ampla, perdi quase todos os amigos e o apoio político. O primeiro momento foi uma coisa parecida como quando rompi com os comunistas, sobretudo os fanáticos. Quanto mais o sujeito era fanático por mim, mais ficou decepcionado⁵⁵⁵.

Seguindo ainda os efeitos do Pacto de Montevideu, a imprensa de maneira generalizada especulava sobre novos possíveis membros para o movimento. Além de Jânio Quadros (que em notas nos jornais era constantemente tratado como o novo membro, para ser desmentido nas notas do dia seguinte), o nome Miguel Arraes, mesmo também depois de suas recusas de participar do movimento ainda em 1966, era novamente citado. Mas dentre essas “novas” possíveis adesões, destacamos os nomes de Dom Helder Câmara e do economista Celso Furtado.

Em relação a Dom Helder, especulou-se sobre um possível encontro entre Lacerda e o Arcebispo de Recife e Olinda – que já àquela época era considerado um dos maiores ícones na defesa dos Direitos Humanos e crítico da Ditadura no Brasil – a fim deste declarar apoio à Frente Ampla. Tal encontro estaria sendo organizado pelo deputado frentista pernambucano Oswaldo Lima Filho⁵⁵⁶.

Confirmando a necessidade desse encontro, em correspondência endereçada a Goulart, um dos emissários da Frente Ampla apontava a necessidade desse encontro a fim de atrair “setores católicos” para o movimento⁵⁵⁷. Os objetivos eram claros. Além de tirar qualquer caráter de “subversivo” do movimento, a entrada de Dom Helder – e de outro sacerdote de grande popularidade⁵⁵⁸ – poderia aumentar o número de adesões de políticos e até de militares, sobretudo aqueles ligados a grupos religiosos, além, obviamente, de um ganho de apoio da opinião pública. Contudo, segundo Lacerda em suas memórias, esse encontro em Recife “não deu em nada”⁵⁵⁹. Dom Helder expressava que, como homem da Igreja, não

⁵⁵⁴ Uma destas cartas de populares expressando o repúdio de uma “ex-eleitora” pelo encontro de Lacerda com o Jango se encontra nos anexos deste trabalho.

⁵⁵⁵ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 392.

⁵⁵⁶ Lacerda para fortalecer Frente procuraria adesão de D. Helder. *Jornal do Comércio*, 31 out. 1967, p. 4.

⁵⁵⁷ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵⁵⁸ A reportagem do *Jornal do Comércio* cita também a possibilidade de um encontro com “Dom Marcos, de Santo André”. Trata-se de Dom Marcos Jorge, que fazia parte de um pequeno grupo discordante dentro da CNBB que se colocara contrário ao golpe desde o seu início. GIANOTTI, Vito. *História da luta dos trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, p. 216.

⁵⁵⁹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 395.

poderia tomar parte de nenhum movimento político específico, mas que “receberia Lacerda a qualquer hora” e considerava salutar qualquer tentativa de reabertura política que fosse pacífica.

Entrementes, começaram especulações na imprensa de que Celso Furtado, ex-ministro da Fazenda cassado do governo Goulart que vivia no exílio em Paris, participaria da Frente Ampla. Ele faria parte de uma “assessoria técnica – bem informada e bem documentada – capaz de assistir seus adeptos nas manifestações públicas, dando-lhes condições para falar sobre todos os problemas, sempre com conhecimento de causa”⁵⁶⁰. Essa “assessoria técnica” contaria ainda com a participação dos professores Cândido Mendes de Almeida⁵⁶¹, Nestor Duarte e do jurista Barbosa Lima Sobrinho⁵⁶².

Face à sociedade civil, o Pacto de Montevideu aparentemente não representou ganhos de opinião pública para a Frente Ampla, pelo menos naquele momento. Pesquisa realizada pelo instituto Marplan no Rio de Janeiro/Guanabara (principal reduto eleitoral de Lacerda) e publicada no Jornal do Brasil, em 15 de outubro de 1967⁵⁶³, mostra que a Frente Ampla ainda não conquistara a simpatia da opinião pública carioca. Na verdade, segundo a pesquisa, se compararmos as alianças em forma separada (Lacerda-JK e Lacerda-Jango), o Pacto de Montevideu representou uma queda na popularidade. Vamos aos números.

De acordo com a pesquisa, em média 45% dos entrevistados reprovaram a aliança Lacerda-Jango. Apenas 20% se declararam favoráveis, enquanto 19% se definiram como “indiferentes” e 16% afirmaram que não sabiam ou não quiseram opinar. Em relação à aliança Lacerda-JK, os números eram 38% contra e 29% a favor, enquanto os indicadores restantes mantinham-se estáveis.

A pesquisa ainda fez separações entre as classes econômicas. Definindo-as como “classe A”, “classe B” e “classe C”, em relação à aliança Lacerda-Jango, a reprovação na primeira classe é muito maior (77% contra, 3% a favor) do que a média total, mostrando que a

⁵⁶⁰ Frente não terá programa, mas uma assessoria técnica. Jornal do Brasil. 12 out. 1976, p. 4.

⁵⁶¹ Em entrevista por email, Cândido Mendes nega ter feito parte da Frente Ampla: “Nunca participei da Frente Ampla, já que, na época, era já o secretário nacional da Comissão Justiça e Paz e, a seguir, membro da sua Comissão Pontifícia. Dentro desse quadro, todo o meu trabalho se deu no âmbito da Igreja, e se vinculou muito mais à proteção dos direitos humanos, à denúncia das torturas, no auxílio aos exilados, do que a tarefas de promoção política ostensiva, ainda que dentro de um escopo de superação do regime de exceção. Ao lado de Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo e de meu irmão, Dom Luciano, nunca isolei a minha ação, na época, desse campo defensivo dos direitos da pessoa, nem poderia desvinculá-los da ação confessional para os protagonismos de específica mudança de regime”. 23 jul. 2013. Por email.

⁵⁶² Em correspondências, de outubro e dezembro de 1967, endereçadas a Goulart, aparecem os nomes de Celso Furtado, Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte, junto com o de Edmundo Moniz. Não há referência ao nome de Cândido Mendes. *Fundo João Goulart*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

⁵⁶³ Cariocas receberam com desagrado as alianças políticas que Lacerda fez. Jornal do Brasil, 15 out. 1967, p. 14.

classe A era majoritariamente contrária à Frente Ampla com Goulart. Em relação às outras classes, essa proporção fica em 51% contra, 20% a favor (classe B) e 32% contra, 24% a favor (classe C). Enquanto os “indiferentes” e “sem opinião” ficam entrem 29% e 23%, respectivamente.

Em relação à aliança Lacerda-JK, os números são mais favoráveis, embora ainda negativos: 49% contra, 35% a favor (classe A – 16% indiferentes ou sem opinião); 45% contra, 32% a favor (classe B – 23% indiferentes ou sem opinião); e 29% contra, 26% a favor (classe C – 45% indiferentes ou sem opinião).

Permitimo-nos agora fazer alguns comentários sobre a pesquisa. Em relação à divisão por classes sociais, a pesquisa não deixa claro se o número dos entrevistados obedeceu à proporção de cada uma dessas classes econômicas na sociedade carioca ou se cada classe representou 1/3 dos entrevistados. A julgar pelos números sínteses da pesquisa, acreditamos que ela tenha obedecido a essa relação, mas não temos elementos suficientes para confirmar. Mas o que mais nos chamou a atenção em relação à pesquisa foi o grau de polarização e, por que não dizer, radicalismo verificado na dita classe A em relação aos números encontrados nas classes B e C, que aparecem bem mais “indulgentes” (no apoio à aliança ou ao menos sendo “indiferentes”), sobretudo a classe C. Infelizmente não temos muitos elementos para nos aprofundarmos nessa questão, mas parece-nos que a pesquisa deixa claro um quadro de enorme mobilização ideológica da elite econômica em contraste com as classes mais “baixas”.

Todavia, mesmo levando em conta essas diferenças entre as classes pesquisadas, os números mostram uma sociedade avessa a um movimento cujo principal argumento era a volta de democracia e a união de ex-adversários políticos. A pesquisa, naquele contexto, toma ar de plebiscito, pois ao reprovar a aliança Lacerda-Jango e Lacerda-JK, a opinião pública expressaria seu apoio ao “processo revolucionário”⁵⁶⁴. Outra reação demonstrada pelos entrevistados é a incompreensão por Lacerda ter “mudado de lado”. Apesar da queda da popularidade, 94% dos entrevistados da classe A – seu maior nicho eleitoral –, 64% da classe B e 65% da classe C não querem qualquer punição a Lacerda. Daí pode-se concluir que a maioria da população da “caixa de ressonância nacional” apoiava o governo Costa e Silva, reprovava a Frente Ampla, mas ainda encarava com simpatia a figura de Lacerda, que naquele momento continuava sendo considerado um nome viável – pelo menos junto ao grande público – para a presidência em 1970.

⁵⁶⁴ De fato, a mesma pesquisa traz números favoráveis ao governo Costa e Silva: 51% regular, 29% bom, 4% muito bom, 10% ruim ou péssimo e 6% não quiseram opinar.

Sobre as dificuldades em conseguir unir tantas tendências conflitantes, com lideranças tão marcantes e, por que não dizer, personalistas, o senador Josaphat Marinho faz uma excelente síntese do processo – também refletido na pesquisa – que mostra que o eleitor ainda consegue “separar” Lacerda da Frente Ampla:

O Governador Lacerda queria ter o comando da Frente Ampla; ele não desejava partilhar decisões e ele não gostava que se dissesse numa reunião e ainda menos num comício – como dissemos no ABC⁵⁶⁵, onde fizemos um comício – que estávamos na Frente Ampla, mas não éramos partidários nem do Sr. Lacerda nem do Sr. Juscelino Kubitschek. Eu pelo menos assim o declarei. Martins Rodrigues manifestava sua condição de pesedista; Oswaldo Lima Filho, a sua condição de petebista e sem compromissos partidários com o Sr. Carlos Lacerda ou com o Sr. Juscelino Kubitschek. Lacerda não gostava, ele queria ser o condutor aceito por todos como tal, sem qualificação de posições, o que não era possível. Mas isso não perturbou. A Frente Ampla ia crescendo, tanto que chegamos a fazer um comício naquela cidade do ABC, não me recordo qual. E estava crescendo. Mesmo pessoas que não tinham estima ou simpatia pelo Carlos Lacerda, ou pelo Presidente Juscelino Kubitschek estavam ingressando. Eu influí um pouco para isso, porque eu dizia: eu também não tenho ligação nenhuma, mas eu acho que se temos uma trincheira de luta e um adversário comum, nosso dever é estar na mesma trincheira⁵⁶⁶.

Como dissemos antes, a despeito do MDB não declarar oficialmente apoio à Frente Ampla, o gabinete executivo do partido não fez mais restrições ao ingresso de membros do partido no movimento a partir da entrada de Jango. É inegável que, depois disso, a Frente passa a dispor de maior aceitação entre os parlamentares do MDB, com anúncios diários de adesões de deputados emedebistas, mesmo com a resistência do Senador Oscar Passos, então presidente do partido e o maior crítico da Frente Ampla fora da ARENA⁵⁶⁷. Carlos Castello Branco, em sua coluna⁵⁶⁸ no Jornal do Brasil, faz um levantamento daqueles membros do MDB, estado por estado, que até aquele momento haviam declarado apoio à Frente Ampla, contrariando o senador Oscar Passos, que insistia em dizer que o partido não iria aderir ao movimento liderado por Lacerda:

⁵⁶⁵ O ex-senador se refere à cidade de Santo André.

⁵⁶⁶ Entrevista com o ex-senador Josaphat Marinho exibida no Programa *Memória Política* da TV Câmara, exibida em 21 set. 2000. Transcrita e disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/josaphat-marinho.html/texto.html>> . Acesso em 04 jan. 2013.

⁵⁶⁷ Líder do governo é pelo Estatuto dos Cassados. Jornal do Brasil. 27 set. 1967, p. 6.

⁵⁶⁸ Quem do MDB está com a “Frente Ampla”. Jornal do Brasil, 09 dez. 1967, p. 4.

Acre – Negativo.

Amazonas – Dois deputados federais, os Srs. Bernardo Cabral e Joel Ferreira, integraram-se à Frente.

Pará – Os deputados João Meneses e Hélio Gueiros, embora não formalizando apoio, declaram-se ao Sr. Martins Rodrigues simpáticos ao movimento, o mesmo acontecendo com o presidente do diretório regional, Sr. Moura Palha, que transmitiu sua inclinação frentista ao senador Josafá Marinho.

Maranhão – Diretório presidido pelo Sr. Renato Archer fechado em favor da frente.

Piauí – O Sr. Chagas Rodrigues, único deputado, não se definiu, mas comunicou aos diferentes que todo o MDB piauiense apóia a Frente. A informação foi confirmada pelo padre Solon, presidente do diretório regional.

Ceará – Diretório presidido pelo Sr. Martins Rodrigues fechado em favor da Frente.

Rio Grande do Norte – Não tem representação federal, mas seu chefe, Sr. Odilon Coutinho, seria simpatizante.

Paraíba – Dois deputados federais, os Sr. Humberto Lucena e Osmar D'Aquino, são da Frente.

Pernambuco – Diretório presidido pelo Sr. Oswaldo Lima Filho, aparentemente fechado em favor da Frente.

Alagoas – Atitude de expectativa.

Sergipe – É da Frente seu único deputado federal e seu único chefe, Sr. José Carlos Teixeira

Bahia – Integram a Frente o senador Josafá Marinho e toda a fração pessedista com o Sr. Régis Pacheco à frente, excetuando-se o senador Antônio Balbino.

Espírito Santo – É da Frente o deputado Mário Gurgel. O Sr. Dirceu Cardoso ainda em expectativa.

Rio de Janeiro – Seção dividida, mas tem definição em favor da frente os Steinbruch (senador Aarão e deputada Julia) e o deputado Sadi Bogado.

Guanabara – São da frente o senador Mário Martins, o deputado Hermano Alves e os lacerdistas.

São Paulo – Seção dividida. A ala favorável à frente é chefiada pelo líder Mário Covas e integrada, no plano federal, pelos Srs. Davi Lehrer e Gastone Righi. 27 deputados estaduais estariam de acordo com o líder.

Paraná – Seção fechada, com definição oficial em favor da frente.

Santa Catarina – Apoio ainda não formalizado, mas seguro de toda a bancada federal, Doim Vieira, Lúcia Doutel e Paulo Macarini.

Rio Grande do Sul – Dividida, sendo favoráveis à Frente, informalmente, Mariano Beck e Caruso da Rocha. A influência do Sr. João Goulart deverá quebrar as principais resistências.

Mato Grosso – Toda a bancada federal, deputados Wilson Martins e Feliciano Figueiredo e senador Bezerra Neto é da frente.

Goiás – Em reunião, o diretório estadual decidiu não hostilizar a frente. Na prática, o senador Pedro Ludovico, chefe do partido, colabora com a política da frente.

Minas Gerais – A maioria da bancada federal – seis em onze – apóia a frente. São os deputados Matta Machado, José Maria Magalhães, Renato Azeredo, Celso Passos, Nísia Carone e Simão da Cunha. Contrários abertamente apenas os deputados João Herculino e Milton Reis. Em atitude de não hostilidade, os Srs. Tancredo Neves, padre Nobre e Aquiles Diniz.

Entre outubro e novembro de 1967, a Frente Ampla montou uma “base operacional” em Paris com vários de seus membros se dirigindo para a cidade, dentre eles Edmundo Moniz, Ênio Silveira e Kubitschek. O objetivo era fazer contatos com alguns exilados que lá viviam ou se deslocavam com alguma frequência, como Raul Ryff, Max da Costa Santos e Waldyr Pires⁵⁶⁹, mas os alvos principais eram Celso Furtado e Miguel Arraes, que já estavam sendo especulados pela imprensa através de “informantes” de dentro da Frente Ampla. Também havia expectativa de que Goulart se dirigisse à capital francesa para se encontrar com Kubitschek. Segundo correspondência enviada a Goulart, Celso Furtado se encontra com Edmundo Moniz, Ênio Silveira e com Kubitschek em dias separados, quando finalmente teria se comprometido a participar da Frente Ampla como consultor técnico e não como elaborador de um programa, pois isso fugiria dos propósitos de uma “frente”. Miguel Arraes relutava em formalizar sua entrada, apesar de ser simpático a ela. Sua crítica era a falta de contato com as bases populares, mas considerava positivo o início de tentativas por parte dos frentistas e deixou as portas abertas para novas negociações, a serem realizadas no decorrer de 1968⁵⁷⁰.

Preocupado com esses possíveis novos encontros e adesões, o governo reativou sua vigilância no exterior. Enviou representações ao Uruguai para que os movimentos de João Goulart e de outros exilados fossem cerceados. Na verdade, essa vigilância sobre os exilados no exterior, que sempre houve a partir de 1964, começou a se institucionalizar em 1966 com a

⁵⁶⁹ Teria dito a Ênio Silveira que “no momento que o Dr. Jango integrou a Frente, passou a apoiar esse movimento. Não discutia mais”.

⁵⁷⁰ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio. Subsérie: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.*

criação do CIEEx (Centro de Informações do Exterior) pelo Itamaraty (com orientação do SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores), tendo como seu principal idealizador do embaixador Manoel Pio Corrêa, embaixador do Brasil no Uruguai desde o começo do governo militar⁵⁷¹. Em correspondência enviada a Lacerda por um dos emissários de Goulart – não identificado –, há uma explicação feita por Doutel de Andrade sobre o motivo de um aparente silêncio de Goulart em princípios de 1968: “O ministro do Interior do Uruguai tem feito ponderações quanto ao comportamento político dos exilados, pedindo que evitem pronunciamentos ou declarações que possam suscitar controvérsias com o Governo do Brasil”⁵⁷².

Desde o aparecimento na imprensa das primeiras notícias sobre a formação da Frente Ampla, em meados do ano anterior, o então governo Castelo Branco desdenhava do movimento através de declarações públicas marcando o tom das críticas com que os editoriais e colunistas da grande imprensa tratariam do assunto. A crença geral era de que a Frente Ampla era natimorta e que não conseguiria encontrar condições para consolidar o movimento. Entretanto, a despeito de todas as dificuldades em convencer os partidários das famílias políticas envolvidas a abraçarem tal movimento, o fato é que Frente Ampla era um assunto praticamente diário na maioria dos grandes jornais brasileiros há pelo menos 12 meses. A máxima “falem mal, mas falem de mim” pode ser claramente exemplificada com a Frente. Hélio Fernandes trata essa questão com fina ironia quando diz em artigo de “1 ano” de Frente Ampla, antes mesmo da entrada de Jango:

Há precisamente 365 dias a Frente Ampla dá manchetes, comentários de jornal, revistas, rádio e TV e discursos no Parlamento, além de acesos e prolongados debates na ARENA e no MDB. E todos insistem em dizer que ela não existe⁵⁷³.

Concluindo, citamos o que o célebre colunista Carlos Castello Branco do Jornal do Brasil avaliou quando da entrada de Jango na Frente Ampla:

⁵⁷¹ FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. In: IX Encontro Estadual de História: ANPUH-RS, 2008. *Anais*. Documento online. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210691256_ARQUIVO_textoanpuh2008.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

⁵⁷² *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵⁷³ FERNANDES, Hélio. *Recordações de um desterrado em Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro: Editora Tribuna da Imprensa, 1967, p. 147.

É inútil dizer que o encontro do Sr. Carlos Lacerda com o Sr. João Goulart nada acrescenta à Frente Ampla. Na verdade, tal encontro, de que resultou o manifesto de aliança, dá densidade política e popular ao movimento de mobilização contra o sistema implantado pelo governo revolucionário. O Sr. João Goulart continua a ser o mais prestigioso líder da corrente trabalhista, o herdeiro político do getulismo e a mais importante influência junto às direções sindicais. Seu prestígio estende-se a alguns setores da esquerda, habituados a colaborar com ele, entre os quais, sem qualquer propósito de intriga, deve-se citar o Partido Comunista oficial, de linha temporizadora e de tendência clássica para se infiltrar nas chamadas frentes populares. O primeiro resultado visível ocorreu no MDB, onde cessaram numerosas resistências [...]

O impacto não se traduzirá em resultados imediatos, mas a médio prazo o que conta na área trabalhista ingressará no movimento liderado pelo Sr. Carlos Lacerda [...]⁵⁷⁴

O ano que se aproximava, 1968, carregaria uma mística de rebeldia, contestação e quebra de padrões em uma memória compartilhada por todo mundo ocidental. No Brasil não será diferente. Mas aqui o ano será marcado não apenas pela efervescência do movimento estudantil e intelectual contra a ditadura, mas também pela violência e pela escalada da repressão por parte do governo, que fará inúmeras vítimas – dentre elas a Frente Ampla – e que, ao final do ano, culminará no AI-5, representando enfim o total e completo fechamento do Regime Militar, um processo que se iniciara a 31 de março de 1964.

⁵⁷⁴ Completo o quadro da Frente Ampla. Jornal do Brasil. 27 set. 1967, p. 5.

CAPÍTULO 5: O FIM DA FRENTE AMPLA E A ESCALADA DA REPRESSÃO

5.1 O AUMENTO DA VIGILÂNCIA MILITAR E AS MOBILIZAÇÕES POPULARES DA FRENTE AMPLA

Não é à toa que, junto a Presidência da República, nos Gabinetes Civil e Militar, os estudantes são responsabilizados, juntamente com a Igreja e a Frente Ampla, por 90% das enxaquecas governamentais⁵⁷⁵.

Para aqueles já comprometidos com o projeto de formação da Frente Ampla, o documento firmado em Montevidéu confirmou definitivamente a entrada de João Goulart no movimento, o que significaria na prática a consolidação da “união dos contrários”, considerada por muitos como impossível.

A Frente Ampla estava, enfim, completa, mas isso não significava que ela encerraria a busca por novas adesões. Dentre os novos nomes possíveis, se destacaram o do governador Abreu Sodré⁵⁷⁶ e, mais uma vez, do ex-presidente Jânio Quadros.

Jânio Quadros – que diversas vezes negara a intenção de participar da Frente Ampla por causa da presença de Lacerda – em janeiro de 68, segundo alguns de seus correligionários, a fim de evitar um isolamento ainda maior e desacreditado na possibilidade de uma anistia por parte do governo Costa e Silva⁵⁷⁷, “admite a possibilidade de rever essa posição”⁵⁷⁸. Sobre essa possível aproximação, o próprio Lacerda comenta:

[...] Recebi já dois recados do Dr. Jânio Quadros por outro deputado, Dep. Veiga Brito, da Guanabara, de maneira que eu não sei bem em que pé está este assunto, e também não me interessa muito não, e o Dr. Jânio Quadros sabe o endereço da Frente Ampla, já procurou duas vezes o Dr. Juscelino Kubitschek, já mandou procurar o Dr. João Goulart, até antes de mim. Chegou lá o oferecimento dele pra mandar um emissário para se entenderem sobre a Frente Ampla, de maneira que ele pode se dirigir a mim, pode se

⁵⁷⁵ POERNER, Arthur. J. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 296.

⁵⁷⁶ Entrevista de Lacerda a TV-TUPI de São Paulo. Sem data certa. Provavelmente em fevereiro de 1968. Tal entrevista se encontra transcrita nos anexos deste trabalho.

⁵⁷⁷ Jânio viaja sem esperanças de que Costa lhe dê anistia. *Tribuna da Imprensa*, 04 mar. 1968, p. 2.

⁵⁷⁸ Janistas negam adesão. *Jornal do Brasil*, 24 jan. 1968, p. 3.

dirigir ao Dr. Juscelino ou ao Dr. João Goulart, eu estou certo que qualquer de nós o receberá com muito prazer [...]⁵⁷⁹

Para os apoiadores da Frente Ampla, a entrada de Jango dá uma nova dinâmica para o movimento, pois significou não apenas a entrada de elementos trabalhistas, que até o momento se recusavam a assumir posição, mas também ganha novamente espaço midiático, colocando-as mais do que nunca em pauta.

Por outro lado, a carta de Montevideú ofereceu um novo argumento para os seus críticos. Se boa parte destes criticava a Frente Ampla por não ser “ampla” o suficiente para mobilizar a opinião pública e nem a classe política, agora outra porção de seus críticos poderiam finalmente confirmar suas críticas por ela agora ser “ampla demais”.

Os debates na Câmara e no Senado refletem esse novo momento. Por exemplo, o senador arenista, Daniel Krieger, preocupado com a nova configuração do movimento e os novos ataques e críticas de Lacerda ao governo, em discurso no senado passa a se referir à Frente Ampla como um movimento “tipicamente subversivo e negativista”. Em reposta, o senador “frentista” Josaphat Marinho defende o movimento que representa ao dizer que é o governo federal o maior responsável pelo “desenvolvimento do arbítrio”⁵⁸⁰.

Para muitos, inclusive militares ainda simpáticos ao lacerdismo e à Frente Ampla, isso foi a gota d’água e o seu afastamento tornou-se definitivo⁵⁸¹. O jornalista Murilo de Melo Filho noticiou:

O lacerdismo está hoje convencido do tremendo desgaste a que se submeteu com o encontro de Montevideú. Foi desnecessariamente ostensivo e alienou talvez em definitivo a faixa militar que ainda o compreendia, como acontecia, por exemplo, com os Coronéis Sebastião Chaves, Antônio Moraes e Caracas Linhares [...] Daí o fato de estar a Frente Ampla, neste momento, sendo batida pelo fogo cruzado de várias outras frentes:

1. O Marechal Guedes Muniz, discursando no almoço de confraternização da turma da Escola Militar, a que pertence juntamente com o presidente da República, exigiu dele que fizesse calar os agentes da subversão e da anarquia que estão tentando jogar a nação contra os militares.
2. O Senador Dinarte Mariz, que prova da intimidade presidencial, acusou a Frente Ampla de ser subversiva e clamou por providências urgentes contra ela.

⁵⁷⁹ Entrevista de Lacerda à TV-TUPI de São Paulo. Op. cit.

⁵⁸⁰ Daniel Krieger admite que a hora é bastante grave. *Jornal do Brasil*, 25 jan. 1968, p. 3.

⁵⁸¹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 392.

3. A liderança da ARENA está sendo pressionada para agir finalmente não só contra os seus deputados que ingressaram na Frente Ampla, como também contra a indisciplina de pronunciamentos como os dos Srs Rafael de Almeida Magalhães e Murilo Badaró⁵⁸².

Exilado, Goulart recebe preocupadas opiniões de Lacerda a respeito da reação da área militar através de um de seus emissários (grifos nossos):

Os cálculos de Lacerda sobre suas áreas, diz José Aparecido, falharam. A reação dos lacerdistas continua em ebulição e causando-lhe consequências. Nos meio militares, longe de aprofundar as discordâncias, uniu os Generais Comandantes de Exércitos e os Comandantes das principais Guarnições Militares, de tal maneira, **estão em condições de exigir atitudes do Governo. De enquadrá-lo, e até, se for o caso, substituí-lo.** Os generais e coronéis colocaram a Frente como retorno da anti-revolução, da volta dos cassados e retrocesso ao passado⁵⁸³.

Exagero ou não do autor da carta, o fato é que a preocupação do governo com a Frente Ampla é cada vez maior a partir de agora. De acordo com Luis Mir, para os militares, a Frente Ampla, já consolidada com a presença Jango, era um perigo real e imediato para o governo e que colocava em risco o seu projeto político.

O verdadeiro inimigo se traduzia em duas palavras: Frente Ampla. Ela rompia a unidade civil-militar interna que tinha sido viga central do golpe de 64. No momento em que essa articulação de ex-inimigos mortais se torna uma plataforma política comum, os militares estão concluindo o processo de transformação de exército convencional em força repressiva policial para uma guerra de extermínio contra o inimigo interno⁵⁸⁴.

Na mesma correspondência endereçada a Goulart por seu secretário José Aparecido de Oliveira citada acima, a reação dos militares da linha dura ao encontro é relatada com preocupação:

Diz que os Generais Mamede, Sizenô, Muricy e outros, estiveram reunidos, recentemente, depois do encontro de Montevideu, analisando o passo que dera Lacerda em direção de Jango. Entendia que o que o ex-governador pretendeu concretizar com essa sua atitude foi arvorar-se de arauto da redemocratização [...]. Lacerda desprezara as advertências que lhe foram feitas não só por Mamede, como Sizenô e outros – de que não deveria dar o passo relativo a Jango. O Pacto de Lisboa com Juscelino, os militares já

⁵⁸² JK não quer anistia. *Revista Manchete*, 23 nov. 1967.

⁵⁸³ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁵⁸⁴ MIR, Luis. Op. cit., p. 239.

consideraram uma demasia, mas acabaram aceitando como uma posição de respaldo para a saída do Marechal Castelo Branco e a posse do Marechal Costa e Silva. O encontro com Jango foi diferente. Este representa, de fato, conteúdo popular, traz cobertura política e mexe nas mais diversas áreas. O ciclo revolucionário, no entender dos militares, não está concluído e a Frente Ampla, com Jango, representa um passo de desafio à Revolução. É a primeira coisa que fez no Brasil à revelia dos detentores do poder. Os militares julgam que não é o momento de restaurar na sua plenitude a soberania popular. Representou para eles o encontro de Montevidéu, uma evidente ameaça. Afora isso, Lacerda fez uma mudança de “acampamento”. E isso eles não aceitavam⁵⁸⁵.

Carlos Fico – que em recente pesquisa teve acesso a documentos secretos do governo dos EUA sobre a ditadura no Brasil – apresenta a cópia de uma carta do embaixador norte-americano John W. Tuthill no Brasil, datada de dois de fevereiro de 1968 e endereçada ao Secretário para Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado daquele país, expressa suas preocupações acerca de um suposto plano de um grupo de *lunatic fringe*⁵⁸⁶ formado por militares brasileiros para assassinar Carlos Lacerda⁵⁸⁷. O jornalista Elio Gaspari também cita um plano de militares para matar Lacerda, desta vez identificando os envolvidos como aqueles envolvidos com caso PARA-SAR⁵⁸⁸.

Sentindo os ânimos se exaltarem, após entrada de Jango o governo muda a estratégia em relação ao movimento. Segundo o deputado Martins Rodrigues, secretário geral do MDB, o governo militar abandona daqui pra frente a tática da “minimizar a Frente Ampla”. Segundo o emedebista, o governo se encontrava agora “perplexo” e sem margem de manobra no meio político, o que lhe deixava como opção apenas atos de força para conter o crescimento da Frente⁵⁸⁹.

Poucos militares podem ser elencados como apoiadores da Frente Ampla. Na verdade a grande maioria era militares já cassados ou reformados pela “Revolução”, como Amaury

⁵⁸⁵ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.*

⁵⁸⁶ “Lunatic fringe” é um termo em inglês usado para caracterizar membros de um grupo político ou social que adota posturas extremas e ações radicais. O termo teria sido cunhado pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1858–1919) para definir os membros do movimento anarquista daquele país no começo do século XX.

⁵⁸⁷ FICO, Carlos. *O Grande Irmão*. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵⁸⁸ Caso PARA-SAR, também conhecido como “Atentado ao Gasômetro”, diz respeito a um plano terrorista de extrema-direita arquitetado, em 1968, pelo brigadeiro João Paulo Burnier para desacreditar os opositores ao regime militar. Consistia em empregar o esquadrão de resgate Para-Sar da aeronáutica na detonação de explosivos em diversas vias públicas do Rio de Janeiro e que seriam atribuídos a movimentos de esquerda. Na fase secundária da missão, haveria o sequestro e assassinato de cerca de quarenta personalidades da política brasileira, dentre eles Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek. GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. p. 290-292.

⁵⁸⁹ Não podem mais minimizar a Frente. *Jornal do Brasil*, 29 set. 1967, p. 5.

Kruel e Ricardo Nicoll. Daqueles da ativa, podemos destacar o nome do general Pery Bevilaqua, então Ministro do Supremo Tribunal Militar. Em carta de 19 de dezembro de 1967, Lacerda agradece o apoio que vinha recebendo de “seu general”⁵⁹⁰ através de entrevistas e discursos. Bevilaqua, maquiavelicamente, seria reformado em decorrência das punições do AI-5 semanas antes de se aposentar aos 70 anos no cargo de ministro do STM, mas se tornaria uma referência quando do processo de abertura e anistia⁵⁹¹.

A vigilância e a pressão sobre Lacerda aumentam ainda mais, assimilando atos claros de censura e boicote, assim como já havia acontecido em meados de 1967 em resposta aos seus ataques quando do desterro de Helio Fernandes em Fernando de Noronha. Em 25 de janeiro de 1968, o Jornal do Brasil noticiava:

Os repórteres de rádio e televisão que cobrem o setor político na capital (São Paulo) receberam, ontem, instruções das direções de suas emissoras – que estariam cumprindo determinação do CONTEL⁵⁹² – para ignorarem a presença do Sr. Carlos Lacerda em São Paulo, para onde virá a fim de ser paraninfo dos formandos da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Álvaro Penteado⁵⁹³.

Na mesma edição, o jornal expressa que, no campo militar, sobretudo dentre aqueles ligados ao Ministro Albuquerque Lima, a situação apresenta-se ainda mais dramática:

Segundo informações de diversas áreas, um grupo de coronéis tem-se reunido nos últimos dias, tendo deliberado agir contra o ex-governador carioca se, em seu discurso (a ser realizado em São Paulo), ele levantar temas que possibilitem agitação no panorama político nacional. Os rumores que ontem correram em São Paulo de que o II Exército estaria de sobreaviso devido à presença do Sr. Carlos Lacerda foram desmentidos pelo governador Abreu Sodré [...] ⁵⁹⁴

Com Goulart na Frente Ampla, a verdadeira preocupação do governo era o início das “agitações” de ruas e da sempre tão comentada, mas nunca explicada, “subversão”. Naquele contexto, um passo “natural” da Frente Ampla seria consolidar sua aliança com elementos comunistas, e isso era outra preocupação da ditadura. Em entrevista à TV Tupi de São

⁵⁹⁰ Carta de Lacerda a Pery Bevilaqua, 19/12/1967. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

⁵⁹¹ GASPARI, Elio. *Ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 105.

⁵⁹² Conselho Nacional de Telecomunicações, órgão na época diretamente subordinado ao Presidente da República.

⁵⁹³ Jânio se define sobre “frente”. *Jornal do Brasil*. 25 jan. 1968, p. 3.

⁵⁹⁴ Idem, *ibidem*.

Paulo⁵⁹⁵, Lacerda responde da seguinte maneira ao ser perguntado se poderia se encontrar com Luís Carlos Prestes:

Mas o senhor Luís Carlos Prestes não morde ninguém! E nem é hidrófobo. Eu tenho absoluta tranquilidade quanto às minhas idéias de maneira a poder encontrar com qualquer pessoa e discutir, até para chegar à conclusão de que não podemos nos entender. Eu não tenho medo, sempre sustentei isto, e creio que tenho autoridade para dizer isso. Porque quando essa gente estava toda batendo continência aí, até para comunista, eu tava lutando quase sozinho. Então eu tenho direito de dizer isso. Nunca tive medo dos comunistas. Sou contra o comunismo. E se amanhã, o Partido Comunista pretender, dentro da lei, defender as suas idéias, não sou contra que ele possa defender suas idéias. Eu prefiro o Partido Comunista defendendo suas idéias dentro da lei do que o Partido Comunista fora da lei conspirando contra a lei. É evidente, isso existe em toda parte do mundo. Por que o Brasil, com quase 90 milhões de habitantes, há de viver como se fosse menor de idade mental? Como se fosse uma menina amedrontada e apavorada com o comunismo? Quem tem medo do comunismo deve trabalhar pela democracia, e não substituir a democracia por uma ditadura [...]

Durante o VI Congresso Nacional do PCB, realizado clandestinamente em dezembro de 1967, o partido reafirmara o seu apoio à “ampla frente democrática” contra a ditadura em suas resoluções⁵⁹⁶. O cerco dos Serviços de Segurança da Ditadura aumentava em relação à Frente Ampla e suas ligações com os comunistas. Segundo a ata da reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada a 30 de dezembro de 1968, munida de informação proveniente do SNI: “Em 12 de fevereiro de 1968, foram apreendidos em poder da comunista Maria da Graça várias cartas assinadas por Renato Archer, onde afirmava que: só através da desmoralização das Forças Armadas os objetivos da Frente Ampla seriam atingidos”⁵⁹⁷.

Naquele contexto, havia outro grupo extremamente ativo e organizado que vinha ocupando as ruas em protestos cada vez mais incisivos contra a ditadura e que ainda era refratário à idéia de se aliar a Frente Ampla, mas que não eliminava essa possibilidade totalmente, o que deixava os militares extremamente preocupados: o movimento estudantil – ou, como vinha sendo chamado pela imprensa na época, “o poder jovem”.

O jornalista Arthur Poerner, escrevendo no calor no momento⁵⁹⁸, publica no começo de 1968 um livro com a história do movimento estudantil no Brasil⁵⁹⁹, fazendo uma

⁵⁹⁵ A entrevista encontra-se transcrita nos anexos deste trabalho.

⁵⁹⁶ “O VI Congresso do P.C.B”. In: CARONE, Edgar. *O P.C.B.* Vol. 3, São Paulo: DIFEL, p. p. 72-79.

⁵⁹⁷ Arquivo Nacional. *Ata da 44ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada no dia 30 de dezembro de 1968*. Brasília, p. 31. Disponível em:

<http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013048_2578.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁵⁹⁸ A “nota complementar” do livro, datada de 3 de abril, comenta sobre a morte de Edson Luis.

⁵⁹⁹ POERNER, Arthur. J. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

retrospectiva desde os tempos do Brasil Colonial até a efervescência dos últimos meses, que é, de fato, o objetivo da publicação. Ao abordar a questão do então movimento estudantil e as oposições ao governo militar naquele momento, Poerner assim descreve como o MDB e a Frente Ampla eram encarados pelo “poder jovem” (com grifos nossos):

Não se pense, entretanto, que a oposição visceral da juventude ao governo a integre na oposição legal do MDB ou na controvertida Frente Ampla. Os estudantes **simplesmente ignoram o primeiro**, por considerá-lo produto do desejo governamental de organizar – ele próprio – sua oposição [...]

Quanto à Frente Ampla, os esforços desenvolvidos pelos seus líderes se revelaram insuficientes para captar a simpatia dos jovens, que, **pelo menos até o momento, não a aceitam, o que não significa, evidentemente, que não possam aceitá-la no futuro**, hipótese bem mais provável do que o acolhimento do MDB. [...] ⁶⁰⁰

O maior problema da Frente Ampla, segundo a ótica dos estudantes descrita por Poerner, era a inconsistência “ideológica” do movimento. Entretanto, acreditamos que essa crítica seria justa se a Frente Ampla se apresentasse como representante de apenas uma cultura política brasileira. Essa cobrança, por mais coerente que seja em virtude da ideologia bem definida do movimento estudantil, não faz sentido em se tratando de um movimento cuja característica é exatamente a união de várias correntes conflitantes advogando um objetivo comum: a volta da ordem democrática pré-1964 com algumas reformas pontuais. Na Frente Ampla, os membros mais próximos dos estudantes eram o senador Mário Martins⁶⁰¹, o seu suplente Marcelo Alencar⁶⁰² e o deputado e jornalista Hermano Alves⁶⁰³.

Mas é importante destacar que, a despeito desses possíveis futuros entendimentos entre Frente Ampla e movimento estudantil, as principais lideranças estudantis, como Vladimir Palmeira e Luis Travassos, declaravam publicamente suas críticas a Frente Ampla negando, pelo menos até aquele momento, qualquer união com aquilo que eles consideravam ser uma aliança burguesa populista⁶⁰⁴.

De qualquer forma, os finais de 1967 e o início de 1968 são marcados pela busca por atos e mobilizações públicas e ligações com as bases sindicais e estudantis.

Inicialmente, essa iniciativa seria por parte do grupo de Renato Archer, dos trabalhistas e de Luiz Maranhão, pois Lacerda se encontrava em viagem aos EUA durante o

⁶⁰⁰ Idem, ibidem, p. p. 302-303.

⁶⁰¹ Idem, ibidem, p. p. 291 e 304.

⁶⁰² Idem, ibidem, p. 300.

⁶⁰³ Idem, ibidem, p. 288.

⁶⁰⁴ DULLES, John. F. Op. cit., p. 531.

mês de novembro, o que “esfriou” o movimento por algumas semanas, chegando a imprensa a falar num possível “recesso”, que na verdade nunca houve.

Correspondências endereçadas a Goulart relatam essas novas disposições. Numa delas, de finais de outubro de 1967, durante uma reunião convocada por Oswaldo Lima Filho, Luiz Maranhão expressou a seguinte opinião, segundo o remetente da carta:

Luiz Maranhão deu o seu ponto de vista em torno da cobertura popular e o que se poderia fazer em favor da Frente Ampla. Considera que esta poderá motivar os trabalhadores na luta pelo desarrocho salarial. Os responsáveis pela Frente, para merecer dos trabalhadores a acolhida, deveriam estabelecer uma “ponte” entre os empresários e a classe operária, para juntos, a exemplo do que está ocorrendo em vários setores, enfrentar a política salarial do governo. Além disso, os parlamentares que integram a Frente deverão demonstrar no Congresso uma disposição de luta pelas causas dos trabalhadores, notadamente, em torno do desarrocho. O movimento sindical que está ressurgindo, aos poucos, e até timidamente, não se dispõe arriscar a sua estrutura, feita com o trabalho de formigas. Os trabalhadores não vão emoldurar movimentos políticos sem objetivos ou reciprocidade. O sindicalismo, que está se reorganizando, tem hoje uma consciência nítida do momento, o que pode fazer e o que não deve ser feito. Está surgindo de baixo para cima. E o que se refere à Frente Ampla, esta é que deve ir ao encontro e não os trabalhadores lhe darem respaldo⁶⁰⁵.

Em outra correspondência, provavelmente escrita em finais de dezembro de 1967, um de seus emissários (assinado apenas como “T” – Talarico?) lamentava a pouca participação dos elementos trabalhistas da Frente Ampla junto a sua histórica base:

No Rio e São Paulo tinham sido levadas e a efeito reuniões regionais de trabalhadores e realizado o II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, que reuniu este último mais de trezentos representantes sindicais, sem que a Frente Ampla tivesse tomado qualquer posição ou procurando contato com os respectivos conclaves⁶⁰⁶.

O primeiro encontro da Frente Ampla com a área sindical só aconteceria em princípios de outubro, envolvendo Renato Archer e “40 pessoas” no escritório de certo “Dirceu, ex-dirigente do PSD e portuário”. No dia 25 de outubro, com a presença de “Autran, Severino, Ubaldino, Cantalice, Pereirinha e outros. Cerca de 20 pessoas”.

O Secretário Geral Executivo da Frente Ampla ouviu críticas e prevenções a respeito do movimento. Segundo Cantalice, a Frente Ampla

⁶⁰⁵ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.*

⁶⁰⁶ Idem, *ibidem*.

só ganhará consistência na medida em que se situe nos problemas vitais do povo. Por exemplo: na campanha contra o arrocho salarial, na luta pela liberdade sindical, pela restauração das liberdades e contra a espoliação nacional, e sem dúvida alguma, a anistia. Considera a Frente um movimento ideal para consolidar alianças, mas não para servir de escudo ou instrumento de interesses personalísticos [...]

Em referência a “antigos companheiros” que se colocaram frontalmente contra a Frente Ampla, e com certeza se referindo a Brizola:

Fazer contatos e reuniões com grupos e diversas áreas. Constituir núcleos. Realizar conferências. Atuar nos movimentos populares, e de maneira objetiva e pacífica. Enfim, queremos explicar a Frente e superar a campanha que nossos inimigos e adversários e, principalmente, antigos companheiros, fazem contra esse movimento e seus líderes⁶⁰⁷.

A Frente Ampla aos poucos aumentava seus contatos com o meio sindical. Goulart chegou a escrever uma carta⁶⁰⁸ explicando o seu encontro com Lacerda para que ela fosse entregue aos antigos companheiros que ainda estivessem refratários à ideia do movimento. Um dos seus emissários, em correspondência enviada a Montevideu, comentou as opiniões de José Gomes Talarico sobre essa carta e seu efeito nesses novos contatos:

Sobre a carta do Dr. Jango explicando o encontro, julgou boa e alcançou efeitos positivos no Nordeste. Era preciso integrar, o quanto antes, os trabalhadores, servidores públicos, estudantes e intelectuais. A desfiguração que pretendiam sustentar contra o Dr João Goulart poderá ser superada com um trabalho de esclarecimento e de diálogo nas áreas populares⁶⁰⁹.

Com esses novos avanços, em relação ao grupo brizolista, a Frente Ampla alcançara uma vitória parcial. Em fevereiro de 1968, depois de conversa ao telefone com o deputado frentista Martins Rodrigues, Brizola garantia que a despeito de ainda não fazer parte do movimento com Carlos Lacerda, não iria mais hostilizá-lo e que liberaria os seus “ex-trabalhistas” a entrarem na Frente Ampla “desde que ele [Lacerda] se propusesse a lutar pela redemocratização do país”⁶¹⁰.

⁶⁰⁷ Idem, ibidem. Não conseguimos identificar todos os nomes citados. Ubaldino Santos teve seus direitos políticos cassado na primeira lista de cassados em abril de 1964. “Pereirinha” trata-se de Antônio Pereira Filho, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

⁶⁰⁸ A carta encontra-se reproduzida nos apêndices deste trabalho.

⁶⁰⁹ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

⁶¹⁰ Brizola diz que não entra na Frente Ampla, mas libera os ex-trabalhistas. *Tribuna da Imprensa*, 23 fev. 1968, p. 3.

Com o apoio de Dante Pelacani – ex-presidente da Federação Nacional dos Gráficos e cassado em 1964 –, em princípios de março de 1968, Archer começa a distribuir, junto a órgãos de imprensa, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, associações estudantis e eventos públicos, milhares de pequenas brochuras intituladas “Documentos Básicos da Frente Ampla”, que reuniam o seu Manifesto de criação e as declarações oficiais de seus principais membros⁶¹¹.

Mas, apesar dessas limitações a sua atuação política, Lacerda era constantemente convidado por instituições de ensino⁶¹², associações profissionais e Câmaras Municipais⁶¹³ de diversos estados para realizar conferências divulgando a Frente Ampla, além de críticas ao governo e ao clima de repressão e violência⁶¹⁴.

O primeiro ato dessa nova fase do movimento aconteceu em Belo Horizonte, no dia 17 de janeiro de 1968 e foi realizado no plenário da Assembléia Legislativa num evento organizado pelo Centro de Cronistas Políticos⁶¹⁵.

Convidado a discursar na Câmara Municipal de Governador Valadares no dia 15 de março em nome da Frente Ampla, Lacerda faz um violento pronunciamento contra o Governo e contra o general Jayme Portella (Chefe do Gabinete Militar e considerado a “eminência parda” de Costa e Silva). Tal discurso, que foi reproduzido em vários jornais da grande imprensa⁶¹⁶, revoltou novamente boa parte dos militares e de altos escalões do governo⁶¹⁷.

Com a repercussão do evento realizado em Governador Valadares, o Jornal do Brasil afirmava, a 19 de março, que Lacerda já teria recebido mais de 50 convites “de norte a sul do país” para falar sobre a Frente Ampla⁶¹⁸. Ainda segundo a matéria, Renato Archer teria dito que nas últimas semanas Lacerda estaria recebendo o título de Cidadão Honorário de várias câmaras municipais.

⁶¹¹ Cópias de tais brochuras estão arquivadas no *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

⁶¹² Os meses de dezembro e janeiro são meses de formaturas e Lacerda era constantemente convidado a ser paraninfo de formandos dos cursos de Jornalismo, Economia e Direito. Cada discurso, geralmente feito para centenas de pessoas da elite, transformava-se em evento público da Frente Ampla, contando inclusive com repercussão nos principais jornais do país. Destes eventos, destacam-se os realizados em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

⁶¹³ O *Arquivo Carlos Lacerda - UnB* apresentam uma grande quantidade telegramas e recortes de jornais noticiando convites para que a Frente Ampla se dirigisse às respectivas Câmaras Municipais e fizesse seus atos no local.

⁶¹⁴ Convites para Lacerda falar passam de 50. In: Jornal do Brasil, 19 mar. 1968. Correspondências e recortes de jornais reunidos no Acervo Carlos Lacerda em posse da UnB mostram que Lacerda passou por vários estados da região sul, sudeste e nordeste nos meses de março e início de abril de 1968 em nome da Frente Ampla.

⁶¹⁵ Lacerda chega de carro a Belo Horizonte para falar sobre a revolução. Jornal do Brasil, 17 jan. 1968, p. 4.

⁶¹⁶ Lacerda: Regime Lembra Ku Klux Klan. In: Jornal do Brasil, 16 mar. 1968.

⁶¹⁷ MELLO, Jayme P. de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. p. 538-539.

⁶¹⁸ Convites para Lacerda falar passam de 50. Jornal do Brasil, 19 mar. 1968, p. 4.

Tais eventos, que marcam o início de uma série de atos em prol da Frente Ampla, coincidiram com as manifestações estudantis realizadas em todo o país em repúdio à violência policial que causara a morte do estudante Edson Luís em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro.

Prevista para o mês de março, organizou-se em Recife a chamada “Semana da Redemocratização”, com a presença dos deputados Oswaldo Lima Filho, José Carlos Guerra e Hermano Alves. Como Lacerda não poderia estar presente, o evento ficou adiado para abril. Segundo Lacerda, o mês de abril seria “para a região nordestina”, incluindo as capitais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão⁶¹⁹. Segundo o Jornal do Comércio de Recife, o encontro em Recife, a ser realizado no Teatro Santa Isabel, teria a presença de Dom Hélder Câmara⁶²⁰.

Mas os principais atos da Frente Ampla previstos para março eram os comícios de rua, que começaram no estado de São Paulo. Luiz Maranhão, que focalizou os entendimentos que se processaram na região, foi um dos principais responsáveis pelo primeiro comício realizado no ABC paulista, uma área “sindical operária”, que contou com a participação de deputados estaduais e de toda a cúpula política da Frente Ampla, a exceção dos cassados. Ele fora finalmente realizado na cidade de São Caetano do Sul, em 23 de março de 1968, com a presença de cerca de 3 mil pessoas. Segundo o biógrafo de Lacerda, John Dulles, a despeito dos comentários positivos dos frentistas após o comício, o povo não recebera o evento com muito entusiasmo⁶²¹.

No dia 25, Lacerda, em caravana de frentistas, vai a Campinas, onde faz uma conferência com algumas centenas de estudantes e recebe outro título de cidadão honorário. Seguindo sua turnê por São Paulo, vai a Piracicaba e faz nova conferência. No dia 29 de março, um dia após a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, Lacerda já estaria em Londrina, no Paraná, onde houve outro comício, com a participação de Matta Machado, Gastone Righi, Padre Godinho, Renato Archer, Jorge Cury “e outros”⁶²². No dia seguinte, na cidade de Apucarana, os frentistas participam de um programa de rádio local, no qual denunciaram que estavam sendo acompanhados por elementos do SNI e do CENIMAR, o que

⁶¹⁹ Frente Ampla vai promover comícios. Estado de Minas, 07 mar. 1968, p. 5.

⁶²⁰ Frente surgirá agora em várias cidades do país em nova ofensiva. Jornal do Comércio. Recife, 08 mar. 1968.

⁶²¹ DULLES, John. F. Op. cit., p. 526.

⁶²² Arquivo Nacional. *Ata da 45ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada em 16 de janeiro de 1969*. Brasília, p. 83. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2585.pdf> Acesso em: 20 jul. 2013.

de fato ocorria⁶²³. Ao final do mesmo dia, em Maringá, acontece um novo comício da Frente Ampla com alguns milhares de pessoas⁶²⁴.

Nos finais de março, os frentistas já se preparavam para organizar para o dia 1º de Maio, Dia do Trabalho, um “comício monstro” na cidade de Santos⁶²⁵, em mais uma investida ao movimento sindical, mas esse evento evidentemente nunca aconteceu⁶²⁶.

5.2 A RADICALIZAÇÃO DAS RUAS E O FIM DA FRENTE AMPLA

*O perigo agora é outro. O perigo é nós ficarmos passando na mão de General pra General e o povo não ter nem liberdade e nem possibilidade de fazer valer os seus direitos. Esse que é o perigo, no momento*⁶²⁷.

As semanas seguintes foram marcadas por inúmeros protestos de rua envolvendo, sobretudo, os estudantes nas grandes capitais. Não é objetivo de nosso trabalho abordar tais movimentos, que constam com uma vasta bibliografia, mas para nós é importante destacá-los, pois, mesmo sabendo que eles aconteceram de forma autônoma pelo movimento estudantil, a leitura do governo Costa e Silva era de que havia um risco real e imediato de que as manifestações do “poder jovem” pudessem se aliar às mobilizações públicas marcadas pela Frente Ampla para o mês de abril e seguintes. Como diz o general Jayme Portella de Mello em suas memórias sobre o governo do qual fez parte:

Desta peregrinação e contatos de toda a natureza, o Sr. Lacerda formou o movimento político que denominou “Frente Ampla”, que passou a agitar as áreas políticas e estudantis do país. A imprensa era livre e ele atacava o governo, não lhe dando tréguas para prosseguir no cumprimento do seu programa de realizações. As agitações da “Frente Ampla” eram acompanhadas pelos órgãos de segurança do governo em todas as minúcias. O movimento crescia ganhando adeptos, inclusive no Congresso Nacional,

⁶²³ Idem, ibidem, p. 84.

⁶²⁴ Frente Ampla vai promover comícios. Estado de Minas, 07 mar. 1968, p. 5.

⁶²⁵ DULLES, John. F. Op. cit., p. 528.

⁶²⁶ Segundo o verbete “Frente Ampla” do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da FGV, de autoria de Sergio Lamarão, houve comícios da Frente Ampla nas cidades paulistas de Santo André e São Bernardo do Campo. Contudo, nossa pesquisa não conseguiu confirmar todas essas informações. Ver: LAMARÃO, Sérgio. *Articulação da oposição – a Frente Ampla*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/8Exilio/Articulacao_da_oposicao.asp>. Acesso em 05 maio 2009.

⁶²⁷ Entrevista com Carlos Lacerda - TV Tupi. Site: *Um Brado Retumbante*. <

<http://depoimentos.stagium.com.br/videos/entrevista-com-carlos-lacerda-tv-tupi>>. Acesso em 08 maio 2013.

mas o governo se reservava para tomar atitude decisiva, quando julgasse oportuna⁶²⁸.

Não cabe a nós avaliar se as suspeitas do então Chefe do Gabinete Militar do governo Costa e Silva estavam certas ou não. Considerado um dos homens fortes do governo, Jayme Portella deixa transparecer o pensamento que os militares alinhados ao governo tinham da situação no calor do momento. A Frente Ampla não era mais, de forma alguma, aquele movimento que “só existia em jornais”. As mobilizações estavam começando, as adesões eram cada dia maiores e a tendência era de que o movimento intensificasse suas ações populares. Era, portanto, perfeitamente compreensível o temor de que movimento estudantil e a Frente Ampla pudessem se unir contra o governo, e isso poderia assumir proporções imprevisíveis caso ambos continuassem a agir de maneira livre.

O assassinato do estudante secundarista Edson Luis pela polícia, em decorrência dos protestos iniciados no restaurante estudantil Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, provocaria uma onda de indignação nacional que tomaria as ruas, as tribunas, os jornais e colocaria praticamente toda a intelectualidade e boa parte da sociedade brasileira contra o governo. O clima era de tensão e as perspectivas incluíam um novo ato institucional ou mesmo estado de sítio.

Foi assim que com o general Jaime Portella descreveu aqueles dias em suas memórias:

Tumultos sucediam-se engrossados por elementos que evidentemente não eram estudantes, mas agitadores. Os organizadores da “Frente Ampla” aproveitavam a oportunidade para atacar o governo, responsabilizando-o pelos acontecimentos em foco. No Congresso Nacional, os porta-vozes da agitação incriminavam o governo de arbitrário e de outros adjetivos⁶²⁹.

De fato, o deputado Mário Covas, em Brasília, um dos líderes da Frente Ampla na Câmara dos Deputados, responsabilizou o governo federal pelo crime. No dia 3 de abril, um manifesto escrito por Lacerda e Kubitschek e distribuído à imprensa por Renato Archer no dia anterior, foi lido na tribuna da Assembléia Legislativa da Guanabara pelo deputado frentista Salvador Mandim, criticando o governo e “insuflando os estudantes”. Segundo o Jornal do Brasil, até aquele momento, a Frente Ampla mantivera-se à margem dos acontecimentos estudantis. Com o pronunciamento de Lacerda, ela enfim se solidariza com o pensamento e com a revolta estudantil, sendo, segundo o jornal, a primeira solidariedade de teor político que

⁶²⁸ MELLO, Jayme P. de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Op. cit., p. 520.

⁶²⁹ Idem, ibidem, p. p. 541-542.

os estudantes recebem. Antes, estes só contavam com alguns sacerdotes católicos e alguns líderes sindicais e intelectuais⁶³⁰.

As pressões dos ministros militares aumentavam e exigiam que o governo tomasse uma atitude contra o movimento. Receoso da escalada oposicionista e de um possível crescimento do movimento, em 5 de abril de 1968, ainda vivendo a crise política e a onda de protestos pela morte de Edson Luis, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, emite a Portaria nº177⁶³¹, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla (ou em nome dela), que a partir daquele momento ficava fora da lei.

Segundo a portaria, divulgada na íntegra em vários jornais no dia seguinte, a partir daquele momento a Frente Ampla estava proibida. Qualquer manifestação pública, declarações, entrevistas ou publicações em nome da Frente Ampla seriam consideradas ilegais. Os cassados que se manifestassem em nome dela deveriam ser presos em flagrante e outros estariam sujeitos a inquéritos policiais baseados na Lei de Segurança Nacional, além da apreensão de publicações que fizessem qualquer menção a ela, junto com o estabelecimento de multa.

Como afirma Rondon Pacheco, então Chefe da Casa Civil de Costa e Silva, o governo, ao perceber que havia um grande risco de que o movimento de Lacerda tomasse proporções contra-revolucionárias, tomou enfim uma decisão preventiva⁶³².

No dia seguinte à portaria, Lacerda lança, em provocação, a “União Popular”⁶³³, já que a proibição das manifestações políticas era apenas para a Frente Ampla. Mas após esse ato teatral, Lacerda entraria numa semana de silêncio (junto com Kubitscheck), o que deixaria o movimento acéfalo.

Menos em reação a portaria do que ao inquietante silêncio dos primeiros dias dos líderes da Frente Ampla, os deputados Martins Rodrigues, Mário Covas, Edgard Matta Machado, Hermano Alves, dentre outros, chegaram a marcar uma reunião em Brasília para apreciar o assunto. Tal reunião não foi consumada em virtude de considerarem imprescindível a presença de Archer e esclarecimentos de Lacerda, que até o dia 15 daquele mês mantinha-se afastado de reuniões⁶³⁴.

⁶³⁰ Lacerda condena a violência em manifesto contra o governo. *Jornal do Brasil*, 03 abr. 1968, p. 5.

⁶³¹ O texto integral da portaria se encontra nos anexos desse trabalho.

⁶³² PACHECO, Rondon. Entrevista ao autor por telefone. Uberlândia, 20 jul. 2009.

⁶³³ União Popular. *Tribuna da Imprensa*, 07 abr. 1968.

⁶³⁴ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro*. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.

Nas semanas seguintes à portaria, políticos frentistas, como Renato Archer, Oswaldo Lima Filho, Hermano Alves, Mário Covas e Josafá Marinho, fizeram várias defesas da Frente Ampla através da imprensa e de discursos parlamentares, que provocaram calorosos debates com deputados governistas⁶³⁵. Até mesmo parlamentares contrários ao “esquema do ex-governador Carlos Lacerda”, como o deputado emedebista João Herculino, posicionaram-se contra o fechamento desta pelo “mini-ato” do Ministro Gama Silva⁶³⁶.

Deputados federais e estaduais lacerdistas chegaram a divulgar um Manifesto condenando a portaria como “inconstitucional”⁶³⁷, mas a “União Popular” (nada mais do que a Frente Ampla com outro nome) aos poucos foi sumindo do noticiário enquanto juristas e jornalistas criticavam a ilegalidade da portaria, que ameaçava a suposta liberdade de imprensa ainda vigente.

Antes de ter sido fechada, a Frente Ampla esboçou uma nova tentativa de se aproximar do movimento estudantil. Aproveitando a imensa mobilização de rua que os jovens vinham organizando nas capitais e a comoção pela morte de Edson Luis, poucos dias após o fechamento da Frente Ampla, Lacerda recebe uma correspondência de alguém ligado ao presidente João Goulart⁶³⁸ citando um telegrama (no dia 31 de março, ou seja, anterior a portaria nº 177) do ex-presidente orientando os frentistas ligados ao seu grupo que se solidarizassem com o movimento estudantil, pedindo um entrosamento entre Renato Archer, Doutel de Andrade e outros “companheiros” no processo.

A mesma carta faz referência a um segundo telegrama, enviado no dia seguinte ao primeiro, desta vez de Ivo Magalhães, pedindo informações a respeito das ações que teriam sido adotadas nesse sentido. Dias depois dessa movimentação, a Frente Ampla é fechada. Coincidência? Diz a carta (grifos nossos):

Estivemos com Renato Archer, Edmundo Moniz, Wilson Fadul, Chico Teixeira, Doutel, Mario Pedrosa, Ênio Silveira e demais companheiros. [...]

⁶³⁵ Tais discursos e debates estão disponíveis para consulta online no site do Congresso Nacional e podem ser acessados a partir de busca eletrônica utilizando “Frente Ampla” no campo de pesquisa. *Discursos e notas taquigráficas*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

⁶³⁶ Herculino quer luta sem trégua. *Jornal do Brasil*. 10 abr. 1968.

⁶³⁷ Manifesto condena Portaria. *Jornal do Brasil*, 18 abr. 1969. Os deputados que assinaram o manifesto: Mauro Magalhães, Raul Brunini, Caio Mendonça, Geraldo Monerat, Mauro Werneck, Salvador Mandin e Veiga Brito.

⁶³⁸ Infelizmente a carta não está assinada e as iniciais que a fecham são incompreensíveis para nós. Mas sabemos de que é alguém intimamente ligado ao ex-presidente João Goulart porque ela faz referência a uma carona oferecida a “Maria Teresa” e “João Vicente” (esposa e filho de Goulart) entre Porto Alegre e Rio de Janeiro. Excluindo os nomes citados na carta, acreditamos que ela tenha sido escrita por José Gomes Talarico. Carta datada de 11 abr. 1968. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

Surge, então, o agravo da situação [...] e passamos a ter nossa liberdade vigiada ostensivamente. [...]

No edifício em que moramos, foram postados dois agentes do DFP⁶³⁹ (sic) e no sítio em Guaratiba igualmente [...]. Ao ser anunciada a portaria do ministério da Justiça (contra a Frente Ampla) quiseram nos prender. Não estávamos, todavia, na residência. [...]

A esposa em virtude disso, dirigiu-se a ABI e sindicato dos jornalistas protestando contra a presença de policiais em nossa porta e pedindo que essas entidades procurassem saber as razões de nossa procura. Pediu ao Ênio e ao Moacyr Felix, procurassem elucidar a situação. Estes, através de pessoa amiga, souberam do General Luiz Carlos de Freitas, delegado do DFP (sic) na Guanabara:

1 – Já estávamos com nossa liberdade vigiada;

2 – Depois disso, ordem de detenção partida diretamente do gabinete do ministro da Justiça;

3 – A prisão deveria coincidir com a portaria contra a Frente Ampla, devido às nossas atividades e mensagens recebidas nos últimos dias de Montevideú.

4 – A prisão determinaria outras medidas contra elementos cassados que apoiavam a Frente Ampla.

A carta foi escrita no dia 11 de abril. Descontando o intervalo de envio e entrega até chegar às mãos, ela pode ter assustado o destinatário.

No dia 20 de abril, ou seja, cerca de uma semana apenas após a leitura da carta, Lacerda parte para uma viagem à Europa que duraria mais de dois meses (voltaria em dois de julho). Esta viagem, apesar das negações públicas por parte de seus correligionários, foi considerada uma “deserção” por alguns de seus colegas frentistas, sobretudo os trabalhistas e os “independentes”⁶⁴⁰. Dentre os últimos, o ex-senador Josaphat Marinho lembrava com certo rancor décadas depois em entrevista já citada anteriormente:

O que não me agradou foi, como se diz, o final da Frente Ampla. O Ministro Gama Filho baixou uma portaria extinguindo a Frente Ampla numa sexta-feira que antecedia a Semana Santa. E a partir daí, tivemos dificuldades para conversar com Carlos Lacerda, sendo que pouco depois ele embarcou para a Europa.

Em reunião realizada na residência de Kubitschek, no dia 15 de abril, com a presença da cúpula do movimento, ainda se tentava uma sobrevida. Segundo o autor (não identificado) de um longo relatório sobre os acontecimentos pós-portaria enviado a João Goulart no exílio:

Não sendo um movimento “consentido”, mas de oposição autêntica, não se devia recuar ou entrar de recesso, apenas porque uma portaria ministerial

⁶³⁹ Trata-se, na verdade, do DPF (Departamento de Polícia Federal). Foi o nome do General Luiz Carlos Freitas que nos possibilitou identificar o erro do autor da carta.

⁶⁴⁰ Archer vai a Brasília colher para discurso sobre Frente. Jornal do Brasil. 23 abr. 1968, p. 4.

proibiu as atividades da Frente Ampla. Aceitar ou submeter-se a esse arbítrio é fraqueza alta de princípios⁶⁴¹.

Mas sem dúvida, o maior tema da reunião foi o anúncio da viagem de Lacerda:

Depois da reunião na residência de Juscelino, Martins Rodrigues e Mário Covas foram conversar com Lacerda, mas isso não alterou a situação. Os dois reiteraram que parecia mal a ele, Lacerda, viajar neste momento. Não podiam compreender. Mantiveram uma conversa de cerca de duas horas. Ao final, Martins Rodrigues disse-lhe que fazia questão de frisar a sua frontal discordância do ex-governador pela viagem. Não podia aceitar, nem impedir. Tinha o dever de lhe dizer que infelizmente a atitude de Lacerda não lhe satisfazia⁶⁴².

Segundo este mesmo relatório dos acontecimentos enviados a Goulart no exílio, houve mais uma reunião, desta vez na residência de Edmundo Moniz, no dia 16 de abril, onde estavam reunidos os brigadeiros Chico Teixeira, Ricardo Nicoll, os coronéis Scaffa, Jocelin Brasil e Fortunato, além de Luis Maranhão e de Gomes Talarico. A preocupação dos presentes era a necessidade de João Goulart emitir uma nota pública reafirmando os princípios do Pacto de Montevidéu. Essa posição, inclusive sustentada por Francisco Teixeira, poderia aproveitar o “vácuo de poder” dentro da Frente Ampla com a ausência de Lacerda e o silêncio de Kubitschek⁶⁴³.

O fato é que a portaria pegou os frentistas de surpresa. Mais uma vez, citamos passagens do relato enviado a Goulart: “Na noite do dia 14, em trânsito para Brasília, passou pelo Rio Davi Lerer, que procurou Doutel e Edmundo Moniz, dizendo que em São Paulo todos estavam perplexos e pedia orientação como se situar na Câmara dos Deputados”⁶⁴⁴.

Com Lacerda fora do Brasil, os frentistas – sobretudo Archer – ainda tentaram, através de declarações à imprensa, dizer que a Frente Ampla não havia acabado. Mas era inegável que o movimento sem Lacerda ia perdendo substância e visibilidade.

Lacerda volta ao Brasil em 2 de julho e recebe ameaças de ser preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional caso volte a falar sobre a Frente Ampla. Correspondências com Goulart comprovam que as conversações continuaram, reafirmando os laços entre os três líderes, mas não há quaisquer novas perspectivas da volta de eventos da Frente Ampla, além

⁶⁴¹ *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Série: Exílio. Subséries: JGe 1966.05.05, JGe 1965.01.02.*

⁶⁴² Idem, *ibidem*.

⁶⁴³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*.

de relatos sobre a situação nacional e especulações sobre uma possível revolta da linha dura contra o governo caso ele não tome atitudes enérgicas.

Segundo os Serviços de Informação da ditadura, os meses de junho e julho foram marcados por novas reuniões entre os ex-membros da Frente Ampla, como mais uma tentativa de restabelecer um novo movimento de oposição ao regime, mas desta vez com ares conspiratórios. Algumas correspondências endereçadas a Goulart, datadas de junho e julho de 1968, realmente falam de conversações com novos contatos nas áreas militares, mas nada que confirme os relatórios dos serviços de informação relatados na quadragésima quarta reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada em 30 de dezembro de 1968, após o AI-5:

Após a extinção da Frente Ampla:

- 1) Informação 255/68, de 2 de junho de 1968, do EME. De que a transformação da Frente Ampla em Frente de Libertação Nacional surgiria oportunamente apoiada na linha auxiliar do Partido Comunista (Ação Popular) e nos movimentos Estudantis e Operários. Similar movimento seria provocado no meio político com verdadeira rebelião da ARENA. O objetivo seria obter o Estado de sítio, fechamento do Congresso e medidas de exceção para estabelecer um clima de subversão. A cúpula do movimento seria ocupada por: Juscelino Kubitscheck, João Goulart Lacerda e Helder Câmara.
- 2) Informe B 2-437/CIE, de junho de 1968. A campanha da extinta Frente Ampla, composta por Juscelino Kubitscheck, Carlos Lacerda, João Goulart e Helder Câmara pretendia intensificar a ação interna para obter agitações e movimentos grevistas constantes nos meios estudantis e trabalhistas. Haveria participação ativa da Ação Popular de Helder Câmara e Sebastião Baggio. Integração com um Bloco Parlamentar Trabalhista em ação contra o Governo. Criar a Frente de Libertação Nacional em lugar da Frente Ampla.
- 3) Informe A1-CENIMAR 0313/68, de 18 Jun 68: Frente Ampla atuando na ilegalidade e dispondo de vinculações nas Forças Armadas.
- 4) Informe AI-266/68, de 26 Jun. 68, do EME. Juscelino Kubitscheck, João Goulart, Carlos Lacerda e Helder Câmara articulados para criar a Frente de Libertação Nacional no regresso de Lacerda da Europa - Ação intensa subversiva e articulada com Leonel Brizola desencadeando guerrilhas. Jânio Quadros aderindo. - Apoio de expressões parlamentares do partido do Governo e da Ação Popular coordenada por Helder Câmara. - Regresso de João Goulart e intensa agitação estudantil e operárias se dariam.
- 5) Informação 642/E/2 do IV Ex., de 27 Ago 68. - Atividades subversivas em contacto com elementos políticos e Helder Câmara, em Recife, de 27 a 31 Jul 68.
- 6) Informe B2-524/68, de 31 Out 68, do EME. - Participação de Carlos Lacerda na crise fabricada na Aeronáutica no caso do PARA-SAR⁶⁴⁵.

Célio Borja, que teria ouvido essa mesma explicação do Ministro Gama e Silva, quando este justificava a cassação de Carlos Lacerda, nos disse em entrevista que considerou

⁶⁴⁵ Arquivo Nacional. *Ata da 44ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada em 30 de dezembro de 1968*. Brasília, p. 38. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013048_2578.pdf> Acesso em: 20 jul. 2013.

essa tese como “Histórias da Carochinha”⁶⁴⁶. Verdade ou não, exagero ou não, essa versão foi lida pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, general Jayme Portella de Mello, na reunião que definiu a cassação da cúpula da Frente Ampla na primeira lista de finais de 1968.

Os meses seguintes seriam marcados pelo aumento da radicalização política, greves, protestos de estudantes, atentados a bomba, milhares de prisões e uma crise com o Congresso Nacional envolvendo o pedido de cassação do deputado emedebista Márcio Moreira Alves, que culminará com a decretação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, o primeiro ato sem data estipulada para fim de sua vigência, o que mostrava que o fechamento do regime chegara ao seu ponto mais rígido.

No mesmo dia em que o AI-5 foi editado, o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por prazo indeterminado, completando o quadro repressivo. O recesso se estenderia até 22 de outubro de 1969 e, quando voltou a funcionar, estava com suas prerrogativas profundamente reduzidas para eleger o General Médici.

No mesmo dia, Lacerda e Juscelino, assim como Helio Fernandes, são detidos e levados presos. O primeiro é levado de barco ao Forte Santa Cruz em Niterói. Lá, os militares recebem ordens para levá-lo de volta ao Rio de Janeiro, sem saber ao certo o destino do prisioneiro. Lacerda perde a paciência, mas não perde o bom humor (negro, no caso) e dispara contra os oficiais: “Não, agora espere aí! Eu não sou iô-iô de general. Se estou preso, estou preso, mas quero saber aonde vou. Não vou ficar passeando pela baía de Guanabara”⁶⁴⁷.

Na prisão, Lacerda divide cela com Mário Lago e Hélio Fernandes. No dia 19 de dezembro, Lacerda é obrigado a prestar depoimento para um interrogatório com a presença de elementos do SNI e do DOPS⁶⁴⁸.

Desde a sua prisão, Lacerda vinha fazendo greve de fome em forma de protesto⁶⁴⁹, mas, graças à intervenção de amigos e parentes⁶⁵⁰, foi libertado dias depois, antes da virada do ano. No dia 30 de dezembro de 1968 é publicada a primeira lista de nomes dos cassados do pós-AI-5. Carlos Lacerda e vários outros frentistas, dentre eles Renato Archer, Mário Covas,

⁶⁴⁶ BORJA, Celio. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 nov. 2011.

⁶⁴⁷ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 376.

⁶⁴⁸ O interrogatório de Lacerda ao SNI-DOPS se encontra reproduzido nos anexos deste trabalho. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

⁶⁴⁹ A carta em que Carlos Lacerda avisa a sua família que está fazendo greve de fome em forma de protesto pode se encontrada em LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 454.

⁶⁵⁰ Uma carta de autoria da filha de Carlos Lacerda endereçada ao presidente Costa e Silva se encontra nos anexos deste trabalho.

Raul Brunini, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves são cassados. Nas semanas seguintes novas listas de cassados seriam editadas em janeiro, fevereiro e outras pelo ano de 1969.

Sobre as cassações de políticos do MDB, o jornal Diário de Minas, no dia primeiro de janeiro de 1969, dizia: “Praticamente só foram cassados políticos comprometidos com a Frente Ampla [...] O decreto das cassações – no entender do MDB – foi para cassar a Frente Ampla”. Semanas depois, segundo levantamento do Jornal do Comércio de Pernambuco, em 18 de janeiro de 1969, dos 48 deputados cassados até aquele momento, pelo menos “23 eram membros da Frente Ampla”. Se estendermos esses números para deputados federais não contabilizados por esses levantamentos, senadores, deputados estaduais e outros, o número de frentistas cassados é ainda bem maior⁶⁵¹.

Segundo Sandra Cavalcanti, em exercício de memória, revalorizando o movimento do qual fez parte:

O AI-5 estava pronto para ser utilizado assim que pudesse. E a Frente Ampla foi um alerta. Se não tivesse tido a Frente Ampla, não tinha tido o AI-5 [...] O que prova como a Frente Ampla era, no fundo, um movimento bem articulado e que teria feito um enorme bem ao país se tivesse prosseguido⁶⁵².

Após a onda de cassações, Lacerda abandona a vida pública e passa a viver de seus empreendimentos. O mesmo acontece com Juscelino Kubitschek, que passa a viver de suas empresas e de sua fazenda em Goiás. João Goulart continuaria a ser um fazendeiro de sucesso no Uruguai e na Argentina até morrer no exílio.

Mas se a história da Frente Ampla termina nas cassações de 1968 e 1969, os seus ecos ainda repercutem até os dias atuais entrando para o rol das “teorias da conspiração” que povoam o conjunto de mitos e indícios de eventos da nossa história política recente que ainda não foram totalmente esclarecidos.

Juscelino Kubitschek morre em um acidente de carro na via Dutra, em 22 de agosto de 1976, uma semana após um boato sobre a sua morte em condições bem parecidas com a que tomou lugar no real.

João Goulart, que sofria de doença no coração há vários anos, morre por parada cardíaca no dia 6 de dezembro de 1976, em uma de suas fazendas na Argentina, em Mercedes, na província de Corrientes.

⁶⁵¹ No epílogo deste trabalho apresentamos uma lista de todas as pessoas que encontramos em nossa pesquisa e que podem ser classificadas como membros ou simpatizantes da Frente Ampla.

⁶⁵² CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011.

Carlos Lacerda morre em 22 de maio de 1977, no Rio de Janeiro, de septicemia depois de ser internado com uma forte gripe, depois de terminar o seu famoso “Depoimento” para a Fundação Getúlio Vargas.

A morte dos três ex-líderes da Frente Ampla, em um espaço de apenas nove meses, até hoje alimenta especulações de assassinatos planejados pela chamada Operação Condor, que se tratava de uma cooperação entre ditaduras militares do Cone-Sul que tinha como objetivo exterminar quaisquer opositores desses regimes. Até hoje são comuns especulações de que os nomes dos três ex-líderes da Frente Ampla estariam na lista de possíveis vítimas da Operação. Suas mortes, consideradas por muitos como “mal explicadas” reforçam as teorias da participação da Operação Condor.

Em finais de 2012, o cientista político Paulo Sergio Pinheiro, membro da Comissão Nacional da Verdade, em entrevista recente a um programa de TV aberta brasileira⁶⁵³, admitiu o interesse da Comissão em investigar a morte de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e, sobretudo, a morte de João Goulart, inserido-a no contexto da Operação Condor.

Não é objetivo deste trabalho qualquer análise sobre a morte dos três líderes da Frente Ampla, muito menos fomentar “teorias de conspiração”, mas não deixa de ser importante destacar que esse assunto, muitas vezes abordado pela ficção ou pelo sensacionalismo, ainda seja preocupação por parte de pessoas e instituições respeitadas dentro e fora do país.

Para além das teorias que povoam o imaginário e a literatura política sobre a ditadura e as conversas informais que sempre permearam as nossas pesquisas, sobretudo durante as entrevistas (e até mesmo durante a entrevista do processo de ingresso neste programa de doutorado da UFMG), no dia 3 de março de 2013, por decisão da Comissão Nacional da Verdade e do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, foi oficializado o pedido de exumação do corpo de João Goulart que se encontra enterrado no cemitério de São Borja, no Rio Grande do Sul. A justificativa se dá pela família do próprio ex-presidente, que acredita que ele possa ter sido envenenado.

Segundo a advogada criminalista Rosa Cardoso, também integrante da Comissão da Verdade, há “indícios concludentes” de que Goulart foi vigiado no exílio pela Operação Condor e que ele pode ter sido assassinado por ordem da ditadura brasileira, com conhecimento e conivência do então presidente Geisel⁶⁵⁴. Há ainda o depoimento do ex-

⁶⁵³ Record Atualidade. São Paulo: *TV Record*, 04 set. 2012. Programa de TV.

⁶⁵⁴ Comissão da Verdade decide exumar o corpo do ex-presidente João Goulart. UOL Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/05/03/comissao-da-verdade-decide-exumar-o-corpo-do-ex-presidente-joao-goulart.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

agente uruguaio Mário Neira Barreto, preso no Rio Grande do Sul, que confessou ter sido cúmplice do assassinato do ex-presidente por envenenamento, na Argentina. A exumação do corpo deverá ocorrer em setembro de 2013.

Essa tese, que se estende a Kubitschek e a Lacerda, já havia sido tema de um romance histórico⁶⁵⁵, em 2003, escrito por Carlos Heitor Cony, amigo próximo de Kubitschek. Mais recentemente a mesma tese reaparece no documentário "Dossiê Jango", produzido em 2012, de autoria do jornalista e cineasta Paulo Henrique Fontenelle.

⁶⁵⁵ CONY, Carlos Heitor & LEE, Anna. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

EPÍLOGO: OS MEMBROS E SIMPATIZANTES DA FRENTE AMPLA

Não encontramos em nossa pesquisa qualquer lista oficial de membros da Frente Ampla. Entretanto, nosso levantamento bibliográfico sobre o movimento encontrou – em várias fontes de origens e características diferentes⁶⁵⁶ – uma quantidade significativa de nomes de pessoas que participaram ou tiveram algum contato agregador com a Frente Ampla, desde suas conversações iniciais até a sua configuração e atuação no meio político e midiático. A lista é formada, sobretudo, por políticos, intelectuais e militares. Em alguns casos, os nomes aparecem porque foram elencados por pesquisadores, memorialistas e por testemunhas por nós entrevistadas. Há casos em que aparecem por terem sido citados na imprensa no período; ou ainda tantos outros, como no caso de políticos com mandato parlamentar, aparecem aqui listados porque defenderam abertamente a Frente Ampla em discursos e em apertes durante sua atuação em plenário⁶⁵⁷. Há ainda alguns nomes que aparecem somente em relatórios secretos do SNI e do CENIMAR citados em atas do Conselho de Segurança Nacional por participarem das “articulações da Frente Ampla”.

Ao lado dos nomes, indicaremos o partido e o cargo (ou outra informação que julgarmos relevante) que ocupavam no momento em que os “membros e simpatizantes” participaram das conversações ou foram cassados pelo governo militar. Há alguns casos em que personagens foram cassados antes da configuração da Frente Ampla e há outros casos em que não há registro de cassações, como no caso de alguns dirigentes do PCB. Há ainda casos como o do deputado Doutel de Andrade, que foi cassado antes de aceitar participar do movimento.

Não advogamos, de forma alguma, que todas as cassações desses indivíduos foram justificadas pelo fato deste ou daquele parlamentar ter feito parte da Frente Ampla. Os motivos de cada uma dessas cassações seria objeto de uma colossal pesquisa que enfrentaria sérios problemas em conseguir fontes, pois o Conselho de Segurança Nacional nem sempre especificava os motivos que o levavam a cada uma daquelas cassações, mantendo-se nos argumentos genéricos de “subversivos”, “ameaças à ordem”, “corrupção”, “agitações” e

⁶⁵⁶ Baseamo-nos em trabalhos de pesquisas anteriores, por publicações de memorialistas, depoimentos, em reportagens sobre a Frente Ampla na imprensa durante o seu período de existência, em discursos e apertes parlamentares e em arquivos secretos do SNI e do Conselho de Segurança Nacional disponíveis no site do Arquivo Nacional.

⁶⁵⁷ Os sites do Congresso Nacional e do Senado Federal apresentam gratuitamente ferramentas de busca online que possibilitam o acesso aos discursos parlamentares e notas taquigráficas através do nome do parlamentar, partido e/ou por palavras e expressões usadas, além de refinar a busca digital por data.

outras expressões comuns aos governos autoritários para punir seus opositores ou desobedientes (como no caso dos deputados arenistas que se recusaram a autorizar o processo de cassação contra o mandato de Márcio Moreira Alves).

Contudo, acreditamos que seja digno de nota que praticamente todos aqueles que participaram direta ou indiretamente da Frente Ampla foram cassados pelo governo. Alguns casos onde não houve cassação, como o de Sandra Cavalcanti, são justificados, segundo depoimento da própria, por contatos políticos influentes que intercederam por eles⁶⁵⁸. Acreditamos que o mesmo tenha acontecido com o senador Josaphat Marinho (que abandonou a vida pública em 1971), mas não temos qualquer fonte para confirmar esta suspeita.

Em reunião do Conselho de Segurança Nacional, convocada para decidir e justificar os cassados a serem elencados na lista de 16 de janeiro de 1969, ao saber que alguns nomes, como os dos deputados frentistas José Miguel Feu Rosa e Edilson Távora, seriam poupados (por intervenção de alguns membros do Conselho), o Ministro da Justiça Gama e Silva explicita sua contrariedade e destaca o principal critério que as primeiras listas de cassação do pós AI-5 apresentavam: “O critério que adotamos foi cassar todos aqueles que foram membros da Frente Ampla”⁶⁵⁹ e, mais adiante, “insisto no problema da Frente Ampla, se o governo declarou oficialmente aquele movimento como sendo subversivo e de agitação, considero a cassação de seu mandato como uma necessidade”⁶⁶⁰.

Concluindo, é importante destacar a ausência de qualquer referência – em todas as nossas fontes – à participação das principais lideranças do movimento estudantil nas articulações da Frente Ampla, o que confirma a interpretação de que o movimento não oferecia qualquer alternativa viável ou alinhada aos interesses da mocidade da “nova esquerda”.

⁶⁵⁸“Meu nome foi retirado da lista pelo Magalhães Pinto, segundo o depoimento que me deu o Hélio Beltrão. Mas aí fui caçada (com “ç”). Pois a primeira coisa que eles fizeram foi tirar meu programa de televisão do ar da TV Tupi, *Jornal da Noite*, em 1968”. CAVALCANTI, Sandra. Entrevista ao autor. Rio de Janeiro, 24 maio 2011. Vale lembrar que no momento da Frente Ampla ela não tinha cargo eletivo.

⁶⁵⁹ Arquivo Nacional. *Ata da 45ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada em 16 de janeiro de 1969*. Brasília, p. 91. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/sian/arquivos/1013049_2588.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁶⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 123.

Tabela: Nomes ligados direta ou indiretamente à Frente Ampla (organizados por ordem alfabética)⁶⁶¹

Nome	Partido ou informação no momento de sua participação na Frente Ampla ou punição	Data de Cassação, suspensão de direitos políticos e outras punições
Aarão Steinbruch	Senador MDB-RJ	16 de janeiro/1969
Alberto Braga Lee	Engenheiro e Empresário	–
Alberto Rajão	Dep. Est. MDB-GB	14 de março/1969
Alfredo Tranjan	Dep. Est. MDB-GB	14 de março/1969
Alceu de Carvalho	Dep. Fed. MDB-SP	–
Aloysio Caldas	Dep. Est. MDB-GB	14 de março/1969
Adhemar Scaffa Falcão	Coronel-Aviador	Reserva: 11 de abril/1964
Adolfo de Oliveira Franco	Senador ARENA-PR	–
Amaury Kruehl	Marechal	Reserva: 10 de agosto/1966
Amaury Silva	Ex-Ministro do Trabalho – PTB	10 de abril/1964
Amaral Gurgel	Dep. Est. MDB-SP	–
Américo Fontenele	General	–
Antonio V. Godinho, Pe.	Dep. Fed. MDB-SP	10 de fevereiro/1969
Antônio C. Pereira Pinto	Dep. Fed. MDB-RJ	10 de fevereiro/1969
Antônio Pereira Filho	Sindicalista	–
Armênio Guedes	Dirigente do PCB	23 de maio/1966
Ariosto Amado	Dep. Fed. MDB-SE	–
Artur Lima Cavalcante	Dep. Fed. PTB-PE	10 de abril/1964
Arthur Virgílio Filho	Senador MDB-AM	10 de fevereiro/1969
Barbosa Lima Sobrinho	Jurista	–
Bezerra Neto	Senador MDB-MT	–
Breno Dhalia da Silveira	Dep. Fed. MDB-GB	10 de fevereiro/1969
Caio Mendonça	Dep. Est. ARENA-GB	–
Carlos Lacerda	RJ/GB, ex-UDN	30 de dezembro/1968
Carlos Murilo	Dep. Fed. MDB-MG	01 de outubro/1969
Cid Carvalho	MDB-MA	10 de fevereiro/1969

⁶⁶¹ As datas e tipos de sanções de praticamente todas as pessoas que foram punidas pelos Atos Institucionais durante a ditadura foram compiladas e podem ser encontradas em: OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos Institucionais. Sanções Políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. Algumas foram encontradas no Diário Oficial da União, como foi o caso de João José Fontenella.

Cid Sampaio	ARENA-PE	–
Ciro Labarthe Alves	Coronel	Reserva: 14 de abril/1964
Ciro Kurtz	Dep. Est. MDB-GB	14 de março/1969
Celestino Filho	Dep. Fed. MDB-GO	14 de março/1969
Celso Passos	Dep. Fed. MDB-MG	30 de dezembro/1968
Chopin Tavares de Lima	Dep. Est. MDB-SP	16 de janeiro/1969
Claudio Braga	Dep. Fed. PTB-PE	20 de abril/1964
Dante Pelacani	Gráfico	10 de abril/1964
David José Lerer	Dep. Fed. MDB-SP	30 de dezembro/1968
Doutel de Andrade	Dep. Fed. MDB-RJ	12 de outubro/1966
Edgar Matta Machado	Dep. Fed. MDB-MG	16 de janeiro/1969
Edilson Távora	Dep. Fed. ARENA-CE	–
Edmundo Moniz	Jornalista, ligações com o PCB	–
Ênio Silveira	Jornalista, ligações com o PCB	14 de abril/1964
Eugenio Doin Vieira	Dep. Fed. MDB-SC	16 de janeiro/1969
Ewaldo Pinto	Dep. Fed. MDB-SP	16 de janeiro/1969
Fabiano Villanova	Dep. Est. MDB-GB	14 de março/1969
Flávio Rangel	Teatrólogo, ligações com o PCB	–
Flores Soares	Dep. Fed. ARENA-RS	16 de janeiro/1969
Feu Rosa	Dep. Est. ARENA-ES	–
Fortunato Câmara	Coronel-Aviador	Reserva: 11 de abril/1964
Francisco Teixeira	Brigadeiro	10 de abril/1964
Gashipo Chagas Pereira	General	–
Gastone Righ	Dep. Fed. MDB-SP	30 de dezembro/1968
Geraldo Monnerat	Dep. Est. ARENA-GB	30 de abril/1969
Getúlio de Moura	Dep. Fed. MDB-RJ	10 de fevereiro/1969
Guimarães Padilha	Jornalista	–
Hélio de Almeida	ex-Min. Viação e Obras Públicas	–
Hélio Fernandes	MDB-GB, sem mandato	11 de novembro/1966
Hélio Henrique Navarro	Dep. Fed. MDB-SP	30 de dezembro/1968
Hélio da Mota Gueiros	Dep. Fed. MDB-PA	30 de abril/1969
Henrique Henkin	Dep. Fed. MDB-RS	30 de dezembro/1968
Heráclito Sobral Pinto	Jurista	–
Hermano Alves	Dep. Fed. MDB-GB	30 de dezembro/1968
Humberto Lucena	Dep. Fed. MDB-PB	–

Ivo Magalhães	ex-Prefeito do Distrito Federal	10 de abril/1964
Iris Resende Machado	Prefeito de Goiânia – MDB	20 de outubro/1969
João Abraão Sobrinho	Senador MDB-GO	16 de janeiro/1969
João Goulart	PTB-RS	10 de abril/1964
João Herculino de Sousa	Dep. Fed. MDB-MG	16 de janeiro/1969
João José Fontella (irmão de Maria Thereza Goulart)	Funcionário do Gabinete Civil da Presidência da República	Exonerado: 9 de abril/1964
João de Seixas Dória	Ex-Governador de Sergipe	04 de julho/1966
Joel Ferreira	Dep. Fed. MDB-AM	–
Jocelyn Brasil	Coronel-Aviador	Reserva: 25 de setembro/1964
Jorge Cury	Dep. Fed. MDB-RJ	16 de janeiro/1969
Josaphat Marinho	Senador MDB-BA	–
José Aparecido de Oliveira	Secretário de Goulart	10 de abril/1964
José Bernardo Cabral	Dep. Fed. MDB-AM	10 de fevereiro/1969
José Carlos Guerra	Dep. Fed. ARENA-PE	30 de dezembro/1969
José Carlos Teixeira	Dep. Fed. MDB-SE	–
José Feliciano	Dep. Fed. MDB-MT	30 de abril/1969
José Gomes Talarico	Dep. Est. PTB-GB	10 de abril/1964
José Lurtz Sabiá	Dep. Fed. MDB-SP	30 de dezembro/1968
José Maria Alves Ribeiro	Dep. Fed. MDB-RJ	10 de fevereiro/1969
José Maria Magalhães	Dep. Fed. MDB-MG	16 de janeiro/1969
José Mariano Beck	Dep. Fed. MDB-RS	16 de janeiro/1969
José Martins Rodrigues	Dep. Fed. MDB-CE	16 de janeiro/1969
José Vecchio	Sindicalista	–
Júlia Steinbruch	Dep. Fed. MDB-RJ	12 de setembro/1969
Juscelino Kubitschek	PSD-MG/GO	08 de junho/1964
Leo de Almeida Neves	Dep. Fed. MDB-PR	14 de março/1969
Kardec Lemme	Tenente-Coronel	11 de abril/1964
Ladário Telles	General	Faleceu em finais de 1964
Lígia Doutel de Andrade	Dep. Fed. MDB-SC	10 de fevereiro/1969
Luis Carlos Prestes	Dirigente do PCB	10 de abril/1964
Luiz G. Paiva Muniz	Dep. Fed. PTB-RJ	10 de abril/1964
Luiz Ignácio Maranhão	Dirigente do PCB	08 de junho/1964
Luiz de Souza Cavalcanti	Dep. Fed. ARENA-AL	–

Marcelo Alencar	Suplente Senador MDB-GB	10 de fevereiro/1969
Márcio Moreira Alves	Dep. Fed. MDB-GB	30 de dezembro/1968
Marcos Kertzmann	Dep. Fed. ARENA-SP	16 de janeiro/1969
Mário Covas	Dep. Fed. MDB-SP	16 de janeiro/1969
Mário Gurgel	Dep. Fed. MDB-ES	10 de fevereiro/1969
Mário de Souza Martins	Senador MDB-GB	10 de fevereiro/1969
Mario Pedrosa	Dirigente trotskista	–
Matheus José Schmidt	Dep. Fed. MDB-RS	30 de dezembro/1968
Maurílio Ferreira Lima	Dep. Fed. MDB-PE	30 de dezembro/1968
Mauro Magalhães	Dep. Est. MDB-SP	30 de abril/1969
Mauro Werneck	Dep. Est. ARENA-GB	30 de abril/1969
Macdowell Leite de Castro	Dep. Est. MDB-GB	–
Moacyr Félix de Oliveira	Poeta, escritor, editor	–
Montenegro Duarte	Dep. Fed. ARENA-PA	10 de fevereiro/1969
Mozart Bianchi da Rocha	Dep. Est. MDB-RS	16 de janeiro/1969
Nelson Werneck Sodré	General reformado e ex-ISEB	13 de abril/1964
Nestor Duarte Guimarães	MDB, sem mandato. Jurista.	–
Nísia Coimbra Carone	Dep. Fed. MDB-MG	01 de outubro/1969
Orestes Timbaúva	Dirigente do PCB	25 de maio/1966
Osmar de Araújo Aquino	Dep. Fed. MDB-PB	16 de janeiro/1969
Osny Duarte Pereira	Desembargador	10 de abril/1964
Oswaldo Lima Filho	Dep. Fed. MDB-PE	16 de janeiro/1969
Paulo Freire de Araújo	Dep. Fed. ARENA-MG	10 de fevereiro/1969
Paulo Macarini	Dep. Fed. MDB-SC	16 de janeiro/1969
Paulo Silveira Werneck	Capitão de Mar	Reserva: 11 de abril/1964
Pedro Ludovico	Senador MDB-GO	01 de outubro/1969
Pedro Moreno Gondim	Dep. Fed. MDB-PB	10 de fevereiro/1969
Pery Constant Bevilacqua	Min. do Superior Tribunal Militar	Apos.: 17 de janeiro/1969
Raul Belém	Dep. Est. MDB-MG	14 de março/1969
Raul Brunini	Dep. Fed. MDB-GB	16 de janeiro/1969
Raul Ryff	Sec. de Imprensa de Goulart	10 de abril/1964
Régis Pacheco	Dep. Fed. MDB-BA	–
Renato Archer	Dep. Fed. MDB-MA	30 de dezembro/1968
Renato Azeredo	De. Fed. MDB-MG	–
Renato Celidônio	Dep. Fed. MDB-PR	10 de fevereiro/1969

Ricardo Nicoll	Brigadeiro	13 de abril/1964
Rubens Lang	Dep. Est. MDB-RS	14 de março/1969
Sadi Coube Bogado	Dep. Fed. MDB-RJ	10 de fevereiro/1969
Salvador Mandim	Dep. Est. MDB-GB	30 de abril/1969
Sandra Cavalcanti	ARENA, sem mandato	–
Sebastião Contrucci	Dep. Est. MD-GB	30 de abril/1969
Sergio Lacerda	Jornalista	–
Simão Viana da Cunha	Dep. Fed. MDB-MG	10 de fevereiro/1969
Tácito de Freitas	General	–
Thales Ramalho	Dep. Fed. MDB-PE	–
Ubaldo Santos	Sindicalista	10 de abril/1964
Valério Konder	Dirigente do PCB	25 de maio/1966
Veiga Brito	Dep. Fed. ARENA-GB	–
Waldyr Pires	Ex-Ministro	10 de abril/1964
Waldyr Borges	Advogado de João Goulart	-
Wilson Barbosa Martins	Dep. Fed. MDB-MT	10 de fevereiro/1969
Wilson Fadul	Min. Da Saúde – PTB-MT	10 de abril/1964

Ao todo, 333 políticos tiveram seus direitos políticos cassados com o AI-5, dos quais 95⁶⁶² eram deputados federais, cinco eram senadores, 151 deputados estaduais, 22 prefeitos e 23 vereadores. A ARENA, partido da base do governo e do regime, teve cerca de um décimo de seus parlamentares cassados. No entanto, quase três quartos dos cassados eram filiados ao MDB, o que desequilibrou ainda mais a configuração “situação” *versus* “oposição” no Congresso⁶⁶³, pois nas eleições de 1966, o MDB elegeu apenas 132 deputados federais, enquanto a Arena elegeu 277.

Em nosso levantamento a respeito dos membros/simpatizantes da Frente Ampla que foram cassados em decorrência do AI-5 (lembrando que outros já haviam sido cassados anteriormente, sendo que alguns antes mesmo da formação do próprio movimento), os nomes somaram 53 deputados federais (sem contar deputados estaduais), ou seja, aproximadamente 56% dos deputados cassados pelo AI-5 tiveram algum contato com o movimento. Dos cinco

⁶⁶² Saiba quem foram os deputados cassados pela ditadura militar. Documento online. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/432096-SAIBA-QUEM-FORAM-OS-DEPUTADOS-CASSADOS-PELA-DITADURA-MILITAR.html>>. Acesso 01 jun. 2013.

⁶⁶³ Como os deputados cassados deixaram de ser substituídos por suplentes a partir do Ato Institucional nº 2, no último ano da Legislatura 1967-1971 a bancada do MDB reduziu-se a menos da metade do número original de parlamentares.

senadores cassados no AI-5, todos eram ligados à Frente Ampla. Não estamos afirmando que essas pessoas foram cassadas porque fizeram parte ou declararam publicamente (geralmente através da imprensa) apoio à Frente, mas acreditamos que seja importante apontar que esse fato possa ter sido um dos motivos que levaram os militares ao expurgo destes nomes da política nacional por pelo menos 10 anos.

Elaboramos abaixo uma listagem com aqueles que julgamos terem sido os principais nomes das articulações da Frente Ampla, destacando o seu principal (mas não único) meio de atuação. Esta listagem foi elaborada a partir das informações recolhidas em diversos periódicos e em correspondências endereçadas a João Goulart no exílio, Kubitschek e Lacerda. Alguns Estados não constam porque não encontramos dados significativos em relação à atuação da Frente Ampla neles.

Lideranças supremas: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Na articulação de cúpula: Lacerda, JK, Goulart, Edmundo Moniz, Wilson Fadul, Francisco Teixeira, Luiz Maranhão, Doutel de Andrade, Renato Archer, Waldyr Borges, Oswaldo Lima Filho, Ênio Silveira.

Na imprensa: Lacerda, Kubitschek, Renato Archer, Helio Fernandes e Hermano Alves.

No Congresso Nacional: Josaphat Marinho, Mário Covas, Raul Brunini, Oswaldo Lima Filho, Hermano Alves, José Martins Rodrigues.

No meio sindical: João Goulart, José Gomes Talarico, Luiz Maranhão e Renato Archer.

No meio militar: Francisco Teixeira, Ricardo Nicoll, Adhemar Scaffa Falcão.

No meio estudantil: Mário Martins, Marcelo Alencar, Hermano Alves, Barbosa Lima Sobrinho.

Divisão por Estados

Amazonas: Arthur Virgílio Filho.

Bahia: Josaphat Marinho.

Ceará: José Martins Rodrigues.

Espírito Santo: Mário Gurgel, Feu Rosa.

Goiás: Mauro Borges, Pedro Ludovico.

Guanabara/Rio de Janeiro: Raul Brunini, Mauro Magalhães, Geraldo Monnerat.

Mato Grosso: Renato Archer.

Minas Gerais: Simão Viana da Cunha, Veiga Brito, Edgar Matta Machado, Carlos Murilo.

Paraná: Renato Celidônio.

Pernambuco: Oswaldo Lima Filho, José Carlos Guerra, Cid Sampaio.

Rio Grande do Sul: José Vecchio, Rubens Lang, José Mariano Beck.

Santa Catarina: Paulo Macarini, Lígia Doutel de Andrade.

São Paulo: Mario Covas, David José Lerer, Amaral Gurgel, Gastone Righ.

Sergipe: Seixas Dória, José Carlos Teixeira.

CONCLUSÃO

Uma das questões que nos interessaram em nossa pesquisa foi tentar entender não apenas a sequência factual de criação e atuação da Frente Ampla, mas por que tal iniciativa pela redemocratização não conseguiu atingir seus objetivos num país que, segundo alguns historiadores e memorialistas, era vítima de uma ditadura e que clamava por democracia.

Será que a sociedade brasileira, pelo menos em sua maioria, encarava a ordem democrática como primordial para a organização de suas vidas ou isso seria considerado algo menor (ou perfeitamente postergável) em face da necessidade urgente de “ordem” e “progresso” em época de “perigo vermelho”?

Outro ponto que consideramos importante em nossa pesquisa foi buscar reabilitar a Frente Ampla na História do Brasil no período. Não se trata aqui de enaltecer suas conquistas, pois estas, pelo menos naquilo que se propunha, foram poucas ou nenhuma (mesmo que tenha sido pioneira naquilo em que o próprio MDB faria a partir dos anos 70 ao receber membros de diversas vertentes ideológicas em oposição à ditadura). Tratou-se, acima de tudo, de destacar que algumas lideranças políticas, representando diferentes orientações ideológicas e partidárias – não alinhadas com a dita “nova esquerda” – se uniram em franca oposição à ditadura civil-militar que se instaurou no país. A derrota da Frente Ampla, assim como a derrota das guerrilhas e do movimento estudantil, são capítulos dramáticos que expressam parte da cultura política de um país, pois se “democracia”, “revolução”, “golpismo”, “socialismo” e “reformismo” eram palavras de ordem para alguns, para outros eram perigos ou ameaças. Portanto, acreditamos que conhecer o fracasso da Frente Ampla é conhecer parte de nossa cultura política naquele contexto. Por qual motivo uma parcela substancial da população brasileira aceitou tal “democracia vigiada”, “armada” e endossou a argumentação dos “revolucionários” de que o Brasil ainda não estava pronto para a volta da plena democracia?

Nos anos 60, o Brasil vivia um período crítico na democracia. Desde antes do golpe de 1964, a radicalização de alguns grupos de esquerda e de direita, inseridos no contexto global de Guerra Fria, não favorecia o apego às instituições democráticas para o atendimento de suas demandas e/ou para barrar as demandas adversárias⁶⁶⁴. Tratava-se, de fato, de uma democracia frágil, que, desde o final do Estado Novo, convivia com inúmeras crises

⁶⁶⁴ FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7Letras, CNPq, p. 41-51.

institucionais, nas quais pontificavam as disposições de setores antagônicos da sociedade brasileira por soluções “extralegais”, seja entre os setores conservadores anticomunistas – que apelavam à intervenção das Forças Armadas, consideradas por muitos como uma espécie de “Poder Moderador da República” –, seja entre os grupos nacionalistas e trabalhistas, formados na esteira da herança getulista, além de grupos revolucionários de esquerda.

O movimento da Frente Ampla nasce num período em que o autoritarismo e a centralização de poderes no Executivo apresentavam-se como as práticas institucionais predominantes. As Forças Armadas valiam-se do poder coercivo do Estado para conter a oposição. Por ser um movimento político voltado para a formação de uma opinião pública a favor da redemocratização do Brasil, a Frente Ampla enfrentava todas as limitações a prática política inerente a uma ditadura.

Segundo reflexão de Denise Rollemberg, a “prática e o caráter democráticos estavam longe de ser referência de nossa cultura política, uma ausência não exclusiva às elites”⁶⁶⁵. Em artigo intitulado “Método Cirúrgico”, o colunista Danton Jobim do jornal Última Hora⁶⁶⁶, mesmo deixando claro o seu apoio ao AI-5 e destacando as qualidades – segundo ele – democráticas e constitucionais de Costa e Silva, faz uma sincera reflexão ao indagar se o clima de “calma” e “sem pânico” no país no pós-AI poderia ser um sinal de que “nós estaríamos acostumados com a anormalidade” e que as “instabilidades de nossas instituições políticas já não assustam mais ninguém”. É revelador que mesmo após cinco atos institucionais e inúmeros atos complementares, com vasto histórico de ações arbitrárias e excludentes, o colunista ainda use o termo “ditadura” em seu texto como algo a ser desejado apenas por “alguns radicais” e não a realidade àquele momento. Para o colunista, e boa parte da grande imprensa, o Brasil passava por momentos difíceis, de fato, mas ainda não era uma ditadura. E pelos comentários deste em relação à visível “tranquilidade” do povo brasileiro (e dos bancos, como faz questão de destacar em seu artigo logo nas primeiras linhas) quanto aos últimos acontecimentos, podemos indagar até que ponto a questão da democracia era um valor compartilhado pela sociedade brasileira de finais dos anos 60.

As lideranças organizadoras do movimento oposicionista, sem dúvida, buscaram uma verdadeira “frente ampla”. Esta seria um catalisador das principais culturas políticas do Brasil, acreditando que juntas poderiam sintetizar aquela que seria a predominante, ou seja, a democrática. A Frente Ampla tentou aliar o liberalismo doutrinário dos “bacharéis da UDN” e

⁶⁶⁵ ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil – revolução e democracia*. Op. cit., p. 221.

⁶⁶⁶ Última Hora, 04 jan. 1969, p. 2.

o autoritarismo instrumental do próprio lacerdismo, com a mineiridade do juscelinismo, o trabalhismo nacionalista sindical de João Goulart e o “frentismo” histórico do PCB.

Seu fracasso decorre de um contexto em que a “ordem revolucionária”, representada pela aura histórica “moderadora e imaculada” dos militares, repudiava os “traidores da revolução”, o recente “passado populista” e a eterna “ameaça comunista”.

Consideramos também importante destacar a sua insólita composição. A Frente Ampla não conseguiu, em sua pouca duração, convencer a maior parte da opinião pública naquele período relativamente curto em relação ao evento da “Revolução”. Lembremos que do golpe a agosto de 1966, pouco mais de dois anos se passara e aquela união aos olhos de todos – críticos e apoiadores – era tanto extraordinária quanto surpreendente, o que despertava sentimentos legítimos de desconfiança e descrédito.

Segundo avaliação do Brigadeiro Francisco Teixeira, os maiores derrotados da Frente Ampla foram aqueles que mais lutaram pela sua efetivação, sendo estes exatamente aqueles que mais tinham a perder – Carlos Lacerda e Renato Archer – haja vista que a maior parte dos outros participantes ou já estavam com seus direitos políticos e mandatos cassados ou mesmo no exílio. Justificando tal opinião, Teixeira opina em depoimento ao CPDOC destacando a disposição da maior parte do grupo “lacerdista” (militar e civil) em aderir ao novo regime e não acompanhar a trajetória de rompimento com o governo golpista desencadeada por aquele que até então era considerado o seu líder político.

Porque ele [Lacerda] não trouxe a turma dele, nem os militares ele trouxe. Eles romperam com o Lacerda até porque estavam querendo se acomodar com o sistema, e não lutar contra. Uma luta política, dura, que redundou em cassações, do Renato, daquela turma toda. Ele realmente não trouxe nada, ele perdeu⁶⁶⁷.

Na memória política nacional, percebemos que a Frente Ampla ocupa o espaço de uma pequena nota de rodapé. Nas entrevistas que realizamos com pessoas que participaram das conversações na época, ficou nítido um sentimento de injustiça para com o movimento que, por não se enquadrar na memória favorável a ditadura e nem na memória das esquerdas, acabou relegado às zonas cinzentas da nossa memória histórica. Mas se a Frente Ampla fora tão inócua ou sem importância, como boa parte desta memória sobre o período costuma afirmar, por que o governo emitiria uma portaria tão severa na tentativa de riscar do mapa

⁶⁶⁷ TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992. 351, p. 300.

político qualquer menção ao seu nome? E o que dizer sobre a constatação de que a metade dos cassados durante todo o governo Costa e Silva, contando até o AI-5, eram “frentistas”?

O provérbio latino *aquila non capit muscas* pode ser traduzido para o português como “a águia não caça moscas”. O significado dele é bastante simples: alguém superior não se importa com coisas consideradas insignificantes. Se a Frente Ampla era tão sem relevância ou sem qualquer possibilidade de sucesso, como sustentavam seus adversários no momento de sua organização, por que a poderosa “águia da ordem” iria se importar com a “mosca subversiva”? Seria a tal mosca realmente perigosa? A isto não podemos responder, mas nos atrevemos a dizer que a águia não aceitava qualquer tipo de incômodo, mesmo um fraco zumbido. Esse é outro ponto que merece destaque. Nos primeiros meses de 1968, a Frente Ampla iniciou um processo de atos públicos e mobilização de bases sindicais através dos trabalhistas ligados a Goulart. Quais frutos isso poderia ter gerado? Jamais poderemos saber.

De posse dessas dúvidas, entramos na discussão das culturas políticas brasileiras abordando a defesa – ou não – dos ideais democráticos na sociedade brasileira e dos que participaram dos movimentos oposicionistas radicais. Até que ponto tais ideais norteavam setores da sociedade brasileira, sobretudo os grupos antagônicos no cenário político?

Acreditamos que seria teleológico de nossa parte dizer que a Frente Ampla foi um fracasso apenas por sua suposta inconsistência ideológica. O momento era de radicalização. A democracia dita “burguesa” não era agenda de nenhum dos grupos antagônicos com maior mobilização ideológica. O próprio MDB, como lembra Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁶⁸, sofreu com o baixo interesse das esquerdas nos primeiros anos de sua existência. Por vários motivos, os militantes da nova esquerda não encontravam no MDB (e nem na Frente Ampla) qualquer possibilidade de derrubada da ditadura e muito menos para a realização de um projeto socialista.

Neste momento em que nosso país enfrenta as discussões acerca dos crimes cometidos pelos agentes do governo militar contra os Direitos Humanos sob os olhos da opinião pública internacional, é importante destacar que o Brasil tornou-se uma ditadura a 31 de março de 1964 e entrou num processo de fechamento autoritário do regime que culminou no AI-5 em dezembro de 1968 (e não apenas após este). A Frente Ampla nasceu exatamente nesse contexto e seu fechamento marca mais um capítulo desse processo de escalada do autoritarismo.

⁶⁶⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O MDB e as esquerdas”. IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil – revolução e democracia*. Op. cit., p. 286.

CRONOLOGIA COMENTADA DA FRENTE AMPLA E DA DITADURA

Apresentamos agora, em ordem cronológica, fatos e eventos em forma reduzida – públicos ou não, diretos ou indiretos – que acreditamos terem sido importantes e representativos para o processo de formação, atuação e fechamento da Frente Ampla, contextualizando-os com o processo de endurecimento do regime militar. Destacaremos os atos autoritários do governo federal, as movimentações das oposições e a atuação da Frente Ampla através de seus membros, em destaque para Carlos Lacerda. Inicialmente partiremos do golpe civil-militar de 31 de março de 1964 e cobriremos até fevereiro de 1969, quando são divulgadas as últimas listas de cassações políticas advindas da decretação do AI-5 de 13 de dezembro de 1968. As principais fontes para a elaboração dessa cronologia são, além da nossa pesquisa bibliográfica, a imprensa escrita, sobretudo os periódicos: *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

1964

- 31 de março – Início do golpe militar-civil, que derruba o presidente João Goulart, com a movimentação de tropas saindo de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro.
- 03 de abril – Congresso Nacional declara vago o cargo de presidente da República. Ranieri Mazzilli assume interinamente a presidência.
- 04 de abril – Reunião do autointitulado “Comando Supremo da Revolução” com vários governadores no Rio de Janeiro. Registrado o primeiro conflito de opiniões entre Carlos Lacerda e o General Costa e Silva. O nome do general Castelo Branco é indicado para a presidência da República. Goulart chega ao Uruguai em busca de asilo político.
- 04 de abril – Reunião do General Humberto de Alencar Castelo Branco com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Nela, JK confirma seu apoio a Castelo Branco na esperança de que este apenas termine o mandato iniciado por Jânio Quadros.
- 09 de abril – Editado o primeiro Ato Institucional que confere ao “Comando Supremo da Revolução”, dentre outras arbitrariedades, poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964. Também são marcadas eleições indiretas para Presidência e vice-presidência da República com mandato até 31 de janeiro de 1966.

- 10 de abril – Divulgada a primeira lista de cassados. Dentre os 102 nomes, estão o de João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, assim como 29 líderes sindicais e oficiais das Forças Armadas.
- 11 de abril – Eleição indireta de Castelo Branco a presidência da República a fim de completar o mandato iniciado por Jânio Quadros em fevereiro de 1961.
- 13 de abril – Nova lista de cassações de civis e militares com cerca de 400 nomes.
- 08 de junho – Cassação do mandato e dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás, por 10 anos. Outros 39 políticos foram cassados.
- 13 de junho – Criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) sob o comando do General Golbery do Couto e Silva.
- 22 de julho – Através da emenda constitucional n.º 9, prorroga-se o mandato do presidente até 15 de março de 1967. Primeiro momento público de descontentamento de Carlos Lacerda com o governo. Congresso instaura também o processo de maioria absoluta nas eleições presidenciais e rejeita o voto dos analfabetos.
- 13 de agosto – O governo federal lança o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e passa a sofrer críticas de lideranças udenistas como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.
- 07 de novembro – UDN, em convenção extraordinária, confirma o nome de Carlos Lacerda como seu candidato à presidência da República em 1965.
- 08 de novembro – Final da vigência do primeiro AI traz nova lista de cassações, demissões e aposentadorias compulsórias, elencando novos 755 nomes.
- 09 de novembro – Sancionada a Lei n. 4.464 (Lei Suplicy de Lacerda) proibindo atividades políticas estudantis, colocando na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passam a atuar na clandestinidade. A partir dessa lei, todas as instâncias da representação estudantil ficam submetidas ao MEC.
- 25 de novembro – Governo federal determina intervenção no estado de Goiás dias após o STF ter concedido, por unanimidade, *habeas corpus* ao governador Mauro Borges.
- 07 de dezembro – Divulgado o conteúdo de correspondências entre Castelo Branco e Carlos Lacerda nas quais ambos praticamente “rompem relações” por conta das constantes críticas públicas do governador da Guanabara ao PAEG e à política nacional de minérios.

1965

- 15 de março – Carlos Lacerda e Magalhães Pinto encontram-se no Rio de Janeiro para unir suas críticas ao PAEG.
- 31 de abril – O deputado Ernani Sátiro, apoiado por Lacerda, conquista a presidência da UDN contra Aliomar Baleeiro, apoiado por Castelo Branco.
- 27 de maio – Em mais correspondência aberta a Castelo Branco, desta vez com 30 páginas, Lacerda ataca novamente o ministro Roberto Campos, aumentando a crise entre o governador e o governo federal.
- 08 de junho – O Congresso aprova a nova Lei de Inelegibilidades proposta pelo governo federal. O objetivo é evitar candidaturas da oposição consideradas “perigosas para o processo Revolucionário”.
- 06 de setembro – Marechal Henrique Teixeira Lott é considerado inelegível pelo TSE para concorrer ao governo da Guanabara. O PTB indica Negrão de Lima no lugar de Lott, que será eleito, vencendo o candidato de Lacerda.
- 07 de setembro – Sebastião de Almeida, vulgo “Tião Medonho”, é considerado inelegível pelo TSE para concorrer ao governo de Minas Gerais. O PSD, com apoio de Kubitschek, lança Israel Pinheiro, que será eleito, vencendo o candidato de Magalhães Pinto.
- 03 de outubro – Realizam-se eleições diretas para governador para 11 estados.
- 04 de outubro – Grande manifestação popular recebe Kubitschek na volta do auto-exílio de 16 meses no aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro. Em seguida ele é convocado a prestar depoimento na Polícia do Exército.
- 05 de outubro – Rebelião de militares da linha dura na Vila Militar no Rio de Janeiro contra o resultado das urnas do dia 3. Ameaçam derrubar Castelo Branco caso o presidente dê posse aos eleitos na Guanabara e em Minas Gerais.
- 06 de outubro – O presidente Castelo Branco garante posse de candidatos da oposição eleitos mesmo diante da ameaça de comandantes militares da linha dura.
- 07 de outubro – Carlos Lacerda, em cadeia de rádio e televisão, renuncia a sua candidatura à presidência da República chamando Castelo Branco de “traidor da revolução”, acusando-o de tramar a vitória de Negrão de Lima ao governo da Guanabara com o objetivo de enfraquecê-lo politicamente.
- 27 de outubro – Editado o Ato Institucional n. 2, que, dentre outros dispositivos, extingue os partidos políticos existentes, cria eleições indiretas para presidente da República e

confere ao referido cargo poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967. Em seu ato complementar nº 1, o AI-2 também institui o chamado Estatuto dos Cassados, que determina os direitos reservados aos cassados políticos.

- 20 de novembro – Expedido o ato complementar nº4, em cumprimento ao disposto no AI-2, que estabelece regras para a formação de novos partidos políticos, provocando o bipartidarismo.

1966

- 04 de janeiro – General Costa e Silva lança seu nome à sucessão presidencial sem o apoio de Castelo Branco.
- 05 de fevereiro – Editado o Ato Institucional n. 3, que, dentre outros dispositivos, extingue os partidos políticos existentes, cria as eleições indiretas para governadores, prefeitos de capital e “cidades estratégicas”.
- 24 de março – É criado o partido político MDB (Movimento Democrático Brasileiro).
- 04 de abril – É criado o partido político Arena (Aliança Renovadora Nacional).
- 10 de maio – Edição do Ato complementar nº 9 estabelece as regras de inelegibilidades.
- 25 de maio – ARENA homologa os nomes de Costa e Silva e de Pedro Aleixo como seus candidatos a presidente e a vice-presidente.
- 05 de junho – Adhemar de Barros, governador de São Paulo, é cassado sob alegação de corrupção.
- 08 de maio – O MDB anuncia que abre mão de lançar um candidato próprio para a presidência da República por considerar impossível qualquer chance de vitória enquanto as regras impostas pelo AI-2 e seus atos complementares mantiverem sua vigência.
- 19 de julho – Editado o ato complementar nº 16, que torna obrigatória a fidelidade partidária sob pena de cassação e perda do mandato.
- 25 de julho – Atentado a bomba no aeroporto de Guararapes, em Recife, tendo como alvo Costa e Silva, mata duas pessoas e fere outras nove.
- 07 de setembro – Aparecem na imprensa as primeiras referências à formação de uma “Frente Ampla” de oposição ao governo encabeçada por lideranças civis como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Jânio Quadros e Magalhães Pinto.

- 22 de setembro – A União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo na ilegalidade, estabelece o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura
- 03 de outubro – Com a abstenção da bancada do MDB, que se retirou do plenário, o marechal Artur da Costa e Silva é eleito presidente pelo Congresso, tendo como vice Pedro Aleixo
- 12 de outubro – São cassados seis deputados, dentre eles Doutel de Andrade e Sebastião Paes de Almeida.
- 20 de outubro – Castelo Branco decreta recesso do Congresso Nacional até 22 de novembro.
- 28 de outubro – É publicado oficialmente, na imprensa brasileira, aquilo ficou conhecido como Manifesto da Frente Ampl. O documento conta apenas com a assinatura de Carlos Lacerda, mas é divulgado que Juscelino Kubitschek e João Goulart participaram da elaboração do texto com ajuda de emissários.
- 10 de novembro – O jornalista Hélio Fernandes, candidato a deputado federal pelo MDB da Guanabara, tem seus direitos políticos cassados.
- 19 de novembro – Lacerda se encontra com Kubitschek em Lisboa e divulgam a Declaração de Lisboa, oficializando a entrada de Juscelino na Frente Ampla.
- 07 de dezembro – Ato Institucional n.º 4 obriga o Congresso a votar o Projeto de uma nova Constituição.

1967

- 24 de janeiro – Castelo Branco promulga a nova Constituição.
- 25 de janeiro – Criado o Conselho de Segurança Nacional (CSN).
- 09 de fevereiro – É sancionada a nova Lei de Imprensa.
- 11 de março – O general Castelo Branco edita nova Lei de Segurança Nacional.
- 13 de março – É promulgada a Lei de Segurança Nacional.
- 15 de março – Tomam posse o marechal Costa e Silva e o vice Pedro Aleixo. Neste mesmo dia, entra em vigor a nova Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967, que anula as disposições do AI-2.
- 17 de março – O General Emílio Gasrarrastazu Médici assume a chefia do SNI.

- 05 de abril – A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais anuncia a prisão de oito guerrilheiros integrantes do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), na Serra do Caparaó.
- 09 de abril – JK volta ao Brasil vindo dos EUA depois de meses no auto-exílio.
- 18 de julho – O ex-presidente Castelo Branco morre em acidente aéreo no nordeste.
- 21 de julho – O jornalista Hélio Fernandes é condenado ao desterro em Fernando de Noronha por artigo considerado ofensivo à memória de Castelo Branco.
- 28 de agosto – Governo federal, pressionado pelas constantes críticas de Lacerda na imprensa, proíbe sua presença na TV.
- 29 de agosto – Lacerda e Kubitschek oficializam o lançamento da Frente Ampla e definem o deputado Renato Archer como seu “secretário-geral”.
- 25 de setembro – Carlos Lacerda e João Goulart assinam o Pacto de Montevideu, que oficializa a entrada de Jango na Frente Ampla.
- 29 de setembro – Militares da linha dura, ligados a Lacerda, declaram-se desfavoráveis à Frente Ampla após a entrada de Goulart.
- 02 de outubro – Lutero Vargas, em nome da família, divulga nota repudiando o acordo firmado entre Lacerda e Jango em Montevideu.

1968

- 17 de janeiro – Lacerda discursa no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais num evento organizado pelo Centro de Cronistas Políticos. Tal ato é tratado pela imprensa como o primeiro “ato público” da Frente Ampla.
- 15 de março – Em discurso na Câmara Municipal de Governador Valadares em nome da Frente Ampla, Lacerda faz um violento pronunciamento contra o Governo.
- 23 de março – É realizado em São Caetano do Sul o primeiro comício de rua da Frente Ampla.
- 28 de março – O estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto é morto durante conflito com a PM em frente ao restaurante universitário Calabouço, no centro do Rio de Janeiro (RJ).

- 29 de março – Em Maringá, Paraná, é realizado o segundo comício da Frente Ampla. Marcha de 60 mil segue o cortejo fúnebre de Edson Luis no Rio de Janeiro. Seguem-se, nos dias seguintes, manifestações e protestos em várias cidades do país.
- 30 de março – O Ministro da Justiça determina que as passeatas estudantis sejam reprimidas.
- 03 de abril – Manifesto de Lacerda apoiando o movimento estudantil.
- 04 de abril – O público que compareceu à missa de sétimo dia para Edson Luís na igreja da Candelária no Rio é violentamente espancado pela polícia nas ruas.
- 05 de abril – O Ministro da Justiça Gama e Silva, através da portaria nº 177, proíbe definitivamente as atividades da Frente Ampla.
- 17 de abril – Sessenta e oito cidades são declaradas áreas de segurança nacional e, por isso, seus eleitores ficam impedidos de escolher pelo voto direto os respectivos prefeitos.
- 20 de abril – Lacerda viaja para o exterior e fica mais de dois meses fora.
- 22 de maio – Sancionada a lei que incrimina menores de dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional
- 26 de junho – Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.
- 05 de julho – O ministro da Justiça, Gama e Silva, proíbe qualquer tipo de manifestação no país
- 30 de agosto – Invasão do campus da Universidade de Brasília por tropas policiais resulta em violência. A Universidade Federal de Minas Gerais é fechada.
- 11 de julho – O presidente Costa e Silva propõe Estado de Sítio caso as manifestações estudantis continuem.
- 02 de setembro – Deputado Márcio Moreira Alves (MDB) faz discurso considerado ofensivo pelos ministros militares e dá início a uma nova crise entre os Poderes.
- 13 de setembro – Militares exigem do Congresso que Márcio Moreira Alves seja processado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.
- 22 de novembro – Criado o Conselho Superior de Censura.
- 12 de dezembro – A Câmara dos Deputados rejeita o pedido de autorização para processar o deputado do MDB Márcio Moreira Alves.
- 13 de dezembro – Decretado o Ato Institucional n. 5, que torna permanente os poderes discricionários do presidente da República. O Congresso Nacional é posto em recesso e ordena a prisão de Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda.
- 19 de dezembro – Lacerda presta depoimento ao SNI-DOPS na prisão.

- 30 de dezembro – É publicada a primeira lista de cassados pós-AI-5.

1969

- 16 de janeiro – O governo divulga segunda lista com o nome de 43 políticos que têm seus mandatos cassados.
- 26 de janeiro – O capitão Carlos Lamarca realiza a “expropriação” de armas e munição do quartel de Quitaúna, em Osasco (SP).
- 01 de fevereiro – O AI-6 modifica a estrutura do Supremo Tribunal Federal e transfere para a Justiça Militar os crimes contra a segurança nacional.
- 07 de fevereiro – O Conselho de Segurança Nacional cassa mais 33 senadores e deputados e decreta recesso em cinco Assembléias (Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe).

FONTES

Arquivos

Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK – Brasília/DF

Código de referência: BR.MJK.JK.T.PO.05

Série: Vida Política (PO)

Subsérie: Militância Política

Datas Limites: 1950-1975

Dossiê: Frente Ampla, Cassação dos direitos políticos do titular

Conteúdo: formados por correspondências, relatórios, transcrições de entrevistas, originais e cópias de recortes de artigos de periódicos, folhetos, manifestos, textos datilografados e manuscritos, material de campanha eleitoral.

Caixas N^{os}: 2, 3, 14, 17.

Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central da UnB – Brasília/DF

Série: Vida Política (PO)

Subsérie: Militância Política (PO.01)

Datas Limites: 1942-1974

Dossiês: Frente Ampla, Juscelino Kubitschek, Hélio Fernandes, Prisão de Carlos Lacerda.

Conteúdo: formados por correspondências, relatórios, transcrições de entrevistas, originais e cópias de recortes de artigos de periódicos, folhetos, manifestos, textos datilografados e manuscritos, material de campanha eleitoral.

Caixas N^{os}: 50 a 99.

Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro/RJ

Série: Exílio

Subséries: JG e 1966.05.05, JG e 1965.01.02

Datas-limite: 1964 – 1977

Conteúdo: Apesar de cobrir quase todas as principais funções públicas do titular, a documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio.

Arquivo Castelo Branco – Escola de Estado Maior do Exército – Rio de Janeiro/RJ

Série: Presidência da República

Datas-limite: 1964 – 1967

Dossiê: Carlos Lacerda

Pasta n^o 5.

Periódicos

Correio da Manhã

Diário de Notícias

Fatos & Fotos

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Revista Manchete

Tribuna da Imprensa

Última Hora

Entrevistas

a) Realizadas para este trabalho

Cândido Mendes

Célio Borja

Hélio Fernandes

Maria Estela Kubitschek

Rondon Pacheco

Sandra Cavalcanti

Wilson Fadul

b) Consultadas nos arquivos do CPDOC – FGV

Amaral Peixoto

Cordeiro de Farias

Francisco Teixeira

José Gomes Talarico

Raul Brunini

Renato Archer

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. *Ouvir contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALCAUD, David & BOUVERT, Laurent. *Dictionnaire de sciences politiques et sociales*. Paris: Sirey, 2004.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política*. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The civic culture*. Boston: Little, Brown and Company, 1963.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARCHER, Renato. Renato Archer. *Diálogo com o tempo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.
- ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros – o prometeu de vida mariana*. São Paulo: Ediouro, 2004.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*. São Paulo: UNESP, 8ª edição, revista e ampliada, 2010.
- BAQUERO, Marcello (org). *Democracia, partidos e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS/Kuarup, 1989.
- BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. A ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, Noberto et alli (orgs). *Dicionário de política*. Vol. 1 e 2. Brasília: UnB, 2004.
- _____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BRANCO, Carlos Castelo. *Os militares no poder*. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1ª edição, 2002.

- CARONE, Edgar. *O P.C.B.* Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Os movimentos libertários em questão*. A política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CONY, Carlos Heitor. *JK, memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1982.
- _____. & LEE, Anna. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento – a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- COSTA, Sergio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nestor. *Gramsci*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. A memória militar de 1964. Rio de Janeiro: FGV/Ediouro, 2004.
- _____. & CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*. Vol. 1, 2, 3 e 4. Coleção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *História Oral, memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DELGADO, Marcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático”, Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFJF, Juiz de Fora/MG, 2006.
- _____. “Carlos Lacerda e o pensamento econômico dos grupos políticos no Brasil no pós-1945”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Departamento de História UFJF, Juiz de Fora, N.1, Vol. 9, 2007.
- DREYFUSS, René. *1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis: Vozes, 1980.
- DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.
- _____. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Cortês, 1984.
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda*. A vida de um lutador. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *Castelo Branco, o presidente reformador*. Brasília: UNB, 1983.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. In: IX Encontro Estadual de História: ANPUH-RS, 2008. *Anais*. Documento online. Disponível em:

<<http://eeh2008.anpuh->

[rs.org.br/resources/content/anais/1210691256_ARQUIVO_textoanpuh2008.pdf](http://eeh2008.anpuh-)>. Acesso em: 25 jul. 2013.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Populismo e sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *João Goulart, uma bibliografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7Letras, CNPq, p. p. 41-51.

_____ & REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil – revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____ & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) *O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart, entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____ & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 94.

FGV-CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Documento online. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. “A política de coação no Brasil nos pós-64”. In: *Legitimidade e coação no Brasil no pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

FILHO, Luis Viana. *O governo Castelo Branco*. Tomo I e II. Rio de Janeiro: José Olympio/Bibliex, 1975.

- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Planalto*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *Ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GOES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho*. Católicos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes & FERREIRA, Jorge. *Jango, as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- GRINBERG, Lucia. *Partido ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2005.
- JULLIARD, Jacques. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- KLEIN, Lucia & FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- LACERDA, Carlos. *Brasil entre a verdade e a mentira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.
- _____. *Crítica e autocrítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.
- _____. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *Mídia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LAURENZA, Ana Maria de Abre. *Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano*. São Paulo: Senac, 1998.
- LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora dos tribunais/IUPERJ, 1988.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna*. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1968). São Carlos: UFSCar, 1995.

_____. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar, 1964-1968*. São Paulo: Papirus, 1987.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.

MIR, Luis. *A Revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MORAES, Denis & VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 59-60.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. *Partido e Sociedade, a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

_____. A história e o conceito de cultura política. In: X encontro Regional de História da ANPUH-MG, Mariana, 1996. *Anais*. Mariana/MG, 1996.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MOTTA, Nelson. *Noites tropicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

NETO, Lira. *Castelo*. A marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos Institucionais*. Sanções Políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OTERO, Jorge. *João Goulart, lembranças do exílio*. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

POERNER, Arthur. J. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, N. 3, 1989.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*, São Paulo: Paz e Terra, 1983.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REIS, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. & SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

REIS, F. W. & O'DONNELL, G. (org) *A democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998/2003.

REZENDE, André Lara. *A Ordem do Progresso*. Cem anos de política econômica Republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROUQUIÉ, Alan (org). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, DÁRAUJO, Maria Celina (orgs). *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1985.

SOIHET, Rachel, et alii (org). *Culturas Políticas*. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STONE, Lawrence. "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História". *Revista de História*. Dossiê História Narrativa. Campinas: IFCH, Unicamp, 1991.

STUDART, Heloneida. *Luiz, o santo ateu*. Natal: EDUFRN, 2006

TAVARES, Cristina & MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência*. Campinas: Unicamp, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

WEBER, Marx. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto*. Uma biografia do Marechal Henrique Lott. RJ: Record, 2005.

SUMÁRIO DE ANEXOS

ANEXO A – O MANIFESTO DA FRENTE AMPLA	240
ANEXO B – A DECLARAÇÃO DE LISBOA	250
ANEXO C – O PACTO DE MONTEVIDÉU	252
ANEXO D – CARTA DE JOÃO GOULART AOS SEUS CORRELIGIONÁRIOS SOBRE A FRENTE AMPLA	254
ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DE CARLOS LACERDA À TV TUPI DE SÃO PAULO	257
ANEXO F – DEPOIMENTO DE CARLOS LACERDA NA PRISÃO APÓS O AI-5	261
ANEXO G – CARTA DE KUBITSCHK A ADOLPHO BLOCH SOBRE A DECLARAÇÃO DE LISBOA	266
ANEXO H – CARTA DE JOÃO GOULART AOS CORRELIGIONÁRIOS EXPLICANDO O ENCONTRO COM CARLOS LACERDA	270
ANEXO I – ARTIGOS DE CARLOS LACERDA SOBRE A FRENTE AMPLA	272
Carta a um amigo fardado	272
O que há por trás da Frente	285
ANEXO J – TEXTO DA PORTARIA Nº177, DE 05 DE ABRIL DE 1968, QUE PROÍBE A FRENTE AMPLA	294
ANEXO K – IMAGENS	297

ANEXO A

O MANIFESTO DA FRENTE AMPLA⁶⁶⁹

PELA UNIÃO POPULAR

Em nome do povo brasileiro vimos apresentar o protesto e a reivindicação que ele merece e exige.

Representamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo. Representamos, também, instituições que, perante a História, encarnamos pela mão do povo. Defendemos o voto e a lei, em função da ânsia de liberdade e do progresso social, cultural e econômico que caracteriza o Brasil moderno no mundo em mudança.

Dessa representação nenhuma violência nos pode privar. E o povo precisa que seus líderes falem - para que em seu lugar não sejam ouvidos apenas os que têm medo do seu voto.

Juntos, não somos a mera expressão de uma frente ocasional. Nosso encontro é mais importante do que as nossas pessoas. Temos o dever de dar voz ao povo silenciado. E definir, em seu favor, os rumos que, seja qual for o sacrifício pessoal a fazer, o povo tem o direito de exigir de todos os que tiveram ou aspiram a ter a honra de governá-lo.

Há momento em que se unir para lutar por todos é a única forma de ser coerente. Assim, diante da invasão. Assim, também, diante da usurpação. Assim, na guerra. Assim, nessa guerra que o Brasil tem de enfrentar, a guerra contra o atraso, o pessimismo, o desalento. Essas forças negativas apropriaram-se do poder. O POVO precisa, unido, mobilizar-se para fazer triunfar a esperança de dias melhores.

⁶⁶⁹ O manifesto foi publicado em 28 de outubro de 1966 no jornal Tribuna da Imprensa e posteriormente reproduzido em diversos jornais de circulação nacional. O documento continha apenas a assinatura de Carlos Lacerda e a expressão “Frente Ampla” não aparece em nenhum momento do texto.

A nossa união, pessoalmente desinteressada, representando a superação de graves divergências e naturais ressentimentos, é respeitável precisamente porque não é manobra política e, sim, mandado de consciência.

Não foi fácil o nosso encontro. Mas vale o esforço pelo resultado e pelo exemplo. Nossa pessoa é o que menos interessa. As ditaduras vivem da desunião dos que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo. Por isto, mais do nunca, esqueçamos o amor-próprio e a vaidade para falarmos juntos o que a grande maioria do povo sente, pensa e quer.

O exílio e o ostracismo não bastam para exonerar-nos da condição de brasileiros e da obrigação de fixar rumos, ante a decepção e a angústia que se apoderaram do povo. Pode o arbítrio privar alguns ou muitos, segundo a maré do ódio ou as tortuosas conveniências do grupo dominante, do seu direito de influir nas decisões nacionais. Mas, não nos prova nem isenta dos nossos erros e capacidades; esses deveres têm de ser exercidos com lealdade e na hora oportuna, que é esta.

Houve uma "eleição para a qual o povo não deu poderes a ninguém." Tem o povo o direito de saber o que pretendem fazer à sua custa os que se arvoram em tutores do Brasil.

Não nos encontramos para o conformismo nem muito menos para a adesão, como fazem alguns que serviram conosco ou se serviram de nós, mas se juntam à usurpação e colaboram com a impostura sem olhar coerência e, sim, apenas conveniência.

Numa hora de evasivas, trazemos uma afirmação. Numa hora de pretextos, trazemos motivação. Numa hora de violência, trazemos uma palavra de paz. Não uma paz imposta, mas uma paz consciente e livre.

Não fazemos a apologia do passado. Nem crítica, nem autocrítica. Apenas ressaltamos que havia um esforço constante de aperfeiçoamento do tempo. Esse esforço recebeu a contribuição menor ou maior, no governo ou na oposição, dos signatários e de milhões de brasileiros. Hoje, essa conquista, renegada por alguns, é negada a todos. Depende do capricho de um e do arbítrio de alguns que tal capricho guiam, ao sabor de suas conveniências e peculiares interesses. Preocupa-nos, nos erros do presente, o comprometimento do futuro do Brasil. Renegar o esforço, já incorporado ao patrimônio do povo, de tantos anos de exemplos e lutas, é deixar no país a ferida aberta às infecções totalitárias. Essa tristeza, essa desalentada postura em que ele se encontra, não é senão a véspera do desespero, que leva a tudo. Já o protesto da mocidade brutalmente sufocada é a evidência da inevitável reação do povo.

A eleição foi suprimida e, no entanto, era cada vez mais autêntica. Interrompê-la, agora, é um crime contra a eficácia do processo democrático em que erram os ditadores, os seus erros inevitáveis, mas os corrige pelo próprio uso dos instrumentos da democracia. Os ditadores raramente acertam onde o povo erra. E, quando erram os ditadores, o seu erro quem paga é o povo.

Havia, e urge reacendê-lo, um impulso de fé e confiança do povo em suas próprias forças. Governar deve ser animar. Hoje, é deprimir. Governar deve ser mobilizar entusiasmos e capacidade. Hoje, é desconfiar e improvisar. Havia um certo otimismo criador sem o qual as nações se confessam de antemão vencidas. Esse otimismo precisa ser restaurado. Para isto é preciso substituir no poder os que desprezam o povo porque, não conseguindo inspirar confiança, são pessimistas, sistemáticos.

A crise de confiança em nome da qual se derrubou um governo, suspeitado de pôr em perigo as eleições, tornou-se uma trágica realidade sob o atual governo, que acabou com as eleições. Como pode o povo confiar em quem nele não confia e, para não lhe dar vez, tomou-lhe o lugar? Revolução autêntica teria sido aquela que desse, há de ser aquela que dê ao povo maior participação, e não menor, nas decisões que marcam o seu destino.

O povo não quer o que lhe dão, ou seja, um governo subserviente a decisões tomadas no exterior, hostil ao povo e temeroso do seu julgamento, usando abusivamente as armas da segurança nacional para coagi-lo e imobilizá-lo, implantando a insegurança, a descrença e a ansiedade em todas as classes e em todos os lares.

As desculpas para um regime antidemocrático estão esgotadas. O Brasil repele tutelas e curatelas.

Não há quem não estranhe que se pretenda converter o Brasil em arena para um prélio de oportunistas em busca de supremacia pessoal. Entre o messianismo teleguiado de uns e as evasivas táticas de outros, impõe-se o dever de falar e, com clareza, assumir compromissos e responsabilidades perante o único senhor deste país, que é o seu povo. As próprias decisões da política econômica, em cujo nome tantos crimes se cometem, exigem, para serem eficazes, essa garantia. Pois, como pode a opinião pública, nacional e internacional, confirmar o que desconhece, acreditar no que não se afirma, conhecer o que deliberadamente se pretende ocultar?

Por tudo isso é que nos decidimos a traduzir as exigências do povo brasileiro. A ele devemos gratidão e fidelidade. Aos trabalhadores esmagados pela reação, que os expulsou da comunidade como se fossem párias. Foi-lhes negado voz para protestar e voto para decidir. São oprimidos pelo

desemprego, pela perda crescente do seu poder aquisitivo, pelo congelamento dos salários, pela instabilidade que agrava a injustiça. Aos trabalhadores declaramos a nossa disposição de realizar essa união para defender o seu direito de existir e de aspirar a melhores condições de vida.

Aos estudantes, para os quais a escola continua a ser escassa, nega-se até o direito de se manifestarem - nessa nação de jovens - com o entusiasmo e o altruísmo da juventude. Aos moços, declaramos o nosso propósito de, juntos, lutarmos para que eles tenham a oportunidade de influir e, participando, preparar-se para tomar conta do que é seu.

Às mulheres, lembramos que os sentimentos religiosos foram explorados pelos que se atiram hoje contra a Igreja, à qual os usurpadores pretendem negar o cumprimento do dever de exprimir o protesto dos injustiçados e dar voz aos que foram silenciados.

A elas e, em geral, à família brasileira, declaramos que a nossa aliança visa à garantia da paz dos povos livres, a paz dos povos confiantes, a grande paz generosa dos povos que deliberam e decidem, diferente da paz do medo, a paz das emboscadas e dos sofismas, a paz dos artifícios legais para destruir a legalidade, a falsa paz dos golpes retrógrados e das revoluções sem programa.

Às classes médias, que se ampliavam e precisam crescer, como elemento e sintoma de equilíbrio e prosperidade numa sociedade democrática, hoje esmagadas e marginalizadas, lançamos esta palavra de convocação e união.

Os empresários, os quadros dirigentes da administração pública e privada, os que dispõem de recursos para investir e tentam formar a poupança para acelerar a formação do capital nacional são menosprezados, mantidos em suspeita, tratados como se alguns ocupantes do poder tivessem o monopólio da integridade e da competência. Aos que criam a riqueza negam tudo, a começar pelo crédito. Mas tudo se concede a quem, vindo de fora, compra o que os brasileiros já não podem manter ou já não se animam a fazer; e, a título de assessorar os instrumentos dessa ocupação branca, dirigem a nação. Quanto mais se improvisa, mais se mente ao país, que só pela verdade terá salvação.

É a longa experiência, contraditória e sofrida desses brasileiros todos, de todas as classes e setores, que nós reclamamos seja ouvida e respeitada. Incluímos, naturalmente, os militares, cuja tradição democrática não permite que apoiem a usurpação dos direitos do povo. O conceito moderno de segurança nacional inclui as Forças Armadas como participantes ativas do desenvolvimento econômico, pelo aproveitamento econômico, pelo aproveitamento de seus quadros em tempo de paz. Nem isso fez o governo, no entanto chefiado por um militar que promove o divórcio entre o povo civil

e militar. O regime vigente que só se define pela negativa, dizendo-se "antissubversivo" e "anticorrupção" é antidemocrático e antinacional. Pelo arbítrio, subverte e, pela coação, corrompe.

O espírito retrógrado, a política anacrônica, a subserviência a decisões estranhas ao interesse nacional, a mentalidade reacionária não são a defesa adequada contra o que a maioria repele. Muito menos num país cujo ímpeto é progredir sem prevenções nem subordinações espúrias.

Impor-se ao povo pela força é convencer o povo de que só pela força ele pode recuperar os direitos que lhe foram arrebatados. Não é possível que a força armada seja o único instrumento de constituição e funcionamento de um governo. Não se pode aceitar que oitenta milhões de criaturas sejam dirigidas pela coação e pela intimidação. Se o "vácuo político" é que deu ensejo à ocupação do poder pelas armas, é tempo de unir o povo - todo o povo, civil e militar -, para acabar com essa anomalia e colocar o Brasil no caminho da democracia. Revolução não quer dizer "recuo" nem "deformação", quer dizer "transformação".

A nossa voz é de protesto e advertência em favor de uma saída democrática para o Brasil - enquanto é tempo. Não queremos a volta ao passado. O que nos move não é a nostalgia nem a vendeta.

Queremos para o Brasil sempre o melhor. Por isto mesmo é que as vozes que lhe deram o exemplo de sua capacidade de luta e afirmação, até os extremos da desunião, unem-se agora para dizer aos brasileiros que é tempo de acabar com a impostura dos falsos salvadores da Pátria da Democracia.

Porque o nosso pronunciamento é de união do povo, por convicção e não pela ambição pessoal ou mero oportunismo, cada palavra que escrevemos é medida e visa a exprimir a realidade sentida e vivida pelo nosso povo.

Tudo o que nos separou e pode ainda distinguir aspectos peculiares de nossas convicções, modos de ser e agir, cede ao que é mais profundo e permanente em cada brasileiro, o mesmo sentimento da pátria e o mesmo dever para com o povo que governamos e continuamos a representar. Reclamamos para o Brasil a instalação de um regime democrático que considere as transformações do mundo atual e seja fiel às peculiaridades nacionais, de forma a permitir a real participação política de todos os setores do povo.

É necessário convocar, a curto prazo, eleições livres pelo voto secreto e direto. Exigimos respeito às garantias jurídicas e aos direitos individuais. Sobretudo, proteção à pessoa

humana, livre de toda coação senão a da lei livre mente elaborada e sancionada por representantes livremente eleitos pelo povo.

Consideramos indispensável uma reforma dos partidos e das instituições, para que representem, de fato e de direito, os interesses do povo e não sejam mecanismos frios, vazios de conteúdo, impostos por tutores e não propostos por líderes democráticos. Será o único meio de contar a nação com instituições e partidos autênticos, capazes de não serem empolgados por minorias sociais, grupos financeiros ou forças internacionais.

Afirmamos que a política econômica deve ser inequivocamente ditada só pelo interesse nacional. Nem política "de choques", nem "gradualista". Estas partem de uma noção falsa, a de que o maior, senão único problema é "salvar" a moeda. Depois do malogro dessa política continuam a insistir na tônica errada como se o erro fosse apenas de aplicação e não de concepção. O que está errado é confundir com inflação os investimentos e despesas indispensáveis à aceleração do desenvolvimento - sem a qual o país passa da pobreza à miséria, com todas as suas conseqüências. Perdendo a nação, não se salva nem a moeda. Não adianta, pois, tentar salvar a moeda condenando a nação à estagnação e o povo ao desespero.

O desenvolvimento econômico é o objetivo central da política que propomos. Não tem cabimento adotar fórmulas rígidas concebidas para países ricos e impostas a países que ainda não enriqueceram. A política econômica para o Brasil tem de visar à expansão do mercado interno, melhores salários para aumentar a capacidade de consumo e incorporação dos setores rurais marginalizados do processo econômico.

A ajuda estrangeira não pode continuar a ser a panacéia, com que nos acenam como pretexto para reduzir a capacidade de consumo e a expansão econômica brasileira dentro de suas próprias fronteiras.

Internamente, não se trata de apelar para os ricos nem se queixar porque não dão esmola bastante aos pobres, e sim dar apoio afetivo à criação da riqueza nacional. Isso se consegue pela defesa intransigente dos preços dos produtos que exportamos, pela prioridade nos investimentos e, sobretudo, pela necessidade de fazê-los a curto, médio e longo prazo, segundo prioridade e metas devidamente programadas.

Não advogamos a causa da inflação. Essa é crônica e não tem nem precisa ter dia marcado para acabar. Se não foi extinta com a política do desenvolvimento também não o foi nem será com a política da estagnação.

Nenhum país ainda pobre resolveu seus problemas com a política imposta pelo FMI. Ao contrário. Seus resultados, no Brasil, em dois anos e sete meses, são: desestímulo, desorientação, desemprego, decadência, desordem e desespero.

Aos ricos promete-se, agora, que ficarão mais ricos. Mas ao mesmo tempo são ameaçados de novas taxações. Pois o regime que prometeu estímulo à iniciativa privada declarou guerra ao lucro.

Enquanto isso, os pobres já não têm o que comer e os remediados se empobrecem. Só o Estado, pela arrecadação dos impostos, enriquece. E ainda assim apenas na aparência. O “equilíbrio” orçamentário não inclui o indispensável aumento dos vencimentos civis e militares, o que basta para mostrar a falsidade. O “saldo” de divisas é apenas o resultado da “falta” de importações por estagnação econômica.

A obsessão de “primeiro arrumar a casa” financeiramente leva a destruí-la economicamente. Não é por meras evasivas que se pode contornar a necessidade de uma definição que exige audácia, confiança e o indispensável apoio popular.

A política econômica a seguir deve basear-se nos recursos nacionais. A contribuição estrangeira deve ser condicionada à sua utilidade real e não às margens da “ajuda” de fora.

O atual governo descapitaliza as forças da produção, contém salários enquanto os preços disparam, nega o crédito e aumenta o custo do dinheiro. É mais certo sacar sobre o futuro numa nação que tem futuro, do que entregá-lo ao domínio de interesses estranhos aos que trabalham e vivem no Brasil.

O tamanho, as dimensões, a diversidade do país impõem a descentralização das aplicações da política econômica. Urge promover autonomia de iniciativa, mantendo-se a ação federal num número estrito, mas indispensável, de atividades decisivas na promoção do desenvolvimento. Para eliminar os focos da inflação crônica é preciso retomar, com as lições da experiência, um esforço intenso de modernização do país e conquista de eficiência econômica.

A elaboração de um programa assim concebido, que está na consciência de todos, deve concluir pela formação e aplicação de um Projeto Brasileiro. Este deve ter um sentido de confiança, abandonando corajosamente os erros e com igual coragem aproveitando o que há de válido nas experiências anteriores.

A tarefa a realizar no programa econômico, do qual o financeiro é mero complemento, só será exequível se com ela se comprometerem governos, empresários, trabalhadores, militares, o povo inteiro, em verdadeiro movimento político de mobilização nacional. Todo esforço nacional externa e internamente deve concentrar-se nesse programa.

Urge repor o processo de desenvolvimento brasileiro em termos de confiança no esforço nacional, na expansão do mercado interno, na mobilização do povo brasileiro para aumentar a produção e melhorar a produtividade. Os investimentos reprodutivos, quer financeiros quer sociais, não devem ser retardados. Ao contrário, acelerados, só assim se poderá reabsorver o excesso de moeda emitida com acréscimo de riqueza produzida.

É preciso, portanto, que a política econômica seja lastreada pelo apoio popular. Este não pode ser mobilizado pelos que desconfiam do povo e o temem a ponto de marginalizá-lo do processo político.

Afirmamos a necessidade de adotar uma política externa que exclua o Brasil, expressamente, de participação em qualquer bloco político-militar.

Acreditamos que o Brasil, nação emergente, mas que já começa a pesar na balança do poder mundial, não pode ser mero apêndice de quaisquer blocos políticos-militares.

O único compromisso do Brasil deve ser com a preservação da raça humana, sem discriminação racial sob pretexto nenhum e sem paternalismos de nações sobre nações, e com o desenvolvimento econômico, social e cultural de cada um e de todos os povos.

Afirmamos a necessidade de rever e atualizar o conceito de segurança nacional, de modo a que as Forças Armadas participem desse esforço. Insistimos na necessidade de formular uma doutrina militar própria do Brasil, atualizada em relação às suas tarefas em tempo de paz, visando ao bem-estar do povo e pleno exercício da soberania nacional.

Reivindicamos a discussão, a proposição de uma política de reformas nas estruturas sociais e econômicas que retardam a aceleração do progresso nacional e a ascensão das forças do trabalho. Esta deve ser a tônica de uma política de paz e reforma democrática para acelerar o desenvolvimento. O Brasil precisa recuperar-se do atraso que lhe vem sendo imposto por pretextos e manobras que não conseguem esconder seu fundo obscurantista.

Tais reformas devem atender a quatro imperativos. O da justiça, no plano social. O da produtividade, no plano econômico. O da consolidação da soberania, no plano nacional. O da unidade básica do povo, para assegurar o fortalecimento da regra democrática: o livre debate, a predominância da maioria, o respeito às minorias e ao seu direito de se transformar em maioria, a convivência dos contrários.

Essas reformas devem ser examinadas com objetividade e franqueza, sem preconceitos nem sectarismos.

Queremos soluções práticas, ajustadas às tradições e às aspirações nacionais. Damos especial ênfase à reforma administrativa, na qual se impõe uma política de preparação de quadros capaz de garantir a execução harmônica e coerente das grandes etapas do crescimento nacional.

Reivindicamos o debate, proposição e aplicação de uma política de educação e ensino que atenda, também, a esses critérios; consagre a síntese entre a tradição cristã e a humanista e dê prioridade à revolução tecnológica, a fim de que o Brasil possa acelerar o passo. O atraso tecnológico de uma nação como o Brasil aumenta os riscos do desaparecimento da soberania nacional e põe em perigo, por isto mesmo, a paz mundial; pois uma nação não se submete sem luta; e a luta, nesse caso inevitável, seria o começo de uma conflagração continental.

Não pode o Brasil conformar-se com o papel de satélite tecnológico. É parte essencial da luta pelo desenvolvimento o esforço pela atualização da ciência no Brasil.

Queremos que a nação reúna a experiência dos conservadores, a prudência dos moderadores, a esperança dos inconformados, a audácia dos reformadores. Tudo isso unido pela aspiração comum de “democratização” e “afirmação nacional” do Brasil. Só assim se poderá recuperar o tempo perdido e dar agora, em poucos anos de esforço, paciência e fé, o grande salto sobre o atraso que atormenta os brasileiros.

Depois de tantas lutas malogradas, de tantos sacrifícios e tantos êxitos desperdiçados, só um gesto de grandeza, capaz de superar nossas fraquezas e deficiências, será capaz de guiar o povo para encontrar o seu caminho fora do labirinto de silêncio, intrigas e pretextos em que a nação se perdeu.

Se para a recomendação e adoção de tais diretrizes o simples amor ao Brasil é capaz de inspirar este entendimento entre adversários, de prodígios bem maiores será capaz o povo mobilizado e organizado, uma vez recuperada a esperança que perdeu.

Com esse entendimento procuramos dar exemplos de grandeza. Possa o sentimento de dever com a pátria inspirar todos os brasileiros para que juntos consigamos o que separados não poderíamos fazer.

Pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil!

Carlos Lacerda

ANEXO B

A DECLARAÇÃO DE LISBOA

Neste encontro em Lisboa examinamos a situação do Brasil e o seu futuro próximo. Nosso entendimento, ultrapassando divergências, visa a dar exemplo de superior respeito pelos interesses profundos e permanentes do povo brasileiro, ao qual fraternalmente nos dirigimos desta valorosa terra portuguesa.

Após tantas divisões, que levaram ao vácuo político e à crise institucional e de liderança civil pela qual passa o nosso País, entendemos necessária esta convocação.

Afirmamos a nossa convicção de que é urgente e indispensável uma política de paz e liberdade para reformar e acelerar o desenvolvimento sem o qual a Nação é condenada a viver entre a submissão e o desespero.

Do desenvolvimento dependem a segurança e o bem-estar de milhões de brasileiros. Sem a pacificação dos espíritos e o uso consciente e tranqüilo da liberdade, como direito e não como favor, o desenvolvimento é retardado e a Nação se torna escava do seu atraso.

As diretrizes da política que consideramos indispensável ao Brasil estão definidas no Manifesto da Frente Ampla, que há dias, apresentamos ao povo brasileiro. Tais diretrizes constituem o programa básico para uma política de reforma e estrutura e orientações nacionais. Resumem-se no tema central: paz, liberdade e desenvolvimento.

A fim de mobilizar e organizar o povo na conquista dos objetivos definidos naquele documento, recomendamos o imediato início de entendimentos e a adoção urgente de providências para formar no Brasil um grande partido popular de reforma democrática.

As aplicações concretas dessa definição básica deverão ser discutidas e adotadas, democraticamente, pela convenção do próprio partido, através de delegações legitimamente eleitas.

Sabemos que, na sua grande maioria, os brasileiros são capazes, como nós, de cuidar mais de construir o futuro do que revolver odiosamente o passado, a serviço da intolerância e do

ressentimento. Julgamos, pois, interpretar fielmente as aspirações do nosso povo, ao lhe pedir que se una para defender sua liberdade, assegurar a paz nacional e promover o crescimento do País de acordo com a concepção democrática da vida social e política.

A essa imensa maioria de brasileiros, pedimos, animados pelo nosso próprio exemplo, que dêem imediato início a consultas e providências para a formação do grande partido popular que se faz necessário à Nação, como intérprete de suas exigências e necessidades.

Trata-se de promover a organização de uma força política que devolva a esperança ao povo e lhe dê um instrumento de luta para enfrentar o grande desafio. Ele assim vencerá o inimigo de todos nós, que é o atraso agravado pela desunião dos brasileiros. Há que reanimar o povo para a imensa e fascinante tarefa de acelerar o crescimento econômico, a expansão cultural, a vitalidade política e a justiça social no Brasil.

Pedimos, pois, a todos que se mobilizem e se organizem para que os brasileiros possam trabalhar sem tutelas, sem medo e sem desânimo, conscientes de sua força, confiantes em sua vitória, para assegurar ao Brasil um governo de ação positiva e entusiástica, com a derrota do pessimismo, do reacionarismo, da rotina.

Convocamos o povo, especialmente a juventude, para essa mobilização em favor do seu próprio futuro, que está à vista e somente dele, abaixo de Deus, depende.

Pedimos aos nossos amigos que, por toda parte, preparem a organização dos brasileiros em torno do tema:

- _ União para a liberdade
- _ Liberdade para a paz
- _ Paz para o desenvolvimento
- _ Desenvolvimento para o bem-estar, a independência, a segurança e a dignidade da Nação.

(AA) Juscelino Kubitschek de Oliveira – Carlos Lacerda

ANEXO C

O PACTO DE MONTEVIDÉU

Convencidos da necessidade inadiável de promover o processo de redemocratização do Brasil reunimo-nos em Montevideú.

Sabemos o que significam as privações e as frustrações do povo, especialmente dos trabalhadores, os que mais sofrem as conseqüências da supressão das liberdades democráticas. Sabemos o que quer dizer o silêncio de reprovação dos trabalhadores, submetidos à permanente ameaça da violência e privados do direito de reivindicar seus direitos.

É preciso que se transforme, corajosa e democraticamente, a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do país. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais em favor do seu povo e não de grupos externos e internos, que sagram e exploram o seu trabalho.

Ninguém tem o direito de suprimir, pela mistificação, pela usurpação total do Poder Civil, ou pelo ódio, as esperanças do país de solucionar, pacificamente, os grandes problemas do nosso tempo.

Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance, na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais, nem propósitos revanchistas.

Não nos entendemos para promover a desordem, mas sim para assegurar o estabelecimento da verdadeira ordem democrática, que não é a do silêncio e da submissão.

O salário mais justo, mais do que nunca é uma exigência do trabalhador, esmagado pela pobreza, e de todo o país, para a expansão do mercado interno.

A retomada do processo democrático, pela eleição direta, é essencial para conquistar, ao mesmo tempo, o direito de decisão, que pertence ao povo; e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do Brasil para esforço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional.

Queremos a paz com liberdade, a lei com legitimidade, a democracia não como palavra, mas como um processo de ascensão do povo ao poder.

A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com esse sentido, responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional, pela retomada dos esforços para formular ou por em execução as reformas fundamentais, e a reconquista da direção dos órgãos que decidem do destino do Brasil.

A formação desse movimento - uma verdadeira Frente Ampla do Povo; integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes políticas é a grande tarefa que nos cabe realizar, com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as, sem desfalecimento, para reconduzir o Brasil ao caminho democrático.

Movidos exclusivamente pela preocupação com o futuro do nosso país, não fizemos pactos, não cogitamos de novos partidos, norma de futuras candidaturas à Presidência da República. Conversamos sim, longamente, com objetividade e respeito, sobre a atual conjuntura política, econômica e social do país.

Não temos ambições pessoais, nem o nosso espírito abriga ódios. Anima-nos tão somente o ideal que jamais desfalecerá, de lutar pela libertação e grandeza do Brasil, com uma vida melhor para todos os seus filhos.

Assim, só assim, evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil.

Montevideu, 25 de setembro de 1967.

João Goulart
Carlos Lacerda

ANEXO D

CARTA DE JOÃO GOULART AOS SEUS CORRELIGIONÁRIOS SOBRE A FRENTE AMPLA

(Outubro de 1966, sem data exata)

Meus amigos:

Sempre fui favorável à constituição da frente ampla. Ela, de tal maneira vem ao encontro dos anseios do povo que já existe, hoje, em todo o país, na união dos trabalhistas, juscelinistas, janistas e lacerdistas que lutam ao lado do povo pela restauração das liberdades democráticas e pela emancipação nacional.

A dinamização desse grande movimento – cristão e democrático – verdadeira frente ampla do povo, integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes políticas é a tarefa que, juntos, precisamos realizar, como lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as sem desfalecimentos.

Por isso, sempre pareceu-me que, preliminarmente, deveria ser levado a efeito um esforço de motivação junto às diferentes camadas sociais que representamos, objetivando estruturar um dispositivo capaz de assegurar a continuidade da ação que nos propomos realizar, para não ficarmos na simples divulgação de mais um documento.

Entendo que o documento é necessário. Mas julgo da maior importância um estudo cuidadoso sobre a oportunidade do seu lançamento. Fazê-lo preceder de uma ação organizada seria assegurar a cobertura indispensável para produzir as conseqüências que objetivamos.

Uma união popular contra a ditadura já se exprime na unanimidade da condenação de todos os brasileiros à subversão da ordem legal, à política econômica antipopular e entreguista. Esta união é que se manifesta na luta da igreja, dos estudantes, dos intelectuais, dos operários, do povo, enfim, que aproveita todas as oportunidades para expressar seu repúdio à ditadura.

O que nos cumpre é fortalecer e ampliar essa luta, a fim de transformá-la num caudal tão amplo que liquide com os propósitos de continuísmo dos que assaltaram o poder e, agora se querem eternizar nele, contra a vontade do povo.

Sondagens preliminares que fiz junto a muitas de nossas bases fortaleceram em mim esse juízo e, também, a certeza de que a assinatura de um documento, desacompanhada de um programa de ação previamente delineado pode conduzir-nos a um fracasso político, desalentador para todos que esperam de nós uma palavra responsável de orientação capaz de produzir efeitos concretos. Temo que os movimentos de repúdio à ditadura que se estão estruturando ultimamente, venham a experimentar um arrefecimento e uma frustração se a publicação de um documento patriótico da altitude do que me está sendo proposto, não se fizer acompanhar de alguma diretriz prática que lhe assegure continuidade e eficácia.

Pelo que depreendi da leitura da correspondência recebida, entendo necessário de uma informação mais precisa quanto aos resultados das sondagens feitas junto a setores básicos – organizações estudantis e operárias – pois ficou-me a impressão de não estarem as mesmas suficientemente esclarecidas para contarmos com a sua atuação num movimento da significação e envergadura do que precisamos levar a efeito. Estas forças têm muito a dar em nossa luta.

Sabem meus amigos que eu jamais deixaria de emprestar toda a minha colaboração e apoio a uma frente que se estruturasse para reconduzir o Brasil ao caminho democrático. Tal como ocorre agora, ao anunciar-se a frente, ela já me encontra empenhado na luta. Mas me pergunto, como institucionalizar nossa união virtual, se não se conta, ainda, com um programa concreto de ação. E caso se conte, qual é este programa? Bases populares consultadas perguntam-me também que tarefas lhes caberiam na luta unitária? Quais os planos de ação concreta?

O desafio com que nos defrontamos é de instrumentar esta frente, capacitando-a para exprimir das formas mais enérgicas e objetivas a sua repulsa ao regime ditatorial e à ilegalidade em que uma minoria submergiu a nação.

Entendo que o caminho para isto seja a mobilização de todo o povo para uma campanha pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte através de eleições livres em que todos os brasileiros sejam eleitores e elegíveis. Assim se desenvolveria à única fonte de legitimidade, que é o povo, o seu direito privativo de restabelecer a legalidade conspurcada; de definir a estrutura institucional degradada; de restaurar o sistema jurídico na inteireza de suas atribuições; e de reordenar a vida econômica segundo os interesses do povo e da nação.

Uma conclamação dessa natureza, com a amplitude democrática que sugerimos é que, a nosso juízo, traçaria um rumo capaz de unir todos os brasileiros contra as farsas eleitorais; contra o garroteamento das liberdades públicas; contra o terrorismo cultural; contra a perseguição aos estudantes e a intervenção em suas entidades de classe; contra o desrespeito ao sacerdócio; contra as prisões, as torturas e sevícias; contra a condenação de réus sem culpa formada e em direito de defesa;

contra o cerceamento das atividades de órgãos representativos da classe trabalhadora; contra o confisco de salários; contra a espoliação estrangeira dos frutos de trabalho dos brasileiros; contra a degradação da imagem do nosso povo nas relações internacionais.

A proposição que ofereço ao exame dos que lutam por estruturar uma frente ampla é de que desta se faça instrumento real de mobilização do povo, para a campanha pela redemocratização, através da Assembléia Constituinte. E, ainda, a de que se examine a oportunidade do lançamento desta conclamação em toda a urgência possível, mas fazendo-a anteceder de um mínimo de preparação que nos dê garantia de resposta ativa dos estudantes, que já se colocaram na vanguarda da luta contra o arbítrio e a violência; dos sacerdotes que combatem por uma ordem social mais humana; dos militares que queremos fiéis às tradições nacionalistas e democráticas das Forças Armadas; dos trabalhadores de todas as condições sociais que lutam pela preservação dos seus direitos usurpados e também dos políticos que utilizam as tribunas que lhes restam para denunciar a opressão.

Penso que desse modo atenderemos responsavelmente ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais; pela participação de todos os brasileiros na formação de órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão o país; pelo respeito aos direitos do homem; pela retomada dos esforços para formular e por em execução as reformas de base; pela reconquista para o Brasil da direção dos órgãos de comando do seu destino.

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte não só nos unirá a todos no terreno em que nos devemos unir, que é diante do povo, mas indicará os caminhos da redemocratização da emancipação nacional.

Estas as ponderações que ofereço ao exame dos prezados amigos, preocupado exclusivamente com o futuro do Brasil. Não tenho ambições pessoais, nem meu espírito abriga ódios nem ressentimentos. Move-me, tão somente, o ideal que em mim jamais desfalecerá de lutar pela libertação e pela grandeza do Brasil e por uma vida melhor para todos os brasileiros.

ANEXO E

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DE CARLOS LACERDA À TV TUPI DE SÃO PAULO⁶⁷⁰

Dr. Carlos Lacerda, vossa excelência ganhou mais, ou perdeu mais com o encontro de Jango e o rompimento de Sodré?

N  sei se ganhei mais ou se perdi mais, sei que o Brasil ganhou. Porque o encontro do Dr. Jo  Goulart vem trazer novas forças, milhares de trabalhadores passam a compreender aquilo que do nosso lado nós compreendemos. E quanto ao governador Sodré, eu acredito que ele ainda reveja sua posição, que ao meu ver, foi tomada em um momento de incompreensão, em um momento de precipitação que eu lamento, mas não considero definitivo.

É uma entrevista exclusiva, diretamente do Rio de Janeiro, para as câmeras da sua televisão Tupi de São Paulo. Qual o próximo grande passo da Frente Ampla?

O próximo grande passo da Frente Ampla   começar a luta dentro da lei, pela recuperação do direito do povo votar. O voto direto, retomada do desenvolvimento, reforma da política econômica, aumento geral de s l rios e vencimentos no Brasil, n  só porque   necessário para o povo não morrer de fome como porque   indispensável a expansão do mercado interno. Fala-se em aumentar a produção, mas não se fala em aumentar consumo. Se os consumidores não tiverem dinheiro pra comprar a produção, não adianta aumentar a produção, porque não resolve.

A reunião atual do FMI, alguma coisa de objetivo e de positivo em termos de brasileiro na opinião abalizada de vossa senhoria?

Não, eu creio, aliás, que os próprios delegados do FMI devem estar nos diferentes países que nos honram com sua presença, devem estar muito espantados de ver todo esse clima de expectativa que se criou no Brasil, porque nunca foi intenção deles vir aqui pra fazer nada em particular   favor do Brasil.

⁶⁷⁰ O vídeo, que faz parte do Acervo Audiovisual Jornalístico da TV Tupi - projeto da Cinemateca Brasileira, foi divulgado na internet pelo site "Brado Retumbante" (projeto organizado pelo jornalista Paulo Markun). O vídeo, que tem aproximadamente 8 minutos e 20 segundos, não traz a entrevista completa e sequer precisa a sua data. Mas, pelo conteúdo, podemos afirmar que esta aconteceu entre finais de janeiro e antes de abril de 1968. Entrevista com Carlos Lacerda. *TV Tupi*. Arquivo online. Disponível em: <<http://depoimentos.stagium.com.br/videos/entrevista-com-carlos-lacerda-tv-tupi>>. Acesso em: 08 maio 2013.

Eles não tem nada que ver com isso, o problema é que como parece que o governo não está conseguindo fazer grande coisa pelo Brasil transferir essa responsabilidade pro FMI. Eles estão criando uma expectativa em torno do FMI que, além do mais, é injusta, porque o FMI não tem nada com isso, ele não é nem de Niterói, ele é de Nova Iorque, de Paris, de Londres. Não tem nada que ver com o problema brasileiro, tem nada a fazer pelo Brasil no momento, nem vieram fazer nada pelo Brasil.

Voltamos à política brasileira. O deputado Pedrosa Horta disse que Jânio não manteria contato com vossa senhoria, e é o que se fala, ainda ontem publicado no jornal de São Paulo esta declaração, e o que se fala que o Estatuto dos Cassados viria criar mais dificuldades nesta área ou neste aspecto?

Em matéria de recado dos deputados eu fico um pouco discreto porque eu recebi já dois recados do Dr. Jânio Quadros por outro deputado, Dep. Veiga Brito, da Guanabara, de maneira que eu não sei bem em que pé está este assunto, e também não me interessa muito não, e o Dr. Jânio Quadros sabe o endereço da Frente Ampla, já procurou duas vezes o Dr. Juscelino Kubitschek, já mandou procurar o Dr. João Goulart, até antes de mim. Chegou lá o oferecimento dele pra mandar um emissário para se entenderem sobre a Frente Ampla, de maneira que ele pode se dirigir a mim, pode se dirigir ao Dr. Juscelino ou ao Dr. João Goulart, eu estou certo que qualquer de nós o receberá com muito prazer, porque acima de quaisquer ressentimentos pessoais, nós colocamos o interesse geral do Brasil, e ele, sem dúvida, representa uma força popular no Brasil e, portanto, nenhum de nós tem o direito de desprezá-la.

Vossa senhoria deixa a curiosidade para o povo de São Paulo, vamos ver se conseguimos matá-la. De que leu recados do Dep. Veiga Brito e ao Sr. Jânio Quadros. Pode traduzir um deles, pelo menos?

Não, todos os dois foram no mesmo sentido, no sentido em que desejava se entender comigo sobre a Frente Ampla, foi o que o Veiga Brito me disse por duas vezes. Mas eu acredito que ele tenha dificuldades na área dele, só não são maiores do que as minhas na minha área, mas as minhas eu vou vencendo. Espero que ele vença as dele também. Temos tempo. Daqui a 1970 há tempo para conversar.

Finalmente, vossa senhoria referiu-se no início dessa entrevista a setores que ainda não haviam tido a devida compreensão, ou não tinham sentido o alcance do seu encontro com o Sr. João

Goulart em Montevideu. Vossa senhoria considera ter sofrido algum desgaste, que assim como o ex-presidente na sua área popular?

Acredito que sim. Honestamente, acredito que sim. Há muita gente que não compreendeu ainda. Há muita gente que põem a questão em termos estáticos, quer dizer, há quatro anos passados o Dr. João Goulart que era o perigo. Então como é que agora eu posso me aliar ao que era o perigo a quatro anos passados? É muito simples, porque o que era o perigo a quatro anos passados, agora é um aliado precioso, na direção da mesma luta que sempre travei, pela democracia e pelo progresso do Brasil. O perigo agora é outro. O perigo é nós ficarmos passando na mão de General pra General e o povo não ter nem liberdade e nem possibilidade de fazer valer os seus direitos. Esse que é o perigo, no momento. Esquematizando um pouco: se em sessenta e quatro o perigo era o comunismo, nesse momento o perigo é entregarem o Brasil a grupos econômicos americanos, como entregou o Governo Castelo Branco. Olha, nós temos o dever de, exatamente, se quisermos livrar o Brasil do comunismo, temos o dever de não dar razão aos comunistas. E os comunistas, no momento, teriam razão se nós não nos levantássemos pra lutar em defesa daquilo que se chamou a “Revolução”, quer dizer. Um movimento que, afinal, não trouxe nenhum benefício direto ao povo brasileiro, e trouxe benefício a uma série de grupos internacionais que estão aí, dominando o Brasil. É isso, simplesmente. Agora, isso não é fácil de compreender, sobretudo quando uma parte da imprensa, e tudo mais, chamam de coerência o que meus caros amigos do Jornal do Brasil no Rio de Janeiro, por exemplo, chamam de incoerência. Eles pediram intervenção na Guanabara porque achavam o Governo Negrão de Lima péssimo, e em 24 horas passaram a achar o Governo Negrão de Lima ótimo, quando restabeleceu a publicidade do estado no Jornal do Brasil. Isso é incoerência, entendeu? Quando a gente paga pra mudar de opinião é coerente, e quando a gente muda de opinião de graça, é incoerente. Você compreende? Assim, não é possível argumentar.

E nós vamos para o Rio de Janeiro e lemos um tópico num importante jornal de São Paulo, atribuído a importante figura do governo, que dizia que, neste caminho, vossa senhoria talvez, de repente, surgisse num encontro com o Sr. Carlos Prestes. Se necessário, para a Frente Ampla, o senhor iria a este encontro?

Mas o senhor Luís Carlos Prestes não morde ninguém! E nem é hidrófobo. Eu tenho absoluta tranquilidade quanto as minhas idéias de maneira poder encontrar com qualquer pessoa e discutir, até para chegar a conclusão de que não podemos nos entender. Eu não tenho medo, sempre sustentei isto, e creio que tenho autoridade para dizer isso. Porque quando essa gente estava toda batendo continência aí, até para comunista, eu tava lutando quase sozinho. Então eu tenho direito de dizer isso. Nunca tive medo dos comunistas. Sou contra o comunismo. E se amanhã, o Partido Comunista pretender, dentro

da lei, defender as suas idéias, não sou contra que ele possa defender suas idéias. Eu prefiro o Partido Comunista defendendo suas idéias dentro da lei do que o Partido Comunista fora da lei conspirando contra a lei. É evidente, isso existe em toda parte do mundo. Por que o Brasil, com quase 90 milhões de habitantes há de viver como se fosse menor de idade mental? Como se fosse uma menina amedrontada e apavorada com o comunismo? Quem tem medo do comunismo deve trabalhar pela democracia, e não substituir a democracia por uma ditadura (...)

ANEXO F

DEPOIMENTO DE CARLOS LACERDA NA PRISÃO APÓS O AI-5

AGENTES DO DOPS E DOIS CORONÉIS DO S.N.I. NO DIA 19.12.68

Nota: O depoente não se alimenta, senão de água, desde as 14:30 horas de sábado, dia 14, data de sua prisão arbitrária. A razão da atitude, como não poderia deixar de ser, é um protesto – o único ao seu alcance. É precário o estado de saúde do depoente.

O depoimento foi tomado no Quartel de Cavalaria da P.M na rua Frei Caneca, onde estou preso. Começou cerca de 17:30, acabou cerca de 20 horas.

Meu depoimento, na íntegra, corrigidos alguns erros de cópia do escrivão, ditadas as perguntas pelo Delegado e as respostas por mim, foi lido no final a dois coronéis do Exército, do S.N.I, que chegaram para acompanhá-lo. Como eu tivesse de lê-lo, para conferi-lo, propus ler alto aos dois coronéis – e assim foi feito. Testemunhado, e assinado, afinal por dois majores da P.M, que foram chamados à sala, eis o que me foi perguntado e o que eu disse:

Perguntado ao declarante qual sua participação no movimento Frente Ampla foi respondido:

– Que tem o declarante muito prazer em repetir aqui o que tem dito publicamente em todas as oportunidades. O movimento político denominado Frente Ampla é de sua iniciativa, visando ao entendimento entre diferentes correntes democráticas, para assegurar a paz da família brasileira através de um regime de liberdade. Esse objetivo sempre foi modelado pelos melhores movimentos semelhantes na história do Brasil, como o da Aliança Liberal em 1930, também produto de entendimentos sem os quais a convivência democrática se torna impossível. Esse propósito foi sempre declarado publicamente, assim como públicos foram os encontros do declarante com outros líderes democráticos brasileiros, não tendo o declarante, nem qualquer dos citados, com seu conhecimento, praticando atos públicos a partir do momento em que a Frente Ampla foi interdita pelo atual governo.

A partir daquele instante, compreendendo o declarante que a ruptura do processo democrático se tornaria inevitável, decidiu o declarante não servir de pretexto para que fosse suprimido o processo de retorno rápido à democracia no Brasil. Por isto, publicamente declarou-se no propósito de manter-se em silêncio, a fim de preservar sua autoridade política quando chegou o devido momento.

O declarante apenas estranha que se lhe pergunto sobre fatos absolutamente notórios, como a sua participação decisiva em movimento pacífico, de caráter legal, que cessou ao ser posto na ilegalidade, e cujo objetivo só poderia escandalizar a quem não conheceu, no Império, exemplos como o do marechal-duque de Caxias, e na República, de Getúlio Vargas e Eduardo Gomes (para citar apenas dois), entendendo-se com adversários, anistiando-se uns aos outros, sempre em benefício do povo; no que os políticos, aliás, apenas repetem o que fizeram os chefes militares da História, unido os adversários de ontem para ganhar a guerra de hoje, contra o inimigo comum.

O declarante entende que o inimigo comum a vencer no Brasil é a miséria e o atraso em que jaz seu povo. E para vencer esse inimigo, nenhum ódio pessoal, nenhum preconceito de credo político devem prevalecer.

Perguntado se houve divulgação de algum *Manifesto* relativo à Frente Ampla, subscrito pelo declarante, declara:

– O *Manifesto* inicial da Frente Ampla foi subscrito pelo declarante, bem como todos os seus documentos oficiais, aliás muito poucos, até a data da Portaria do Ministério da Justiça que proibiu o funcionamento da Frente Ampla; o que de resto era desnecessária, pela a Frente Ampla nunca foi um Clube, Associação ou Entidade mas apenas um movimento de idéias com os objetivos já citados. Resumindo, consistia na ideia de unir para reformar, de transformar para democratizar o Brasil.

Perguntado se o *Manifesto* intitulado “Alerta à Nação”, do lançamento da Frente Ampla, foi também assinado pelo declarante e sofreu alguma alteração (feita pelo declarante) no texto inicial, respondeu:

– Ao contrário, o rascunho é de autoria do declarante, com sugestões ligeiras, propostas pelos demais signatários.

Perguntado como, quando e onde ocorreu a primeira reunião da Frente Ampla, respondeu:

– A rigor, na casa do ex-presidente Kubitschek, em Lisboa, em data que não recordo no momento; mas, como todo movimento político, foi precedido de reuniões informais, entre homens públicos do pensamento político diferente, mas que, civilizadamente, podem entender-se sobre pontos essenciais, tais como a liberdade do povo e o progresso da democracia.

Aliás, antes de embarcar para Lisboa, o declarante procurou seu antigo Secretário de Segurança no Governo do Estado da Guanabara, General Sizeno Sarmiento, e lhe fez saber que, diante do rumo do Governo da chamada “revolução de 1964”, entendia o declarante do seu dever procurar quaisquer líderes de correntes democráticas e propor-lhes um entendimento para promover a pacificação e redemocratização do Brasil.

Ao assim agir, o declarante apenas repetiu o que ele próprio e todos os demais líderes da revolução de 1964 haviam feito para torná-la possível; por exemplo o Sr. Marechal Costa e Silva entendendo-se com o então governador Ademar de Barros, o Sr. Marechal Castelo Branco, já depois do movimento armado vitorioso, procurando o então senador Juscelino Kubitschek para assegurar o voto deste e de seus amigos na eleição indireta do mesmo Castelo Branco pelo congresso; e ainda no ano passado, o Sr. Ministro Mário Andreazza, mandando propor ao ex-presidente João Goulart, no exílio, em Montevideu, um acordo para eleições indiretas (do governador) em Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, em troca de seu apoio indireto à candidatura do próprio Andreazza à Presidência indireta da República.

Apenas, diante do tão ilustres e notórios precedentes, estranha o declarante que as perguntas ora feitas pareçam incriminar, ou delinear figura de crime na sua participação na Frente Ampla antes da existência de crime; pois, até o momento em que o Governo atual proibiu-lhe a existência, a Frente Ampla não era crime, e depois de proibida, não teve o declarante qualquer participação na Frente Ampla, que continua a ser apenas uma tese. Só podem ser inimigos de um entendimento básico entre todas as correntes democráticas os que quiserem servir-se do Brasil em vez de lhe servir.

Perguntado se poderia apontar os demais participantes da primeira reunião da Frente Ampla, em Lisboa, respondeu:

– Dita reunião foi apenas entre o Sr. Juscelino Kubitschek, aliás, documentada por toda a imprensa.

Perguntado se houve outra reunião, no Uruguai, respondeu:

– Tal qual a anterior, de forma pública, sem nenhum subterfúgio ou mistério, dirigiu-se o declarante ao Uruguai, onde encontrou com seu grande adversário, o ex-presidente Jango (assim escreveu o escrivão) e teve com ele uma conversa, que honra a ambos, pois não trataram de questões pessoais, nem mesmo de compromissos políticos envolvendo ambições pessoais. Trataram de assuntos que foram objeto de nota conjunta, então divulgada, pela qual se verifica que o ex-presidente Goulart reconheceu o caráter irrevogável do movimento de março de 64, afirmou o seu propósito de não alimentar ódios, de revanche, e proclamou o seu desejo de ajudar a encontrar solução pacífica para assegurar ao Brasil uma convivência democrática, na qual se discutiu mais as idéias do que as pessoas, e mais se procuram as soluções da inteligência do que se imponham as decisões da força.

Perguntado se o Partido Comunista Brasileiro se fazia representar na segunda reunião da Frente Ampla, fato ocorrido no Uruguai, esclareceu:

– Talvez ninguém, no Brasil, tenha mais direito de alegar uma posição anticomunista do que o declarante. Por isto mesmo, inquieta-se ao ver transformar-se em obsessão, em ideia fixa, essa de ver comunista em toda parte. Nunca o declarante pediu carteira de identidade ideológica a qualquer pessoa que conversou em relação à Frente Ampla; e a rigor, não saberia a que Partido Comunista se refere à pergunta, uma vez que existem diversas correntes, uma das quais predomina em dois terços do mundo, existindo em todos os países civilizados nos quais se respeita o direito às idéias, desde os mais fortes do que o Brasil, como os Estados Unidos, até mais fracos, como o Uruguai. Pode informar que em nenhuma reunião da Frente Ampla de que participou apresentou-se ninguém que se dissesse do Partido Comunista, do Brasil ou do Afeganistão.

O declarante deseja claramente acrescentar que tem menos receio dos comunistas dentro da Lei do que dos anticomunistas fora da Lei. Conhece bem o problema comunista e afirma que o modo pelo qual se está procurando combatê-lo é o melhor para assegurar a vitória do comunismo em futuro próximo; pois a um povo sem pão se procura impor o hábito de viver sem liberdade. No dia em que o povo puder ter pão e já não pregar a liberdade, está pronto a aceitar o comunismo.

Uma vez mais o declarante deseja consignar que estas perguntas e respostas fazem-no remontar, [INELEGÍVEL] há mais de 30 anos passados, quanto a pretexto de combater os comunistas, só implantou o fascismo no Brasil, foi então, na [INELEGÍVEL] fascista tachava de comunista todas as idéias que não se conformavam com a falta de idéias reinante.

Perguntado se o depoimento ora prestado representa as razões de ter discordado da orientação do Governo Revolucionário, respondeu:

- Evidentemente, não. O movimento militar de 64 justificou-se pela:
 - necessidade de preservar a ordem, mas a ordem com liberdade;
 - de assegurar a realização de eleições diretas e livres,
 - e o princípio, tranquilo, de que o país deve ser governado pela decisão da maioria de seus eleitores,
 - bem como respeitada a formação cristã do povo brasileiro, que lhe caracteriza a cultura e a tendência;
 - estas seriam não somente defendidas, mas rigorosamente respeitadas;
 - as Forças Armadas, cumprindo um destino histórico, entregariam ao povo a decisão final, mantendo-se no seu papel, que não é o dos legionários da República Romana da decadência, mas sim a de forças obedientes à lei e às melhores tradições do Brasil.

Em vez de tudo isso, transformou-se o Exército em partido político e único; o que é mais grave, partido único inexoravelmente dividido em correntes com candidatos; para evitar o povo, esse partido político e único teve de se aliar às oligarquias políticas que pretendia suprimir.

Tudo isso, usando e abusando de expressões como “segurança nacional”, que tem sentido definido; assim como abusando do nome, do entusiasmo e também das próprias decepções da imensa maioria dos oficiais das Forças Armadas. Por estranho que pareça, quanto mais decepcionados se vêm com alguns chefes eventuais mais forças lhes concedem para continuar a decepcioná-los.

Mas tudo isso, e muito mais que o declarante tem a dizer não é matéria do inquérito policial e sim do debate livre, num país onde as Forças Armadas estejam tão unidas e tão fortes e, ao mesmo tempo, tão conscientes de seu grande papel que já não precisem ter medo de um homem cuja única arma é a palavra e cujo crime é ter idéias e colocá-las a serviço do seu País.

Quando, em 1955, o declarante procurava advertir as Forças Armadas do perigo de continuarem passivas diante do domínio de oligarquias políticas e econômicas, entre os muitos que tomaram armas para assegurar a posse do Sr. Juscelino Kubitschek, e impedir a revolução que já era necessária desde há muito e até hoje não foi feita, estava o então major Costa e Silva – o que vem demonstrar quanto estava longe de ser revolucionário.

– Finalmente, esclarece o declarante que esta matéria não é para autos de inquérito e sim para o grande debate nacional, no momento substituído pelo monólogo dos que falam sempre as mesmas palavras, cada qual lhes atribuindo sentidos diferentes. Por exemplo, a palavra Revolução.

– Oportunamente, no que lhe restar de vida, pretende o declarante continuar a sua pregação. E um dia, (ainda que tarde para ele, mas a tempo para o Brasil), a imensa maioria dos oficiais das Forças Armadas compreenderá o sentido de sua pregação.

– Finalmente (lendo o depoimento tal qual datilografado pelo escrivão) deseja retificar a expressão “Jango” substituindo-a por “o Sr. João Goulart”; pois não tem com o ex-presidente intimidade para chamá-lo assim. Nada mais, etc. etc.

(Inquiriu o delegado Darcy Araújo, funcionou o escrivão Floriano Escala Mazini, assinaram como testemunhas os maiores da PM Neyson Rebouças e reformado Paulo Magalhães. Este o depoimento tal qual foi lido pelo próprio declarante aos 2 coronéis do SNI que em seguida levaram cópia ao Palácio Laranjeiras.)

ANEXO G

CARTA DE KUBITSCHKE A ADOLPHO BLOCH SOBRE A DECLARAÇÃO DE LISBOA⁶⁷¹

JK: Meu encontro com Lacerda

Este documento, escrito em forma de carta a Adolpho Bloch, datado de Nova Iorque, em 20 de novembro de 1966, é a versão de Juscelino Kubitschek sobre o seu encontro com Carlos Lacerda, em Lisboa, quando o ex-governador da Guanabara, surpreendentemente, o procurou para a formação de uma Frente Ampla e democrática. O episódio, que até aqui só teve a versão parcial do próprio Carlos Lacerda, é visto agora em sua plenitude histórica. As considerações feitas por JK, por ocasião do primeiro encontro entre os dois grandes líderes civis, são as mesmas que sempre fez antes, durante e depois do seu exílio: o Brasil deve estar acima de todos os interesses e ressentimentos pessoais, merecendo de seus filhos todos os sacrifícios para a concreta pacificação da vida nacional.

Nova Iorque, 20 de novembro de 1966, domingo, 17 horas.

Estou voltando de Lisboa para Nova Iorque. Passei o dia inteiro de ontem conversando com o Governador Lacerda.

Às 10 horas da manhã, ele entrou em minha residência. Cumprimentamo-nos naturalmente. Recordou que me vira pela última vez em 1953, em Belo Horizonte, no Palácio da Liberdade.

Foi engano. Este encontro se realizou em Petrópolis, promovido pelo Márcio Alves. A conversa de ontem versou, a princípio, sobre importantes acontecimentos internacionais, sobre as minhas impressões a respeito dos Estados Unidos, e neste assunto consumimos pelo menos meia hora.

Estávamos tão à vontade como se nos tivéssemos encontrado toda semana. Afinal, disse-lhe: Passemos, agora, ao tema que provocou sua visita.

Ele passou a relatar uma série de episódios ligados aos últimos acontecimentos do Brasil, dispensando-me o tratamento de senhor e cercando a conversa de um tom cordial e respeitoso.

Quase tudo o que ele falou são fatos que conhecemos. Deixou bem claro a traição de que foi vítima. Esta começou logo que sua candidatura entrou em fase de ascendente.

Convidado a um entendimento em Brasília, atendeu prontamente e lá recebeu o convite para ser embaixador na ONU. A princípio não pôs malícia naquele gesto, mas logo em seguida teve a

⁶⁷¹ Publicada na Revista Manchete, 20 jan. 1979, p. p. 14-15.

verdadeira revelação dos propósitos do Palácio do Planalto. Queriam que ele adiasse a convenção da UDN, já marcada, e da qual deveria sair a sua candidatura.

A curva dos acontecimentos sobe e desce numa sucessão de crises, mostrando que a atitude dos homens de governo não pode fugir a uma linha de nobreza e lealdade, sem as quais eles se parecerão com os túmulos caiados de que fala a Bíblia, que são brancos por fora e podres por dentro.

À medida que o Governador Lacerda falava, eu ia sentindo que dentro dele, tão agudo quanto em mim, existia o germe de uma profunda decepção pelo que sucedia no Brasil.

Os nossos temperamentos são completamente diferentes e nos parecemos tanto quanto uma planície, forrada de verde, se assemelha à boca de um vulcão que vomita lavas candentes.

Já vivi o bastante para saber que os êxitos nos dão uma felicidade que não percebemos no momento e que só mais tarde poderemos apreciá-los devidamente.

O sofrimento, porém, marca com o seu veneno a duração de cada hora, de cada dia. O Governador Lacerda teve triunfos, muitos dos quais, porém, se misturam à amargura de uma destruição. Aos homens faltam os atributos da autocrítica.

Estavam ali, na sala da residência do meu longo exílio, dois homens cujas lideranças haviam percorrido caminhos bem opostos. Embora autênticas, ambas tinham sido forjadas em matéria-prima muito diversa.

Eu procurara, e Deus me perdoe a imodéstia, forrar os meus passos com o perdão e a tolerância. Como iríamos nos entender, falando os dois linguagens tão diferentes?

Disse-lhe que no meu entender o de que o Brasil mais precisava era de paz. O futuro chefe do Brasil precisava possuir, pelo menos, um glóbulo vermelho do sangue de Lincoln para poder compreender e aplicar a filosofia que o presidente americano expressou, ao fim da Guerra Civil. Pensando no ódio que dividia o país, como consequência dos milhares de mortos que juncavam o solo da nação nova, ele disse: “Se não me colocar como uma muralha entre os ódios que dividem esta nação, ela perecerá.”

Por muito menos querem fazer do Brasil uma terra de ódios e de ressentimento. Precisamos pregar a paz e não o ressentimento. Esta é a única linguagem que me faria superar qualquer divergência para, somando o que tivéssemos de prestígio popular, lançarmos a grande idéia da Pacificação Nacional.

O outro presidente, que viria em 1967, não teria senão que aumentar a semeadura. Devíamos iniciá-la. Não houve discussão. Lacerda já trazia a mesma idéia. Estávamos afinados dentro da idêntica concepção.

Impunha-se, pois, virar a página e sepultar o passado. A concepção dos Grandes, definida por Churchill, segundo o qual os que se prendem ao passado perdem o futuro, estava diante de nós para nos guiar.

O ódio foi sempre incompatível com a elaboração das grandes causas. A conciliação, tendo em vista objetivos superiores, constitui, ao longo da História, uma constante para os que quiserem edificar obras de alcance permanente.

Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. Mas sendo a liberdade um atributo divino, deu-lhe o livre arbítrio, para que ele pudesse participar da natureza de Deus. O que é o demônio senão o anjo rebelado? Sendo livre, ele pode escolher o caminho, mas como a bondade de Deus é infinita, sempre será possível a conciliação. Destas concepções se servirão os homens para superar as crises e restituir ao rebanho humano a paz indispensável a uma vida feliz. Esta é a filosofia do nosso encontro.

Não há originalidade. O perdão exige mais grandeza do que o ódio. Sendo uma superação dos próprios sentimentos, dá grandeza e altura aos que o praticam. Só os estadistas tiveram essa visão. Desde os gregos a história ensina que sem pacificação as nações não se recuperam. Mesmo os regimes de extrema direita, como o de Franco, acabam de institucionalizá-la, chamando ao convívio nacional todos os que se rebelaram contra o regime que ele encarnou. Para restaurar a paz no seu país, Krushev apagou os ódios na Rússia, eliminando os expurgos e destruindo a política personalista e odiosa de Stálin.

Se os regimes de extrema direita e de extrema esquerda assim procedem, como não lutarmos para que um povo essencialmente democrata e bom como o povo brasileiro supere as suas incompreensões e suplante o ódio que alguns querem transformar em filosofia e programa de governo?

Demos o exemplo. Duas horas apenas bastaram para firmarmos a tese central de nossos esforços para o futuro: paz. Dentro deste conceito, não verei obstáculos que me impeçam de fazer alianças. É uma bandeira de que a nação precisa.

Sei que a incompreensão vai rodear o nosso acampamento. Acabarão, porém, por aceitar a grave decisão que não temi adotar. O que importam Lacerda ou Juscelino Kubitschek, se o objetivo a conquista é a felicidade do povo brasileiro.

Creio que dei um grande exemplo de coragem, passando por cima de mágoas que todos conhecem e estendendo a mão para o adversário de ontem, à margem do abismo em que se debatem, hoje, tantos milhões de brasileiros. Perseguido e até mesmo vilipendiado, era a única coisa que eu podia fazer longe de minha pátria. Continuei fiel aos ideais pelos quais sempre lutei.

A surpresa em Lisboa foi espetacular. Lacerda também goza de popularidade em Portugal. Os portugueses acharam uma “delícia” o acontecimento – conforme me disse um ilustre jornalista lusitano. Ao meio-dia e meia, o meu apartamento regurgitava de homens de imprensa e de fotógrafos. A sala de jantar estava repleta. Tivemos que interromper a conversa para recebê-los. Obrigavam-nos a tirar fotografias até abraçados. Havia um regozijo geral. Lacerda e eu, cercados por eles, parecíamos dois generais que houvessem assinado um tratado de paz depois de longa guerra. Marcamos, para a tarde, um novo encontro com a imprensa.

Às 4 horas, sob o fogo de uma curiosidade inesgotável, nos reunimos de novo e às pressas redigimos uma nota. Poderíamos ter feito coisa melhor se a imprensa tivesse permitido. O papel era arrancado de nossas mãos sob intenso tiroteio de *flashes* fotográficos.

Quando terminou a reunião e se retiraram os jornalistas, disse ao ex-governador: “Jogamos a bomba. Esperemos, agora, o ruído da explosão.”

Juscelino Kubitschek

ANEXO H

CARTA DE JOÃO GOULART AOS CORRELIGIONÁRIOS EXPLICANDO O ENCONTRO COM CARLOS LACERDA⁶⁷²

Recebi hoje, em minha residência, o ex-governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, que veio procurar-me para debater comigo assuntos relacionados com a Frente Ampla.

Sabe que o povo brasileiro que sempre me manifestei favoravelmente à sua constituição, tendo em vista a necessidade de lutar organizadamente pela restauração das liberdades democráticas e pela emancipação nacional.

A dinamização desse grande movimento, verdadeira Frente Ampla do Povo, integrada por patriotas de todas as camadas sociais, organizações e correntes políticas, - é a tarefa que, juntos, precisamos realizar, com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as sem desfalecimentos, para reconduzir o Brasil ao caminho democrático.

É preciso que se transforme, corajosa e democraticamente, a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do país, e que somente servem para manter a espoliação das riquezas nacionais pelos grupos externos e internos, que sangram e exploram o trabalho do nosso povo.

Ninguém tem o direito de suprimir, pela mistificação, pela usurpação total do poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do país de solucionar pacificamente, os grandes problemas do nosso tempo.

Penso que devemos esgotar todos os recursos ao nosso alcance na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais nem propósitos revanchistas.

A Frente Ampla deve ser o instrumento capaz de atender com esse sentido, e responsavelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais; pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos

⁶⁷² Essa carta foi distribuída entre os trabalhistas no Brasil logo após o Pacto de Montevideu e ajudou a quebrar algumas resistências por parte desses em relação à Frente Ampla.

princípios constitucionais que regerão a vida nacional; pela retomada dos esforços para formular e por em execução as reformas de base; pela reconquista pelo Brasil da direção dos órgãos de comando do seu destino.

Só na plenitude do regime democrático poderá o povo, e especialmente os humildes, hoje com sua voz sufocada, lutar pelos imortais princípios que marcaram a vida e o sacrifício do Presidente Vargas.

ANEXO I

ARTIGOS DE CARLOS LACERDA SOBRE A FRENTE AMPLA⁶⁷³

Carta a um amigo fardado⁶⁷⁴

Meu caro amigo⁶⁷⁵:

Eis que a Nação chegou ao ponto que a todo custo quisemos evitar.

Você saiu do quartel em 1964 para garantir a realização de eleições livres e diretas, a existência de um Congresso sem coação e o funcionamento de um governo representativo, sem ditadura. Hoje não temos eleições diretas e livres. O Congresso andou fechado. E agora, estamos em plena ditadura.

Tudo isto em nome da eliminação, da vida pública, de corruptos e subversivos. No entanto, estes são escolhidos a dedo e nem sempre com justiça. E outros são incorporados ao governo. Afora os novos, a nova casta da corrupção pela adulação e pelo envolvimento. Os novos subversivos, que alegam uma pretensa menoridade mental do povo para se arvorarem em seus tutores – sem que sejam capazes de provar a sua maioridade. Pois são caducos antes mesmo de envelhecer.

A discriminação é usada menos para tirar alguns da vida pública do que como uma arma de coação contra uns e proteção a outros. Pois a corrupção existe no governo da “revolução”. Pior do que antes, porque disfarçada e agora protegida pela falsa virtude e pela censura virtual que coage o País. O menos que se pode dizer é que esse governo é também subversivo. Pois o Congresso e as leis dependem de sua vontade pessoal. E não há maior subversão do que aquela que coloca 80 milhões de criaturas à disposição da vontade de um só. O poder pessoa é subversão e, além disso, podridão moral.

⁶⁷³ Carlos Lacerda publicou dezenas de textos sobre a Frente Ampla. Transcrevemos aqui aqueles que consideramos serem os dois principais artigos, além dos documentos oficiais, sobre o tema. Todos foram publicados inicialmente em forma de artigos em jornais e revistas, mas foram compilados no livro *Crítica & autocrítica*.

⁶⁷⁴ Publicada originalmente pelos jornais Tribuna da Imprensa no Rio, pelo Jornal da Tarde em São Paulo, pelo Diário de Minas em Belo Horizonte, pelo Jornal da Tarde de Curitiba e pelo O Estado de Fortaleza em várias datas diferentes em outubro de 1966.

⁶⁷⁵ Acredita-se que essa longa carta teria sido escrita em resposta a uma anterior do Coronel Ferdinando de Carvalho, endereçada a Lacerda no dia 25 de setembro de 1966, onde o militar critica o Pacto de Lisboa e a Frente Ampla. *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília*. Série: Vida Política (PO). Subsérie: Militância Política (PO.01).

Espero que não tenha, a esta altura, ilusões. Não se eliminam a subversão e a corrupção fixando-as em alguns homens, e sim num sistema. Pois até a eliminação física de alguns não extinguiria a espécie. E esta se multiplica exatamente nos regimes de arbítrio. Como você sabe, “o poder absoluto corrompe absolutamente”.

Para cada ladrão do passado posso citar-lhe um ladrão do presente, inclusive entre companheiros de farda. O próprio Exército acabará corrompido na medida em que substituir os homens livres pelos áulicos do poder pessoal. Para acabar com os aspectos negativos da vida pública ou pelo menos atenuar-lhes os efeitos, só há um remédio real e eficaz: é promover pelo trabalho a iniciativa, a liberdade, o desenvolvimento do País; e renovar-lhe o sistema político e social. Ora, o governo que você é chamado a apoiar mantém o sistema que gerou a corrupção – e por isso se corrompeu rapidamente.

Não quero citar autores. Mas, se há alguém autorizado e que é ouvido com religioso acatamento pelo atual governo do Brasil é o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Sr. McNamara. Ele acabou de dizer o seguinte:

“Numa sociedade moderna, *segurança significa desenvolvimento, segurança não é garantia militar, embora possa estar incluída nela*. Segurança não é força militar, embora possa estar inserida nela. Segurança não é atividade militar tradicional, embora possa fazer parte dela. *Segurança é desenvolvimento. Sem desenvolvimento não há segurança*. Uma nação em desenvolvimento que, de fato, não se desenvolve, não pode ficar segura. Sem desenvolvimento interno de certo vulto, estabilidade e ordem não serão possíveis”.

Adiante: “Ao militar cabe alterar sua imagem negativa diante da comunidade que faz parte, ou seja, a de um opressor guardião do *status quo* estagnante, um guarda-costas do imobilismo social”.

Ainda: “Não se pode perder de vista a concepção central do que seja segurança, assim resumida: um mundo de dignidade e desenvolvimento, no qual cada homem possa sentir o seu horizonte pessoal impregnado de segurança. Interesse mútuo, confiança mútua, esforço mútuo são os grandes objetivos”. Finalmente: “*A coação meramente captura o homem; a liberdade o cativa*”.

Cito McNamara porque é o encarregado da Defesa Militar dos Estados Unidos. Eis em sua autorizada interpretação, o conceito atual e integrado de segurança nacional. Aqui você serve à concepção anacrônica e oposta, reacionária e vergonhosamente estúpida, que confunde segurança nacional com favorecimento e favoritismo, interdependência com submissão abjeta, defesa de moeda com estagnação econômica.

No momento, que é que você está combatendo no Brasil? A que propósito serve o estúpido ato de força mais ostensivo e afrontoso do que necessário e limpo, no qual o grupo que controla o poder compromete a sua dignidade e o seu nome? Que tem você em comum com a política econômica e social do sindicato de forças antissociais que controla o governo “revolucionário”? Com que objetivos se procura sensibilizar a força armada de modo a fazê-la optar entre um Congresso pelo qual ela não

tem grande apreço e um chefe militar que enveredou pela política, pela mais baixa, mais reles, pela mais sórdida politicagem?

Veja o que é feito de nosso País. Internacionalmente desmoralizado, pois todos os compromissos que nos levaram a defender e justificar a Revolução, foram traídos ou desfigurados. Em nome da anti-inflação, parou-se o desenvolvimento que é a única defesa permanente da paz social, chave da verdadeira segurança nacional. Em nome da democracia acabou-se com a eleição que você prometeu defender. E no lugar puseram uma caricatura de eleição, na qual o povo vai votar enojado. Esse nojo recai sobre você. É injusto, para quem o conhece. Mas, para quem o vê de longe, é compreensível. Pois é em seu nome, ou unicamente em nome das Forças Armadas, que a Nação está sendo manietada e o povo, degradado.

Em suma, creio ser incontestável essa verificação: o governo “revolucionário” alicia o apoio das Forças Armadas para o prosseguimento e fiel execução de uma política econômica antinacional, de uma política social reacionária e imobilista e de uma desenfreada politicagem, cujo filho é esse aborto político chamado ARENA.

A ARENA é o genuíno produto da união monstruosa entre o reacionarismo e a incapacidade. A melhor prova disso está em que na hora da crise que deliberadamente provocou com o Poder Legislativo o Sr. Castelo Branco teve de recorrer às Forças Armadas. Por quê? Porque não conta com o “Partido”, que fundou, do qual é (imagine!) presidente de honra, a ARENA, majoritária no Congresso. No entanto, se ele não fosse um politiqueiro ainda por cima incapaz e apenas vaidoso, uma solução política séria, digna de uma revolução verdadeira, teria evitado às Forças Armadas a suprema humilhação, a tarefa a que foram condenadas, de servir de capangas da implantação de uma ditadura pessoal no País.

Em última análise, pois, que papel nós estamos fazendo? Você, eu, todos nós, que antes de sermos militares ou civis, bacharéis, comerciários, somos cidadãos – e antes de cidadãos, somos *pessoas*? O espírito de corporação será mais forte que o dever de cidadão? E quem não vê, se tal espírito prevalecer, que o seu contrário surgirá também no Brasil, o antimilitarismo – com todas as suas consequências negativas?

Até hoje, somente uma vez, na acidentada História do Brasil, foram as Forças Armadas usadas contra o Congresso para implantar a ditadura: em 1937. Mesmo aí foram usadas por um político, por um líder popular, numa conjuntura internacional de tendência totalitária. Era o momento em que Mussolini e Hitler davam o tom aos homens de pouca fé e grande malícia, que julgavam invencível, e portanto inelutável, a tendência mundial para as ditaduras da direita. E ainda aí, o Exército foi preservado, por alguns nobres exemplos de resistência e protesto – e pelo fato de que não foi um usuário da ditadura.

Hoje a conjuntura é diversa, se não oposta. O mundo se reforma, se renova, se areja. E o único meio de manter a paz é melhorar as condições de vida do povo. E o único meio de criar a

interdependência das nações é consolidar a independência de cada uma, pelo seu fortalecimento, seu crescimento econômico, sua maturidade política e o livre exercício das faculdades de seu povo.

Pois bem, num mundo assim, num instante da história como esse, você é chamado a servir de guarda pretoriano para um César babaquara. O infeliz tiranete retardado vem editar no Brasil os modelos que hoje só se encontram nas mais atrasadas e convulsionadas regiões do mundo. O poder pessoal humilha o Brasil e o corrompe, o coage, o emudece e desmoraliza, na mais vergonhosa página de sua História, esta que por omissão você está ajudando a escrever.

Não me comove tanto, nem tanto me impressiona, apenas a sobrevivência do Congresso. Devo, no entanto adverti-lo contra o perigo de matar a independência e dignidade do Poder Legislativo só pelo afã de eliminar ali alguns indesejáveis. Por que você esconde de si mesmo o fato de que a ARENA de São Paulo tem sua sede nas confortáveis salas cedidas pelo ladrão Adib Chamas? Cassar o deputado Adib é nada, quando a ARENA em São Paulo é receptadora de seu roubo. Eis aí apenas um exemplo da hipocrisia e da impostura com que miseravelmente fazem a sua farda cobrir um ato ignominioso.

Houvesse a Revolução fechado o Congresso nas horas que se seguiram ao golpe militar, seria apenas a lógica inflexível dos acontecimentos, para reabri-lo depois, saneado, recuperado através de uma reforma política e social pela qual ansiava e anseia a Nação. Mas, não. Agora, num cálculo de sórdida politicagem, cria-se artificialmente uma crise com o Poder Legislativo, amputando a Nação na parte mais essencial de sua vida, aquela que através da qual ela respira, o seu pulmão político – que é precisamente o Congresso.

O poder político no Brasil reduz-se hoje a uns quantos quartéis. Haverá humilhação maior e maior perigo para as próprias Forças Armadas do que levar o povo para trancá-lo nos quartéis depois de trazer os quartéis para extinguir a liberdade? O que mais me atormenta e me obriga a estas palavras, que desejo impregnadas de lealdade e fraterna confiança, é a separação irremediável que você está deixando criar entre os que vestem farda e têm armas e a Nação desarmada. Isto, além do mais, é um ato de covardia. Pois aqueles que você está silenciando só não podem falar porque se veem debaixo da mira dos fuzis-metralhadora. E quem lhe disse que só por ter fuzil você tem razão? É a lei da selva, a nova legalidade a que você serve?

O que em todos os tempos se procurou evitar, no Brasil, foi a colocação do problema da luta pelo Poder em termos de civis contra militares. Pois todos sabem e não o sabe menos você que veste farda, que a melhor parte de vocês veste a roupa do homem do trabalho, a saia das mulheres, a calça curta dos meninos de escola, são a sua família, a sua gente, o povo do qual você saiu, meu caro amigo – e que hoje o contempla, emudecido e consternado.

O que me atormenta é pensar no julgamento dos seus filhos sobre o papel que o pai desempenhou no esmagamento do caráter de sua Pátria, no acovardamento pela ameaça da força, na violência contra a dignidade dos próprios irmãos. Triste vitória, vergonhosa vitória seria essa do

Exército contra o povo, ele que é uma delegação do povo, ele que não pode senão ser uma emanção do povo.

Todas as minhas ambições, das mais egoístas às mais nobres, com a graça de Deus pude contê-las sempre que diante de mim encontrei o perigo de uma separação entre você e o povo. Se tenho lutado sempre para impedir que os civis se desentendam com os militares, como poderia silenciar quando os militares se desentendem com os civis e se prestam a ser mudos e autômatos a serviço da usurpação e da simulação?

Não consigo sequer admitir e ainda menos entender, como você, passivamente, sob pretextos bacharélicos de um formalismo ao mesmo tempo ingênuo e malicioso, esqueça, pela dificuldade de compreensão de um episódio momentâneo, a sua responsabilidade permanente na História de nosso País. Por muito menos Deodoro sofreu a condenação fatal desse eminente conquistador da paz, desse guerreiro da Inteligência que foi o Barão do Rio Branco.

Ai do Exército, ai da Nação cujos homens de farda tenham que ser assim julgados e justamente condenados, como pela mão de Rio Branco, foi “o generalíssimo da rua Larga”. Não, não queira contribuir para que se acenda no Brasil a paixão da luta entre os irmãos de farda e os sem farda, só porque um de farda quer usar a farda para encobrir sua ambição política.

Pela omissão, pela passividade, pela falta de decisão e de pressa e tomá-la diante do conflito provocado, quero crer, em doses iguais, pela astúcia e pela incapacidade de quem, depois de trair a revolução, leva ao desastre a própria Nação, você está criando um abismo de ressentimento entre o povo ultrajado e envergonhado e a sua farda limpa, honrada e digna de servidor do Brasil.

Não tenhamos medo das palavras. O que se fez foi uma traição ao Brasil, fechando um Congresso cujos imensos defeitos não são menores do que os do próprio Exército. Você bem sabe com que transigências e acomodações se conseguiu organizar o quadro militar de direção da Revolução de março. Conheço a opinião de um sobre cada qual. E você também a conhece. Não me parece que você seja capaz de dizer que o movimento militar foi feito somente com santos varões e homens puros, imaculados. Mas esse Congresso, assim constituído, com defeitos não maiores do que as outras instituições é o mesmo que elegeu o Marechal Castelo Branco e lhe prorrogou o mandato – favor espúrio que ele aceitou simulando constrangimento, quando nada o obrigava a aceitar senão os compromissos com os grupos que controlam o seu governo. É o mesmo Congresso que acabou de escolher, por indicação de vocês, outro chefe para substituir aquele que nos traiu a todos, um por um.

Estranho, mais do que isto, protesto, contra a ideia de que um único cidadão neste País se considere desobrigado de opinar, de decidir, de tomar posição e ajudar a solução para a crise já agora consumada, mas que continuará aberta como uma ferida moral pela qual se esvai a alma de um povo que precisa ter motivos de crer para não desesperar. Esse distraído e desobrigado cidadão para o qual os seus deveres como brasileiro, de chefe militar, de membro da comunidade nacional, de Presidente imposto pelas armas ao Congresso, à revelia do povo forçado a calar-se sob ameaça armada, só

existem a partir de 15 de março do ano que vem. Dir-se-ia que nessa Dara ele não conta receber uma nação viva, mas um espólio do qual ele fosse o único herdeiro e beneficiário. Esse felizardo que se considera isento de prestar serviço cívico obrigatório, é precisamente aquele que vocês escolheram para substituir o que nos traiu. Refiro-me ao Marechal Costa e Silva.

As mais humildes criaturas do Brasil estão hoje aflitas em busca de uma solução para a crise que deu no fechamento do Congresso e prosseguirá no Brasil enquanto aqui se confundir revolução com quartelada e “pronunciamento” para por no Poder quem lá não chegaria pela mão do povo. Todos estão humilhados, menos aquele que vocês indicaram para Presidente do Brasil? Este, não. Este não quer nada com coisa alguma, até o dia auspicioso em que a Nação lhe será entregue de presente, como uma dádiva dos deuses, prêmio ao oportunismo, bônus de bom comportamento. Enquanto março não chega, a Nação é violentada – e esse cidadão que vocês escolheram para Presidente apenas lava as mãos?

Um dos seus mais reputados camaradas, o Coronel Meira Matos, comandou a força de intervenção norte-americana (tropa colonial brasileira) na República Dominicana, alegando garantir ali a lei e a liberdade e assegurar as eleições livres e diretas para Presidente daquela República. Tal como a Força Expedicionária Brasileira foi à Europa lutar contra a tirania sob as ordens de uma ditadura em casa, a força brasileira que foi à República Dominicana voltou, para garantir uma ditadura na sua própria Pátria. Pois o mesmo Coronel Meira Matos foi o heroico, o valente comandante da expedição policial que fechou o Congresso. Pensávamos que era um oficial. Saiu-nos um oficial de justiça. Só que esses trabalham honradamente desarmados.

Então você não sente a monstruosidade dessa contradição? O Sr. Meira Matos entra para a História do Brasil como um “tira” que exorbitou o modo mais eficiente de humilhar seus irmãos brasileiros. Então não vê o erro dessa conduta, o erro histórico dessa leviandade, a estupidez brutal dessa falsa aplicação do conceito de autoridade? Castelo só foi obrigado a usar a força contra o Congresso porque perdeu o que não pode faltar a um governo: a autoridade moral.

Que desregramento de imaginação, que tristes cavilações podem tentar justificativa para tamanha aberração? Sei que existe o problema delicado das susceptibilidades pessoais, do amor próprio, até do brio de cada qual. Mas que brios, que pudores, que falsa vergonha será essa que coloca o amor próprio acima do amor à Pátria.

O Brasil é menos importante do que Castelo e Castelo mais importante do que a amizade e o respeito – não o medo – entre os soldados e o povo? O Brasil é humilhado para que o Sr. Castelo Brando não sofra um arranhão no seu ego.

No entanto, o gênio político brasileiro gerou uma solução que hoje pode dar saída legítima à crise fabricada pelos mentores do Marechal Castelo Branco.

Realmente: agora vocês militares substituem, como únicos, exclusivos, integrais, responsáveis, o Poder Civil que Meira Matos foi defender em São Domingos e afrontou ontem, como um Nilo

Coelho qualquer, em nome de uma revolução de mentira, que de revolucionária só tem a violência. Pois na prática, é uma contrarrevolução, sem programa, sem rumo, sem bandeira, sem chefe, sem objetivos básicos definidos, vogando ao sabor de vaidades, bajulações, complacências, cumplicidades subreptícias, intrigas infundadas e ambições pessoais desproporcionadas.

São vocês o único partido político em funcionamento no Brasil. Afora o Partido Comunista, cuja causa vocês reforçam junto ao povo só de permitir a eliminação de todas as lideranças democráticas, substituídas por chefes que expõem o Exército diariamente e cobrem com as armas a sua conduta morna e o seu triste personalismo.

Antes de irem para o Poder nunca vi Castelo protestar, mas se agachar sempre, recusando-se a participar de todo protesto até o dia em que o protesto serviu à sua vaidade e à sua ambição, que são patológicas porque não são uma afirmação mas uma compensação. A dubiedade é um traço dominante do caráter desse homem que simulou, a vida toda, o que agora já não esconde, o seu horror à lealdade, o seu gosto pela intriga, o seu fraco pela adulação.

Seja como for, vocês têm nas mãos uma solução que mantém intacta a força moral do Exército, sem a qual a sua unidade é cada vez mais precária e, até ousar dizer, cada vez mais indesejável; pois a unidade militar, que deve existir, só existe em função do interesse nacional e não do seu próprio interesse como simples corporação. A união dos militares contra o povo é mais do que um contrassenso, é uma loucura criminosa. A união dos militares não pode dispensar o povo sem se transformar em união contra o povo.

O Exército não é um conjunto de meros profissionais ou um partido de baixos e pessoais interesses políticos. Ao propor ao Congresso, como candidato único, um dos seus chefes mais reputados, o exército assumiu a responsabilidade de ter esta solução nas mãos para dotá-la num momento de crise. Ninguém de boa-fé dirá que houve uma eleição normal para uma sucessão comum. O MDB erradamente chamado de partido de oposição, pois não pode fazer oposição um partido que é *criado e tolerado* pela ditadura, recusou-se a votar no Sr. Costa e Silva. Mas, alegar, como Castelo fez, que isso é não querer eleições, é uma tolice e uma mentira. É esse pretexto pueril o que Castelo tem a alegar para o ato que praticou?

O que houve, permita-me a vulgaridade da expressão, na escolha do Mal. Costa e Silva foi um freio de mão para, no caso do carro derrapar na ladeira, manter a unidade do Exército e a sua indispensável identificação com os objetivos da Nação. Ora, como se encontra o Brasil, o governo é apenas o poder pessoal, pois foi amputado de seu órgão vital, que é o Legislativo. Está, portanto, descendo a ladeira. Para que você inventou o freio, senão para usar quando a Nação se despenca?

Está assim o Brasil submetido pela força aos caprichos e surpresas da camarilha do Poder, das forças estranhas que o orientam e o conduzem, para assegurar a execução de uma política econômica que estagna as iniciativas, que empobrece e decepiona os pobres, que paralisa e desencoraja os ricos e, de passagem, esmaga os remediados como você e eu.

O Brasil está se atrasando de muitos anos, nesses poucos anos. E você é um dos responsáveis. Eu também. Mas, eu protesto. Aceito o risco do protesto. E você? Que pretextos paralisam a sua consciência?

O comunismo? Meu caro, a causa comunista no Brasil teve agora uma grande vitória. Castelo deu ao povo motivos para crer que o comunismo é bom, pois que os seus inimigos são tão ruins, tão vaidosos, egoístas, incompetentes, hipócritas e brutais. Você então não vê que, se não é para Costa e Silva tomar a posse na hora da crise, não havia razão para fazê-lo Presidente?

A sua consciência é a única arma que não pode deixar de ser usada. Você conta que Costa e Silva vá ouvir mais os seus camaradas do que Castelo, que trocou os revolucionários pelo Filinto, o Daniel Krieger, o Nilo Coelho etc., etc. Mas como, se desde agora já você não é ouvido por Costa e Silva senão para dizer amém a essa ideia fixa de só tomar posse a 15 de março – deixando a Nação, daqui até lá, no mesmo desvario? Em condições normais, já é um erro deixar um presidente eleito seis meses à espera da posse. Nas condições anormais, agravada pelo choque com o Legislativo, não é um erro, é pior.

Não acho que Costa e Silva tenha sido a melhor solução. Vocês disseram que era a única possível. Pois, ao menos, adotem AGORA a única solução possível.

Não deixem que o Exército seja levado a novas provocações contra o povo para tumultuar a Nação. Não deixem que o povo odeie o Exército. Pelo amor de Deus, devolvam aos brasileiros a paz e a liberdade que Castelo não soube ou não pôde ou não quis instaurar e sustentar. Pois a ordem castrense não se confunde com a paz. Nem é liberdade aquela que dá aos traficantes que empresam o governo Castelo direitos que ele nega ao povo comum, aos que trabalham, aos que pensam, aos que são, ainda que alguns pensem o contrário, os únicos donos do Brasil.

Não se trata de depor Castelo, mas sim de convocar Costa e Silva para que cumpra o dever para o qual vocês o designaram. Esse dever não tem data. É na hora de crise. A crise está aí e nada mais a detém, nem a temporização, nem a força. A separação entre o Exército e o povo está feita. Só há um meio de restabelecer o entendimento que não pode deixar de existir: é dar posse ao chefe militar que o Exército escolheu e o Congresso elegeu.

É o mínimo que a Nação pode esperar da prudência, do senso de oportunidade e do patriotismo dos responsáveis que são vocês, não eu e os outros que fomos expulsos da vida pública pelo grupo ao qual Castelo entregou o Brasil.

Muitos lhe dirão que a crise é passageira. Uns se iludem, outros mentem. Eu não tenho o direito de me iludir, nem lhe posso mentir. A crise tem duração indeterminada, a crise vai além de 15 de março de 1967.

O Mal. Costa e Silva encontrará para governar uma Nação dividida. Para um lado, o povo acuado, espiritualmente rebelado, pois “a coação meramente captura o homem e só a liberdade o cativa”. Goulart tinha apoios, Juscelino popularidade, Castelo só tem a força – nada mais. Pois até o

respeito que ele tinha, perdeu, com a impunidade dos que o adulam, a corrupção a seu redor, a birra, o capricho, a falsidade e a traição que caracterizam seu temperamento tortuoso e mau. Há uma união nacional e natural, espontânea, contra ele. Não adianta lançar a força armada contra ela. A não ser que você esteja preparado para ser o carrasco do povo desarmado.

A falsidade é um tom do governo. Um governo que mente é sempre um perigo. Um governo que tem força militar para fazer a mentira passar por verdade é mais do que um perigo, é uma calamidade.

O Marechal Castelo Branco não teve dúvida em afirmar que os deputados que estavam em Brasília não queriam a posse do Sr. Costa e Silva. Quem não quer a posse desse, nem de ninguém, é ele. E a prova é que você teve de impor Costa e Silva, para tirar Castelo sem dividir o Exército. Não estranhe pois, nem estranhe, mas ao contrário me ajude, se em vez de me contentar com a simples união do Exército eu tento, também unir o povo. Por que não? No entanto ele sabe, você sabe, todos sabemos que a alegação do Marechal Castelo é desejado ainda mais pelos corruptos do que pelos honestos. Mas todos o querem – porque querem ver o Brasil livre de Castelo Branco, o Desastrado.

Alguns lhe dirão que estou incitando as Forças Armadas. Que me importam as interceptações idiotas, se o que conta é o dever de lhe falar lealmente.

Prefiro ser incompreendido por ter falado o que preciso dizer, do que não ter paz na consciência por silenciar ou, de qualquer forma, permitir com o silêncio o que se está praticando contra o País. Nós, não apenas eu nem você, mas todos, suas mulheres e seus filhos, inclusive, parte civil e melhor parte de sua vida.

Que cara terá você quando seus filhos lhe perguntarem se a cassação de quatro ou cinco deputados valia a decepção que você está dando à juventude do seu País?

O povo está ficando cínico, de tão amargurado. Como pode acreditar nas instituições nacionais quando o Exército as desrespeita e as destrói com a força a serviço de sofismas jurídicos imbecis e de pretextos idiotas como esse de defender a "revolução" do Roberto Campos, do Roberto Marinho e de tudo quanto há de mais retrógrado e reacionário agarrados às desculpas cínicas e às alegações capciosas?

Existe na filosofia moral um triste pecado que se chama o maniqueísmo, o qual consiste em dividir as coisas entre o absolutamente certo e o absolutamente errado, como se uma pessoa ocupasse de repente o lugar de Deus e fosse capaz de, mais do que Ele, saber de que lado está a razão. Esse é o pecado dos fariseus, triste pecado de que se tornam responsáveis as Forças Armadas do Brasil ao se transformarem na guarda silenciosa do farisaísmo.

Vocês têm nas mãos a solução natural que vocês próprios inventaram, não eu.

A substituição de um chefe militar por outro, nas condições estabelecidas por esse outro e ninguém mais, é um fato normal, sobretudo comparado à implantação da anormalidade, da existência

de uma república governada por três poderes, dos quais um já não existe, que é o Judiciário, posto sob a tutela das armas; e outro, o Legislativo, acaba de ser apagado temporariamente, pela força das armas.

Quem lhe disse que vocês sabem mais, são mais patriotas e mais honrados do que nós? Vocês também têm os seus sibaritas, os seus desonestos e os seus tíbios. E você bem sabe disso. Portanto, sejam como todos devemos ser, mais tolerantes e menos arrogantes.

Resta o quê? O Poder Executivo. Este assenta no consentimento do povo e você não é todo o povo, você é apenas tudo isto: um servidor do povo. Não creia que por ter o direito legal de portar uma arma pode substituir a obrigação de portar uma consciência livre. A força não lhe dá o direito à inconsciência. Nem a obediência legal é sinônimo de subserviência. Você também sabe disso e já deu provas de que não ignora o que lhe estou dizendo, com a lealdade fraterna a que me credencia uma vida de sacrifício e de luta que não é melhor do que a de ninguém, mas não teme confronto com a desses oportunistas que vocês puseram no Poder.

A força não o exime da obrigação de refletir e agir em consequência. Muitas vezes precipite-me, isto é, antecipei-me às suas próprias conclusões. Terei talvez algumas vezes formulado algumas conclusões antes da hora. Paguei por isto um grande preço, que é todo o meu orgulho, meu patrimônio moral.

Quando os seus chefes batiam continência a João Goulart, eu já os prevenia, em vão, do que ia acontecer. Quando Castelo ia jantar com Arrais, dizendo-se seu amigo, e falava mal do general que ia substituí-lo, já eu o prevenia. Éramos então, muito poucos. Hoje tudo quanto é oportunista é “revolucionário”, como Daniel Krieger, por exemplo, que é irresponsável depois das duas da tarde, ou Filinto Müller, que “escapou a Nuremberg”. E você é que dá força a essa gente. O primeiro governador a dar solidariedade a Castelo, no fechamento do Congresso, foi Negrão de Lima. Não é natural? Saiba que você é que é responsável por esse conluio monstruoso. Castelo é mais desprezível por aceitar do que Negrão por oferecer a única coisa que tem, a disponibilidade moral. E tudo isso é feito em seu nome e na certeza de que você é o guarda desse festival da canalhice.

Não estou disposto a abrir mão do meu direito de lhe dizer isto, nem pela ameaça nem pelos rumores, nem pelo constrangimento nem pelo isolamento. Solto, preso, deportado, seja o que for, tudo o que lhe digo aqui estará vivo.

Se pudesse oferecer a vida para que a Nação não se dividisse em duas forças desiguais, uma pequena mas armada e fardada, outra imensa mas amedrontada ou descrente, seria este um pequeno serviço que eu legaria aos seus e aos meus filhos, para que você recupere a consciência que está perdendo. E resgatasse, com a minha temeridade, a sua perplexidade.

Quero referir-me À consciência da responsabilidade de cada qual. No momento em que só as armas decidem, é com elas que se tem que tomar a decisão. Não posso falar-lhe ao vivo, pois você, e o direito de comunicação com os meus concidadãos está hoje restrito às páginas de alguns jornais – e ainda assim, não sei por quanto tempo.

Se alguma sombra de eloquência acaso perturbou a limpidez do que lhe quero dizer é porque não posso abafar a profunda repugnância, a revolta íntima, o horror com que vejo a sua farda honrada servir de espetáculo ao povo inteiro, o seu povo, aquele para cuja defesa você jurou dar a vida e que não precisa da sua vida, pois lhe pede apenas uma palavra. Uma palavra sensata e oportuna, uma palavra justa e necessária.

Aqui devo novamente adverti-lo sobre o perigo, que frequentemente vocês militares correm, de julgar mal pessoas que conhecem mal e confundir severidade com maledicência. Há dias houve muitos de vocês pensando que o Dr. Adauto Cardoso só queria se reeleger deputado. Isto é falso, injurioso e, sobretudo, errado. Ele quer muito mais. Ele quer ser um grande brasileiro, um pouco tarde, é verdade; mas antes tarde ser grande do que tarde escolher. A sua é uma aspiração legítima. Ele quer ser respeitado.

Soube que junto ao Sr. Costa e Silva há cretinos pensando que estou falando na necessidade de sua posse imediata como uma manobra política para me aproximar dele. É preciso parar com esse mau costume de confundir as pessoas. Você sabe bem que não preciso me aproximar de ninguém, pois sei dizer a distância o que preciso que ouçam os poderosos deste mundo instável – que já vi rodar tantas vezes. Não tenho confiança no Sr. Costa e Silva. Acho-o leviano com as suas relações, deslumbrado e despreparado. Terei uma grata surpresa se ele receber a “graça de estado” e melhorar. Mas acho-o até aqui muito ruinzinho, ambicioso e oportunista; receio que o seu governo seja o jubileu da corrupção. Tomara que ele me surpreenda. Apenas acho que, uma vez que vocês assumiram toda a responsabilidade por ele, e o Congresso coonestou a imposição de vocês, elegendo-o, é melhor dar posse logo a ele do que fazer de Castelo um ditador. Nenhum ditador é bom. Mas Castelo é o fim! E você sabe disso, como Costa e Silva também.

Isto dito, fale a Castelo, fale a Costa e Silva que não se trata de preferir um a outro, de humilhar a um para exaltar o outro. Deixe isso claro. O Brasil não pode ficar a mercê da disputa surda e pessoal entre dois marechais da reserva que se detestam e fingem que se dão bem. Trata-se de restabelecer a normalidade do Brasil e prosseguir numa obra verdadeiramente renovadora, que só pelo trabalho e paz se pode realizar. A tensão, a aflição, a revolta, os atos impensados e as palavras de mero desafio mais do que nunca devem ceder a vez a um sentimento comum de respeito à Pátria.

Repito, meu caro, esse povo que lhe paga, muito mal, mas com tanto sacrifício, dele e seu; e que o estima e não o quer odiar, não o quer ver como instrumento silencioso do ódio desses frustrados contra o povo; e vítima do desprezo do povo pelos seus soldados.

O povo não é melhor do que o Congresso e o Congresso não é melhor nem pior do que o Exército. Pense um pouco e verá que tenho razão. Somos o que somos porque ainda não podemos ser o que devemos ser. Portanto, em vez da intolerância passiva e da brutalidade ativa, ponha as armas a serviço da inteligência em lugar da tolice, ainda mais do que erro, de pretender coagir a inteligência pelas armas. Você precisa explicar aos demais que a inteligência é invencível – e que é melhor aliar-se

a ela do que desonrar-se contra ela. Convença esses homens, use a rude franqueza militar, que é uma qualidade mestra da sua formação. Diga-lhes com essa lealdade que só os grandes podem ter, que um não vai para o Poder e outro não dói escolhido para sucedê-lo apenas para tutelar mas para servir à Nação. O Brasil precisa de servidores, não de amor. Castelo quer ser amo de muitos e laiaio de alguns.

Promova a posse do Presidente mal ou bem escolhido. Você que foi chamado nos quartéis, por esses mesmos chefes, para dar posse a Juscelino Kubitschek por um golpe militar. Você que foi chamado a garantir eleições e apoiar a triste experiência de um falso parlamentarismo para garantir a posse de João Goulart. Lembra-se? Foi ontem! O ódio desses chefes a Kubitschek e a Goulart não é patriotismo, é vergonha de terem servido incondicionalmente aos erros praticados – e o desejo de substituí-los mesmo à custa de erros bem maiores. Castelo acaba de fazer aquilo que acusou Goulart de tentar fazer: acabar com a eleição direta e fechar o Congresso. Ele explora o seu horror aos “corruptos e subversivos” para implantar no Brasil um governo de corrupção e subversão. Pois no governo Castelo a corrupção come solta e a subversão consiste na usurpação.

Você, que uma vez foi chamado para fazer uma revolução e restaurar no Brasil a liberdade, não imponha a ordem com sacrifício da liberdade. Pois isto é uma falsa ordem, que ao desmoronar cairá sobre sua cabeça. Não queira ser amaldiçoado pela Nação, não queira ser dela o filho incauto que, a pretexto de salvar, a sufoca.

Só com ela você tem compromissos. O seu juramento foi perante ela. Não está você para servir à vaidade de alguns homens, mas à vocação de um país que sempre se orgulhou de ter nas suas forças militares os defensores da liberdade e da segurança do povo – inseparável da ideia de progresso e do uso da liberdade. O Brasil está vivendo os dias tragicômicos da espionagem mórbida da intriga dirigida, da submissão cínica a uma política antinacional e contrária a todas as necessidades e impulsos que a Nação reclama para se estabilizar e progredir.

Não seja o porteiro do cemitério. Dê ao Brasil o dom da sua voz, que não vale só pelas suas armas, mas por ela mesma, pelo que ela significa, - a sua voz de homem livre. A sua voz inspira respeito. A sua arma automática, apenas medo e ódio.

Eis o que lhe tenho a dizer. Reflita. Esqueça quem o disse, se puder. Mas creia que o digo por amizade e compreensão ante que a semente do ódio, plantada em seu nome, dê a colheita de desgraças que cairão sobre o Brasil, no trágico desencontro entre as Forças Armadas e o Povo.

Faça da unidade militar um esteio e não uma pedra que rola. Levante de novo a confiança e o entusiasmo do povo. Dê-lhe motivo para crer e não para desconfiar. Dê-lhe razão para trabalhar e não para desesperar. Restabeleça, já que o poder político está em suas mãos, e nas de mais ninguém, a liberdade e a honra que sob o governo Castelo foram, num só golpe, apunhaladas.

A posse imediata do Marechal Costa e Silva talvez não dê ao Brasil o Presidente que ele precisa, mas livra o Brasil do ditador que ele não quer. Como você sabe, não tenho motivo para confiar no governo que o Sr. Costa e Silva vai fazer. E se mais não digo é para deixar, em favor do

País, o benefício da dúvida. É para não privá-lo de esperança. Mas, vocês viram nessa solução a única saída. Pois deem saída a essa solução.

Castelo estragou a Revolução. Ao menos devolvam aos brasileiros o que não lhes pode ser impunemente arrebatado: a liberdade e o respeito próprio.

A Nação está humilhada pela sua mão, meu caro amigo, pela sua mão honrada. E está é a tragédia. Ninguém, nunca mais, lhe poderá perdoar o crime da vacilação na hora em que a decisão se impõe. E uma decisão que você próprio escolheu e impôs. Você quis Costa e Silva como remédio para a crise. Castelo provocou a crise. Pois, agora, apliquem o remédio, antes que a crise se agrave, com o maior dos prejuízos: a separação, pelo temor e pelo ódio, entre o povo e o Exército.

Com a longa experiência que tenho da vida pública e aquela que, a curto prazo, tenho acumulado na iniciativa privada, posso dizer-lhe que no cima criado com o governo Castelo Branco ninguém consegue trabalhar em paz.

Nos dias que precederam a sua saída do quartel, em defesa das eleições e da liberdade no Brasil, todas as aflições tinham um conforto, todas as ansiedades uma garantia. Toda gente dizia que as Forças Armadas não permitiriam que ISSO acontecesse no Brasil. Pois bem, agora ISSO acontece – sob a sua proteção, com o seu silêncio. E o povo perde a confiança em você. Mais: o povo realmente já não poderá confiar em você, quando o presidente que VOCÊ lhe impôs se omite e, pensando que lava as mãos, apenas abana as mãos acenando para o Poder sem percalços, sem fadigas nem responsabilidades. O Poder exige presença, participação, dedicação, risco e responsabilidade.

Nem você nem nenhum dos seus camaradas poderá dizer que a política comandada pelo grupo que em seu nome se apoderou do Poder é a política que convém ao interesse nacional. No domínio propriamente político ela tumultuou e abastardou. Incapaz de persuadir, ela coage. Incapaz de aliciar, ela amedronta. Em troca de alguns tiros isolados neste ou naquele indivíduo corrupto, ela corrompe a Nação inteira, pelo medo e pela astúcia.

Ou a lealdade acaba com o maquiavelismo ou o maquiavelismo acaba com a amizade e o respeito do povo pelo seu Exército. Use a sua lealdade, da qual nunca duvidei. Diga francamente a Castelo que está na hora de sair e a Costa e Silva que está na hora de entrar. A não ser que você desconfie de Costa e Silva ainda mais do eu prefira Castelo ruim a Costa péssimo. Neste caso, por que não disse logo? Agora não é hora de vacilar e recuar. É hora de assumir responsabilidades. O que proponho é a solução que vocês escolheram. Apenas antecipada, para evitar a ditadura – e impedir que o povo tema e odeie o seu irmão que veste farda. Você.

Com amizade pessoal e cívica, um aperto de mão do seu patrício.

O que há por trás da Frente⁶⁷⁶

Os que temiam a radicalização e julgavam inconveniente ao país que as oposições se extremassem a ponto de se tornarem inconciliáveis temem hoje o oposto, isto é, o entendimento, a tolerância, a convivência. Daí a reação em face da ideia da Frente Ampla abrangendo não só correligionários, mas adversários, pois é claro que uma frente de correligionários seria de coro, não de diálogo.

A origem da Frente Ampla é diversa, e de vária natureza. Quanto a mim, ela partiu de uma verificação que fiz à própria custa: assim como o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã, o inimigo de ontem pode ser o aliado de hoje. Parece-me extraordinário que exatamente o setor militar ache maior dificuldade para compreender essa realidade das guerras que não vem só de Lênin como político, mas também de Clausewitz, um mestre da doutrina militar: que a guerra e a política são – uma continuação da outra. Desde há muito se pratica a ideia de que se o que nos move na vida pública é o interesse público e não o amor próprio, devemos estar sempre preparados para combater súbitas transformações e mudanças de posição desde que os princípios e os fins não mudem. Isto é, desde que a origem de nossos atos e o que temos em vista obter com eles não se alterem. Nesse sentido, o relato que tenho a fazer nada tem de rocambolesco ou conspirativo.

No auge do conflito entre as Forças Armadas e grande parte da opinião pública de um lado, e de outro o Presidente João Goulart e as forças que o apoiavam, propus publicamente – como candidato a Presidente da República- ao então candidato e meu competidor, ex-Presidente Juscelino Kubitschek, um entendimento público para contermos a ameaça da não realização de eleições e evitarmos a necessidade da intervenção militar. Quer crer que, confiante demais na sua força própria e certo de que carecia muito do apoio do Presidente João Goulart para sua eleição, o Sr. Juscelino Kubitschek até zombou da minha proposta, em declarações que pelo menos lhe foram atribuídas nos jornais. Depois que o inevitável ocorreu, e lhe cassaram os direitos políticos, sem lhe dar direito de defesa, aliás, tumultuando os próprios resultados dos inquéritos que têm sido usados como arma de coação muito mais do que como arma de justiça, por três vezes pelo menos o ex-Presidente Juscelino Kubitschek *Manifestou* quanto o seu pensamento evoluíra, a propósito da ideia de um entendimento nacional. Em conversa particular com um amigo em comum, depois noutra conversa com a Professora Sandra Cavalcanti, em Nova Iorque, ele *Manifestou* a sua convicção de que um entendimento era útil e necessário ao país, para salvar o poder civil, não com a ideia de colocá-lo contra as Forças Armadas, mas com a ideia de impedir que as Forças Armadas se colocassem contra ele, substituindo-se a ele e criando no país, portanto, o indesejável choque entre militarismo e antimilitarismo. Isso foi há bastante

⁶⁷⁶ Publicada originalmente em Fatos & Fotos, nº 302, 12 nov. 1966.

tempo, antes da ocasião em que não nos encontramos em Lisboa, e até hoje acredito foi um erro de nossa parte, pois, se tivéssemos nos encontrado, o entendimento teria sido mais rápido e mais fácil.

Recentemente, quando fui a Brasília depor no Inquérito Parlamentar sobre a participação do grupo Time & Life numa cadeia de televisões e rádios no Brasil, senti um ambiente de ansiosa expectativa em torno da possibilidade de um entendimento. Falou-me desta eventualidade o líder do MDB, Deputado Vieira de Melo, no aeroporto de Brasília, mas, além dele, vários deputados, como o Sr. Hermógenes Príncipe, mencionara essa necessidade como a grande tarefa política dessa fase da vida brasileira. Foi então que tive a visita de um jovem ligado de perto e pessoalmente ao Sr. Juscelino Kubitschek, ao qual manifestei meu ponto de vista favorável a um entendimento impessoal, visando um movimento de democratização. Naquele mesmo dia recebi a visita de um antigo deputado cassado sem processo e sem defesa, que me veio falar do mesmo assunto em nome de um grupo de esquerda, não comunista, mas para o qual o comunismo não é bicho-papão. Em consequência de nossa conversa, compareci a uma reunião em casa de um amigo comum, com elementos de várias correntes, e ali ficou, em linhas básicas, estabelecido o seguinte:

1. Não se faria uma Frente Única, no estilo habitual que os comunistas preconizam, pois esta é precária e acaba dominada por eles, únicos que têm um aparelho, mesmo pequeno, para utilizar os demais participantes de tal frente.

2. Não seria um entendimento apenas contra o governo atual nem muito menos a favor do governo futuro, mas sim um entendimento em torno de diretrizes fundamentais para o país. Por outras palavras, o entendimento não seria apenas de crítica, mas sim de fórmulas, de rumos, para a construção nacional.

3. Nesse sentido, duas ideias básicas ficaram perfeitamente claras e aceitas por todos:

- a) a de fazer o desenvolvimento a tônica dessa verdadeira revolução que não foi feita;

- b) a de substituir qualquer referência a uma chamada “redemocratização” por “democratização” do Brasil. Ficou claro, também, que não se trata de um jogo de palavras – redemocratização e democratização. É que redemocratização dá a ideia de que se queria apenas devolver o Brasil ao que ele era antes. Sustentei, e sustento, que ainda não houve democracia no Brasil, e portanto o esforço é democratizar e não voltar ao passado, pois democracia no passado são apenas vestígios ou prenúncios. Ficou também claro que, em vez de muitas assinaturas, conviria tentar algumas, as de ex-presidentes, e a de um ex-governador que teve parte ativa na revolução, o Sr. Magalhães Pinto.

Na segunda reunião, a que já compareceu o emissário que iria ao Sr. Juscelino Kubitschek, além daquele que iria ao Sr. João Goulart, ficou claro que tentaríamos também outros ex-Presidentes, como o Marechal Dutra e o Sr. Jânio Quadros, embora fosse de grande ceticismo a opinião dos outros acerca de sua participação. O ex-Governador Magalhães Pinto, inteirado dos fatos, não decidiu logo, mas inclinou-se pela não assinatura, pois já estava engajado na candidatura Costa e Silva, mesmo com

eleição indireta, e na ARENA, feitas todas as ressalvas que entendeu fazer e que são notórias. O ex-Presidente Dutra não foi abordado por mim porque pareceu-me que a sua liderança militar, que a sua participação também na candidatura Costa e Silva, tolheria os seus pronunciamentos em relação às Forças Armadas.

A essa altura, a habitual indiscrição brasileira havia feito das suas, sobretudo num certo setor de esquerda, no qual elementos radicais e intolerantes, movidos por sectarismo político alguns, e outros por fobias pessoais, por serem contra a Frente Ampla, trataram de desmoralizar os seus companheiros da ideia de tentar por ela, e espalharam a informação com as deformações costumeiras, a que não faltaram os sopros do Serviço Nacional de Intrigas, o SNI.

Quanto ao Sr. Jânio Quadros, recebeu com a melhor disposição a ideia de se encontrar comigo. Ao voltar de Curitiba decidi passar em São Paulo para encontrá-lo. Ele sumiu. No dia imediato, pela manhã, espontaneamente comprometeu-se a comparecer à casa do amido comum que o esperava, e lá para as tantas telefonou do Guarujá perguntando se eu não podia ir até lá, pois tivera que descer para Santos. Dava-se o que outros temiam: entre agradar o governo para ver se o tiram da lista de cassados e cumprir o seu dever, pronunciando-se pelo sim ou pelo não, numa questão crucial, ele recorria à fuga mais uma vez; por assim dizer, renunciou à sua liderança, como renunciara à sua presidência.

A proximidade do dia da nomeação do Marechal Costa e Silva para o cargo de presidente por 4 anos, homologada pelo Congresso, fez com que adiássemos quaisquer entendimentos sobre a Frente Ampla, para não tumultuar o ambiente. Pois tínhamos certeza de que o tumulto beneficiaria aqueles que, em torno do Presidente Castelo Branco, querem ainda, enquanto possam, evitar a posse do Marechal Costa e Silva, o que o Presidente Castelo considera uma “heresia”.

O emissário que foi ao Sr. Juscelino Kubitschek expôs-lhe lealmente os perigos e vantagens de assinar o esboço de um *Manifesto* de cuja redação fui incumbido, e que já havia sido examinado na segunda reunião que tive com os representantes das outras correntes. O ex-Presidente Juscelino Kubitschek pronunciou-se categoricamente a favor da ideia do *Manifesto* e da Frente Ampla e fez poucas mas excelentes sugestões, das quais relato três:

1) A de suprimir uma oração intercalada pela qual se diria que não queremos a volta ao passado em tais e tais condições. Mandou-me dizer o Sr. Juscelino Kubitschek: Por que não dizer simplesmente que não queremos a volta ao passado? Pareceu-me não só um ato de sabedoria política, de visão para o futuro, pois sobretudo para os próprios revolucionários mais esclarecidos, quanto valeria, que representaria ter do próprio punho do ex-Presidente a declaração de que não pretende reivindicar ou pregar a volta ao passado. Se isso é uma vitória para ele, pois é uma afirmação de liderança atualizada, não é menos uma vitória para a Revolução, que assim estaria consolidada com um movimento que não volta atrás, pois que a nação, por assim dizer unanimemente, reconheceria esse caráter irreversível da evolução histórica nacional.

2) O segundo ponto foi deixar claro que não queríamos substituir um golpe por outro, mas sim reivindicar o pronunciamento do povo, a devolução ao povo do direito que lhe foi arrebatado. Ficou assim o Sr. Juscelino Kubitschek fiel à sua tradição antigolpista, e creio que eu também, pois o que sempre me pareceu é que é preciso, quando as revoluções são indispensáveis, fazê-las com o povo, pois sem o povo elas são contra o povo, e portanto não são revoluções.

3) A terceira sugestão foi substituir a parte final do rascunho, que enumerava pontos de um programa de governo, por uma formulação suficientemente clara mas genérica, pois alegou ele, com razão, um programa ficaria sempre incompleto e era melhor não formulá-lo especificamente. Mais importante seria, e é, traçar os rumos fundamentais. Foi o que procuramos fazer na versão definitiva do texto do *Manifesto*.

Do lado do ex-Presidente João Goulart a coisa não foi assim tão fácil. Tal qual prevíamos, houve a reação do meu próprio setor, e a reação militar. Meus melhores companheiros, se não reagiram tão fortemente à ideia de ver meu nome junto ao do Sr. Juscelino Kubitschek, reagiam à ideia de juntar, a esses dois, o nome do Sr. João Goulart. Um deles chegou a dizer-me: “Isto é dose para cavalo”. Outro lembrou-me que ele era acusado de ter mandado me matar.

O caráter pessoal da política no Brasil contribuiu para essa idiossincrasia, para essa dificuldade de compreensão da possibilidade de se unirem forças políticas, através dos seus líderes, sem que isso signifique caírem nos braços uns dos outros. É difícil, reconheço, dados os vícios da formação brasileira, diferenciar aliança de confraternização, entendimento de promiscuidade.

Por outro lado, no setor do Sr. João Goulart as dificuldades cresceram, primeiro porque a sua liderança não é única no seu setor nem é absoluta – e esta terá sido uma das razões de sua queda –, pois viveu todo seu governo combatendo diariamente na sua própria área para evitar o perigo de ser ultrapassado.

O Sr. Leonel Brizola, consultado por um dos emissários que o procurou, disse não acreditar na solução da Frente Ampla, pois só acredita noutra bem diferente, mas que não criaria dificuldades maiores no momento.

O Sr. Miguel Arraes, consultado por um dos setores da área Goulart, chegou mesmo a escrever uma carta longa, na qual dava as razões ideológicas pelas quais não acreditava na formação da Frente Ampla.

O Sr. João Goulart pessoalmente concordou em assinar o *Manifesto*, mas preferia uma outra forma, de cada um assinar *Manifesto* diferente, e por conta própria, o que me pareceu a negação da própria Frente Ampla, pois esta tinha como ponto de partida o próprio *Manifesto* conjunto. A essa altura, tais dificuldades me criava a possível presença do Sr. João Goulart no *Manifesto*, que, agradecendo a correção com que se houve o seu representante, desinteressei-me do assunto, sempre pronto porém a revê-lo, com esse ou com qualquer líder que realmente represente uma corrente popular no Brasil.

Surgiu, então, uma certa oposição à ideia da Frente Ampla nos setores políticos do MDB, o único partido de oposição permitido pelo governo, contrassenso que por si só bastou para mostrar a que grau de degradante tutela desceu este país. Os políticos do MDB temiam que a Frente Ampla absorvesse o grupo eleitoral abrigado nessa sigla. Foi quando o Deputado Vieira de Melo, compreendendo que, ao contrário, a frente ampla vinha – sem jogo de palavras – ampliar as perspectivas do MDB, concordou em ser o portador do *Manifesto*, já então com a assinatura do Sr. Juscelino Kubitschek, à imprensa. De acordo com o líder do MDB, que marcou a entrevista com a imprensa no seu gabinete, Hélio Fernandes incumbiu-se de convocar os correspondentes estrangeiros para essa conferência no dia seguinte ao do nosso encontro.

Na manhã desse dia, porém, o Sr. Vieira de Melo comunicou-me que havia um contratempo. Não chegara dos Estados Unidos o texto assinado pelo Sr. Juscelino Kubitschek. O Sr. Vieira de Melo, com a garantia de que lhe dera o emissário, de que o Sr. Juscelino estava convencido da conveniência de assiná-lo, admitia a possibilidade de assumir a responsabilidade pela divulgação, mas ponderamos todos, inclusive ele, que não devíamos nos expor, nenhum de nós, a um desmentido quanto à assinatura do Sr. Juscelino Kubitschek. Trataram então de procurá-lo pelo telefone, mas o Sr. Juscelino Kubitschek excursionava pelos Estados Unidos fazendo conferências. Foi assim adiada a reunião do Sr. Vieira de Melo com a imprensa. Quando afinal o localizamos, o Sr. Juscelino Kubitschek pediu mais tempo para pensar, dizendo que tinha consultas a fazer. Uma delas era a Sebastião Paes de Almeida, que fora desde a primeira reunião em Lisboa, como emissário da Frente Ampla, o maior opositor dela. O argumento do então Deputado Paes de Almeida era que o *Manifesto* viria a dar ao Marechal Castelo Branco o pretexto de que este necessitava para tumultuar a posse do Sr. Costa e Silva e o Sr. Paes de Almeida já estava todo voltado para o sol nascente, isto é, para o Sr. Costa e Silva.

O Sr. Juscelino Kubitschek mandou dizer a este e a outros amigos seus que só uma coisa o demoveria de assinar o *Manifesto*: provarem-lhe que isto serviria ao Marechal Castelo Branco para aguçar a lâmina e acentuar o caráter ditatorial do seu governo. Acredito que isto, mais do que qualquer razão, tenha contribuído para evitar que o Sr. Kubitschek assinasse o *Manifesto*. Pois, simultaneamente com o nosso esforço, ele desenvolveu o seu. A campanha de terror psicológico foi desencadeada com a inestimável colaboração de alguns jornais que se prestaram ao papel de agentes do SNI e da guerra psicológica, em vez de informantes de seus leitores. Houve mesmo quem tivesse a petulância de noticiar todos os dias a cassação dos meus direitos políticos. Coisa que o Sr. Castelo Branco não se atreve nem se atreveria a tentar, pois, se lhe sobra força para isso, falta-lhe o essencial, aquele mínimo de autoridade moral para ser acreditado quando me incluísse na categoria dos corruptos ou na outra, por mais vaga, mais genérica, dos subversivos. Se a mim não impressionou, receio que haja impressionado a outros mais sensíveis a campanha de terror psicológico. O Sr. Paes de Almeida, do PSD, o Sr. Dutel de Andrade, do PTB, que foram cada um no seu setor os mais esclarecidos

adversários do Sr. Juscelino Kubitschek e Jango Goulart na Frente Ampla, foram cassados pelo Sr. Castelo Branco. Se não fosse humor negro, poderíamos dizer que “o crime não compensa”. Mas não parou na cassação de alguns o terror desencadeado no estado-maior dos dois ex-Presidentes. Esse terror impressionou alguns, mas não a todos, e houve alguns até que, a meu ver, se engrandeceram pela firmeza com que trabalharam para o entendimento amplo e nacional.

Começou, porém, o uso dos IPM para aterrorizar os tímidos. Pessoas ligadas ao Sr. Juscelino Kubitschek foram convocadas a depor subitamente, revivendo inquéritos já arquivados, enquanto o do Coronel Ferdinando de Carvalho era intencionalmente tumultuado e desmoralizado para proteger o principal indiciado, embora nele também estejam indiciados dois ex-Presidentes.

O fechamento do Congresso, brutal fenômeno para o qual a nação ainda não acordou, mas quando despertar tornará imperdoável esse ato de violência gratuita e artificiosa, levou-me a propor ao Sr. Juscelino Kubitschek uma espécie de post scriptum ao *Manifesto*, no qual reivindicaríamos sem nenhum interesse pessoal a posse, o mais cedo possível, do novo Presidente para lançar uma ponte entre o Legislativo e o Executivo, que criou a crise com os representantes do povo.

Eleito pelo Congresso agora, e vendo o seu colégio eleitoral fechado 15 dias depois de eleito, o Sr. Costa e Silva seria a autoridade indicada para promover os entendimentos entre os dois desavindos. O Sr. Juscelino Kubitschek quis saber se ao menos o Sr. Costa e Silva tinha sido consultado, pois temia que uma declaração, sobretudo com a sua participação, recebesse do Marechal um contra violento, sem nenhum resultado positivo. Por não temer os contras desse ou do outro Marechal, fiz por conta própria o apelo. Se não quiseram atendê-lo, tanto pior ou melhor. Cumpri o meu dever.

A esta altura pergunta o leitor: mas, afinal, para que a Frente Ampla? Antes preciso dizer-lhe o porquê.

Os brasileiros estão até aqui tão desavindos, tão separados uns dos outros por tantas lutas, ódios e incompreensões, que nem se consegue governá-los sem uni-los, assim como não se pode uni-los sem governá-los. As desconfianças são de tal ordem que, a cada passo, enquanto a meu lado achavam que eu ia ser engolido pelos espertalhões e temiam pela minha inocência, do outro lado o que temiam era que eu capitalizasse em meu favor a assinatura dos dois outros líderes de grandes setores da opinião pública nacional.

Mais uma vez, no mundo inteiro, onde quer que haja algum interesse pelo Brasil, os observadores entenderam melhor o que queríamos do que as pessoas próximas, como o caso das pessoas que veem a árvore e não veem a floresta e estando tão próximas ruminam amarguras, ódios, incompreensões as mais legítimas, ressentimentos os mais compreensíveis, mas não se preparam para esta aceitação que é, antes de tudo, obra de amor e de fraternidade que consiste em passar por cima de tudo que separa para ganhar aqueles poucos fios que nos possam reunir. A divisão irreconciliável do Brasil em grupos inconciliáveis entre si já produziu a queda e até a morte de presidente e toda uma

coleção de golpes militares, cuja única consequência concreta é a decomposição progressiva dos poucos sinais de democracia que até aqui desfrutamos.

Quanto mais as Forças Armadas são chamadas a participar do processo político pela incapacidade dos políticos de escolher os seus próprios rumos através do debate democrático e da estrita correspondência a correntes de opinião popular e não compreensões feudais de grupos e pessoas, mais se aprofunda o país no fosso de um regime de tutela para as quais as Forças Armadas não tem nem vocação nem preparo. Há quem procure intrigar-me com elas cada vez que as digo despreparadas, mas isso antes de ser um apodo é um elogio – elas não deviam nem podiam estar preparadas para tomar o poder e exercê-lo em nome da nação. Qualquer militar pode exercer a função eletiva, isto é, desde que decorra da escolha popular, mas para isso presume-se uma preparação da carreira do homem público que não se improvisa, pois não é somente na monarquia que se prepara o soberano para governar. Uma carreira significa um longo treino não só de estudar os problemas e lhes dar soluções, mas de encontrar as formas do diálogo, de contornar as dificuldades incontornáveis e de evitar aquelas que têm de ser vencidas.

Uma carreira envolve o conhecimento dos homens e das forças, sobretudo das forças que se movem subterrâneas, sob a superfície desenvolta e volúvel do dia-a-dia político. O despreparo a que me refiro é essa inocência com que se aceita como técnico o medalhão, com que se concebe a divisão do governo em compartimentos estanques e o esquematismo das soluções segundo fórmulas prefixadas por grupos de pressão nacional e internacional. O único meio de resistir a tais pressões é ter um povo inteiro tão unido quanto possível, tão confiante quanto possível, tão estimulado quanto necessário para que o governante, isto é, o homem de estado, não colhido de surpresa ou na maré das ambições pessoais bem sucedidas, possa fazer frente a tais pressões com a força contrária superior que é a opinião pública esclarecida, organizada e mobilizada.

A grande batalha do Brasil é contra a sua miséria, contra o seu atraso, contra o desperdício de oportunidades, de energias, de recursos e de vida. O nosso ódio, devemos concentrá-lo nisso, se é necessário odiar para isso. O nosso amor, devemos concentrá-lo nisso, e não no culto a este ou aquele herói cujo egoísmo constituiu nem chegar ao Congresso para chegar ao poder e fechá-lo, e renegar na idade provecta os ideais pelos quais lutou na mocidade.

Por isso concluo: a Frente Ampla está sendo feita, se não por mim, pelo próprio povo, embora este não possa dispensar as lideranças democráticas, isto é, aquelas que ele espontaneamente identifica e reconhece. Supor que uma nação possa substituir líderes por chefes é supô-la submissa a uma forma qualquer de comando totalitário. A ignorância da história, a ignorância da sociedade, a ignorância mais ou menos crônica com que se conduzem esses senhores, fê-los supor que o mundo está fadado a ter governos tutores e ao representativos, durante uma longa fase de sua evolução. Mas a tendência no mundo é outra: os Estados Unidos tendem a ser cada vez menos capitalista e a Rússia cada vez menos comunista, embora nem uma nem outra expressão tenha o significado real que as palavras contêm.

Melhor se diria que os Estados Unidos tendem a controlar cada vez mais a ação desenvolvida de grupos econômicos contra o comunismo, enquanto a Rússia tende cada vez mais a aliviar a ação do Estado sobre a comunidade. Nessa evolução paralela está a verdadeira esperança de paz. E nesta, a única possibilidade de se aplicarem na aceleração do desenvolvimento das áreas atrasadas do mundo, ou seja, em dois terços do mundo, os recursos que agora se concentram na corrida atômica e na histeria armamentista. A uma tal perspectiva, isto é, de um entendimento pela paz a fim de promover a aceleração do desenvolvimento na área atrasada da Terra, impõe-se, como correspondente interno brasileiro, um movimento análogo que tenha em vista a aceleração do desenvolvimento nacional com os recursos nacionais. Entre estes recursos incluo em primeiro lugar o gênio político que apesar de tudo não falta aos brasileiros, a vocação cordial, a tolerância tradicional que chega a ser excessiva, mas que nesse instante da sua história tem para o Brasil uma importância excepcional. Ou somos capazes de vencer os nossos ódios, ou seremos por eles próprios destruídos, e sob as ruínas dos adversários apenas empilharemos nossas próprias ruínas. Não se liquida a subversão cassando alguns subversivos. Estes podem e devem ser punidos, mediante os processos que a lei indica. Não é culpa deles, nem nossa, s o governo da revolução para, embasbacado, diante do Judiciário. Mas a subversão como fenômeno social, sem prevenção nem preconceitos, utilizada como uma ponte para passar sobre o atoleiro do marasmo social, do egoísmo e do imobilismo que fazem da nação o espólio de uma primeira classe de privilegiados e de espertos.

Quanto à corrupção, vê-la combatida a golpe de cassação de alguns indivíduos faz-me lembrar aquela anedota do cidadão tão estúpido que, querendo matar baratas, e recomendado o uso de bolinhas de naftalina, comprou algumas dúzias dela e passava a noite querendo acertar em cada barata uma bolinha. A corrupção é um processo, quase diria uma concepção de governo – a ARENA, por exemplo, é o próprio órgão da corrupção. A corrupção não é uma doença da pele que pode ou não ser contagiosa. É um fenômeno social profundo que decorre, também ela, da estreiteza dos seus dirigentes, de sua falta de imaginação. A corrupção, como certas formas de loucura, se cura pelo trabalho. É tempo de deixar pra trás o que passou – e se não roubarem agora, e se doravante não roubarem mais, que imensa obra assim se teria realizado. Ao passo que agora corrupto é todo aquele que pode ser acusado de ter roubado, mas também de votar contra o governo, pois se votar a favor pode roubar à vontade. É esta coisa mesquinha e dolorosa que se quer evitar dando outra dimensão ao problema institucional e político no Brasil. A participação do povo tem que ser feita, ou pelo menos me parece que teria que ser feita, através dos seus líderes. Mas se estes, por qualquer motivo, por prudência excessiva ou por temor lhe falham, o povo deverá tomar nas próprias mãos os rumos que lhe convêm e os líderes lhe surgirão no processo de luta que é o processo dos debates, dos comícios e dos riscos.

Então se verá que a Frente Ampla não foi um vão propósito nem um sonho malogrado, pois ela está a caminho, e, se não a fizermos nós, com maiores sacrifícios e atraso acabará por fazê-la o

próprio povo rebelado, quando vir até que ponto foi traído e quando se cansar de o ser. O que, a meu ver, será muito mais cedo do que pensam os que contam com a paciência do povo ou com as armas que o contêm. Pois essas armas que o contêm não se contêm. Ninguém jamais contou com as Forças Armadas para oprimir e enganar por muito tempo o povo. Desenganado ele já foi, oprimido ele está, mas por quanto tempo ainda? Eis por que e para que foi dada a saída à Frente Ampla. E ninguém mais a contém. Ninguém mais a evita.

Carlos Lacerda

ANEXO J

TEXTO DA PORTARIA Nº 177, DE 05 DE ABRIL DE 1968, QUE PROÍBE A FRENTE AMPLA

JUSTIÇA:

Considerando que a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, no interesse da paz e da honra nacional, assim como para preservá-la e consolidá-la, suspendeu os direitos políticos de determinados cidadãos, com fundamento no artigo 10, do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, ou no artigo 15, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, decisões aquelas aprovadas pelo artigo 173, da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Considerando que essa suspensão de direitos políticos acarreta, entre outras restrições, a proibição e atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política (Ato Institucional nº 2, artigo 16, III), além de subordinar o indivíduo às exigências do artigo 337, do Código Eleitoral e artigo 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Considerando que a infração àquela proibição (item III, do artigo 16, do Ato Institucional nº 2) constitui crime definido no artigo 1º, do Ato Complementar nº 1, de 27 de outubro de 1965, cuja pena é a de detenção de 3 meses a 1 ano;

Considerando que, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 1º do referido Ato Complementar nº 1, aquele que de qualquer modo, concorrer para o crime, incide na mesma pena se o crime for praticado por meio da imprensa, rádio ou televisão, o responsável pelo órgão de divulgação será também processado e julgado e a pena acrescida de multa de NCr\$100,00 a NCr\$ 1.000,00;

Considerando que o Poder Revolucionário, detido pelo presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução, deveria

assegurar a continuidade da obra revolucionária (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966):

Considerando, assim, que o governo da República, responsável pela execução dos propósitos e fins da Revolução Democrática Brasileira e pela ordem e segurança internas, não trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando aos compromissos que tem para com o povo brasileiro, como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou categoricamente que não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuarão e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que o movimento de ação política que se intitulou de “Frente Ampla”, oriundo dos chamados Pactos de Lisboa e de Montevideu, congrega, publica e notoriamente, pessoas que tiveram suspensos os seus direitos políticos;

Considerando que o referido movimento vem pregando, em linguagem inequívoca de agressão e provocação à autoridade legitimamente constituída, a subversão da ordem do Estado, precipuamente, a mudança do regime, e desagregação das Forças Armadas, o antagonismo entre as classes armadas e civis, a desmoralização das autoridades, quer na pessoa do senhor presidente da República, quer nas de seus ministros de Estado, quer, ainda, de pessoas investidas de autoridade, praticando atos qualificados como crime pela Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei ° 314, de 13 de março de 1967).

Considerando que a denominada “Frente Ampla” não atenda, em sua organização, às exigências da lei para fundada jurídica, tratando-se, ao revés, de uma agremiação de fins espúrios, com o único objetivo de pretender obstar a continuidade da obra revolucionária, destruindo o que a Revolução já construiu e continuará a construir, assim como de reinstalar na vida pública elementos banidos pela Revolução.

RESOLVE:

- I – Proibir, em todo território nacional, manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas ou o exercício de quaisquer atividades de natureza política pela chamada “Frente Ampla”;
- II – Determinar às autoridades do Departamento de Polícia Federal, em estreita colaboração com as autoridades estaduais, que:

- a efetuam a prisão em flagrante-delito de todos quantos sejam encontrados violando a proibição inserta no art. 16, item III, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o disposto no Ato Complementar nº 1, da mesma data;
- b procedem à apreensão de livros, jornais, periódicos ou quaisquer publicações, que divulguem manifestações sobre assuntos de natureza política por todos quantos estejam legalmente impedidos de fazê-lo, inclusive da denominada “Frente Ampla”;
- c promovam a imediata instauração de inquéritos policiais contra os que estiverem praticando esses atos, bem como dos responsáveis pelos órgãos de divulgação, tendo em vista, especialmente, o disposto no art. 38 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, e demais preceitos dessa lei.

ANEXO XI

IMAGENS

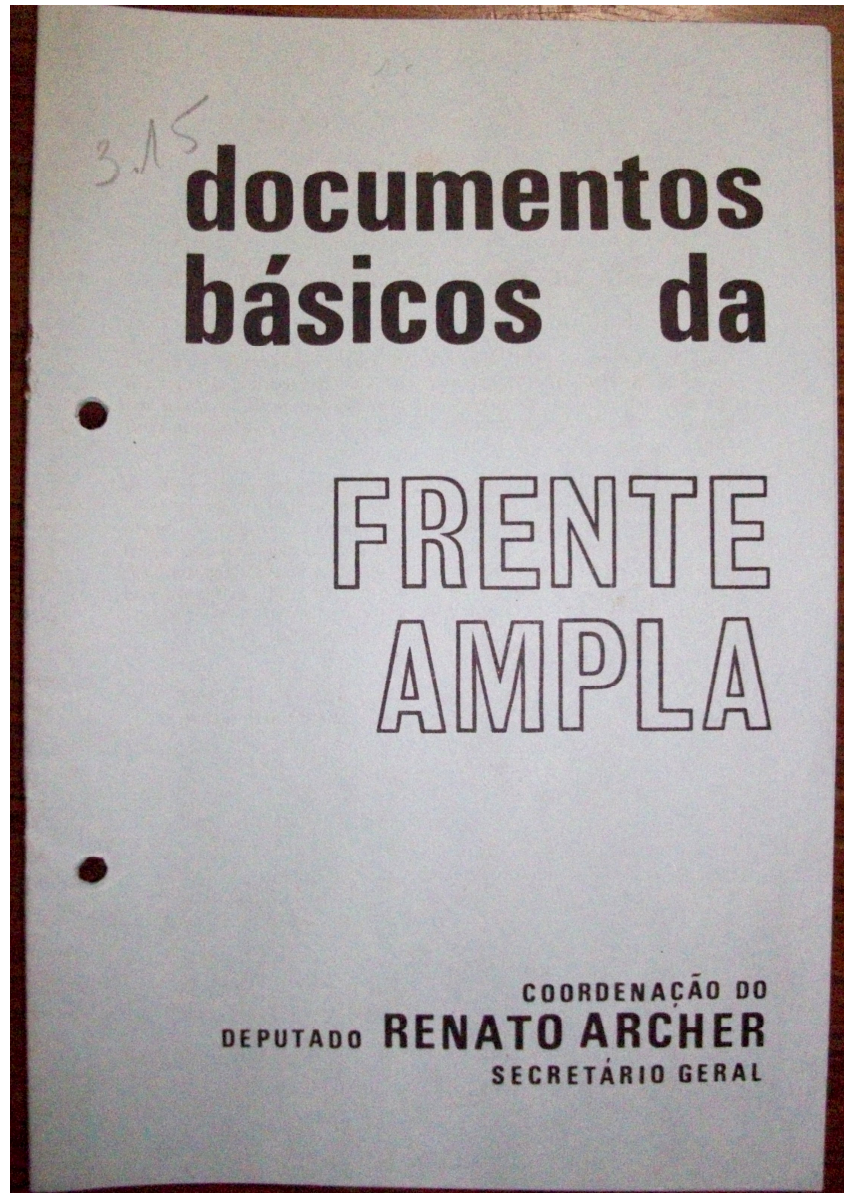


Imagem 1 - Capa da brochura oficial da Frente Ampla reunindo os “documentos básicos” do movimento. Fonte: *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.*

H1: \ H5 / . M H5 ~ III - III : : : : : III H T H = \ 2
 : : H1 : T H = III T H ~ = III 5 7 1 2 / 11 : : : : H1
 = III + H + M 5 M 5 H = 5 H 7 - : : : : H1 ~ III 2 + H
 = H1 M 7 5 : T1 \ : T H = III T H ~ H ~ H 4 H
 : ~ III - H : H : : : : III - H : X 2 : 5 H : H 2 : 5 :
 X 2 : ~ H1 ~ H1 T1 : H 8 1 ~ H 5 1 H \ 1 ~ H1 + H 2 : : : :
 H1 - : 5 5 ~ III - III - H : : : : = H 5 1 + H1 :
 H H1 M 5 T1 H ~ : 5 5 H ~ H1 - H 5 : : 5 : : III 5 H1
 ~ H1 + H : 5 ~ III / . H1 H1 5 H1 H1 5 H1 ~ T H 5 H
 ~ H1 7 - H : ~ H1 H1 : - H : : : : = H 5 1 + H1 : X 2 :
 = H ~ H1 5 H1 ~ H ~ H - : 5 ~ H ~ H1 X 2 H1 5 5 : + H1 - H1
 : + : : : H1 H1 : 5 H1 H1 : ~ H ~ H1 - : : : : = H1 5 H1 5 H1 :
 ~ H1 5 H1 - : \ : - : 5 ~ H : H1 : H1 - H1 - : 5 : 5 = H1 5 H1
 : - : : : H1 5 H1 H1 ~ H1 / . H1 H1 : : : : H \ 1 5 : ~
 ~ H ~ H1 5 H1 H1 H1 ~ H1 : H H - H1 H1 \ H 5 / . H1 ~ H1 T H1
 ~ H1 + H1 : ~ H1 - : 5 ~ H ~ H1 5 H1 T H1 ~ H1 - H1 - :
 : H \ 5 : 5 : : : 5 + : 5 H1 - H1 H1 T H1 ~ H1 H1 H1 - :
 : : ~ H + : ~ H1 5 ~ H1 5 : X 2 : : : : ~ H1 T H1 : H1
 \ H1 5 ~ H1 5 1 5 : : : : ~ H + H1 ~ H1 H1 : ~ H1 - H1
 ~ H1 + H1 ~ H1 : H1 \ 5 H1 ~ H1 : \ : : : : ~ H1 : - H1 :
 T H1 :
 + H1 T1 5 - H1 5 H1 ~ H1 : 5 : : 5 : : : : ~ H1 5
 H 5 + ~ H1 H1 ~ H1 - H1 - 5 H1 ~ H1
 ~ H1 5 : H1 : : : : = H 5 1 + H1 :
 5 H1 + 5 H1

Imagem 2.1 – Exemplo de carta em código. Provavelmente para confundir o Serviço Nacional de
 Informações (SNI) durante as negociações da Frente Ampla. Fonte: Arquivo Carlos Lacerda –
 Biblioteca Central – UnB.

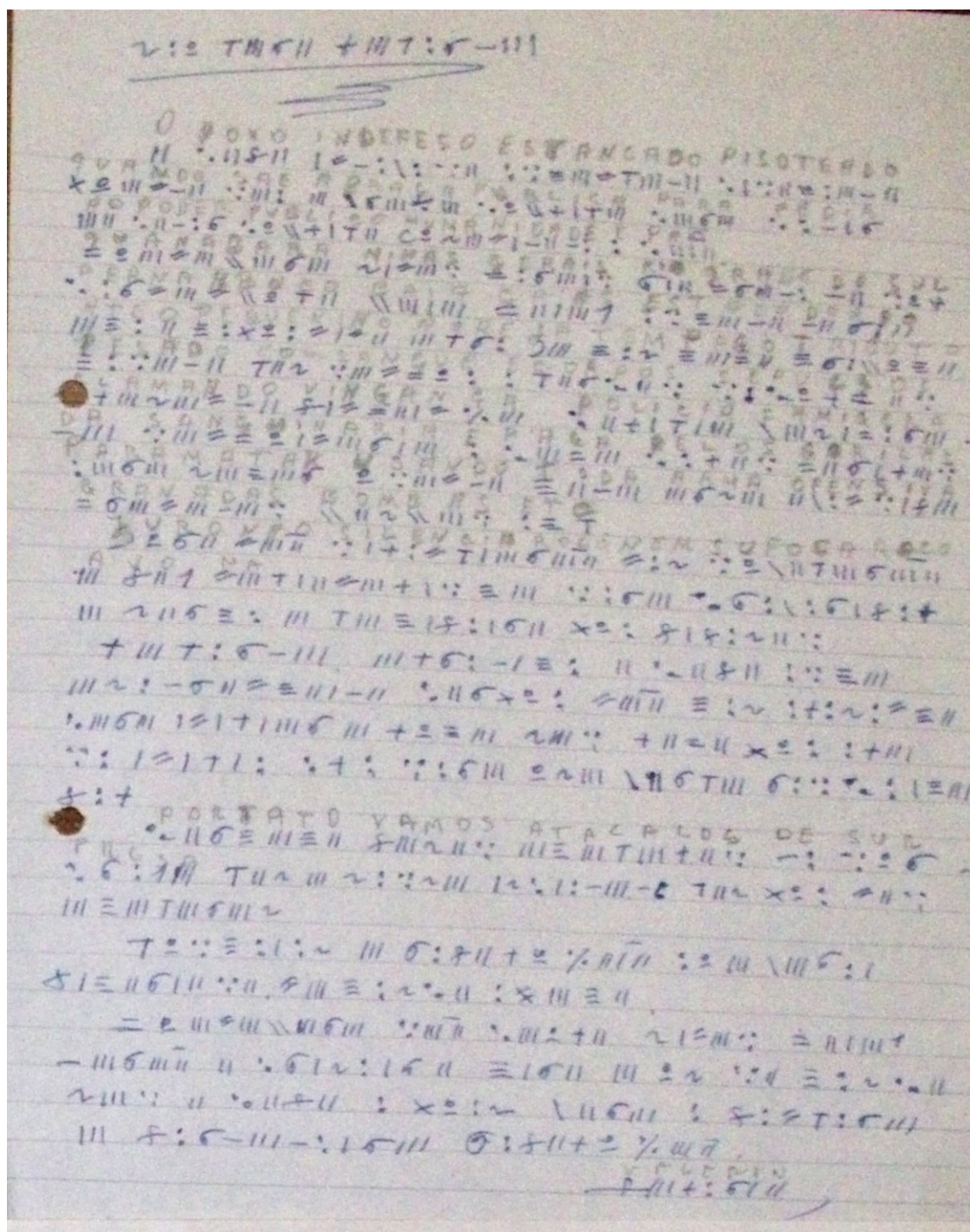


Imagem 2.2 – Exemplo de carta em código. Provavelmente para confundir o Serviço Nacional de Informações (SNI) durante as negociações da Frente Ampla. Fonte: Arquivo Carlos Lacerta – Biblioteca Central – UnB.

L A C E R D A
 + III T: 6 - III

TEMONPOE AGIR RAPID
 ≡: 2 II X: 1 II = 1 6 6 II 2 1 - II

T P A G H A L O S D E S U R P E S S A
 ≡: III = C III + II: -: : 6 6: 1 III

TEMOS QUE DAR O PRIMEIRO
 ≡: 2 II: X: - III 6 II 6 1 2: 1 6 II

TIRA A SABOTAGEM
 ≡ 1 6 III III: III \ II ≡ III =: 2

NOS QUATREIS IMPOS
 ≡ II: X: III 6 ≡: 1: 1 2 2 II: : 1 1 + 1

TAPAR O VAL QUE N RECAP
 ≡ III 6 III X: III + X: 6 6: III / III II

A REVOLUÇÃO SEJA IM
 III 6: 8 II + 2: III II: 6 6 III II \ 1 2

O GOVERNISMO NO TAPAR
 2 II = II 6 1 + 1: 2 II 2 II: III 1 1

J A E S T A V I T O R I O S A
) III: : III + I = II 6 II: III

NOS QUATREIS NO CLERONAS
 ≡: X: III 6 ≡: 1: 2 II T +: 6 II III:

QUAS EM TODOS CARTOS DA
 O III: 2 II = II - II: T III: - III

P H T I A
 : 2 II = 6 III

S III + 6 II

Imagem 2.3 – Exemplo de carta em código. Provavelmente para confundir o Serviço Nacional de Informações (SNI) durante as negociações da Frente Ampla. Fonte: Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.

4/10

~:2 TUBU +MT:6-11

MT:6:-1E11 TC:2112 III: 511::111: 11111: M T115E11 X2: 211 -111
 1112E: 111211 2+31111 :2E6:22:1 III :2T6:3116111 -11 6 C:111 -:
 2111: C111-:

~11:3E:1+6: X2: 1111:~111 :611 :1=1+1111:~111. :+111 MT+1112-
 ~: -11:2-11 :~11-: -:11116 X2: 11 -6 T115+11: +MT:6-11 6:T:~:611
 C11): 2:2C11 :~116E11-116 -11161111:2E: "

211 T115E11 :2E11 M T:6E:111 X2: -:6611E116:~11: 11
 =1161+1:~11

: 11 :~1111 -: 2115E: 11 :2+ 2E111 T111~. 1112C11 :~:~
 :~6:T:-:2E: 2E111 +2E11 T111T11 : 11 +2E11 :~:~+11 2:6-11
 -:1611 12-:~:2-:2T11 :~:~+11 +11:6E111%111

2111 2:~11 +:1 -: :~:2E6112%11 :~:2E11 :~:~1112-11
 2:6611 \1611: :~ :~111 :~112+11 611 =6112-: :~:6E1112E11
 : 2E111111111111 11: -:~111: :~:2E11-11: :~:6111 :2E11+111:
 :~: 2111 11:~116:~ :~:~+ :~1111

2E611 2E111 C1112:611 2E :~ T115116-:

:~:~:611 :~:~:111 6:11+1116 (11:~111) :~111 :~:~11-11
 2E611~:2E11

11-2E116-11 :~11~:2E: :~:~11 -:T1:~111 :~6:~1116
 11 +2E11 \16112T:1611~:2E: :~:~:~:~11 :~:~:~:~11\X2:~11:
 11 :~6:~11 :~11611 11: 2:~T:-116:~: :~:~11 :~11+2E11%111
 ~11 \611:~:1+

11 2111%111 11=2E116-111 11 ~11~:2E11 -: T11112C116~11:
 :~11611 211E11611

S111+1:611

Imagem 2.4 – Exemplo de carta em código. Provavelmente para confundir o Serviço Nacional de Informações (SNI) durante as negociações da Frente Ampla. Fonte: Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.

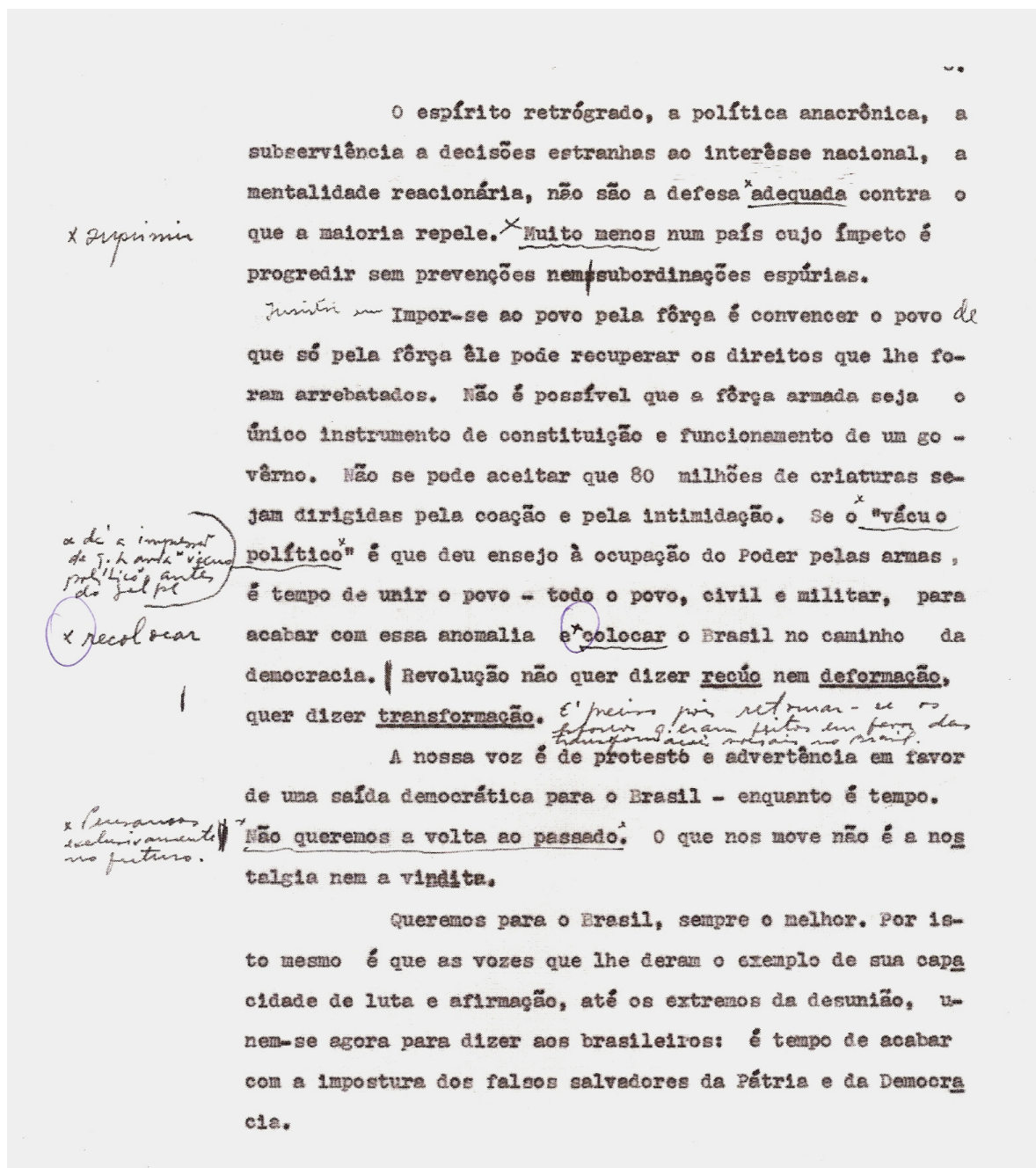


Imagem 3 – Uma das páginas do Manifesto da Frente Ampla “revisada” por João Goulart (ou um dos seus secretários). Nota-se a questão do debate com Lacerda a respeito de “democratizar” ou “redemocratizar” o Brasil. Fonte: *Fundo João Goulart – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas*

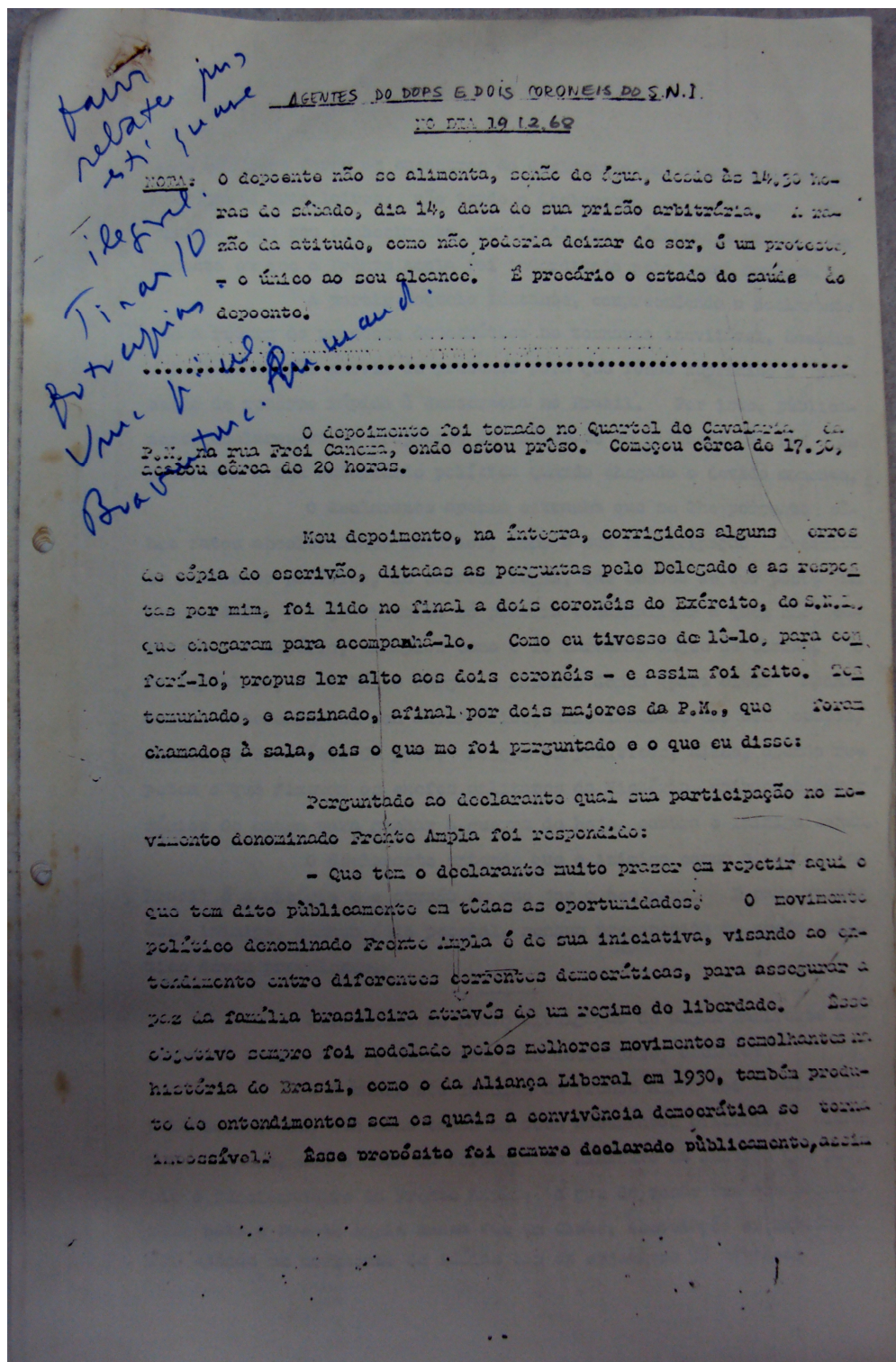


Imagem 4 – Cópia da primeira página do depoimento de Lacerda ao Serviço Nacional de Informações (SNI) nas dependências do DOPS- RJ após sua prisão em dezembro de 1968. Fonte: *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.*

Rio, 20 de dezembro de 1968

Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva

Não há mais tempo para se disfarçar ou se permanecer alheio a um problema extremamente grave e urgente.

O fato é que meu pai, Carlos Lacerda, encontra-se preso, desde às 14h e 30 min de sábado, dia 14, sem qualquer explicação plausível ou indicação de culpas.

Reconhecida a violência do ato, não tem ele outra forma de protesto que não a de não se alimentar, o que ocorre desde o momento de sua prisão.

Por esta razão, seu estado de saúde é precário e se agrava a cada minuto que passa, segundo os médicos que o assistem e os exames realizados.

Ontem meu pai prestou depoimento e, pelo que sei, as perguntas que lhe foram feitas não revelaram qualquer indício de haver infringido lei vigente no país.

Por esta razão, trago-lhe, neste momento, estes fatos cuja responsabilidade lhe é inalienável como autoridade, intransferível como chefe de família e incompatível como cristão.

Li, entem, a afirmação que o senhor fez de "que os que lutam e sofrem nada têm a temer". Neste caso, senhor presidente, pergunto-lhe se o senhor terá lutado e sofrido mais do que meu pai, pelo Brasil e pela liberdade - até hoje.

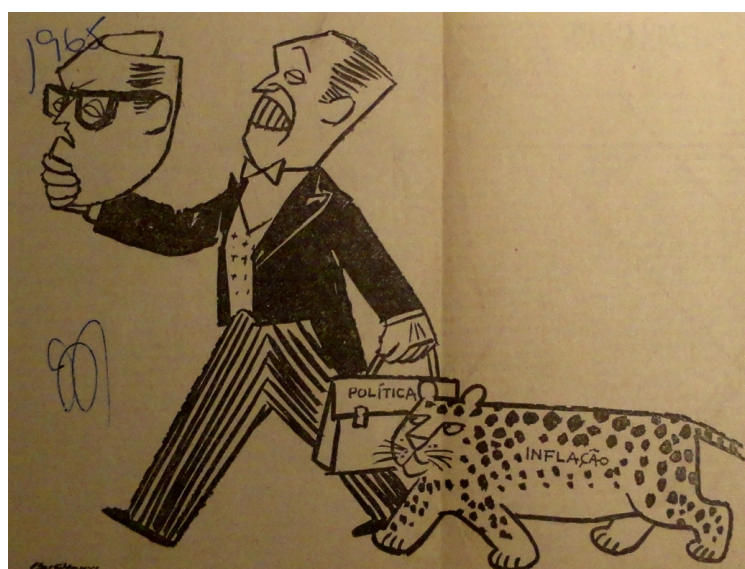
Ou o senhor terá se esquecido de que, ao longo de todos esses anos da vida de meu pai, o resultado maior, foi o senhor ter atingido a presidência da república.

Estas palavras, são o pretexto de uma filha, dentro do pretexto do pai.

Receba-as, com as responsabilidades intransferíveis pelo que ocorrer agora a meu pai.

MARIA CRISTINA LACERDA

Imagem 5 – Carta da filha de Carlos Lacerda endereçada ao presidente Costa e Silva a respeito da prisão de Lacerda e seu estado de saúde. Fonte: *Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.*



Imagens 8, 9 e 10 – Charges de jornal sobre a Frente Ampla. Respectivamente, publicadas em Última Hora, 10 e 11 de abril de 1967 e O Estado de São Paulo, 23 de abril de 1967. Fonte: *Fundo Juscelino Kubitschek – Memorial JK*.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1967

Carlos Lacerda:

Até há poucos dias eu era chamada de fanática por sua causa. Fui sua defensora incondicional. Justificava tudo que Você fazia. Até missa em ação de graças mandei rezar quando Você foi eleito governador.

Você, agora, decepcionou milhões de brasileiros. Sinto tanta vergonha pelo que Você acaba de fazer, como se fosse uma pessoa de minha família. Desejo que o chão se abra quando me perguntam: e o seu Lacerda? Viu o que ele está fazendo?

Já quando Você foi se encontrar com o Juscelino senti tristeza, mas, agora sinto uma dor tão funda no coração... Parece que perdi um ente muito querido. Não tenho mesmo palavras para exprimir o que sinto.

Tôda a minha família e o meu círculo de relações estão revoltados com Você. O que Você fez não tem explicação, nem justificativa. Você desceu demais, humilhou-se! Apertar a mão do seu pior inimigo. O homem que mandou matá-lo.

Agora só falta Você convidar para um almoço o Brisola, Aragão, Darcy Ribeiro, Faz tudo, Golberí, Jurema e outros mais, cujos nomes não me ocorrem no momento.

Você já se esqueceu da anarquia em que vivíamos no tempo do Goulart? Da falta de açúcar, de arroz, de polícia, das greves... Você nunca sentiu a miséria de perto, porque nunca se privou de nada, nunca sentiu falta de açúcar em casa, nunca veio trabalhar sem saber se voltaria para casa e como, porque não havia condução. De repente rebentava uma greve.

Já houve quem dissesse que o Major Vaz morreu em vão e eu também acredito nisto.

Você diz que a revolução o traiu. Você é que traiu todo o povo brasileiro, com especialidade o povo da Guanabara, o estado que Goulart tanto maltratou.

Você fez pior do que o Janio Quadros.

Que vergonha, Lacerda! Que tristeza!

Não sei como D. Leticia suporta tal situação. Ela já sofreu tanto, Lacerda! Agora, vê o seu marido abraçar João Goulart!

Não acredito mais em nada. Você era a única esperança. Tudo morreu. O único civil, capaz de nos governar, morreu em Montevideo...

Rua Gal. Roca, 440 - aptº 429
Tijuca - GB

Sua ex-eleitora,

Luíla Amaral

Imagem 11 – Carta de uma “ex-eleitora” criticando o encontro de Carlos Lacerda com João Goulart em Montevideú. Fonte: Arquivo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB.